

Projeto e Coordenação
Francisco (Xico) Celso Calmon

35 ANOS



DO GOLPE

Gerações em luta

Organização

Denise Carvalho Tatim • Gisele Silva Araújo
Roberto Junquillo • Sandra Mayrink Veiga

Projeto e Coordenação
Francisco (Xico) Celso Calmon



68 ANOS
DO GOLPE
Gerações em luta

Organização

Denise Carvalho Tatim • Gisele Silva Araújo
Roberto Junquillo • Sandra Mayrink Veiga

1ª Edição, 2024

VITÓRIA, ES

Copyright 2024 Francisco Celso Calmon

PROJETO E COORDENAÇÃO
FRANCISCO (XICO) CELSO CALMON

ORGANIZAÇÃO
DENISE CARVALHO TATIM • GISELE SILVA ARAÚJO
ROBERTO JUNQUILHO • SANDRA MAYRINK VEIGA

PROJETO GRÁFICO E CAPA
DOUGLAS RAMALHO

REVISÃO
LUCIANA PADILHA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C164s

Calmon, Francisco Celso

60 anos do golpe/ Francisco Celso Calmon.- Serra ES : Formar, 2024.

334 p. ; 21 cm.

ISBN: 978859586121-3

1. História - Brasil . 2. Ciência política I. Título.

CDD 981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1985): AMAZÔNIA LEGAL, OS PROJETOS DITATORIAIS E OS POVOS INDÍGENAS.....	11
Adriana Gomes Santos	
Rodolfo Costa Machado	
Yohaisa Coromoto Guevara	
Maricruz Cabeza Rodriguez	
1964-2024 – AS AMARGAS ALIANÇAS E SUAS LIÇÕES.....	15
Aluízio Palmar	
1964 – O PESADELO CONTINUA.....	18
Amaury Pinto de Castro Monteiro Junior	
ENTRE VERSOS, ESTROFES E RIMAS: O GESTO DE POETIZAR COMO GRITO DE RESISTÊNCIA EM 1964 E NO TEMPO PRESENTE.....	25
Ana Paula Correia Mari	
A GERAÇÃO NASCIDA COM O GOLPE MILITAR: REVERÊNCIA E DESCUIDO COM O MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	30
Antônio de Padova Marchi Júnior	
60 ANOS APÓS 64.....	33
Antônio Pinheiro Salles	
AS INCERTEZAS DOS RACIOCÍNIOS, SONHOS, PESADELOS E O APRENDIZADO	36
Apolo Heringer Lisboa	
UMA GERAÇÃO QUE VIVEU EM VÁRIOS MUNDOS.....	41
Arlindenor Pedro	
1964: OS DE DENTRO E DE FORA.....	47
Astor Antônio Diehl	
1964-2024: O NOVO SEMPRE VEM.....	51
Carlos Tibúrcio	
LEMBRAR PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA DITADURA E TORTURA.....	58
Ceila Maria Ferreira Batista	
UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA.....	63
Cesar Antonio Alves Cordaro	
60 ANOS DE LUTA EM DEFESA DE UMA SOCIEDADE JUSTA E DEMOCRÁTICA.....	70
Clair da Flora Martins	
60 ANOS DO GOLPE. GERAÇÕES EM LUTA.....	73
Claudio Fonteles	

OS COMUNISTAS.....	78
Cristina Capistrano	
DA RUA MARIA ANTÔNIA, O RETORNO A ELA E A RETROSPECTIVA HISTÓRICA DE 60 ANOS.....	81
Cristina Moura	
AS LIÇÕES DA HISTÓRIA E OS LIMITES DO AGIR HUMANO.....	85
Cunca Bocayuva	
OS “SESSENTINHAS” DE HOJE E OS 60 ANOS DO GOLPE DE 1964.....	91
Denise Carvalho Tatim	
1964-2024: ONDE EU ESTAVA? COMO A DITADURA ME IMPACTOU?.....	95
Eugênia Augusta Gonzaga	
O SONHO ACABOU. VIVA O SONHO!.....	101
Fernando Achiamé	
ONDE ESTÁVAMOS EM 1964 E ONDE ESTAMOS 60 ANOS DEPOIS.....	108
Francisco (Xico) Celso Calmon	
AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E A VIOLÊNCIA “CONFIDENCIAL” DOS ANOS DE CHUMBO.....	115
Gaspar Paz	
NÃO VIVO NUM PAÍS LIVRE; VIVA O PAÍS LIVRE! DA DITADURA DE 1964 AO FASCISMO DE 2024.....	121
Gisele Silva Araujo	
POEMAS DE HAMILTON FARIA PARA O LIVRO 60 ANOS DO GOLPE MILITAR.....	127
Hamilton Faria	
O DIA DA MENTIRA QUE VIROU UM PESADELO.....	135
Isaque Fonseca	
UM GOLPE ANTICOMUNISTA, ANTINACIONAL E ANTIPOVO.....	142
Ivan Seixas	
MILITÂNCIA EM ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DESDE OS ANOS 70.....	147
Ivanisa Teitelroit Martins	
A 60 ANOS DO GOLPE.....	152
Ivete Caribé da Rocha	
ENTRE GOLPES: BRASIL E ARGENTINA 60 ANOS DEPOIS.....	159
Javier Lifschitz	
SESSENTA ANOS DO GOLPE CONTRA O POVO BRASILEIRO: NADA A COMEMORAR. MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA PARA QUE NUNCA MAIS SE REPITA.....	164
João Ricardo Dornelles	
EU, NA DITADURA E NA ATUALIDADE.....	170
Jorge Ricardo Santos Gonçalves	
MEMÓRIAS DE UM TEMPO FECHADO.....	173
José Geraldo da Costa	

1962 – 2016: DO FASCISMO AO NEOLIBERALISMO.....	180
José Luiz Quadros de Magalhães	
Flávia Alvim de Carvalho	
OS DESAFIOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM SANTOS.....	185
José Luiz Saavedra Baeta	
O ASSASSINATO DE CLODOALDO E O LEVANTE DA POPULAÇÃO....	191
Julio Francisco Caetano Ramos	
PENSAR A MEMÓRIA HISTÓRICA DE 64 COMO CAMPO DE DISPUTA OU SOBRE O VALOR POLÍTICO DA MEMÓRIA.....	196
Kauê Vinícius de A. Silva	
GOLPE DE 1964: SESENTA ANOS RODANDO EM CÍRCULO.....	199
Ladislau Dowbor	
VENCEMOS O FASCISMO? ANÁLISE DE 60 ANOS DO GOLPE DE 1964 A PARTIR DA MANUTENÇÃO DA MENTALIDADE INQUISITÓRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	206
Leonardo Costa de Paula	
VIDA CULTURAL, ONTEM E HOJE. DO NACIONAL POPULAR AO INDIVIDUALISMO EMPREENDEDOR.....	212
Leonardo Silva Andrada	
REGISTRO DE UMA MULHER DE 64 ANOS SOBRE OS 60 ANOS DA DITADURA (1964-1985).....	217
Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino	
MOSAICO DE MEMÓRIAS.....	224
Marcia Curi	
Gisella Consani de Speranza	
O QUE RESTA DA DITADURA?.....	229
Marco Aurélio de Passos Rodrigues	
LIVRO COLETIVO 60 ANOS DO GOLPE.....	233
Maria Aparecida Costa Cantal - Cida Costa	
GERAÇÕES, LUTAS E UTOPIAS	
Maria Paula Araujo.....	238
O BRASIL PRECISA OUVIR O SURDO CLAMOR DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA DITADURA.....	244
Mariluce Moura	
GERAÇÃO 68, A UTOPIA POSSÍVEL.....	248
Mozart Noronha	
UM ANO QUE NÃO TERMINOU PRA MIM TAMBÉM.....	251
Nilmário Miranda	
60 ANOS DE GOLPE: ONDE É O LUGAR DO POVO POBRE E PRETO...255	
Nivia Raposo	
NONÔ - A MENINA QUE VIU A DITADURA NASCER.....	260
Nonô - Laurenice Noleto Alves	

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER! DEMOCRACIA SEMPRE!	266
Orlando Guilhon	
O GOLPISMO ESTRUTURAL E A REGULAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS..	273
Paulo Calmon Nogueira da Gama	
Edson Ribeiro Baeta	
O 1º DE ABRIL DE 1964 E EU	279
Paulo Cannabrava Filho	
“A LUTA CONTINUA”	284
Paulo Coutinho	
O SONHO NÃO SE REALIZOU NEM SE ESGOTOU	288
Perly Cipriano	
A PSICANÁLISE E A MEMÓRIA DO PRESENTE NOS 60 ANOS	
DO GOLPE MILITAR NO BRASIL	292
Renata Costa-Moura	
DITADURA, POSSE DA TERRA E IMPUNIDADE	297
Roberto Junquillo	
O GOLPE DE 1964, A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA	
QUE SE SEGUIU: DO APOIO AO COMBATE	300
Romero Venâncio	
REAÇÕES AO GOLPE DE 64: DE 1964 A 2024	307
Rosa Cardoso	
ANTES, DEPOIS E AGORA	313
Sandra Mayrink Veiga	
VOLVER A LOS 64	320
Shellah Avellar	
O PRIMEIRO ALVO E MAIS CERTEIRO TIRO DA DITADURA:	
OS TRABALHADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES	329
Vera Lucia Vieira	

APRESENTAÇÃO

O livro **60 anos do golpe: gerações em luta** é um projeto do Canal Pororoca, idealizado e proposto pelo seu coordenador, Francisco (Xico) Celso Calmon, com a adesão dos demais membros do grupo da coordenação do Canal, Denise Carvalho Tatim, Eugênio Aragão, Paulo Calmon Nogueira da Gama e Sandra Mayrink Veiga.

Face ao simbolismo da data que marca os 60 anos do golpe militar de 1964, o livro tem como escopo a análise do período da ditadura, com base em memórias pessoais e históricas, e da conjuntura atual, contemplando prognósticos e proposições para o cenário social e político do país, a partir do questionamento apresentado aos seus autores: “Onde estávamos em 1964 e onde estamos em 2024?”.

Trata-se de um projeto coletivo que conta com 60 participantes, dentre eles juristas, acadêmicos, cientistas sociais, jornalistas, artistas, economistas, lideranças políticas, sindicais e de movimentos sociais, pertencentes a diferentes gerações impactadas por esses acontecimentos, incluindo militantes históricos que participaram da resistência ao golpe de 1º de abril de 1964.

Para além de contribuir com um documento para a preservação da memória e da história, o objetivo é que o livro seja um instrumento de promoção do debate qualificado sobre a conjuntura política passada e presente do Brasil, por meio da realização de eventos de lançamento, por seus autores em diferentes regiões do país, da realização de lives e da sua disseminação em universidades, escolas e organizações sociais e culturais.

Acredita-se que a obra se reveste de especial importância em um momento em que se assiste ao avanço de forças antidemocráticas no país, promovendo o revisionismo e o negacionismo da ditadura e a renovação de atitudes ao Estado Democrático de Direito.

**BRASIL 60 ANOS DO GOLPE:
GERAÇÕES EM LUTA**

CANAL POROROCA

60 ANOS DO GOLPE: GERAÇÕES EM LUTA

A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964-1985): AMAZÔNIA LEGAL, OS PROJETOS DITATORIAIS E OS POVOS INDÍGENAS

Adriana Gomes Santos¹
Rodolfo Costa Machado²
Yohaisa Coromoto Guevara³
Maricruz Cabeza Rodriguez⁴

Este trabalho visa evidenciar alguns impactos do processo de implementação de projetos na Amazônia Legal brasileira que, por sua vez, é composta por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão) e concentra quase 60% do território brasileiro. Atualmente, a Região Norte congrega a maior população indígena do país⁵ de diversas etnias.

Embora a integração da Amazonia ao “sistema econômico e político nacional e internacional” tenha sido iniciado antes de 1964, é na Ditadura que a política de inserção da Amazônia no sistema de reprodução capitalista se intensifica,⁶ segundo estudo de Octávio Ianni (1979). O discurso das Políticas de Integração da Amazônia era o da existência de um “vazio demográfico” e de um isolamento econômico, aspectos considerados perigosos para a soberania nacional, sendo, portanto, necessário promover a defesa desses territórios, ou seja, “integrar para não entregar”.⁷

-
- 1 Doutora em História Social pela PUC/SP, Mestrado em História Social pela UFU e graduação em História pela UFRR.
 - 2 Bacharel pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. É também bacharel em História pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre e Doutor em História Social pela PUC-SP.
 - 3 Graduação: licenciatura em Sociologia pela Universidade de Oriente Núcleo sucre, Venezuela. Mestre em Ciências Menção em Orientação da conduta pelo Centro de Pesquisa psicológicas, psiquiátricas e sexológicas, Venezuela.
 - 4 Graduação licenciatura em Assistência Social pela Universidade de Oriente Núcleo de Sucre, Venezuela.
 - 5 As informações constam no texto Amazônia legal. **Revista IPEA**, Desafios do Desenvolvimento, **2008, Ano 5, Edição 44, 08/06/2008**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28>. Acesso em: 26 de junho de 2021.
 - 6 IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, 1964-1978. Petrópolis: Vozes, 1979.
 - 7 SOUZA, J. L. Chaves de; CARODI, T. Mendes. “Integrar para não entregar”: a Ditadura

Dessa forma, seguiu-se a diretriz do “desenvolvimento” atrelada à concepção de fortalecimento da “segurança nacional”, ao mesmo tempo em que, na década de 1970, intensificaram-se as políticas para a Amazônia. O Programa de Integração Nacional (PIN),⁸ em 1970, definia uma série de projetos para a Amazônia e, dentre eles, estava o da construção de uma rodovia denominada a Transamazônica.⁹

Para a implementação dos projetos na Amazônia foi necessário um investimento na construção das rodovias federais¹⁰ abaixo elencadas:

- I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaítuba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 km;
- II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130 km;
- III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japiim, na extensão aproximada de 1.000 km;
- IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;
- V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230 km; (Redação dada pela Lei nº 5.917, de 10.9.1973)
- VI - BR-319 - Trecho: Rodovia Álvaro Maia Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km;
- VII - BR-174 - Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;
- VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;
- IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;
- X - BR-163 - Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém - Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km.
- XI - BR 156 - Trecho: Cachoeira de Santo Antônio-Macapá-

Civil-Militar (1964-1985) ressignificando a colonialidade. *Das Amazônias*, Rio Branco - Acre, v.2, n.2, (ago-dez) 2019, p. 16-22. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3228>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

8 Programa de Integração Nacional (PIN), criado através do Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970.

9 O projeto da Transamazônica foi criado pelo Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970.

10 Decreto de 1.164, de 1 de abril de 1971.

-Calçoene-Oiapoque-Fronteira com a Guiana Francesa, na extensiva aproximada de 912 km.

XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km; (Redação dada pela Lei nº 5.917, de 10.9.1973) XIII - BR-010/226/153 - Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;

XIV - BR-010/230 - Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;

XV - BR-070 - Trecho: Rio-Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;

XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constante-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;

XVII - BR-210 - Trecho: Macapá-Caracará-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

XVIII - BR-158 - Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630 km.

A construção das rodovias, ou a nova regulamentação de tornar área de segurança nacional e necessária ao desenvolvimento do país, além de denominá-las de “terras devolutas” efetivando a política e ocupação do espaço, mesmo que em terras pertencessem aos povos originários. A realização desse processo de integração da região atendia aos interesses de alguns setores empresariais da mineração, da construção e da agropecuária, porque permitia a circulação e a exploração dos recursos da região beneficiando o setor empresarial.

No entanto, os resultados desse processo foram que consequentemente ocasionou, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹¹, a morte de mais de 8 mil indígenas, além das graves violações de direitos humanos praticadas contra os povos originários.¹²

O traçado da Transamazônica¹³, cortando de leste a oeste, sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas.

11 A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

12 “Foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas.” Os povos indígenas no Brasil sofreram graves violações de seus Direitos Humanos no período entre 1946 e 1988. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade.

Relatório: textos temáticos, v. 2. Brasília: CNV, 2014. p.199

13 Oficializada no Decreto-lei nº 1.164, de 1 de abril de 1971.

Pela sua dimensão, a Transamazônica afetou diretamente diversos povos indígenas – pelo menos, 29 grupos étnicos diferentes. Dentre as etnias, estavam os Kagwahiva – os Tenharim e Jiahui –, de modo que o traçado da rodovia, construído pela Paranapanema, perpassava a terra indígena dos referidos grupos.

Outra rodovia iniciou-se, a Rodovia Federal (BR-174), a qual impactava o território indígena dos Waimiri-Atroari que interligava o Amazonas a Roraima. A BR-174 foi iniciada entre os anos de 1967 e 1968, primeiramente, de responsabilidade do DER-AM (Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas). Porém, o trecho que perpassava a área habitada pelos Waimiri-Atroari foi construído entre os anos de 1972 e 1977 pelo 6º Batalhão de Engenharia e Construções (BEC) do Exército Brasileiro. A entrega da construção da BR-174 ao 6º BEC se deveu com o objetivo de garantir a manutenção do traçado diante da resistência indígena que se impôs contra aquela via. O resultado desse processo foi a redução em torno de 80% dos membros da comunidade indígena.

As duas vias que tomamos aqui como exemplo foram construídas concomitante ao adentramento da exploração mineral nos territórios dos povos já afetados pela rodovia. E nos dois casos foi identificado um processo de contaminação dos rios e do solo, além de outros impactos ambientais, trabalhos análogos à condição de escravidão, trabalho infantil, perda dos territórios indígenas, dentre outras violações.

Contudo, queremos destacar que os povos tradicionais foram imensamente afetados na última ditadura brasileira, 1964 a 1985, instaurada através de um golpe, aqui trouxemos apenas alguns aspectos desse processo. Porém, é necessária a construção de memória coletiva, reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado e pelas empresas, assim como a reparação coletiva. Isso porque as ações de invasões dos territórios indígenas e outras formas de violações parem de ocorrer em períodos ditos democráticos.

1964-2024 – AS AMARGAS ALIANÇAS E SUAS LIÇÕES

Aluízio Palmar¹

São muitas as imagens que marcaram meu primeiro de abril de 64. Algumas eu relato no livro *“Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?”*, Editora Alameda, SP. Mas, entre todas, a que mais me chocou foi ver o Sindicato dos Operários da Construção Naval ocupado por tropas de Fuzileiros. E pensar que, um ano antes, nós havíamos realizado ali, na sede do Sindicato, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, que estava planejado para ser sediado na cidade do Rio de Janeiro, mas, após a sua proibição pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, acabou acontecendo em Niterói.

Eu, nos meus vinte anos, militante em tempo integral, passei os três dias do Congresso dentro do Sindicato, dormindo em qualquer canto e comendo o que me tocasse comer. A euforia revolucionária energizava meu corpo e minha mente. Eu pisava nas nuvens e tinha estrelas nos olhos, enquanto andava pelo plenário lotado pelo ideal revolucionário. Ali, naquele momento, estava exposto à flor da pele, o nosso imaginário apaixonado e vibrante de que o Brasil estava vivendo um momento de virada.

Era a chegada do povo ao poder, rompendo as barreiras do colonialismo político, econômico e social. Era a continuidade histórica da caminhada que começou com a Carta Testamento, de Getúlio Vargas, libelo que despertou em mim a luta pela construção de uma nova realidade, de um tempo de emancipação social, econômica e política.

Naqueles momentos de euforia, eu não tinha dúvida de que a linha política do velho Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava correta e o Brasil caminhava para o rompimento com as estruturas atrasadas e a construção de um Estado Nacional, Democrático e Popular.

O anti-imperialismo estava presente nos discursos das lideranças brasileiras e das delegações estrangeiras.

Marighella defendeu a linha do PCB e sinalizou para a necessidade de radicalização nos projetos das reformas de base. Quando chegou a vez de Prestes, ele foi saudado de pé quando subiu ao púlpito. Com certa tranquilidade, o líder comunista disse que a vitória da classe trabalhadora estava próxima. Os

1 Aluízio Palmar, jornalista, 81 anos, ex-presos político, militou no PCB, foi um dos criadores do MR8 de Niterói. Após sair da prisão, trocado pelo Embaixador da Suíça, ingressou na VPR. Atualmente, é jornalista, fundador do CDHMP de Foz do Iguaçu, membro do Comitê Memória, Verdade e Justiça do Paraná e Medalha Chico Mendes de Resistência.

olhos do “Velho” faiscavam quando disse que “o Partido estava no poder”.

Mas, quem roubou a cena foi o Brizola, líder da Campanha da Legalidade e recém eleito deputado federal, com a maior votação na história política brasileira. Aclamado pela multidão, Brizola, em seu discurso, denunciou que um golpe militar estava sendo tramado dentro dos quartéis e por trás da conspiração estavam as “mãos peludas do imperialismo ianque”.

Enfim, coloquei a Carta Testamento, de Getúlio, e as denúncias da conspiração golpista feitas por Brizola, em março de 1963, no centro dessa narrativa, por entender que podemos extrair várias lições da história interrompida com o Golpe Militar de 1.º de abril de 1964, a partir da leitura do rico processo de conscientização, desencadeado no período que vai de 1954 a 1964.

Olhando pelo retrovisor da história, chego à conclusão que estivemos perto de assaltar os céus. Foi por um triz. Vivíamos momentos de fortes lutas de classe no campo e na cidade, com sindicatos e organizações camponesas indo além das reivindicações econômicas. Havia um forte compromisso com o nacional e o popular. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) faziam teatro para o povo, levando, através do Centro Popular de Cultura (CPC), em forma de arte, o manifesto nacional, popular e anti-imperialista para as grandes massas. A pedagogia do professor Paulo Freire era aplicada nas cidades e no sertão. O Programa Nacional de Alfabetização de Adultos (PNA) era prioridade do governo chefiado pelo presidente João Goulart.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) produzia os Cadernos do Povo Brasileiro, ferramentas importantes no processo de formação política. Centenas de milhares de exemplares dos livros de bolso eram distribuídos nas escolas, fábricas e unidades militares. (<https://documentosrevelados.com.br/?s=cadernos>)

Hoje, após 60 anos, sinto que perdemos o momento de avançar e mantê-lo a mesma posição, que defendi em três anos de luta interna dentro do PCB. Fomos ingênuos e subestimamos o poder do imperialismo. A gente acreditou que o interesse nacional da burguesia era superior aos seus compromissos com o capital internacional. Ledo engano! Os interesses de classe da burguesia oxigenaram os golpistas das Forças Armadas, que carregavam presas na garganta as tentativas frustradas de golpe em 1954, contra Getúlio Vargas e em 1955 e 1961, quando tentaram impedir as posses de JK e de João Goulart.

Daí vem a pergunta, o que tem isso a ver com o momento presente? Tem tudo a ver. Os golpistas de 54, 55, 61 e 64 não foram punidos. As impunidades do passado, a conciliação de classe e as concessões estão, cada vez mais, dando musculatura para as classes dominantes e sua sanha de super explorar a classe trabalhadora.

Assim como em 1964, temos receio de avançar além da defesa das instituições. A Justiça de Transição ficou no discurso e nas páginas do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

O governo de composição, que tem o Lula na presidência da República, traz muito pouco de novo, e começa a ficar velho ao estrear o segundo ano de mandato. A classe trabalhadora continua sendo sufocada pela maxi exploração capitalista, que define as regras da economia, começando pelo salário miserável.

Para evitar novos traumas na vida nacional, o governo de composição, emergido das urnas nas eleições de 2022, deve investir na formação do povo brasileiro. Promover um grande e amplo mutirão, tendo por base a pedagogia do professor Paulo Freire e criando em todo território nacional Centros de Educação de Base. Para tanto, é preciso mobilizar os sindicatos e toda a sociedade civil organizada.

Precisamos, nós como esquerda, pressionar o governo e contestar pelos meios que estão ao nosso alcance esse “arcabouço fiscal”, limitador dos gastos públicos. Não podemos cair no erro de apostar na política institucional e eleitoral como arena preferencial e até exclusiva da disputa política, e nem repetir o erro de Prestes, quando disse em seu discurso no dia 30 de março de 1963 que os comunistas estavam no poder.

Hoje temos bons companheiros no governo de composição, mas esse não é o governo de nossos sonhos. O governo liderado pelo presidente Lula é, sem sombra de dúvida, nosso aliado. Podemos fazer muitas e grandes coisas, tendo seu apoio.

Mas, para isso, não podemos desempenhar o papel de correntes transmissoras do governo. Entre outros, o erro de 1964 foi a gente confiar na estabilidade das instituições, avalizadas por uma suposta aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia.

O golpe militar de 1964 mostrou que as classes dominantes não têm apreço pela democracia e que irão bater na porta dos quartéis sempre que tiverem seus interesses ameaçados.

E a história vai passando e se repetindo diante de nossos olhos nesses 60 anos de nossas vidas. O golpe contra a presidente Dilma mostrou um Chefe de Estado sendo destituído pelo parlamento e com transmissão ao vivo pelos canais de televisão. Golpe parlamentar que pavimentou o caminho para a extrema direita chegar à Presidência da República.

Veio Lula, a tentativa de golpe oito dias após a posse e a impunidade continua, com agravantes, como o fato do Gabinete de Segurança Institucional continuar sob a condução de um general do Exército e por militares “bolsonaristas” ocupando postos centrais.

Nós das gerações que passaram pelos golpes militares das décadas de 50, 60 e 70, no Brasil, Chile, Argentina, Bolívia e Uruguai aprendemos que a impunidade é o ninho da serpente e certas alianças criam corvos.

Foz do Iguaçu, 05 de janeiro de 2024

1964 – O PESADELO CONTINUA...

Amaury Pinto de Castro Monteiro Junior¹

O ano 1964 nasceu tranquilo para um jovem de 12 anos, sonhador e vivendo numa cidade do interior paulista onde a vida passava tranquila e feliz.

O primeiro sinal que demonstrava que algo de muito sério estava no ar ocorreu no final do mês de janeiro de 1964 quando eu e minha família fomos ao Rio de Janeiro, como fazíamos todos os anos, visitar os parentes e incluímos no roteiro a visita ao meu padrinho de batismo, que eu não conhecia – esclareça-se, mas do qual ouvia falar pelo fato de ele ter me batizado em Nova York, já que nasci em Baltimore, EUA.

Meu pai fez o contato telefônico com meu padrinho, o General Ulhoa Cintra, enteado do Marechal Dutra, e no dia combinado fomos até o apartamento dele, no bairro de Laranjeiras. Quando chegamos lá, encontramos outro convidado, se não me engano, General Manso do Rio Grande do Sul, e o tema da conversa da noite, que muito constrangeu meu pai – um democrata convicto - foi a perspectiva e a preparação de um movimento armado comandado pelo Exército brasileiro para derrubar o Jango, o Adhemar, o Magalhães Pinto e o Lacerda. Esse era o objetivo declarado, não realizado totalmente por conta de acertos posteriores.

Voltamos para a nossa querida cidade, Araraquara, com a certeza de que um golpe estava sendo planejado. Na sequência, vimos os movimentos que vieram logo após com centenas de pessoas organizadas pela Igreja, nas ruas, pedindo a destituição do governo “comunista”, com Deus pela Pátria, nas nascentes União Cívica Feminina e outras maluquices da época.

Ainda me lembro das notícias das movimentações do General Mourão, de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro com suas tropas, as notícias descontraídas, as rádios tocando incessantemente o Hino Nacional e as notícias sobre a derrubada do presidente João Goulart. Lembro-me também das campanhas do “Ouro para o Bem do Brasil”, em que os cidadãos brasileiros eram exortados e até constrangidos a participar para fortalecer o “estado brasileiro” contra o comunismo.

1 Engenheiro Civil, ex-preso político, presidente do Conselho Deliberativo do movimento Engenharia pela Democracia e membro da Comissão Facilitadora do Geração 68 – Sempre na Luta.

As notícias subsequentes foram terríveis com as perseguições perpetradas contra patriotas pelo novo governo golpista e me chocaram, pessoalmente, as prisões de dois jovens araraquarenses: o Sílvio Roberto Salinas (um ídolo e exemplo de ótimo aluno) e o José Arantes, que se tornaria uma importante liderança estudantil, morto pela repressão em 1971.

Minha família se solidarizou com os prisioneiros da ditadura nascente e lutou, como pôde, para denunciar essas prisões. Tanto isso é verdade que o Salinas, ao sair da prisão, ser desligado do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e começar a frequentar a Poli e a Física da USP, passou a frequentar a nossa casa e passamos a ter uma convivência muito maior com ele e, através dele, sabíamos das novidades que aconteciam no movimento estudantil. Daí nasce a minha militância no Movimento Estudantil.

1968 – As grandes movimentações de rua em São Paulo

1968 foi um ano em que eu estudava para entrar na faculdade de Engenharia em São Paulo. Aos quase 17 anos, eu vim para São Paulo com a missão de estudar muito para vencer a disputa para uma vaga na escola de Engenharia sonhada. Mas isso não me impediu de acompanhar algumas passeatas, ver o movimento da Maria Antônia na luta contra o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) do Mackenzie e de acompanhar os depoimentos do Jean Marc, do José Dirceu e outros. Mas não tive uma participação militante naquele período.

Lembro-me da tristeza exasperada que senti ao ouvir no meu rádio portátil a edição do Ato Institucional nº 5. Apesar da pouca idade, entendi logo a gravidade do que estava por acontecer.

1970 – Início da atividade militante no Movimento Estudantil

Logo no início do ano 1970, começo a estudar Engenharia na Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em São Bernardo do Campo. Uma das primeiras notícias que recebi: a invasão do Centro Acadêmico Saboia de Medeiros pela repressão política. Colegas sumiram da escola para não serem presos e era preciso reorganizar o Movimento Estudantil na FEI, fazendo jus ao seu passado de lutas contra a ditadura militar. Aí começa a minha militância efetiva no movimento estudantil.

E essa militância se expande para a PUC-SP. Minha dedicação à luta contra a ditadura militar e às causas do Movimento Estudantil me levam para dentro do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), onde começo a militar de forma organizada.

Dentro do PCdoB, no movimento estudantil, milito em vários níveis de atuação, com responsabilidades diversas, fico conhecido da repressão policial e passo

a ser procurado. A partir daí me localizaram e a perseguição começou... Eram anos de chumbo, a perseguição era implacável e existiram diversos episódios que não cabem nesse texto, mas que podem ser mais bem explorados em outros artigos. Mas tem um fato que deve ser mencionado e vou contar para os leitores.

Dia 02 de maio de 1972 – o dia em que quase fui preso pela Oban

Para relatar o fato, preciso contar as preliminares: a Operação Bandeirantes (Oban) prendeu vários colegas ligados à Ação Libertadora Nacional (ALN), PCdoB, UNE, União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) no começo de 1972. Estávamos todos preparando e organizando as comemorações dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, que não era bem vista pelos órgãos de repressão, quando ocorreu uma série de prisões e procura de militantes nas faculdades.

Pela secretaria da PUC-SP, soubemos que os órgãos de repressão tinham ido à PUC SP em busca de minha namorada, hoje esposa, para através dela me localizarem. A PUC-SP se tornou terreno perigoso para nós e deixamos de frequentá-la.

No dia 02 de maio de 1972, dia do meu aniversário, eu tinha um encontro com o companheiro da UNE, o “boa gente”, no centro de São Paulo e, como de costume, passei pelo “ponto” pouco antes do encontro e dei uma volta na região para retornar no momento exato marcado. Nesse caminho, encontrei a “Amélia” que me contou alguns fatos: 1. A Guerrilha do Araguaia tinha começado; 2. O Genoino tinha sido preso logo no primeiro dia enquanto se deslocava para avisar outros agrupamentos da guerrilha; 3. O “boa gente” tinha sido preso; 4. Os informes que vinham dos recém saídos do Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) davam conta que eu estava sendo muito procurado e a direção do Partido me pedia para abandonar a FEI, suprimir contatos com a família, mudar de casa, ... enfim, que eu entrasse na clandestinidade e foi o que foi feito e 5. que a irmã do Saulo, a Tuta Garlippe, estava no Araguaia e foi-me pedido que portasse uma carta dela para o irmão. A partir desses informes, eu não fui ao “ponto” e segui minha vida de acordo com as orientações recebidas.

Quase um ano depois fui preso no dia 01 de março de 1973, e fui logo torturado pelo Ustra e sua equipe. Uma das perguntas que me fizeram e, lógico que respondi com evasivas, e apanhei bastante por conta disso foi: Por que eu não estive no ponto em 02 de maio de 1972, já que eles estiveram lá?

1 de março de 1973 – a prisão pela Oban – DOI-CODI

Esse foi o dia em que fui preso e dei entrada no DOI-CODI sob intensa pancadaria e sendo torturado pessoalmente pelo Ustra, já que eu tinha sido

o portador de uma carta de uma militante do PCdoB relatando a sua prisão no ano de 1972, e com observações relacionadas ao pós prisão, período em que ela tinha que comparecer ao DOI-CODI todas as semanas para assinar o ponto via os veículos estacionados no pátio da Oban e os descrevia. Entre os veículos descritos estava um Opala amarelo, chapa..., que por ocasião da minha prisão eu soube tratar-se do carro do Ustra. O partido não sabia, mas avaliava que eram informações importantes e resolveu passá-las à ALN, só que não o fez, e a carta ficou esquecida na casa de um dirigente do PCdoB, e “caiu” junto com ele.

Fiquei 48 dias preso, fui muito torturado e vi muitos companheiros serem barbarizados, inclusive assisti ao assassinato do companheiro Alexandre Vannucchi contado por mim e por outros colegas numa série de vídeos e artigos do Geração 68 – Sempre na Luta em 2023, quando se completaram 50 anos da morte brutal daquele patriota. A partir daquele momento, todos os anos faço um artigo ou uma exposição para contar às futuras gerações os horrores daquele período que vivemos, com o objetivo de que não ocorra nunca mais.

Fui julgado e absolvido pela 1ª Auditoria Militar de São Paulo por crimes contra a Lei de Segurança Nacional vigente, mas nem por isso eu e meus companheiros / camaradas fomos deixados em paz. Segundo consta nos registros oficiais, existem anotações sobre as minhas atividades políticas até 1985. Mas não constam registros da invasão de minha casa e ameaças à minha esposa em junho de 1977, pouco depois do nascimento de meu segundo filho, nem a ameaça de morte enviada de dentro do DOI-CODI, caso eu caísse novamente, afinal era um período de exceção e a regra não era registrar irregularidades e crimes cometidos pelo Estado.

Minha participação junto aos movimentos populares continuou, mas vou abreviar o relato daqui para a frente por conta do espaço que disponho e dos fatos importantes a contar.

Greve metalúrgicos ABC em 1980

Eu morei em São Bernardo do Campo, SP, desde que comecei a estudar na FEI. Lá, eu sentia os movimentos que nasciam, cresciam e se fortaleciam e foi lá que vivi um dos momentos mais emocionantes de minha vida de militante, a greve dos metalúrgicos do ABC e a famosa passeata do dia 01 de maio de 1980, que passo a contar em breves linhas, mas que são exemplos de como deveríamos atuar nos movimentos em geral. Desaprendemos com o tempo...

Na minha opinião, o fato relevante daquele movimento grevista foi o apoio dado pela população de uma cidade sitiada e sob pressão das forças da repressão aos grevistas e suas famílias. Eu atuava no fundo de greve e, apesar das enormes

dificuldades, conseguimos manter as famílias alimentadas e com a contas emergenciais em dia.

Mesmo com todo o aparato policial contrário e com a prisão das principais lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos, o movimento continuava firme e forte. A participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das organizações sociais eram fundamentais para que a força e a resistência dos grevistas não fossem quebradas e para estabelecer vínculos fortes com a população local.

O dia 01 de maio de 1972 amanheceu com a praça da matriz lotada, os jornais da esquerda circulavam, documentos de apoio à greve rodavam de mão em mão e uma grande missa foi celebrada por D. Claudio Hummes e párocos progressistas que acompanhavam e apoiavam o movimento.

Ao final da missa, o povo se organizou para marchar rumo ao Estádio da Vila Euclides e quanto mais gente se juntava, mais as forças de repressão “mostravam os dentes” com helicópteros dando voos rasantes, cachorros preparados para nos atacarem, cavalaria a postos, pressão ostensiva, mas... nada fez com que aquela multidão desistisse do intento de fazer uma grande passeata. E assim foi feito, o povo desceu cantando “Pra não dizer que não falei de flores”, “o povo unido jamais será vencido” e outros gritos de guerra que nos uniam e fortaleciam.

O medo corrente era que, quando chegássemos ao Paço Municipal, uma área grande e aberta, seríamos atacados pelas forças da repressão. Para nossa surpresa, ao chegarmos lá... as forças da repressão tinham abandonado a cidade e a “República de São Bernardo” estava liberta. Continuamos até o Estádio da Vila Euclides, fizemos lá um grande ato e naquele dia a população da cidade “libertada”, sem sinais das forças da repressão, saiu para comemorar e namorar nas praças da cidade.

Aquele foi um grande exemplo de nossa força alicerçada na unidade dos movimentos sociais, da igreja, da população local, ..., um raro momento de unidade e demonstração de nossa determinação e força. Pena que, com o passar dos anos, tenhamos nos perdido em brigas intestinas, na destruição de movimentos sociais importantes e nos perdemos nas lutas pelo poder, a ponto de não estarmos preparados para defender a Democracia e deixarmos a direita se estruturar e até voltar ao poder anos depois através de um golpe bem engendrado..

Sei que muitos alegarão tendências internacionais, domínio das redes, ..., mas até onde desaprendemos e bloqueamos o desenvolvimento de nossas organizações sociais, estabelecemos prioridades equivocadas, nos acomodamos e não defendemos verdadeiramente as nossas bandeiras mais caras?

A Anistia concedida e seus reflexos nos anos seguintes ao fim da ditadura...

O movimento pela Anistia Geral e Irrestrita foi uma grande vitória nossa, dos movimentos sociais, mas cometeu o grande erro de permitir a anistia de torturadores, sequestradores, assassinos que, em nome da Ditadura Militar, cometeram todos os tipos de crimes contra patriotas, a ponto de hoje, quase 39 anos após o fim da Ditadura Militar, ainda convivermos com tentativas de golpe e não temos notícias da grande maioria dos companheiros mortos e desaparecidos no período 1964 a 1985.

A sociedade exige justiça e a não aplicação de uma verdadeira justiça de transição naquele período permitiu que torturadores e seus admiradores voltassem à Presidência da República no ano 2019 e perpetrassem todo tipo de arbitrariedades por longos quatro anos, provocando genocídios contra povos originários, contra a população em geral, ao permitir que mais de 700.000 brasileiros morressem na pandemia da Covid, destruíssem o estado brasileiro e as empresas estatais estratégicas, enfim...promovessem a completa destruição do Estado brasileiro e a aniquilação de importantes conquistas como as relativas ao Trabalho e à Previdência.

60 anos depois...

Hoje, fevereiro de 2024, ainda patinamos em questões importantes. Nós, que sempre estivemos na luta pela construção de um país mais justo e igualitário, onde a verdadeira Democracia composta de 3 pernas: a política, a social e a econômica, estivesse em vigência plena, não temos nenhum motivo para nos considerarmos satisfeitos e realizados pelas conquistas havidas nos muitos anos de nossa luta.

No início de 2023, aproximadamente 33 milhões de brasileiros lutavam contra a fome e a miséria absoluta, ainda falta muito a fazer nesse quesito. A Justiça de Transição, importante para colocarmos as forças retrógradas desse país encurraladas e julgadas adequadamente, continua esquecida, tanto em relação aos crimes cometidos na ditadura militar de 1964 a 1985 quanto em relação aos crimes cometidos pós golpe de 2016, notadamente os do período 2019 a 2023.

Infelizmente, continuamos a evitar o confronto com as forças do atraso que continuam escondidas e resguardadas nos quartéis onde não se aprende nada além de velhas lições de “lutar pela pátria e viver sem razão” e de como se preparar e se organizar para novos golpes futuros contra o povo brasileiro; evitamos o confronto com forças atrasadas acantonadas no Congresso Nacional, no Judiciário, no Executivo em nome de uma falsa ”governabilidade”;

preservamos a “política de salão” em detrimento da organização e preparação dos movimentos sociais para defenderem e reivindicarem por direitos importantes para o povo brasileiro, e nos preparamos para embates apenas eleitorais, tirando da nossa rotina de militantes da esquerda o foco na construção de um país mais igualitário e justo onde exista a verdadeira Democracia (Democracia Política, Democracia Social e Democracia Econômica).

O nosso objetivo ao recontar essa história é garantir que golpes, como os de 1964, de 2016 ou a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, nunca mais ocorram nesse país, bem como alertar para a necessidade de lutar pela reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, extinta no último governo e pela Justiça de Transição que julgue e puna os crimes contra o povo brasileiro nos anos 1964 a 1985 e 2019 a 2022, incluindo 08 de janeiro de 2023, sem deixar de lado a necessidade de nos mantermos unidos em torno de pautas comuns para construir um novo país mais justo e igualitário para nossas futuras gerações.

É por conta delas que nossa luta continua e é por conta delas que continua nossa resiliência, nossa força e obstinação para transmitirmos a elas que vale a pena lutar por justiça social e contra esses fantasmas da extrema direita que insistem em nos assombrar de tempos em tempos...

Enquanto não conquistarmos a estabilidade democrática plena e houver brasileiros passando fome e vivendo na miséria, a luta continua...

ENTRE VERSOS, ESTROFES E RIMAS: O GESTO DE POETIZAR COMO GRITO DE RESISTÊNCIA EM 1964 E NO TEMPO PRESENTE

Ana Paula Correia Mari¹

Por onde começar? Reminiscências

[...] Escrever é também não falar. É se calar. É berrar sem fazer ruído. [...].
(Marguerite Duras)

Começar, talvez, seja a parte mais difícil do ato de escrever. Ao rabiscar as primeiras linhas, nos deparamos com o desconhecido. “Escrever é tentar saber o que escreveríamos se fôssemos escrever – só ficamos sabendo depois – antes, é a pergunta mais perigosa que podemos nos fazer. Mas também é a mais comum” (DURAS, 2021, p. 64). Neste gesto, poético e político, que aqui se inscreve, tentamos saber o que escrever quando a palavra, por si só, não é suficiente para nos contar sobre um passado que não passou.

Se, por um lado, desconhecemos as próximas palavras que costurarão este texto, por outro, sabemos a pergunta – um tanto perigosa, um tanto assustadora – que norteia este capítulo: ‘Onde estávamos quando a sociedade brasileira foi duramente golpeada com a implantação da ditadura civil-militar?’. Essa pergunta, para além de nos nortear, se desdobra, também, em outra: ‘onde estamos, quando, ainda hoje, nos são mostrados resquícios de um passado sombrio que insiste em nos rodear?’.

Se “todo ato de lembrar encerra atos de esquecer” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 17), comecemos, pois, pelas reminiscências: em torno do ‘lembrar’ e do ‘esquecer’, por entre os borrões da memória e da história, vamos, por meio da *pá-lavra* poética, escavando narrativas outras.

1 Mestra em Teoria do Direito e da Justiça pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo de Estudos Literatura e Ditaduras, vinculado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tecendo poesia, costurando histórias

[...]
*Há um país submerso nos oceanos do sul,
submerso na memória do sul,
aquela memória que não erigiu monumentos
e busca recompor seu passado de areia e
ventos.*
[...]
(Pedro Tierra)

Se a pergunta-motor ‘onde estávamos quando a sociedade brasileira foi duramente golpeada com a implantação da ditadura civil-militar?’ alicerça a escrita que aqui se funda, é, também, com a indagação poética de Pedro Tierra que a reiteramos:

[...] Adivinho na boca dos oprimidos,
algumas perguntas:
Onde estávamos que não
percebemos a chegada dos mortos?
Que não nos rebelamos
contra o governo dos mortos?” [...]
(TIERRA, 2010, p. 41).

Algumas perguntas não alcançam respostas – ou talvez, respostas satisfatórias –, mas podemos afirmar que no momento em que ideais democráticos foram ceifados com a instauração de um estado de exceção, a poesia² se fez presente, “[...] como um grito de metal fundido” (TIERRA, 2010, p. 29). Na poesia, “[...] as palavras são sub-vertidas e se procriam nas ruínas do próprio dizer/escrever, para dar voz ao que não pode ser dito, a não ser pelo ato re-fundante de transgredir todo o dito e instituído sentido” (MARI; PIMENTA, 2023, p. 110). É na e através da poesia que as vozes silenciadas emergem, revelando, assim, outra(s) história(s), ainda não contada(s).

Os textos poéticos que, durante o regime militar, chegavam ao público de “mão em mão” (JUTGLA, 2015) simbolizam o poder da resistência: o fato de lermos o trecho poético acima, de autoria de Pedro Tierra, é, por si só, um ato de resistência, haja vista que os poemas que compõem a obra ‘Poemas do Povo da Noite’, escritos durante o período em que esteve no cárcere (em razão de sua atuação política), foram rabiscados em pedaços de papel de cigarro, para escapar das revistas constantes nas prisões por onde Tierra passou

2 A poesia, como resistência, se fez e ainda se faz presente, apesar de, ainda hoje, permanecer em segundo plano, como afirma Jutgla (2015).

(TIERRA, 2010). Resistência essa que costurou o ‘nós’: a imprensa alternativa, que não se rendeu ao poderio ditatorial; as editoras de oposição que contribuíram para a confecção e distribuição de livros de opositores do regime militar que foram presos e/ou exilados; os opositores à ditadura que fizeram de seu próprio corpo um local de renitência (vindo a testemunhar sua experiência traumática por meio da arte poética-literária [como os poetas-testemunhas, a exemplo de Pedro Terra e Lara de Lemos], da arte audiovisual [como Lúcia Murat, na direção do documentário ‘Que bom te ver viva’], dentre outras formas artísticas de externar a experiência traumática e as narrativas não abarcadas por uma pretensa oficialidade histórica).

Se, no tempo passado, as narrativas das vítimas da ditadura civil-militar brasileira foram (e ainda são) ofuscadas, o campo literário – e aqui, especificamente, a poesia – revela-se como um espaço a partir do qual pode se realizar o testemunho, ainda que, diante da truculência do aparato estatal-ditatorial, pareça, por vezes, impossível narrar o inenarrável.

Como um fantasma a nos rondar, o autoritarismo está sempre à espreita – e os ataques à Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, foram a materialização desse assombramento. Mas se em 1964 a poesia se fez presente, como meio de combate à opressão ditatorial, num passado recente, ela também mostrou sua face:

[...] O que somos nós senão bandeiras
que passamos de uma a outra mão
sobre o tumulto?
Geração após geração?
[...]
Não pedirei perdão
ao tribunal dos inimigos
que acalentam desde sempre
o sonho do cepo e do machado
sobre minhas mãos.
[...] (TIERRA, 2021, p. 157-158).

E ainda, se na seara jurídica, percebemos certo silêncio (ou silenciamento?) em torno da ditadura e da não-responsabilização dos agentes do regime militar que cometeram crimes de lesa humanidade, na seara literária-poética intenta-se sepultar os mortos, dando-lhes nomes, rostos e vozes. Extrapolando a seara literária, mas mantendo-se o anseio de escrever uma outra história, pautada verdadeiramente em ideais democráticos, em 2022 foi feita a ‘Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito’, documento elaborado pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cujos signatários foram muitos, num gesto de luta e resistência

que reverberou na leitura dessa carta em várias universidades do Brasil. Esta carta, mais que um documento, foi o registro-desejo de mãos e vozes que ansiavam pela salvaguarda da democracia. Em tempos difíceis, cujos resquícios autoritários se tornavam cada vez mais visíveis, cada qual tentou (e continua a tentar), a seu modo, combater posturas autoritárias que fragilizam nossa democracia brasileira.

Através da poesia testemunhal, busca-se alcançar a justiça para os mortos, os desaparecidos e os sobreviventes da ditadura civil-militar brasileira. Busca-se alcançar uma justiça poética. Justiça essa que, diante de uma colcha histórica cheia de buracos, intenta costurar retalhos-narrativas encobertos e esquecidos, mas que dela também fazem parte. Sejamos, pois, costureiros desse tempo passado-presente, não permitindo que essas vozes (as das vítimas da ditadura) continuem sendo alvos de políticas memorizadas.

Como terminar? Fazendo do corpo olvidado um corpo poetizável

[...]
*Se entre os companheiros ainda
há quem pergunte a razão
dos poetas,

encontra, primeiro, teu lugar na
barricada, depois, entre os combatentes,
aponta

o rosto enérgico de sua poesia.
(Pedro Tierra)*

Ao procurarmos o significado do termo ‘corpo’, comumente encontramos denominações que o vinculam e limitam às condições fisiológicas. Todavia, um corpo é também reflexo do contexto histórico-social no qual está inserido. É no corpo que a violência se inscreve e é, também, através de um corpo que se pode carregar outros (GONÇALVES, 2022). É no corpo que as pessoas violentadas – e aqui, especificamente, as vítimas da ditadura civil-militar brasileira – reescrevem sua história. É no corpo que a resistência se manifesta e se consagra.

Como leitores(as) e ouvintes de narrativas outras, cuja oficialidade histórica constantemente as apaga, escrevemos em nossos gestos e corpos outras histórias, no plural, que não se curvam ao discurso hegemônico dos opressores. Como resistência ao silenciamento que, passados sessenta anos desde a implantação do golpe de 1964, ainda vigora em nossa sociedade e é, conti-

nuamente, fomentado por instituições que, a princípio, deveriam combatê-lo, escrevemos. Como resistência ao preterimento ao qual a poesia, por vezes, é submetida – em especial, a poesia de teor testemunhal, escrevemos.

Lançamos nossos corpos à escritura do *corpus* desta obra coletiva, cujas linhas, que percorrem o tempo passado-presente, intentam escavar, por entre as ruínas de uma história não contada, vozes e rostos enterrados no esquecimento. Façamos, pois, do corpo histórico olvidado um corpo atuante no tempo presente, um corpo poetizável, cujas linhas percorrem as geografias da luta e resistência.

Referências

DURAS, Marguerite. **Escrever**. Trad. OLIVEIRA, Luciene Guimaraes de. Belo Horizonte, Relicário, 2021.

GONÇALVES, Mariana Figueiredo Moreira da Rocha. **Necroestética**: de espectador a testemunha. In: Nas entranhas do Direito métodos e escritas do corpo. REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; VIANA, Igor Campos; BETTONI, Isabela de Araújo (Orgs.). Belo Horizonte: Editora Expert, 2022.

JUTGLA, Cristiano Augusto da Silva. Poesia de resistência e a luta por Direitos Humanos. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 1, n. 28, 2015, p. 397-414. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/98618>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MARI, Ana Paula Correia; PIMENTA, Luciana. **A “imensa” tarefa de dar voz ao silêncio**: da estética de Cildo Meireles à poética de Pedro Tierra – uma compreensão pluridimensional do real. In: A captura do real e os intraduzíveis na literatura latino-americana sobre as ditaduras. LACERDA, Amanda; CLAUDIANO, Leonardo, IGNÁCIO, Valéria (Orgs.). OLIVEIRA, Francisco I. D. de (editor). Parnamirim, RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

TIERRA, Pedro. **O que somos senão bandeiras?**. In: PUCHEU, Alberto (Org). Poemas para exumar a história viva: um espectro ronda o Brasil. São Paulo: Editora Bregantini, 2021.

TIERRA, Pedro. **Poemas do Povo da Noite**. 3ª. ed. rev. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

A GERAÇÃO NASCIDA COM O GOLPE MILITAR: REVERÊNCIA E DESCUIDO COM O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Antônio de Padova Marchi Júnior¹

As pessoas nascidas na década de 1960 cresceram sob o regime militar e, regra geral, só passaram a conhecer a dimensão da realidade política-institucional brasileira ao atingir a maioridade, já coincidindo com o período final de transição entre o governo do Gen. João Figueiredo e a Nova República.

Portanto, a compreensão do que havia ocorrido naqueles 21 (vinte e um) anos de ditadura militar só foi alcançada a partir das fontes acadêmicas, dos trabalhos jornalísticos e das diversas artes que, paulatinamente, foram apresentando recortes sem censura do período.

O aniversário de 60 (sessenta) anos do golpe que instituiu o regime militar no Brasil é propício para diversas e necessárias reflexões, especialmente após os ataques às instituições democráticas experimentadas em seguida ao legítimo resultado do último pleito presidencial.

O presente ensaio tem a pretensão singela de provocar o debate sobre o porquê aquela geração demonstrou o conflituoso comportamento de reconhecer e venerar os esforços estudantis na luta contra o regime militar e, ao mesmo tempo, dele se descuidar a ponto de permitir que as gerações seguintes deixassem de se engajar nos processos de participação política. Afinal, o grande protagonismo assumido pela juventude estudantil brasileira na luta contra a ditadura precisa ser restaurado o quanto antes. Chama a atenção hodiernamente a predominância dos mais idosos nas grandes manifestações populares e o perigoso distanciamento dos jovens e dos estudantes.

Em nenhum momento depois da redemocratização deixou-se de reconhecer e de celebrar a organização e a resistência política dos estudantes de todo o Brasil contra o retrocesso imposto pelo golpe militar, descaradamente retratado na proibição de partidos políticos, no emprego indiscriminado da tortura, no fechamento do Congresso e na execução de militantes.

O movimento estudantil ganhou musculatura na década de 60 em razão do momento político-social vivenciado na época, sendo certo que, até então, buscava promover a reforma universitária e a valorização da educação.

¹ Procurador de Justiça do MPMG. Mestre e Doutor em Direito pela UFMG. Professor do Curso de Direito do IBMEC.

Após o golpe militar, não tardou para que se unisse aos trabalhadores e a outros setores da sociedade no enfrentamento de causas políticas maiores, notadamente por meio das tradicionais União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Estadual dos Estudantes (UEEs), além das novas organizações como a Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP), entre outras.

Por isso, foi perseguido de plano pela ditadura, inclusive com o sempre lembrado incêndio da sede da UNE no primeiríssimo dia do golpe, 1.º de abril de 1964. Centros acadêmicos foram fechados e, pouco depois, em outubro daquele ano, o Congresso aprovou o decreto que extinguiu a UNE e proibia atividades políticas nas universidades.²

Mesmo na clandestinidade, continuou atuando em razão do alto nível de organização alcançado até sofrer um severo processo de desarticulação a partir da chamada “Queda de Ibiúna”, com a prisão das principais lideranças no XXX Congresso da UNE, realizado em 1968 na cidade de Ibiúna-SP. Essa desarticulação se agravou depois do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), em dezembro de 1968, e do Decreto-Lei n.º 477, de fevereiro de 1969. O primeiro, entre outras coisas, suspendia todas as garantias constitucionais e individuais e desencadeava uma violenta campanha repressiva; e o segundo ratificava a proibição de toda e qualquer manifestação política ou de protesto no interior dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares.³

A década de 70 foi marcada por um corajoso movimento de resistência e recomposição das organizações estudantis, as quais, principalmente a partir de 1977, passaram a desempenhar importante papel na luta em favor da anistia e das liberdades democráticas.⁴

O notável reconhecimento dos feitos relacionados ao movimento estudantil nas décadas de 60 e 70, inclusive com o justo respeito aos seus heróis, não foi suficiente para transmitir o mesmo entusiasmo às novas gerações.

Ainda que se compreenda a incompatibilidade daquele tipo de militância no contexto líquido atual, onde tudo se transforma em velocidade espantosa, é preciso questionar o que levou à dispersão do movimento estudantil até a letargia em que se encontra.

2 Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/card/movimento-estudantil>>. Acesso em 11.1.2024.

3 Cf. BARBOSA, Andreza. A (des)articulação do movimento estudantil: (décadas de 80 e 90). Disponível em < <file:///C:/Users/PGJMG/Downloads/pbarros1,+Andreza.pdf>>. Acesso em 11.1.2024.

4 Cf. PELLICCIOTTA, M. M. B. Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 70. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997. Disponível em < <https://www.historiografia.com.br/tese/3206>>. Acesso em 11.1.2024.

Andreza Barbosa elencou três hipóteses para o fenômeno: (i) a apatia que se abateu sobre o meio estudantil e sobre a população brasileira como um todo após o ano de 84, com o término do regime militar; (ii) o individualismo da sociedade brasileira como consequência da política neoliberal e globalizante que vivemos e (iii) a partidarização do movimento estudantil.⁵

Qualquer uma das três lúcidas conclusões da pesquisadora permite concluir a respeito do fracasso em se manter acesa a chama revolucionária da juventude nas gerações posteriores, proporcionando uma perigosa acomodação em desfavor do regime democrático.

Nesse ponto, a conjuntura atual deixa transparecer a fragilidade da democracia brasileira, pois, se tivesse sucedido a repetição do golpe (que por pouco, muito pouco, não ocorreu), a importante coluna estudantil não se portaria com a mesma altivez e desprendimento de outrora.

Entre tantas possibilidades proporcionadas pelas redes sociais e pelo avanço tecnológico, é preciso encontrar uma forma de motivar e resgatar o “Coração de Estudante” retratado pelo poeta

Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes plantas e sentimento
Folhas, coração, juventude e fé

5 Cf. BARBOSA, Andreza. A (des)articulação do movimento estudantil: (décadas de 80 e 90). Disponível em < <file:///C:/Users/PGJMG/Downloads/pbarros1,+Andreza.pdf> >. Acesso em 11.1.2024.

60 ANOS APÓS 64

Antônio Pinheiro Salles¹

O golpe de Estado de 1964, que impôs a ditadura militar, está completando 60 anos. E, como a maioria da população tem memória curta, justifica-se a decisão de trazer à tona, hoje, algumas informações sobre o longo período de trevas. Somente conhecendo os malefícios do regime militar, com seus ignóbeis porões e atrocidades, será possível dificultar (ou impedir) a repetição dos crimes aqui praticados contra a humanidade.

Após a Segunda Guerra, o mundo ficou praticamente dividido entre as duas principais potências imperialistas: União Soviética e os Estados Unidos. Os objetivos norte-americanos foram alcançados na África, na Ásia e na América Latina. Mas, naturalmente, houve resistência. Afinal, a opressão e a exploração não são invencíveis conforme a vontade das classes dominantes. Assim, ainda que os Estados Unidos não aceitassem sofrer uma derrota tão avassaladora, revolucionários cubanos depuseram o ditador Fulgêncio Batista na ilha que fica a apenas 165 km do território estadunidense. Com exceção de Cuba, os Estados Unidos não perderam o controle da América Latina, muito menos de um país estrategicamente importante como o Brasil.

Atualmente, porém, a potência norte-americana preocupa-se em ampliar sua atuação em diversas partes do mundo. Pode-se citar o exemplo do apoio político, econômico e bélico a Israel, que está promovendo um genocídio contra a Palestina. Lembre-se, o golpe de 64 no Brasil já vinha sendo preparado desde o suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A partir de 51, agravou-se a situação do país, que já havia sofrido as agruras do Estado Novo. Após o governo de Juscelino, veio a renúncia de Jânio Quadros e vieram as dificuldades para a posse do vice João Goulart.

Desenvolvidas as enormes contradições entre esquerda e direita, começou-se a conspiração contra os avanços da classe trabalhadora. Lamentavelmente, a direita foi vitoriosa. Com apoio dos latifundiários, grandes empresários, políticos reacionários e a participação dos Estados Unidos, criaram-se vários organismos para o controle dos movimentos com influência nos partidos e organizações populares.

1 Jornalista. Tem oito livros publicados, um dos quais traduzido na Alemanha e na Suíça, onde foi lançado com a presença do autor.

Dos organismos mais atuantes, nascidos graças aos dólares norte-americanos, citamos: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e a católica Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Outro relevante mecanismo a considerar foi a Aliança para o Progresso, que promoveu um assistencialismo capaz de iludir parcelas da população latino-americana.

Um dos momentos mais trágicos da história do Brasil teve à sua frente cinco generais simpatizantes de Hitler, revezando-se no comando de uma sangrenta ditadura cujos horrores e dores, 60 anos depois do seu início, ainda perpassam os 8,5 milhões de km² do nosso território. Sim, porque, como os sobreviventes conduzem no corpo e na alma as profundas sequelas das torturas, os rios, montanhas, planícies e cidades padecem com as feridas deletérias que não se recuperam jamais. Por isso, as pessoas assassinadas permanecem no coração de quem exige a punição dos torturadores e demais facínoras políticos.

Sequestrados, os defensores da democracia e do socialismo eram arrastados para os porões. E logo, já sem roupa, com os olhos vendados, começavam a conhecer o martírio da tortura propriamente dita. Os presos eram agredidos com pedaços de pau, barras de ferro e o mais terrível espancamento. Nesse clima de horror, a pessoa passava pelos mais indescritíveis métodos de torturas, padecendo no pau-de-arara, com queimaduras, choques elétricos na vagina e nos seios das presas políticas. Os algozes estupraram mulheres e homens. Furaram olhos, afundaram crânios, quebraram ossos, urinaram na cara de presos desfalecidos, afogaram crianças em banheira.

Tudo o que se disser será insuficiente. Só quem sofreu esse tormento pode ter uma noção verdadeira da sua dimensão, embora nunca consiga descrevê-la com exatidão. Sobre os assassinatos e desaparecimento dos restos mortais de pessoas sequestradas, os familiares, em sua maioria, não tiveram oportunidade de oferecer uma sepultura digna. Se não se pode ter a pretensão de tudo abordar a respeito do que houve de mais estarrecedor na repressão política, deve-se citar pelo menos a criação e o funcionamento da Operação Condor.

Com a supressão das fronteiras geográficas, para possibilitar a atuação criminosas das ditaduras, essa entidade terrorista reuniu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Além dos militantes políticos, existem informações de que dois ex-presidentes brasileiros, João Goulart e Juscelino Kubitschek, foram assassinados por decisão desses abutres acobertados no sopé dos Andes. Sobre esses crimes, o Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) faz uma permanente campanha por Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Ela é voltada para operários e líderes sindicais vítimas das empresas que financiaram a repressão.

Sob o opróbrio dos 21 anos de ditadura nazifascista, o Brasil permaneceu debaixo do comando de cinco generais. Cada um deles queria ser mais truculento que o outro. Embora mentissem, sabiam dos horrores exigidos pelos cinco tiranos, fossem da linha dura ou do grupo da Sorbonne. A diferença que colocava Médici à frente é que seus bate-paus eram mais eficientes nas salas de tortura. Cite-se o exemplo dos sádicos assassinos Brillhante Ustra e Sérgio Fleury.

Quando a ditadura recorria a algum dos 17 Atos Institucionais, adquiria fundamentação para suas decisões arbitrárias. Portanto, eram essenciais à tirania do regime. No entanto, não se pode negar: a edição do AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Ele deve ser considerado um golpe mais drástico que o próprio golpe de 64.

Nesse período, entretanto, houve greves operárias, reconstrução da UNE, nascimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), gente na rua, resistência armada, sequestro de diplomatas, mobilização em defesa da anistia política, fundação do Movimento dos Sem Terra (MST) e eleição direta para presidente da República. Mais: no dia 15 de março de 1985, o general João Batista Figueiredo deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos.

Com o fim do regime discricionário, o Brasil teve oito presidentes. O último foi o estúpido Bolsonaro, organizador de uma tentativa de golpe em 08/01/23. Nenhum deles buscou alternativas para a punição dos criminosos, terroristas, que atuaram nos porões durante os longos anos de chumbo. Também, nem defenderam as Reformas de Base, que assumidas por João Goulart, contribuíram para a sua deposição.

Concluindo, informo que 60 anos atrás eu era estudante universitário na Bahia, pouco tempo depois de deixar a roça da minha mãe e do meu pai. Não custei a participar das lutas contra a ditadura e em defesa do socialismo, da libertação humana. Se lutei de armas na mão, é que estava convencido, como estou hoje, de que o capitalismo, as classes dominantes e os seus lacaios jamais aceitarão abrir mão dos privilégios e caminhar ao lado de quem se alegra em trabalhar, produzir e viver, tendo atendidas todas as suas necessidades.

Com sequelas irreversíveis e as debilidades causadas pelos nove anos de cárcere, além da idade avançada, reconheço que já está curto o meu tempo de vida. Tenho muito mais passado que futuro. Então, não vou desperdiçar o que resta da minha existência. E não deixarei de contribuir para a tão necessária transformação política, econômica e social do mundo em que vivemos. Tenho a sólida convicção de que um novo mundo é possível. Confio na classe trabalhadora. Eu acredito na humanidade.

Goiânia, 06 de janeiro de 2024.

AS INCERTEZAS DOS RACIOCÍNIOS, SONHOS, PESADELOS E O APRENDIZADO

Apolo Heringer Lisboa

Janeiro de 2024

Este texto será leve. Apesar de tudo que aconteceu com a gente, de dor e lágrimas, as amarguras não podem prevalecer sobre a esperança. O tempo que permite a reciclagem, essa *ressurreição*, cobra coerência e coragem interior. Esta obra não é epitáfio. O mais importante é nosso deslumbre enquanto sujeito e objeto da história vivendo, no mistério da vida, a construção da mentalidade universal.

Somos produtos diretos das gerações que viveram a grande guerra de 1939-1945, o pós-guerra e a chamada *guerra fria*, o período Vargas que reestruturou a economia, o golpe civil-militar de 1964, a Anistia e a promulgação democrática da Constituição de 1988 e os dias de hoje. Somos atores e testemunhas vivas das crises globais explodindo em nosso continente. Aqui, a Europa aportou em 1500 trazendo a cultura do Império Romano, da Grécia e dos hebreus, impondo ao Brasil a terrível experiência da escravidão dos autóctones e africanos desde 1532, com as Capitânicas. O mercado do açúcar na Europa fortaleceu a burguesia de lá, presente aqui também nas plantações e usinas do agro e na navegação, catalisando a revolução industrial do século XVIII que viria dois séculos depois. Assim, o Brasil teve um protagonismo internacional sem precedentes para uma colônia, condição ímpar de se tornar sede de um Império presente em quatro continentes. A introdução do modo de produção capitalista criou uma realidade política e econômica avassaladora e criou condições favoráveis às descobertas fundamentais na física, química, biologia e ciências sociais com avanços tecnológicos numa magnitude e velocidade jamais vistas. Claro que tudo isso foi resultado de séculos de acúmulos qualitativos e quantitativos em conhecimentos e experiências vividas pela humanidade em todos os níveis imagináveis, em todas as latitudes e hemisférios. A ordem global foi sendo alterada num ritmo vertiginoso, sistêmico, desigual e combinado, pleno de abundância e fome, melhorias dos indicadores de saúde, aumento da população, guerras, epidemias, depressões e perplexidades.

Longevas estruturas feudais, monárquicas, absolutistas, tiranias religiosas foram sendo arremessadas para a beira da estrada, os vencidos ou engana-

dos buscavam vinganças se preparando para restaurar seus poderes. Levantes operários e populares para derrotar os abusos do capitalismo na Europa e demais continentes fracassaram inicialmente e a burguesia empoderada consolidou seu poder global. Mas as duas grandes guerras no século XX expuseram as fragilidades políticas do sistema capitalista no plano internacional ampliando difusamente a resistência anticolonial e anti-imperialista.

Guerras intercapitalistas, revoluções populares, social-democracia, comunismo.

O continental império russo **czarista**, já mal das pernas, acabou sendo arrastado para uma complicadíssima guerra (1914-1918) imposta por alianças regionais que se alteraram em pleno conflito. Insatisfações empurraram a Alemanha recém unificada a declarar guerra à Rússia já ligada à Entente França e Inglaterra. Nesse *imbróglio* caótico de derrota militar o poder político czarista colapsou e o partido bolchevique, liderado por Vladimir Lênin, assumiu o poder, à frente de um avassalador movimento popular que uniu uma população faminta e soldados de um exército derrotado. Lênin foi capaz de proclamar a **república** e manter a unidade do Império herdado pela revolução. Evento de grande significação geopolítica, a revolução russa transferiu um grande império monárquico e ortodoxo às mãos de uma revolução popular com lideranças altamente competentes no que havia de mais avançado na Europa. Esse bloco de países escapou do controle político e econômico da Europa ocidental.

Lênin negociou a paz em separado com a Alemanha para aliviar a pressão (interessava aos dois lados, a Alemanha estava sendo derrotada), alimentar o povo, resolver a gravíssima questão militar e reorganizar o aparelho estatal para fazer frente a uma aliança do capital industrial e financeiro que derrotou a Alemanha decidido a asfixiar a república dos **soviets**, articulado a um levante contrarrevolucionário na Rússia. Armou-se uma guerra civil contra os bolcheviques. Esse surto revolucionário foi o primeiro broto da **segunda onda** de revoluções industriais se expandindo pela Europa oriental e com uma novidade: **sem liderança burguesa!**

Uma multidão armada e convulsionada com lideranças emergentes em busca de um rumo, com muita teoria marxista na cabeça, que refletia a Europa ocidental capitalista avançada. Mas a URSS era uma grande fazenda monárquica com camponeses fieis à igreja ortodoxa trabalhando com arados de madeira e tração animal, um país sem eletrificação, com Moscou e Petrogrado sendo ilhas urbanizadas naquele mundo continental atrasadíssimo, falido e traumatizado. Esses acontecimentos na Rússia marcaram profundamente a **história do Brasil** vivida por nossas gerações.

Na sequência, veio a revanche alemã, explodindo a segunda guerra (1939-1945), ensejando a **terceira onda** republicana de revoluções na Europa oriental, na Ásia, Oriente Médio e África, inclusive movimentos sem nenhum vínculo com o marxismo, como na África e entre muçulmanos. Essas ondas se encaminharam naturalmente para revoluções industriais numa conjuntura de afirmação nacional popular anticolonialista e anti-imperialista se aproveitando da guerra entre as potências capitalistas. Mas o discurso da maioria desses movimentos ou era marxista ou assim acusada. Essas nascentes repúblicas não tinham como executar a proposta clássica comunista de países industrializados com um proletariado amadurecido nas lutas sociais e democráticas e com liderança social-democrática experiente. Só tinham a miséria para dividir e terras. Mas era o discurso dominante na revolta capaz de mobilizar as massas populares pobres, como um mundo fantástico a ser alcançado, inclusive tinha apoio dos comunistas europeus marxistas como Lênin e Trotsky. **Importantíssima essa questão teórica!** Uma coisa é revolução popular proclamando a república. Outra é revolução comunista, segundo Marx e Engels. Kautsky abordou essa questão, vejam adiante. E Lênin improvisou a teoria de queimar etapa para saltar direto ao comunismo, com a industrialização acelerada e a tentativa do coletivismo na agricultura. Mao também viveu esse dilema.

Essas tarefas republicanas teriam que ser a industrialização não o controle da produção industrial capitalista inexistente até então, pois não havia liderança burguesa independente nessa periferia. Assim, Tateando, essas repúblicas foram implantando reformas econômicas com foco na industrialização e batendo cabeça na reforma agrária, como estratégias contra a restauração monárquica, colonial e imperialista, pragmaticamente e consolidando um estado burocrático forte dominado por um partido militarizado numa sociedade pré-industrial. Para muitos, ficaram como sinônimo de repúblicas comunistas, um equívoco pleno de consequências que a história devolveu à praia! E que explica o colapso do bloco soviético, afundado em sua crise congênita e constitutiva, hereditária podemos dizer, acelerado com a queda do Muro de Berlim em 1989.

Aqui destacamos evento histórico notável no continente americano, a **Pacha Mama** dos indígenas. A independência do domínio europeu precedeu em mais de um século a independência asiática, do oriente médio e africana, foi bem antes de 1850. E, no entanto, ficamos semiparalisados diante da dependência à Londres e Washington, sobretudo após a doutrina Monroe. Aqui no Brasil, os embates entre a proposta das reformas de base no governo João Goulart, as velhas lutas do PCB e a reação da direita que desfechou o golpe civil-militar de 1964 refletiam a radicalização da guerra fria entre Estados Unidos e União Soviética e os acontecimentos em Cuba, na China e Vietnam. Washington apresentava os conflitos como sendo entre capitalismo e comunismo, democracia e ditadura, Deus e os ateus, mitos fortíssimos martelados na cabeça do povo.

Quando fundamos a **Colina** – Comandos de Libertação Nacional-MG, por volta de 1967, esboçamos essa discussão do caráter do movimento que teria que ter implicações importantes na construção das alianças, mas não teve. A União Soviética tinha hegemonia no movimento comunista internacional enquanto a China de Mao e no Vietnã de Ho Chi Minh formaram amplas frentes populares de união nacional durante e após a segunda guerra. Enquanto isso a Rússia mantinha a opressão colonial em seu império! Mao e Ho Chi Minh perceberam a importância de esclarecer a **contradição fundamental** (Capital e Trabalho) de um período histórico maior, da **contradição principal** da conjuntura imediata (**interesse nacional e imperialismo ou colonização**). Isso permitiria romper a polarização levada a cabo pela propaganda imperialista na guerra fria, que era uma versão deformante da realidade, mas que talvez a política hegemônica da União Soviética tirasse proveito favorável à sua liderança.

Numa perspectiva histórica, sugiro consultas a Karl Marx, ao austríaco Karl Kautsky e ao russo Georgi Plekhanov, algumas de minhas referências nesse tema. Georges Marchais, um conservador presidente do PC Francês, apoiava a estratégia soviética de condicionar a independência nacional das colônias russas e francesas, nesse caso cito aqui Vietnã e Argélia, à vitória comunista mundial! O nome URSS era um eufemismo imperial que acabou provocando forte resistência política e cultural à Rússia em toda a região. O nacionalismo não morreu politicamente, nem culturalmente. Nem economicamente.

Todas repúblicas populares priorizaram, de fato, a industrialização com fim de manter sua autonomia nacional, inclusive militar. China e Rússia chegaram a entrar em guerra na Mongólia. Nessa época, as divergências eram tão fortes que houve um acordo entre China e EEUU com viés antissoviético e a China aplaudiu o golpe de Pinochet no Chile, em sua estratégia geopolítica. O caráter capitalista de estado dessas repúblicas improvisou seus quadros como dirigentes de indústrias, inclusive amargando a necessidade de super exploração de seus trabalhadores num esforço de acumulação primitiva de capital. A dialética da história não se sensibiliza com *slogans e marketings* de ocasiões produzidos por partidos.

O materialismo histórico é dialético! Por uma questão de honestidade intelectual é indispensável a leitura do livro *A Ditadura do Proletariado* de **Karl Kautsky**, que presidiu a segunda Internacional Comunista e foi destacado líder da Social Democracia europeia. Lênin foi membro do partido social democrático russo. Nossa geração não leu esse texto de Kautsky, incluiu os antigos quadros do PCB. Kautsky não negava a revolução russa já em curso nas ruas, palácios e quartéis. Ele advertia Lênin que a revolução russa era de caráter democrático, popular, nacional de construção da revolução indus-

trial o que permitia uma ampla aliança social e política republicana e não a ditadura do partido bolchevique em nome de um proletariado industrial inexistente. Mas a resposta de Lênin bloqueava a leitura de Kautsky e o diálogo pelo próprio título O Renegado Kautsky. Lamentável, talvez tivesse poupado a população e o partido de muitos traumas internos e, conseqüentemente, do estalinismo. Talvez, no futuro próximo, o socialismo democrático trará a paz ao mundo e o respeito nas relações internacionais poderá ter um formato social-democrático com prevalência dos valores do trabalho sobre o capital e a superação noutra dimensão civilizatória da contradição Capital Trabalho.

Aqui, no pós-1964, por uma insuficiente formação teórica e da história do Brasil, de um marxismo leninismo copiado e a tendência a seguir modelos externos de forma dogmática, nós cometemos o erro de opor ao militarismo de direita implantado em 1964 uma forma de luta com conteúdo militarista de esquerda, copiando erradamente que houve em Cuba, o que acontecia na China e no Vietnã. A direita se impôs com apoio dos EEUU e deu o golpe com significativo apoio social. Imitação e cópia nunca dão certo. Expus isto ainda em 1969 no texto Revolução no Foquismo, assinado Hélio Moreira, apresentado ao Congresso da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares - Vanguarda Popular Revolucionária - (VAR-VPR), em Teresópolis, que busco recuperar nalgum arquivo. Nós conhecíamos mais a história russa, chinesa e cubana que a brasileira e latino-americana. Àqueles e àquelas que heroicamente tombaram ou foram despedaçados na tortura e que realizaram ações libertando presos e presas da tortura e prisões ilegais, minhas mais sinceras e profundas homenagens a elas e seus familiares, amigos e companheiros mais próximos. Não quis priorizar falar de minhas atividades na luta armada na **Colina** (Comandos de Libertação Nacional), na DVP (Dissidência da VAR Palmares) e depois fundando o Projeto Manuelzão na área ambiental na bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Priorizei abordar a conjuntura política que nos condicionou fortemente e as decisões que predominaram nos grupos. Quem quiser me dar a honra de conhecer-me melhor, sugiro meu site e um vídeo da TV ALMG, programa Memória e Poder, com meu nome, os *links* estão abaixo.

www.apoloherongerlisboa.com

<https://www.youtube.com/watch?v=ouMnl2uMlDE>

UMA GERAÇÃO QUE VIVEU EM VÁRIOS MUNDOS

Arlindenor Pedro¹

Lançado meu olhar para o Brasil que vivi nos 60 anos, tendo como ponto de referência o Golpe Cívico-Militar de 1964, é preciso, em primeiro lugar, deixar claro que este olhar será de um jovem que, naquele momento, se definiu como um ser humano de esquerda. Ora, mas o que seria então ser uma pessoa de esquerda?

Partindo dos parâmetros que certa vez vi o filósofo francês Gilles Deleuze traçar, diria que para ser uma pessoa de esquerda é necessário perceber o mundo primeiramente a partir do universal (da humanidade, do mundo, do coletivo) para o particular (do individual, da família, do país). Creio, então, que me tornei de esquerda quando, aos 17 anos, fui com o então jornalista Muniz Bandeira e outros colegas do meu colégio secundarista ao Comício do dia 13 de março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Ali, diante do visível fato histórico que estava presenciando e dos atores que dele participavam, senti uma grande emoção, e quase que automaticamente decidi: seria “gauche na vida”, parafraseando o poeta. Portanto, minha “visão de mundo”, a partir dali, passou a ser construída partindo dos conceitos criados pela minha geração de esquerda, na jornada que ela traçou dos anos de 1964 até agora.

E vamos combinar: foi uma jornada heróica! Sim, embora crítico, muitas vezes querendo desertar, achando que teriam outros caminhos mais fáceis de me realizar como ser humano, foi através deste arcabouço que pude compreender o mundo que me foi dado para existir, e ter a sensação de uma plena existência. Tornei-me de esquerda e tive até agora a sensação da vida através dos conceitos que colhi ali com esta geração. Na verdade, nunca poderia ter vivido o que vivi se não tivesse uma concepção de mundo de esquerda. Fiz a escolha certa: foi com este olhar que vivi o mundo que me foi apresentado.

1 Arlindenor Pedro nasceu em 1947, é carioca, graduou-se em História, fez mestrado em Sociologia e pós-graduação em Gestão do Conhecimento. Preso político, foi anistiado após a redemocratização. Professor de Filosofia, ministrou aulas na Rede Pública de Ensino do Rio de Janeiro. Militou nos anos de chumbo na Polop, na Ala Vermelha e no PC do B, participando ativamente das grandes lutas pela redemocratização. Atualmente, é editor do blogue utopiasposcapitalistas.com além da Revista Eletrônica no Facebook e YouTube.

Combatendo em um mundo analógico

Já na juventude tive um inimigo a combater: o regime militar discricionário que se instaurou no país a partir do golpe militar, pois ele destruiu a perspectiva de mundo que eu almejava naquele momento. E a este combate dediquei o todo de mim. Dei a ele os anos desta minha fase da vida. O pano de fundo desta luta foi o Brasil nos anos 60 e 70. Um país que hoje não existe mais.

Se existe uma forma de descrever este Brasil, nos anos que antecederam o golpe de 64, diria que era o espaço de um imenso caldeirão de ideias daqueles que astuciavam os caminhos para onde ele deveria ir, caminhos para suplantar o seu subdesenvolvimento e desigualdade social. E isso se materializava nos debates que existiam nas escolas, universidades, sindicatos, teatro, cinema, etc. Fui então um jovem que recebeu uma influência direta desse momento. O que fazer? Que caminhos trilhar? Essas eram as perguntas que fazíamos naqueles dias. Defino, então, o golpe que os militares e seus aliados civis deram em 1964 como o momento de ruptura com essa situação! A partir daí implantou-se uma visão única, autoritária de desenvolvimentismo, trazido pelos generais da Escola Superior de Guerra, que perdurou até a sua exaustão com a redemocratização dos anos 80.

Só quem perde a liberdade tem condições de avaliar a sua importância. E foi exatamente isso o que aconteceu. Gradativamente, esse mundo de descobertas, de conversas após as sessões do cinema no Paissandu, de delírio nos shows de música popular no Museu de Arte Moderna (MAM), de debates nas escolas, de passeatas por melhores condições de ensino nas universidades foi deixando de existir. Ele só poderia existir em um clima de liberdades democráticas, e isso já não existia mais. Primeiramente, os sindicatos foram calados, perdendo suas forças; depois o mundo acadêmico e as escolas secundárias, além do Parlamento que foi atingido pelo arbítrio. Finalmente, com o AI-5, em 1968, o regime se fechou de vez. Muitos então mergulharam na clandestinidade, abraçando a luta armada contra a ditadura. A escuridão desceu então para nossa geração!

Naquele momento, o capitalismo vivia o ápice do fordismo e os militares golpistas tinham como tarefa colocá-lo no radar do sistema mundial, dentro do campo de influência do imperialismo americano. E para essas mudanças precisavam de um país submisso, contido pela força. O país saltou então de um estado rural (mais da metade da população vivia e trabalhava no campo) para uma sociedade industrial, em que o número e a importância dos operários aumentou de forma exponencial. As cidades cresceram rapidamente e o Brasil fez um espantoso movimento de migração interna, alterando sua economia, sua cultura, sua política, abrindo as portas para o que se chamou ‘milagre brasileiro’. Uma poderosa classe média consumidora de mercadorias se consolidou nos grandes centros urbanos. De uma economia fechada nos tornamos um player

mundial, chegando ao 8º Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. A indústria era o centro da economia e o Brasil se ajustava a essa nova forma de viver. Os militares no poder, através de um ambicioso programa de modernização, transformaram o país em um enorme canteiro de obras, com abertura de estradas, portos e obras de infraestrutura, tudo isso num processo de endividamento e de crescimento da inflação, visando integrar o país ao grande mercado mundial. Tudo isso também em cima de uma crescente repressão popular, assassinatos, torturas daqueles que faziam oposição ao regime.

Chegando atrasado ao mundo digital

Mas, já era tarde para a economia do capitalismo brasileiro. Nesse momento, a economia mundial capitalista criada com a guerra fria já apresenta sinais de exaustão. E isso vai ficar mais visível com a crise do petróleo, a derrota americana no Vietnã e a 3ª Revolução Industrial (a revolução da microeletrônica), que levará o mundo analógico para um outro mundo: o mundo digital, com a prevalência do setor financeiro sobre o setor industrial do capitalismo. O mundo neste momento está abrindo suas portas para o fenômeno que se chamou “globalização”. O capitalismo tenta sair dessa crise de exaustão do fordismo da forma que sempre encontrou: dando um salto de fuga para frente, criando um outro mundo, diferente do mundo analógico que até então prevalecia. Caminhávamos para um mundo diferente. Um mundo criado pelo capital financeiro.

Tal característica do capitalismo dá conta então de um dos maiores problemas estruturais de seu modo de produção, que é a existência constante das crises de superprodução. Globalizando os mercados e transformando a humanidade como um todo num exército de consumidores, o capitalismo abriu mão do trabalho como o elemento determinante da sua existência, através do uso continuado e cada vez mais incessante da tecnologia, notadamente da tecnologia digital, sucessora da tecnologia analógica. A descaracterização do trabalho e a transformação de todos em meros consumidores, eis aí a base de entendimento dessa nova sociedade.

Ao mesmo tempo, esse movimento do capital leva o mundo globalizado ao aprofundamento de uma crise com novas características. Crise esta que tem sua origem no fato de que o núcleo central do capitalismo contemporâneo passa a sofrer de insuficiência dinâmica. Isso porque a mais-valia gerada é crescentemente insuficiente para remunerar o volume de capital existente ao nível adequado, tornando-se, por isso, incapaz de sustentar o crescimento deste sistema totalmente integrado. Com o avanço generalizado do uso do trabalho morto para a materialização da mercadoria, o capitalismo lança o mundo numa era de crise do mundo do trabalho e no descarte cada vez mais acentuado da mão de obra humana para gerar riquezas.

Observamos, então, que diante da fragilidade dinâmica desse sistema, ou seja, de sua perda de capacidade para gerar mais-valia suficiente para a acumulação de capital, passa a ocorrer então uma exacerbação da acumulação de capital na esfera financeira. Diante disso, será sempre inexorável a existência de estouros. Ou seja, a apresentação de colapsos, em encilhamento do capital fictício, num processo de formação das bolhas financeiras que, de fato, estão se formando desde o começo dos anos 80 do século passado.

Nestes tempos, um novo tipo de sociedade tomou forma no Brasil. Uma sociedade em que o consumo é a mola mestra da existência e da felicidade. Os antigos sinais de existência calçado numa cultura rural e pré capitalista são apagados. A ideia é a de uma sociedade em que tudo se torna descartável. A busca por objetos é incessante e parte de uma equação que traduz a compreensão de que ter esses objetos é sinônimo de felicidade. O consumo, então, acaba por reger nosso modelo de vida atual, definido pelo excesso de ofertas, demandas vorazes e liquidez desses mesmos objetos. A atualidade seria, então, marcada por uma “cultura das sensações”, na qual imperaria o culto ao corpo e a beleza e certo hedonismo: tendência a querer obter permanentemente o prazer e evitar o sofrimento.

Dessa forma, vemos o capitalismo transformar a todos que estão acima da linha de pobreza em consumidores, com objetos customizados para todos os gostos, com preços plenamente alcançáveis para aqueles que estão dentro do mercado de consumo, em que o conceito de “ter”, que antes tinha substituído completamente o conceito de “ser”, dá lugar ao conceito do “parecer”, isto é: não é mais necessário possuir um produto se uma cópia perfeita pode me dar a mesma sensação de satisfação, dentro do grupo social que frequento, pois o que importa é a sensação que aquela mercadoria me dá.

É claro, então, que a existência de um governo militar como o que foi criado no golpe de 1964 se torna anacrônico. E o capital precisa então que ele seja removido. Uma nova realidade se apresenta e novas formas de dominação são necessárias para a multiplicação do capital. Ao mesmo tempo o campo da esquerda vê diante de si apresentar-se um novo mundo: o mundo que irá substituir o da luta operária contra o capital. Eu e minha geração estamos diante então de novos desafios: entender, sobreviver e lutar nessa nova realidade.

Os desafios para esquerda em um novo mundo

Com o colapso da União Soviética e do chamado socialismo real, a esquerda perdeu um importante referencial teórico. Nossa geração tinha atravessado o período da ditadura e encontrava-se diante de novos desafios. Nesse momento, é necessário deixar claro aqui: uma das características determinantes da esquerda brasileira sempre foi a sua diversidade de pensamento.

E isso tinha resultado na variedade de partidos e organizações políticas que enfrentaram a ditadura durante a vigência do regime de 1964. Mas, sem dúvidas, o principal eixo teórico que determinava sua ação advinha dos marxistas, em suas inúmeras variantes. E essa nova fase do capitalismo lançou esse campo numa profunda crise teórica.

Agora, os conceitos cunhados pelo marxismo-leninismo e também do chamado maoísmo claramente não dão conta desta nova realidade. Se no século XIX e no século XX eles serviram como instrumentos para as lutas operárias, com ganhos significativos para o proletariado junto à burguesia, que resultaram em diminuição das horas de trabalho e mesmo na construção de ‘Estados de Bem Estar Social’, neste novo momento isto não mais ocorre. A acelerada automação e uso de tecnologia de ponta no processo produtivo do capitalismo contemporâneo diminuem consideravelmente a importância da classe operária na produção de mercadorias. O seu contingente numérico decresceu assim como a força dos seus sindicatos.

Essa nova sociedade que surgia tinha claramente um caráter pós-industrial, e, gradativamente, abria mão do trabalho humano, forjando um mundo com altas taxas de desemprego e o crescimento de contingentes enormes de seres descartáveis (homo sacer modernos) que passaram a viver às margens da sociedade. Com características distópicas, o capitalismo abandonou cidades e regiões inteiras, concentrando-se em áreas onde podia acumular riquezas. O próprio conceito de Estado Nacional é abalado (estados falhados), com a prevalência de grandes conglomerados multinacionais e o crescimento da indústria bélica. As reservas naturais, até então ainda preservadas, foram avidamente consumidas, dando lugar a uma crise ambiental sem precedentes. Afogado nas guerras modernas, cresceu exponencialmente o número de refugiados no mundo (hoje cerca de 100 milhões) e a decadência nos grandes centros urbanos. Era necessário, pois, um novo olhar sobre o marxismo e a construção de uma nova visão de mundo que interpretasse essa crise do capitalismo-uma crise do mundo do liberalismo. Antes de mais nada, para nós, era preciso romper com os conceitos liberais que tinham atraído a esquerda desnorteada para o seu campo, tais como: estado, dinheiro, mercadoria, trabalho. E, em seguida, impunha-se a construção de um ideário, de um novo tipo de relação social entre os seres humanos que nos afastasse da barbárie que surgia com a crise estrutural do capitalismo contemporâneo. E o instrumental teórico para isso estaria, sem dúvidas, no próprio Karl Marx, nos conceitos explicitados na sua obra madura, notadamente no Grundrisse e no O Capital, e na compreensão do papel da mercadoria e no seu fetiche como forma de dominação abstrata sobre a humanidade na modernidade. Creio, então, que está aí o maior desafio para a nossa geração: uma geração que viveu em vários mundos e tinha que destrinchar os contornos deste novo que agora se apresentava.

Agora, inimigo a ser combatido é, antes de tudo, um inimigo que opera através de instrumentos de dominação abstrata-uma dominação sem sujeito. E para combatê-lo, é preciso conhecê-lo profundamente: sua lógica, seu processo reprodutivo e o caminho de destruição que está fazendo, colocando em risco a existência de nossa espécie e de milhares de seres vivos. Fica claro, então, que não vamos derrotá-lo usando as armas que usamos no século passado. Neste mundo globalizado, a nossa luta tem um caráter transnacional. Tínhamos que sair do caráter imanente da luta cotidiana (melhores condições de vida, de saúde, de educação, de liberdades democráticas, de cidadania) para o caráter transcendente de uma nova sociedade (sem estado, sem trabalho, sem mercado e mercadoria, sem dinheiro, sem domínio patriarcal, em equilíbrio com a natureza, sem domínio religioso, sem classes sociais, sem propriedade, sem racismo, sem fronteiras nacionais, sem guerras) e isso só é possível fora do sistema capitalista. A luta anticapitalista tem então que atravessar toda a luta cotidiana da humanidade, desde a luta ecológica até a simples reivindicação salarial. Tem que estar presente nas manifestações artísticas, políticas, econômicas das lideranças políticas. E isso teria que ser refletido no pensamento e nas ações daqueles que percebem essa realidade.

Acredito que Brasil e a América Latina têm muito a contribuir neste novo momento, um momento decisivo para a sobrevivência da humanidade, pois o capitalismo transformou-se em um inimigo global que ameaça a nossa existência. Novos atores, aqueles que ficaram à margem do capitalismo nestes séculos, estão adentrando nesta luta global. As nações indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, os povos do altiplano, os zapatistas, os ciganos, etc, nos trazem novos conceitos, fora dos conceitos de progresso contínuo, que se somam à luta em todos os continentes daqueles que rejeitam a forma de viver capitalista. E é entendendo este quadro, entrando nesta luta, que a minha geração pode contribuir de forma positiva para o avanço de um futuro da humanidade fora das amarras da sociedade da mercadoria. Um futuro de uma humanidade efetivamente emancipada.

Serra da Mantiqueira, janeiro de 2024.

1964: OS DE DENTRO E DE FORA

Astor Antônio Diehl¹

“Cabeludos, maconheiros e comunistas”.

Tem um ditado popular que diz, mais ou menos, o seguinte: ‘eu deixei o mato, mas o mato não me deixou’. O mesmo parece ocorrer com as pessoas em momentos diferentes. É difícil lidar e mesmo romper com os entulhos tradicionais conservadores da estrutura de pensamento e da ação política brasileira. Quando o passado gruda, impregna a pessoa, uma geração e mesmo uma sociedade, então as consequências para a cultura política são as de estruturas de permanências e o passado funciona como prisão, inclusive de gerações.

Em 1964, tinha sete anos de idade, nascido no interior do município de Estrela (RS), de origem cristã católica e descendente de alemães. Nessa mesma data, comecei o processo de alfabetização numa escola rural, uma ‘Brizoleta’, aquelas de apenas uma sala de aula, um professor e quatro classes iniciais. Aliás, Brizola talvez fora um dos únicos nomes conhecidos da política regional e nacional pelos moradores naquela localidade. Claro, fiquei sabendo disso depois.

Se 1964 for considerada uma data do golpe, então o texto está pronto e acabado. Contudo, a pergunta, a título de pretexto, sugerida para o escrito e que, assim, irá nortear o livro, é: onde você estava em 1964, a implantação da ditadura e o processo de redemocratização e nisso a democracia no tempo presente?

Para muita gente, a data em destaque não é muito mais do que o momento em que os militares “fazem uma ‘revolução’”. Se entendermos 64 como a data de implantação de um regime autoritário de exceção, preparado antes por forças econômicas, políticas, sociais e militares e que se estendeu pelo menos até o final dos anos de 1980, cujos respingos ainda se fazem sentir em instituições, no modo de pensar o Brasil, na cultura política e em formas do exercício de poderes. Se for esta a proposta, então estou dentro.

Nesse caso, o texto e o próprio livro serão constituídos pelas páginas de reflexão plural daquelas representações passadas, mas que ainda estão gruda-

1 Graduado e mestrado em História pela PUCRS. Doutorado na área de teoria e metodologia da História pela Universidade de Bochum, Alemanha. Foi professor na PUCRS, UFRGS e UPF. Publica nas áreas de História, Envelhecimento Humano e ficcional.

das nos teclados de seus respectivos escreventes. Sobre o itinerário de 64, a historiografia brasileira produziu um conjunto de obras que permitem leituras sobre o estado, a sociedade, a tecnoburocracia militar e civil, bem como as estruturas de resistências. São as possíveis e necessárias leituras e interpretações do contexto e das estruturas de poder nas suas perspectivas públicas e privadas. É como refletir no presente sobre as ideias de futuro no passado.

Parece que todo o desenvolvimento tecnológico continua em descompasso com as estruturas do desenvolvimento da mentalidade reinante na cultura política de parte significativa da população. Por vezes, esse é um meio estimulado no exercício do jogo de conquista do poder. É-me difícil entender que, depois de quase meio século, as ideias e formas de pensar a política ainda estejam recheadas de conteúdos sobre os quais o regime de 64 tentou se estabelecer no Brasil e com eficácia naquela localidade de origem. Parece que aí o tempo tem a dimensão de se espichar e, assim, são outros 60 anos. É a pressa demorada das estruturas de pensamento tradicionais.

Falo das ideias que enfatizam o fato de que discutir política não seria uma prática necessária aos colonos; partido e política é coisa para os homens; a idealização da verticalidade do poder; do papel dos militares; do anticomunismo; da existência de mitos políticos; e, sobretudo na localidade, do domínio de princípios católicos conservadores. Para além disso, ainda está grudado no passado a ideia do medo do ‘comunismo’. Basta andar um pouco pelos interiores para entender que o cheiro continua, apesar das roupas novas. Ser de esquerda naquela época seria sinônimo de ser “cabeludo, maconheiro e comunista”.

Não quero me esquivar do fato de que, nos anos da década de 1960, a população brasileira desequilibrava a balança demográfica à favor do mundo urbano. A industrialização, a formação do operariado, as consequentes organizações sindicais e a interiorização do Brasil, a guerra fria e a divisão do mundo desde o final da segunda guerra, apenas para ilustrar, são o pano de fundo para o jogo das decisões políticas e as experiências particulares e coletivas de resistências.

Nesse contexto, o êxodo rural empurrou milhares de famílias para as periferias urbanas, inclusive a minha. Muitos de nós, ainda na adolescência, trabalhavam de dia e estudavam de noite para tentar se libertar do cheiro e dos costumes do mato. A ideia era sair daquele mundo a todo custo. Até então, as aulas em escolas confessionais em pouco podiam contribuir para armar algum gatilho político que pudesse ser acionado. Saí da cultura colonial em meados dos anos de 1970 para estudar na capital, auge do processo repressivo, já com o ‘milagre’ capenga na crise, e a ascensão de uma consciência de mudanças.

Para um colono, tal mudança aconteceu e foi radical como se forças indomáveis como a gravidade, a centrífuga e a centrípeta agissem ao mesmo tempo.

Um redemoinho que parece fragmentar até mesmo a alma. Posso ainda recorrer a uma frase do *Manifesto Comunista* por demais conhecida, *tudo que é sólido desmancha no ar*, também título do livro de Marshall Berman.

Foi aí que conheci as “veraneio/camburões” que levavam os estudantes – cabeludos, maconheiros e comunistas - da universidade, do curso de História, escoltados pelas ‘astutas borrachadas’ repressivas, a fazer passeios na nau dos insensatos para conhecer as artimanhas dos executores das regras de 64 e conhecer as entranhas do inferno. Foi assim que soube dos ‘alunos-ratos’ ocultos pelos óculos escuros, sentados no fundo das salas de aula de professores ‘comunistas’, previamente escolhidos pela burocracia ideológica do regime. As manchas roxas nos corpos e a impressão da chancela pedagógica do regime com disciplinas – Estudo dos Problemas Brasileiros, EPB, que, por vezes, seriam disciplina/antídoto - funcionavam como a marca d’água na consciência através daquilo que Foucault denominou na sua obra como exercícios da ‘microfísica do poder’ e do ‘vigiar e punir’. Como dizem na colônia: ‘cachorro mordido de cobra tem medo de linguíça’ e nisso está a ideia de criar uma geração com medo e desinteressada pelas coisas da política.

Não são apenas as marcas de algumas pessoas que representam 1964. A marca de 64 penetrou fundo num terreno fértil, cujas alavancas sociais da cultura política alienante não estão apenas nos quintais mais distantes dos fundos de campo em relação aos centros dos campos democráticos e intelectualizados, mas florescem nos próprios jardins urbanos. Distantes desses campos de vanguarda, existe o balaio com os ingredientes do autoritarismo e do conservadorismo que ainda se alimentam com o romantismo de um passado idealizado do ‘como poderia ter sido’, no ‘como era bom o Brasil’, ordeiro, verticalizado e sem confusões e greves, instigante ainda hoje em campos antidemocráticos, quando não acalentado nos espaços de extrema direita.

O descompasso entre o espaço de experiências e o horizonte de expectativas traduz muito bem o *modus vivendi* daquela gente isolada de quase tudo, apenas alimentada pelas pregações dominicais e pelo que estava ocorrendo nos entornos do poder estabelecido pela exceção. Depois de tanto tempo, é perceptível a imobilidade das estruturas de pensamento reinantes nas periferias longínquas do pensamento democrático, porém muito próximas na geografia.

Depois desse tempo, de volta àquele passado, surge de maneira enfática a pergunta sobre a identidade. Afinal, eu era parte daquela gente, em que ainda mantenho conhecidos, seriam eles ignorantes sobre as coisas da política nacional? Esses anos todos, me tornei uma espécie de marginal em relação às coisas daquela gente. A pergunta pode ser feita assim ou assado, mas ela permanece.

Passei metade de minha vida estudando e trabalhando em diferentes universidades públicas e privadas, tendo como escopo pedagógico de referência subjacente a questão da libertação humana dos modelos consuetudinários da moldagem doutrinária autoritária. Hoje, percebo a fragilidade dos modelos educacionais ante a avalanche estética da metamorfose do embrulho mediático de ideias novecentistas.

O momento atual se coloca sobre a situação como se você tenha sido pego por um imprevisto. É um exemplo para ser pensado, mas o simples fato de pensar sobre o tema 64 e se ele acontecesse hoje, o que se faria diferente? É, sem dúvida, um caminho rumo ao amanhã, passando pelo ontem. Lembro-me da frase, “o caminho pode ser mais interessante do que o destino”. No fundo, a pergunta vai em direção ao expediente do que eu posso fazer com esta ou aquela experiência. Atravessar mundos, ideias e lugares também aparece em viajantes, de aventuras e os sem lugar fixo. Pelo contrário, se fixar, conservou.

Estar fluando entre dois mundos, zona intermediária ou de transição entre duas ou mais culturas, torna o sujeito um ‘marginal’. Nascer em uma cultura, aprender suas simbologias e partir para outra cultura, permanecendo o suficiente para também aprender suas configurações, significa pertencer aos dois mundos, mas definitivamente a nenhum deles. Voltar à cultura original remete à ideia de que você perdeu parte da própria história na sua ausência. Esse aspecto coloca inevitavelmente em evidência a relação entre o real e a verdade, a ficção e a ciência. Isso me faz lembrar novamente dos ‘cabeludos, maconheiros e comunistas’.

Essa é a gente esquisita, louca, desajeitada, confirmada pelo preconceito. Eles são ‘de fora’ e assim deslocados, estrangeiros, diferentes, representantes da decadência de um mundo limpo e de obediência. Essa gente ‘esquisita’, os bobos que iam para as ruas, cujos preconceitos atormentava parte da população pela sua inadequação, fizeram o espetáculo no processo de redemocratização brasileira. Sim, em parte, alinhavaram para a cultura política de campos democráticos, os quais servem para chamar a atenção sobre aspectos do mundo real, que os de dentro não conseguiram ver. Talvez seja essa uma possibilidade de olhar de fora, mesmo estando dentro e, assim, encontrar em si o que ele mesmo não está vendo. Não deixa de ser uma viagem entre a ordem e o caos.

Quais são as estratégias para uma consciência política essencial no tempo presente na conquista e ampliação do campo democrático? Qual é o jeito de fazer isso quanto a negociação com o futuro? Parece que a tarefa também está na sensibilidade plural da ponta dos dedos dos respectivos autores.

1964-2024: O NOVO SEMPRE VEM

Carlos Tibúrcio¹

1º de abril de 1964: Um Brasil de relativa alegria, liberdade, efervescência político-cultural e sonhos - apesar das desigualdades sociais profundas - se transformaria rapidamente e, em grande parte, num país de sombras, repressão e medo.

Passaria a ser um país dirigido por quepes, coturnos e armas por mais de duas décadas. Um país em que boa parte da juventude - a sua melhor parte, podemos dizer - tenderia a se rebelar, protestar, se politizar e buscar recuperar as liberdades e os rumos perdidos.

A ditadura militar-empresarial de 1964, como se sabe, teve origem em um golpe de Estado das classes dominantes brasileiras em aliança com o imperialismo liderado pelos Estados Unidos, que violou a Constituição vigente e interrompeu drasticamente - e sem quase nenhuma resistência - um processo histórico voltado para fazer reformas de base, desenvolver um projeto de nação com maior soberania, diminuir as desigualdades econômicas e sociais e ampliar a democracia no país.

Segundo os golpistas, uma “contra-revolução preventiva”, anticomunista e anticorrupção (as mesmas «justificativas» de sempre), levada à prática na onda da Guerra Fria, para derrotar e submeter os trabalhadores e setores sociais que apoiavam o governo João Goulart, as reformas estruturais e até propostas politicamente mais avançadas.

Um período de luta de classes explícita em nível nacional e internacional.

A repressão desencadeada com o golpe foi ampla e atingiu de imediato milhares de militantes e mesmo cidadãos e cidadãs sem maiores atividades políticas - em todos os setores sociais, nas Forças Armadas, nos partidos políticos, no Congresso Nacional, na Justiça, nos sindicatos dos trabalhadores, no movimento estudantil, em amplos segmentos da cultura, provocando cassações políticas, prisões, torturas, mortes, exílios e censura.

1 Foi militante e dirigente da Polop (Política Operária) e do POC (Partido Operário Comunista), ex-preso político, jornalista, co-fundador do Fórum Social Mundial, ex-Coordenador da Equipe de Discursos dos Presidentes da República Lula e Dilma (2003 a 2016, maio, golpe), membro da Coordenação do Movimento Geração 68, fundador e editor do Fórum 21 - Portal das Esquerdas, diretor da Agência de Comunicação Internacional IPS - Inter Press Service Latino Americana e Assessor Especial da Presidência da IPS mundial.

Às vésperas do golpe eu não sabia nada disso.

A primeira vez que senti de perto alguns sinais da luta de classes no Brasil foi quando, aos 16 anos, fiz uma viagem interestadual com a família - de buzão - partindo de Salvador para visitar parentes no “Sul Maravilha”, em fevereiro de 1964. Chegamos a Belo Horizonte e fomos passar alguns dias na fazenda do único “tio rico” que tínhamos, perto de Lagoa Santa. Muitos primos e primas, de Minas, São Paulo, Brasília, brincadeiras, namoricos, cavalos, leite tirado da vaca, farta comida mineira e uns papos estranhos por parte dos adultos, falando de riscos iminentes, desapropriação de terras, roubo de propriedades e necessidade de armar a turma para defender o Brasil da “ameaça comunista” de Jango e de alguns governadores, Brizola em especial.

Não entendia nada, mas sentia que havia um clima de faroeste no ar, com os mocinhos organizados pelo tio fazendeiro e os bandidos representados pelos camponeses da reforma agrária e um tal de Julião, de Pernambuco, que estariam armados até os dentes. Era preciso dormir com um olho fechado e o outro aberto porque o cerco estava se fechando.

Naquela época, eu mal começava a incorporar a Bossa Nova às dublagens de Elvis Presley e o Cinema Novo ao fantástico mundo Hollywoodiano. Vivia centrado em mim mesmo, na família e nos amigos mais próximos.

Nasci em Salvador, na Cidade Baixa, criado numa casa em rua de terra, no bairro de Roma (o mesmo onde Raul Seixas, que morava um pouco mais adiante, no Bonfim, a meio caminho da ponta da Ribeira, se apresentaria no enorme Cine Roma com a sua banda “Raulzito e os Panteras”), tão perto do bairro do Uruguai - mais pobre e mais preto - quanto da praia, pra onde íamos a pé pelo menos três vezes por semana.

O golpe de 64 passou longe, talvez como um feriado forçado, cumprindo as profecias e desejos daquele “tio rico”. Meu pai, ex-integralista militante e estudioso das obras completas de Plínio Salgado, ficara feliz e explicara à família o que estava acontecendo. Não lembro bem do que ele disse - além de que “o Brasil salvara a si mesmo do comunismo, com o apoio dos Estados Unidos” - e mantive a concentração no campeonato de botão e nos «babas», as peladas disputadas num campinho próximo de casa. Ouvia-se falar a boca pequena que alguns poucos rapazes mais velhos tinham saído às pressas de casa, fugidos. Não se sabia bem o porquê. Exceções.

Além do jogo de botão e do futebol de rua, da música e dos filmes nas tardes de domingo, o que me interessava mais era manter os estudos em dia, ler bastante e paquerar as meninas das vizinhanças.

Foi por esse caminho que cheguei à “Casa de Nena” e, em seguida, à poesia adolescente e à política.

Classe média baixa é geralmente preconceituosa e moralista. Minha família não ultrapassava muito esses contornos. Apesar da liberalidade da cultura baiana, os espaços dos meninos ficavam bem separados dos das meninas. Na “Casa de Nena” não. Moças e rapazes amigos e mais chegados das ruas próximas - principalmente rapazes - podiam se juntar em torno de uma mesa de pedra na parte dos fundos do casarão e varar a noite até de madrugada em papos intermináveis, ouvindo música (Nara, João Gilberto, Beatles, Ray Conniff...), fazendo festinhas, trocando confidências e sobretudo tentando conquistar Nena ou uma de suas quatro irmãs. O pai, pequeno industrial, viuvo, trabalhava muito, chegava tarde em casa, tinha mais três filhos homens (que pouco participavam da folia constante das irmãs), dava total liberdade aos filhos e filhas e mantinha como “governanta” uma tia severa para manter o mínimo de ordem no pedaço e coibir excessos.

Ninguém passou incólume pelo clima de amizade, liberalidade social e intelectual da “Casa de Nena” (somos amigos até hoje e nossas famílias, filhos e netos se tratam e se gostam como se fossem irmãos).

Nessa nova turma é que descobri a Guerra do Vietnã, a cultura popular (ousei poetar e escrever esquetes pra teatro), o método Paulo Freire, o trabalho de alfabetização nas periferias suburbanas de Salvador, a organização política e o marxismo-leninismo (com influências de Rosa Luxemburgo). Vislumbrei assim o que era e poderia vir a ser o mundo, os caminhos da amizade e da solidariedade e o melhor sentido da vida.

Gilberto Gil, junto com Caetano, em um show de despedida pro exílio em Londres, no início de 1969, no Teatro Castro Alves, resumiu muito desse legado para quem, como eu, já estava militando clandestinamente, em São Paulo, e, por feliz coincidência, voltara a Salvador para cumprir uma missão política: “A Bahia já me deu, régua e compasso, aquele abraço...”

Mas bem antes disso, veio o *début* no movimento estudantil, no final de 1966, em 1967 e, principalmente, em 1968.

Fiz o Científico no Colégio Central da Bahia, pelo qual passaram gerações de militantes de esquerda (Mariguella, por exemplo), e passei em 1967 no vestibular para o curso de Física no então Instituto de Matemática e Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA. Fui eleito representante de classe logo no primeiro ano e depois, no segundo, presidente do Centro Acadêmico. Já militava na Organização Revolucionária Marxista-Leninista - Política Operária (Polop), que, em meados de 1968, se fundiria com a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, formando o Partido Operário Comunista (POC).

Como uma das lideranças das atividades e manifestações de rua do ME, concorri à presidência da UEB (União Estadual dos Estudantes da Bahia) e fui um dos representantes eleitos para o 30º Congresso da União Nacional dos Es-

tudantes (UNE), parcialmente realizado e reprimido em outubro de 1968, em Ibiúna, São Paulo.

(Parênteses para destacar duas questões: primeira, três chapas concorreram naquele ano à UEB, a liderada pelo Partidão, com Sérgio Passarinho na cabeça, que acabou vitoriosa; a do POC e outras organizações que defendiam a Universidade Crítica e o Programa Socialista para o Brasil, liderada por mim; e a da Ação Popular (AP) aliada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), encabeçada por Eduardo Collier, cuja memória quero homenagear aqui: “Duda”, que fazia Direito na época, foi posteriormente assassinado pela ditadura (fevereiro de 1974), juntamente com outros companheiros da AP, entre eles Fernando Santa Cruz e Gildo Lacerda, constando até hoje como desaparecidos políticos. O segundo ponto é um registro referente ao Congresso de Ibiúna: fui um dos vice-presidentes da chapa liderada por José Dirceu para a Presidência da UNE, que muito provavelmente viria a ser eleita, caso a repressão não tivesse invadido o sítio “clandestino” e prendido mais de 800 lideranças estudantis de todo o país).

Também foi no ano de 1968, ainda lá em Salvador, que Maria e eu começamos a namorar e estamos nessa até hoje, passando por mil e uma peripécias juntos, mudanças, lutas, prisões políticas, dificuldades, altos e baixos, viagens pelo Brasil e pelo mundo, acumulando amigos e companheiros, vivenciando três filhos (duas filhas e um filho do meio) e quatro netos, todas e todos maravilhosos, parentes e agregados - tocando a vida e confiando que “o novo sempre vem”...

Mas aí veio o AI-5, o “golpe dentro do golpe”, o Decreto 477 (que cassou centenas de lideranças do ME das Universidades e de outras instituições de ensino - eu, inclusive), maior fechamento político, clandestinidade, o predomínio da luta armada em várias organizações de esquerda, o acirramento da repressão com cada vez maior número de prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos, os “anos de chumbo”, as crises da ditadura, as eleições de 1974 (vitória do MDB), as lutas pela anistia política, as greves dos trabalhadores, principalmente no ABC paulista, a abertura lenta e gradual, a transição democrática por cima, a Constituição de 1988...

Agora, um resumo pessoal e pontual: nesses longos anos, fui preso político duas vezes, no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, e voltando de uma missão clandestina no Chile de Allende, de 1973 a 1975, ao re-entrar no Brasil. Formei-me em jornalismo ao sair da cadeia, trabalhei na grande imprensa (Estadão, etc) e na alternativa (Editor Internacional e Chefe de Redação do “Em Tempo”), participei da fundação do PT no Colégio Sion; escrevi com Nilmário Miranda o livro “Dos Filhos deste Solo - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura, a responsabilidade do Estado”; tornei-me assessor e ghost-writer de Lula no Instituto Cidadania em 1999, fui co-fundador do Fórum Social Mundial em 2001; chefe de redação das

campanhas presidenciais vitoriosas de Lula em 2002 e 2006; coordenador da equipe de discursos dos Presidentes Lula e Dilma, de janeiro de 2003 a maio de 2016 (golpe); um dos editores da Carta Maior; fundador e editor do Fórum 21 - Portal das Esquerdas; membro da Comissão Facilitadora Nacional do Movimento Geração 68; e diretor da Agência Internacional IPS Latam (Inter Press Service Latino-Americana) e Assessor Especial da Presidência da IPS Mundial, presidida pela primeira vez por um brasileiro, o jornalista e escritor Fernando Morais, eleito no final de 2023.

Ufa!

2024: 60 anos depois...

Muita água rolou nestas seis décadas de vida e de lutas no Brasil e no mundo.

É impressionante o nível de mudanças em todos os aspectos.

Em termos tecnológicos e de comunicação, por exemplo, as mudanças são simplesmente inimagináveis e a cada dia se aceleram e rompem novas fronteiras do conhecimento.

No fundamental, contudo, os mesmos desafios e perspectivas que norteavam o Brasil até 1964 continuam colocados à nossa frente.

Estamos no governo Lula³, com forças neofascistas renascidas e revigoradas em várias partes do mundo - inclusive no Brasil - e um processo de mudanças geopolíticas que aponta para a superação da hegemonia do imperialismo liderado pelos Estados Unidos, caminhando para a multipolaridade em termos globais - China à frente -, em meio a uma superposição de crises do capitalismo internacional que ameaça a manutenção da vida na Terra, com as mudanças climáticas, e se expressa cada vez mais por meio de guerras localizadas que podem ganhar escala mundial. O genocídio dos palestinos em Gaza perpetrado por Israel continua em curso...

Nesse quadro amplo, carregamos conosco, em meio a muitas dúvidas, algumas certezas que vamos compartilhar aqui pra finalizar este artigo (não são “regras”, é claro, são reflexões que podem servir de referência, mesmo simplificadas, para as lutas atuais):

- como Marx definiu, o capitalismo é craque em gerar riquezas, mas gera ao mesmo tempo e, inevitavelmente, cada vez mais miséria; pode ser por meio de IA (Inteligência Artificial) e de trabalhadores “uberizados”, mas na essência o fenômeno da exploração continua o mesmo e se agrava;

- o desenvolvimento das forças produtivas possibilita hoje - já faz tempo - que toda a humanidade possa viver e trabalhar em condições dignas (com muito mais tempo “pra diversão e arte”), se conseguir superar politicamente o sistema capitalista; “a questão é política, mano”);
- o capitalismo continua inexoravelmente a gerar crises ao longo da história e, em algum momento, não se pode prever com certeza nem quando nem onde, possibilita condições de revoltas sociais e políticas das massas exploradas e oprimidas que abrem perspectivas de mudanças revolucionárias; “o novo sempre vem”, é preciso insistir;
- até hoje, desde a Comuna de Paris, as grandes mudanças políticas e sociais vitoriosas que superaram o capitalismo em determinados países se deram por meio de processos revolucionários (a experiência do socialismo pelo voto conduzida pela Unidade Popular no Chile, por exemplo, terminou derrotada por um cruel golpe militar que levou o Presidente Salvador Allende à morte - e milhares de outros militantes, inclusive seis brasileiros, cujos nomes agora estão imortalizados na Plaza Brasil, no centro de Santiago); o socialismo poderá vir por meio do voto? Poderá, sim (“o verbo poder pode tudo”), mas até hoje não veio, portanto, “barbas de molho” (e nada de esquecer o velho Lênin);
- constatar e reafirmar essa evidência histórica não significa subestimar ou não valorizar as lutas democráticas e os processos de conquistas eleitorais, mas significa que sempre - sempre, repetimos - é preciso construir condições necessárias e suficientes para garantir a continuidade desses processos de conquistas (o golpe de 2016 contra o governo da Presidenta Dilma e a prisão de Lula são recentes e exemplares; a tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023 mais ainda);
- portanto, o que continua a nos mover hoje, buscando as adequações necessárias (todas e todos temos que tentar fazer sempre a “análise concreta das situações concretas”, por óbvio), é trabalhar política e organicamente o presente, mas preparando as condições para enfrentar os riscos e embates do futuro, próximo ou distante; sejam os inevitáveis riscos de golpes ou “contra-revoluções” das classes dominantes e do imperialismo, sejam as possibilidades de irrupções e revoltas populares que possam convergir para situações revolucionárias (Trotsky, sim);
- a vitória de Lula em outubro de 2022 derrotou eleitoralmente o neofascismo e o governo Lula.³ precisa derrotá-lo politicamente, isolando-o e desmoralizando-o na grande maioria da sociedade, ao mesmo tempo em que reconstrói o que foi destruído, e amplia e inova programas sociais, faz as reformas possíveis e busca reprojeter o Brasil no mundo de modo soberano, fortalecendo a integração da América do Sul/Latina, os BRICS ampliados e o Sul Global. Não é pouco nem fácil. Mas o ano de 2023 já mostrou que é possível, viável e vem sendo feito. Tudo per-

feito? Longe disso. Mas vamos combinar que o Lulinha tá mandando muito bem...

- o que cabe principalmente às forças progressistas, partidos de esquerda, movimentos e organizações sociais e à intelectualidade orgânica, é sobretudo voltar ao trabalho de base, ajudar a organizar o povo trabalhador, contribuir para o aumento da consciência política e ideológica das massas populares nas periferias, incentivar a luta concreta por direitos e apontar para a necessidade de mudar a sociedade e o mundo, construindo um sistema social sem exploração nem opressão que garanta vida digna e participação democrática para toda a humanidade.
- a extrema-direita faz fake news dizendo ao povo sofrido que esse sistema é uma podridão e que ela vai “explodir tudo”. Mentira. Os neofascistas defendem a exploração e a opressão que são a essência do sistema. As esquerdas precisam encontrar as formas e os meios de dizer ao povo sofrido que este sistema é mesmo uma podridão, uma excrescência superável, e que um outro mundo é possível, necessário e urgente. Ou seja, dizer a verdade e apontar caminhos adequados para mudar essa realidade.

Feliz Ano Novo.

LEMBRAR PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA DITADURA E TORTURA

Ceila Maria Ferreira Batista¹

Nasci, na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1962, numa família de classe média, católica.

Ainda não tinha completado dois anos de vida em 1º de abril de 1964, data do Golpe civil-empresarial-militar.

Quando eu era criança, costumavam dizer (e alguns ainda hoje afirmam) que a “revolução” (Golpe) de 1964 ocorrera em 31 de março, certamente, para a data em que forças reacionárias internas, com apoio estadunidense, sabe-se atualmente, atentaram contra e feriram brutalmente a democracia e a construção de um Estado Democrático de Direito, não coincidir com o dia da mentira.² Tal coincidência (ou ato falho) seria cômica se não fosse trágica.

Ao longo de 21 anos de ditadura (1964-1985), muitas pessoas foram assassinadas, algumas estão desaparecidas até hoje, outras foram obrigadas a sair do país, pois, se aqui permanecessem, seriam perseguidas, torturadas e, muito provavelmente, mortas. Muitas das que foram forçadas a sair do país retornaram com a anistia, mas tiveram suas vidas muito alteradas pelos efeitos e consequências do Golpe – o exílio, por exemplo – como também da escalada da repressão às forças progressistas, aprofundada com o AI-5 (1968), e que foi apoiada por parte considerável da imprensa da época, assim como por grande parte dos que detinham espaço na mídia de então.

Dos anos 60 ou início dos anos 70, lembro-me que, na tv (não me recorde o canal ou os canais), eram divulgadas listas de retratos de “procurados”, chamadas e chamados de terroristas e/ou de subversivos, se não me falha a memória. Ou seja, àquela época, já havia o que alguns pensam ter surgido com as redes sociais da atualidade: as fake news ou determinado tipo de *fake news*, no caso, divulgação de mentiras a respeito de pessoas que se opunham àquele regime e que lutavam para libertar o país da ditadura. Tal construção de mentiras lembra muito o que podemos assistir no início do filme “The

1 Professora de Crítica Textual do GCL-IL-UFF. Escritora ligada ao Coletivo Narcisa Amália do Mulherio Rio das Letras. Mãe do Luiz, da Izadora, do Antônio Carlos, da Susana e da Andreia.

2 Sobre o apoio dos Estados Unidos ao Golpe de 1964: “O Dia Que Durou 21 anos”, documentário de Camilo Tavares.

Matrix” de 1999 (escrito e dirigido por Lilly e Lana Wachowski), em que, a princípio, achamos que a mulher, que foge da polícia, é a que está, dentro de uma ética humanista, errada. Também lembramos aqui das palavras pelo menos atribuídas ao grande Malcolm X: “Se você não cuidar, os jornais farão você odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as pessoas que estão oprimindo.”³ É o que acontecia e, de certa forma, ainda acontece, em parte significativa da mídia.

Literalmente, construções do período da ditadura continuam a ecoar até os dias atuais. Lembramos, por exemplo, que a Ponte que liga o Rio a Niterói, inaugurada em 1974, tem ainda como nome oficial o de um dos generais presidentes daquele regime que deve ser lembrado para que nunca mais ocorra.

Até hoje, muitas e muitos dos que se opuseram e que lutaram contra a ditadura de 1964 não tiveram o reconhecimento, a meu ver, que mereceram e que merecem, como Lamarca, Marighella, Mário Alves, entre outros nomes. E voltando a recordações dos anos 60 sobre resistência à ditadura, me recordo de festivais da canção e do impacto que algumas dessas canções tiveram em mim como “A Banca” e “Roda Viva”, de Chico Buarque; “Disparada”, de Geraldo Vandré e Théo de Barros; “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré; “Ponteio”, de Edu Lobo; “Travessia”, de Milton Nascimento; “Domingo no Parque”, de Gilberto Gil, “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, entre outras.

Atualmente, entendo que tais canções, entre outros aspectos, nos traziam e trazem algo do que é chamado de “Brasil profundo”, mas também do que podemos chamar de modernidade (no sentido utilizado por Marshall Berman em Tudo o que é sólido desmancha no ar)⁴ e, no caso de “Pra não dizer que não falei das flores”, de um desmascaramento da situação de militarização do país, assim como um chamado à resistência e, nos acordes iniciais dessa canção, de reminiscência dialógica com a América Latina.

Em “Roda Viva”, de Chico Buarque, há a verbalização do impacto violento de alterações repentinas na vida, como, podemos intuir, o Golpe, mas também a possibilidade de mudança, possibilidade essa, que o regime cometia atrocidades para conter e abafar.

Partidos, como o PCB, por exemplo, foram postos na clandestinidade e alguns de seus mais destacados militantes, assassinados. Alguns, entre os militantes de esquerda, entraram para o MDB, o partido, entre os dois legalizados à época, que fazia oposição, pela via institucional, ao regime. Outros aderiram à luta armada.

3 In: <[facebook.com/CartaCapital/posts/8127535412729/?locale=pt-BR](https://www.facebook.com/CartaCapital/posts/8127535412729/?locale=pt-BR)> Acesso: 04 jan. 2024

4 Publicado, no Brasil, pela Companhia das Letras, em 1986, com 2ª. reimpressão em 1987.

O movimento estudantil, que heroicamente se levantou contra a ditadura, foi brutalmente perseguido, a ponto de muitos/as jovens terem sido mortos/as.

Matar a juventude de um país, isto já seria motivo suficiente para executar a ditadura de 64 e julgar e punir aqueles que praticaram terrorismo de Estado. Contudo, há quem seja saudosista desse regime, embora também, com o Golpe de 64, o Brasil tenha sido empurrado violentamente para trás em termos de justiça e de inclusão social, de distribuição de renda, de fortalecimento da cidadania, de politização etc.

Vivemos ainda hoje, 2024, efeitos da ditadura iniciada há 60 anos.

Quem tinha dúvida sobre isso certamente a perdeu, depois do pesadelo que passamos com o governo do agora inelegível, em que pudemos ouvir pedidos expressos publicamente de volta da ditadura e dos militares. Antes mesmo, na sessão da Câmara dos Deputados, em que foi aprovada a abertura do processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma Rousseff, o hoje inelegível fez um elogio público a um torturador, inclusive, torturador, na ditadura, de Dilma Rousseff, numa flagrante violência contra a Presidenta e contra todas as mulheres brasileiras, inclusive as que não haviam votado em Dilma para Presidenta. É preciso enfatizar que tal ato do hoje inelegível é, a nosso ver, um incentivo à misoginia, e mais, à ideologia do estupro.

Lembramos também que pedidos, em público, de volta da ditadura e dos militares, assim como elogios públicos a torturadores seriam praticamente inviáveis no decorrer dos anos 80, quando havia intenso clamor por democracia; visão bastante nítida sobre a importância, para o fortalecimento da democracia, da não participação de militares no governo; forte desejo de votar para Presidente; além de os horrores da ditadura estarem sendo publicizados por obras, por exemplo, como *Brasil: Nunca Mais* (publicada em 1985, pela editora Vozes, com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns, que organizou tal obra) e filmes como “Pra frente, Brasil”, de 1982, de Roberto Farias.

Nos anos 80, houve várias manifestações, no centro do Rio, para o fim da ditadura.

Em 1981, em 30 de abril, fui, com um grupo de amigas e de amigos, assistir ao show de comemoração do 1º de maio, no Riocentro, em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Nesse show, militares tentaram explodir bombas. Havia muita gente assistindo ao show. Se elas tivessem explodido dentro do lugar em que estavam sendo realizadas as apresentações de artistas como Chico Buarque, Gonzaguinha, Clara Nunes, talvez vocês não encontrassem este texto nesta publicação. Uma das bombas explodiu no carro de um dos militares. Gonzaguinha, durante a apresentação, chegou a falar com o público sobre o atentado. Tínhamos ouvido um barulho de explosão,

mas fraco, porque distante. Há gravação desse show memorável que, hoje, pode ser assistida pela Internet.

Antes, em 1980, uma carta-bomba havia matado Lyda Monteiro da Silva, Secretária na OAB-RJ.

A imprensa, então após o atentado do Riocentro, em que ficou inequívoca a participação de militares, não pôde ficar abertamente ao lado da ditadura.

Os Comícios pelas (eleições) Diretas Já foram televisionados.

No Rio, o Comício ocorreu, na Av Presidente Vargas, com o palco na Candelária, em 10 de abril de 1984, com a participação de pessoas, antes exiladas, que puderam, com a anistia, voltar ao país.

“Todo o poder emana do povo” ouvimos da voz de Sobral Pinto, numa emoção com energia renovadora imensa.

Havia forte esperança, como diria Paulo Freire, do verbo esperar, pois nos achávamos responsáveis pela construção de um Brasil democrático, inclusivo, além de que políticos civis como Prestes, Lula, Brizola, Ulisses Guimarães, entre outros, eram respeitados e, apesar de alguns deles, como Brizola, terem passado por um processo de desmerecimento, no caso de Brizola, ele havia sido desmerecido por pessoas que haviam apoiado a ditadura.

Nos anos 80, na Faculdade de Letras da UFRJ, assim como em outras faculdades e universidades do país, havia debates, greves, inclusive de discentes, contra os ataques do último governo militar ao caráter público do ensino universitário. Resistimos (eu estava lá) e tenho muito orgulho de haver participado, mesmo que minimamente, dessa luta.

Fomos também, para as ruas do centro do Rio, festejar a chamada “Nova República”. Lembro-me que houve, no Circo Voador, um show em que Chico Buarque cantou “Vai Passar”. Simplesmente inesquecível.

E por falar em Chico Buarque, é importante lembrar o papel de canções como “Tanto Mar” para a divulgação e a comemoração, no Brasil, da Revolução dos Cravos (que, em 2024, completa 50 anos).

É importante recordar também, em 2024, Oduvaldo Vianna Filho (1936-1974), o Vianninha, e sua arte de ação e de resistência à ditadura.

Voltando ao relato sobre os anos 80, acompanhamos, pelos jornais impressos e televisivos, a debates de Constituintes e assistimos, pela tv, à promulgação da Constituição Cidadã.

“Ingovernável é a fome, a miséria, a falta de educação”, assim Ulisses Guimarães respondeu às críticas quanto à viabilidade da Constituição de 1988.

Em 1989, votamos pela primeira vez para Presidente e meu voto foi para Lula.

Fiquei arrasada quando Collor ganhou a eleição.

Fiz campanha para eleger Lula Presidente. Cheguei a ir, em estágio relativamente avançado de gravidez (a Izadora, minha filha mais velha, estava no meu ventre), ao último Comício da campanha de Lula. Foi também muito emocionante.

Atualmente, apesar de sempre ter votado em Lula, todas as vezes que ele se candidatou à Presidência da República, penso que devia, naquela eleição de 1989, no primeiro turno, ter votado em Brizola.

Hoje penso que a eleição de Collor e o próprio governo Collor contribuíram para o fortalecimento de discursos contra a Política em geral, numa sociedade que vinha de uma ditadura, em que algumas dentre as pessoas mais politizadas e mais lutadoras haviam sido mortas e/ou estavam desaparecidas.

Há, no meu ponto de vista, um buraco, uma lacuna entre a situação de despolitização, alimentada por parte da mídia, em que muitos vivem, ainda em 2024, apesar da vitória do Presidente Lula, e a luta dos que morreram contra a ditadura. Temos que resgatar a história dessas pessoas. Encontrar os corpos das desaparecidas e dos desaparecidos. Prestar-lhes homenagens. Temos – e é um dever cívico – de resgatar a história da resistência e da luta contra a ditadura de 1964 e nunca esquecer os horrores cometidos pelo regime militar.

Há ainda, em 2024, um grupo de pessoas que tem horror a partidos políticos e a sindicatos. Entre outros aspectos, que teríamos que ter mais tempo para analisar, esse horror foi alimentado pela própria ditadura; pela chamada “guerra fria” e é mantido também, mas não só, pelo desconhecimento, por muitos, do funcionamento dos três poderes da República, além da relativamente pouca participação popular na política partidária e nos sindicatos. Ou seja, a despolitização leva a mais despolitização.

Concordamos com a Ministra Margareth Menezes da necessidade de criação de um Museu, como o do Aljube, de memória da luta contra a ditadura e dos horrores do regime militar, para que nunca mais ocorra ditadura e tortura no Brasil.⁵

Para fortalecermos a democracia, no Brasil de hoje, 2024, temos de, entre várias outras ações, combater a desinformação, com informação, assim como o apagamento da história de todas e de todos que lutaram por justiça social, e, como diz a canção de Milton Nascimento, estar onde o povo está, mas não somente, temos que nos mobilizar, fazer trabalho de base e voltar às manifestações de rua em apoio à ampliação do caráter de esquerda do Governo Lula.

5 Escrevemos, com Zezito de Oliveira, um artigo sobre tal assunto, que foi publicado em *Perspectivas do Manguê Jornalismo*

UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Cesar Antonio Alves Cordaro¹

Maldito é o soldado que aponta sua arma contra o seu povo.

Simon Bolívar

Introdução

Ao se completar o 60º aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964, a classe trabalhadora e suas representações políticas enfrentam o desafio de promover as mudanças estruturais necessárias ao exercício do controle social sobre as instituições militares na sociedade brasileira. Em outras palavras, impõe-se o desafio histórico de criar os meios necessários à submissão dos militares ao poder civil: não ao poder civil em abstrato, mas ao poder civil, qualificado democraticamente, pela ampla participação dos trabalhadores nos processos de decisão política.

Uma rápida análise desse período de 60 anos vem confirmar a conclusão de que os militares *nunca estiveram ausentes da política: ou se envolveram ou foram envolvidos* no processo político (CUNHA, 2021). Esse envolvimento na política, entretanto, sempre teve lado: reprimiram sistemática quaisquer tentativa de mobilização e luta dos trabalhadores; promoveram a ruptura da ordem constitucional, praticaram graves violações de direitos humanos e envolveram-se em articulações políticas favoráveis ao grande capital e ao imperialismo e contrárias aos interesses da maioria da população, assumindo o indevido e ilegal papel de tutores da sociedade, em franca oposição às suas funções institucionais.

O protagonismo dos militares na política, nessa quadra histórica, atinge seu ápice com o golpe militar de 1º de abril de 1964, perdura de forma indireta durante a transição conservadora da chamada *Nova República* (1985/8), vai sendo gradativamente retomado a partir de 2016, com o afastamento de Dilma - e a posse de Temer - e a eleição de Bolsonaro em 2018, instrumentalizada pela cúpula militar, culminando com a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Na verdade, seja através da ação direta ou nos bastidores, os

1 Advogado – Procurador do Município aposentado - Procurador Geral do Mun.de São Paulo (2001-2002) - Conselheiro da OAB/SP (1998-2003) - Diretor da Federação Nacional dos Advogados (1994-1996) - Presidente da Assoc. dos Procuradores do Mun.de S. Paulo (1993-1994) - Diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo (1985-1990) – Membro do Comitê Paulista Pela Memória, Verdade e Justiça (2011-2021).

militares sempre exerceram a tutela sobre a sociedade (LENTZ, 2022), sob uma perspectiva conservadora e reacionária, por intermédio de uma cúpula que se prevalece do princípio da hierarquia e da disciplina, subordinando seus comandados.

Estado e Forças Armadas

A compreensão do papel das Forças Armadas como instituição estatal passa necessariamente pelo exame da concepção de Estado. Na perspectiva da teoria crítica marxista (à qual me filio), o Estado moderno é, em síntese, o *comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa* (MARX & ENGELS, 2005:42). Portanto, longe de ser o promotor do *bem comum*, o Estado é a expressão da dominação de classe, na sociedade burguesa. Enquanto aparato específico, ele permite que essa dominação não se faça de forma direta e imediata, porém seja realizada através de um poder impessoal que não é exercido em proveito de uma classe, mas se apresenta distante e acima das classes sociais (NAVES, 2000:79).

No caso do Brasil, país dependente e periférico, a autonomia relativa do Estado – colocado acima das classes – está inversamente relacionada à capacidade da burguesia levar adiante sua dominação de classe: um Estado forte é sempre a contrapartida de uma burguesia fraca (MARINI, 2021:1). As Forças Armadas são uma instituição desse Estado.

Síntese Histórica

Na história recente da instituição militar brasileira, cabe assinalar o papel relevante das reformas na sua organização, ocorridas no período de 1930 a 1945, que vai ilustrar como ela alcançou essa posição de autonomia em relação ao restante da sociedade.

As reformas desse período contribuíram para aumentar a sua coesão interna e para vincular os objetivos estritamente militares ao processo de industrialização (SILVA, 2018:71); elas tiveram como base a concepção desenvolvida pelo general Góes Monteiro, um dos comandantes da Revolução de 1930, segundo a qual o Exército é um órgão essencialmente político, mas não partidário, e deve ter sua própria política (a política do Exército). Mesclando elementos da teoria da guerra total, ou seja, uma guerra que obriga à mobilização total de sociedades nacionais com vista a um enfrentamento entre povos, cujo resultado não pode ser senão o extermínio e o aniquilamento do derrotado (DUARTE, 2005:37), a Doutrina Góis Monteiro sustentava que o Exército deve fazer a sua política e não ficar sujeito às injunções políticas externas (praticadas pelos civis). Segundo essa concepção, a autonomia da

instituição militar decorre do processo de profissionalização das Forças Armadas e, na medida em que as organizações militares tornam-se instituições complexas, incorporando inúmeras especialidades, *o oficialato surge como profissão, cuja especialidade é a administração da violência para a defesa do Estado*; como os políticos civis são *incompetentes e corruptos*, não estão eles capacitados a serem *formuladores de uma política específica para as instituições armadas do Estado* (MARQUES, 2001:33-4). Portanto, na perspectiva sustentada por Góis Monteiro, as Forças Armadas devem figurar como instituição autônoma, colocando-se acima das demais instituições do Estado. A *política do Exército* seria em última instância, *uma exclusividade de manifestação da alta hierarquia através de seus comandantes* (CUNHA, 2018).

Com base nessa concepção, o ponto culminante da intervenção dos militares deu-se com o golpe de 1º de abril de 1964, quando foi rompida a ordem constitucional e os fardados passaram a controlar o Estado brasileiro. A conspiração para o golpe teve início após a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart (1961), numa articulação entre militares e setores civis (estes sob controle daqueles) - apoiados pela embaixada dos EUA. Os golpistas se colocaram contrários às “reformas de base” que ameaçavam os interesses da burguesia e do latifúndio, aliados ao capital estadunidense. Os militares golpistas (hegemonizados sob um pensamento de direita) adotaram e desenvolveram a teoria do “inimigo interno” identificado no “comunismo”, cujo combate justificava a prática de graves violações de direitos humanos (sequestro, tortura, desaparecimento forçado, assassinatos) contra qualquer membro da oposição.

Após o golpe e ao longo de mais de 20 anos, ditadura militar promoveu o chamado “milagre econômico”, com base na superexploração da força de trabalho (arrocho salarial), na concentração de renda e no endividamento externo; garantiu a estabilidade política ao grande capital por duas décadas, reprimindo e perseguindo lideranças sindicais e estudantis e opositores políticos do governo. Os anos 1970 foram marcados pela intensificação da reação dos trabalhadores, através das inúmeras greves e mobilizações em torno de movimentos contra a carestia e por eleições diretas, sistematicamente reprimidos pelo Estado de terror implantado, notadamente a partir do Ato Institucional nº 5, de 1968. Na perseguição à resistência armada à ditadura, os militares praticaram toda a sorte de graves violações de direitos humanos: sequestraram, torturaram, assassinaram e promoveram o desaparecimento forçado de inúmeros combatentes.

Ainda com apoio dos Estados Unidos, as Forças Armadas brasileiras participaram da “Operação Condor”, programa de cooperação entre ditaduras latino-americanas, visando perseguir e eliminar opositores políticos.

A partir da década de 1980, o Brasil enfrentou graves problemas econômicos, decorrentes da crise do petróleo. No bojo dessa crise, a presença dos

militares tornou-se inconveniente, levando à chamada “redemocratização”, com a retirada de cena dos militares, numa articulação “pelo alto”, visando uma transição conservadora, sob controle da classe dominante. Os militares retiraram-se do palco, mas permanecem nos bastidores.

E nos bastidores, no curso dos trabalhos constituintes, em 1987, os ministros militares do governo Sarney interferiram abertamente no processo constituinte: foram contrários à anistia aos militares que se opuseram ao golpe de 1964; ao parlamentarismo; à estabilidade no emprego e à jornada semanal de 40 horas. A Constituição, promulgada em 5 de outubro daquele ano, ao tratar da organização militar (art. 146 e seguintes), seguiu *pari passu* as exigências da cúpula militar, reproduzindo em sua essência as disposições das Cartas outorgadas pela ditadura (1967 e 1969) que já estabeleciam a interferência dos militares no controle do Estado. Nessa perspectiva, as Forças Armadas mantiveram a missão da *defesa da Pátria* e defesa dos poderes constitucionais e, também, da *garantia da lei e da ordem*.

E, sob essa ótica, permaneceram como guarda pretoriana dos interesses do capital; veja-se, a título de exemplo, que, em novembro de 1988, o Exército interveio, de forma violenta, na greve dos trabalhadores da Cia. Siderúrgica Nacional e deixou um saldo de três operários mortos.

Além disso, os fardados continuaram se manifestando politicamente, através do Clube Militar: em 1998, a entidade protestou contra a criação do Ministério da Defesa, a ser ocupado por um civil.

Nos governos de Lula e Dilma, apesar dos recursos destinados ao reaparelhamento das três Forças, a desavença dos militares se agravou com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada para apurar graves violações de direitos humanos. A iniciativa foi vista como revanchismo pelos fardados, notadamente, porque, em seu relatório final, a CNV recomendou a apuração das graves violações de direitos humanos, praticadas durante a ditadura militar, e a reformulação de concursos e processos de avaliação nas Forças Armadas para valorizar princípios democráticos.

A destituição de Dilma, em 2016, além da falência da política de conciliação de classes protagonizada pelo PT, representou um efetivo *ataque externo-interno direto e permanente à própria independência nacional, visando a reestruturação geral da nação segundo as necessidades do grande capital* (MAESTRI, 2019:337). Michel Temer, vice na chapa que elegeu o PT em 2014, assumiu o governo em condições de extrema fragilidade, envolvido em denúncias de corrupção. Buscou o apoio militar e manteve-se submisso aos propósitos da burguesia e do imperialismo, implementando o chamado *Projeto para Futuro*, que aprofundou a austeridade iniciada por Dilma e congelou os gastos do governo por 20 anos, entre outras medidas. Temer deu continui-

dade à guerra de classes, necessária à garantia da superexploração e da apropriação das riquezas nacionais em benefício da burguesia rentista e do imperialismo (OURIQUES, 2018). Tudo isso com aprovação da cúpula militar.

Em 2018, após a prisão e a proibição da candidatura de Lula, Bolsonaro foi eleito presidente, com amplo apoio do Alto Comando do Exército. Com isso, os militares retornaram ao palco e, nessa condição, passam a ser responsáveis diretos pelas ações do governo, todas marcadamente voltadas contra o interesse dos trabalhadores e da população pobre: na gestão da pandemia, minimizaram os efeitos da Covid e adotaram posturas contrárias a medidas de isolamento social e uso de máscaras; na política ambiental, flexibilizaram a legislação e as políticas de proteção ambiental; no âmbito dos Direitos Humanos, intensificaram a violência policial, restringiram as liberdades e foram tolerantes com as práticas de racismo e homofobia; na área da política externa, assumiram posição de submissão aos Estados Unidos, afastando-se de parceiros tradicionais; na política econômica, promoveram medidas de interesse do grande capital e do rentismo (ajuste fiscal, reforma da previdência etc.).

Ao término do mandato, diante da derrota eleitoral de Bolsonaro, os golpistas mobilizaram segmentos da população, que acamparam em frente aos quartéis de algumas capitais, com a conivência do Alto Comando, clamando pela intervenção militar. Essa tentativa golpista culminou com a invasão e a depredação das sedes dos três poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

Considerações finais

O relato apresentado acima objetivou apresentar um rápido panorama resultante do nível de autonomia das Forças Armadas, como instituição do Estado brasileiro, cujas consequências maiores afetam diretamente as condições de vida da maioria da população, em razão da tutela que exercem sobre a sociedade, em favor do grande capital e em detrimento dos interesses da classe trabalhadora e da própria soberania nacional. Essa tutela é retroalimentada por uma situação insustentável: nos diversos episódios em que foram praticados não só atos golpistas, mas também atos graves de abuso de poder e de violações de direitos humanos, os militares jamais foram responsabilizados. A impunidade faz com que, na sociedade brasileira, a instituição militar mantenha uma indesejável autonomia, colocando-se como uma *casta* que está verdadeiramente acima do Estado e da lei.

E, no exercício dessa autonomia, as Forças Armadas (submetidas à hegemonia da direita), estão sempre preparadas para reprimir o povo e, em última instância, proteger e acomodar os interesses da classe dominante. Abdicaram do seu principal objetivo que é a Defesa Nacional contra o inimigo externo, priorizando o combate ao “inimigo interno”, ideologia alimentada para jus-

tificar uma posição subalterna aos interesses imperialistas. Nessa prioridade em combate ao “inimigo interno”, as Forças Armadas envolvem-se indevidamente na Segurança Pública, atuando em conjunto com as Polícias Militares, como órgão de repressão da população.

Conclusão

As reflexões aqui apresentadas levam necessariamente às seguintes conclusões:

1) Os princípios constitucionais que consagram o Estado Democrático de Direito e a separação de poderes (arts. 1º e 2º da Constituição da República) não autorizam nem legitimam a existência das Forças Armadas, colocadas acima do próprio Estado e da própria lei, sendo, por isso, inadmissível a autonomia da organização militar, que deve estar submetida ao poder civil.

2) O governo Lula deve promover o amplo debate sobre o efetivo papel das Forças Armadas, que deve estar estritamente vinculado à política efetiva de defesa nacional e garantia da soberania do país e não de guardião dos interesses do grande capital e do imperialismo.

3) Paralelamente, deve ser cumprida integralmente a sentença proferida em 24/11/2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – Caso Gomes Lund e outros x Brasil -, que condenou o Estado brasileiro a apurar e promover a responsabilização dos agentes que praticaram graves violações de direitos humanos.

4) O Estado brasileiro deve, ainda, promover as políticas públicas necessárias ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, bem como aquelas necessárias à plena realização da Justiça de Transição.

5) O Estado brasileiro deve, finalmente, promover a responsabilidade legal dos militares e civis envolvidos na tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023, submetendo-os ao devido processo legal.

Porém, as medidas elencadas terão pouca eficácia se não forem acompanhadas da ampla mobilização das classe trabalhadora, conclamada por suas organizações políticas e sindicais, efetivamente comprometidas com reformas estruturais, para o necessário debate político e ideológico sobre a finalidade das Forças Armadas e a política de Defesa Nacional e o efetivo papel da Segurança Pública, na perspectiva das mudanças de interesse dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CUNHA, Paulo R. (2018) – *Militares na Política ou Política entre Militares: Uma falsa Questão*. In: BARBOSA, Jefferson R. et al. (org.). *Militares e Política no Brasil*. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular.

CUNHA, Paulo R. (2021) – *O papel dos militares no Brasil republicano* – Debate – Jornal “O Poder Pular” - <https://www.youtube.com/watch?v=W5gd1WTsvVw&t=1636s>

DUARTE, Antônio P. (2005) – *A visão da Guerra Total no pensamento militar*, Revista Nação e Defesa, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2005, p. 48. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1321&cod=115#sthash.pN7eXapg.dpbs>.

LENTZ, Rodrigo (2022) – “É a volta dos que nunca foram” – Entrevista - Carta Capital, São Paulo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/e-a-volta-dos-que-nunca-foram-diz-pesquisador-sobre-militares-no-governo-bolsonaro/>

MAESTRI, Mário (2019) - *Revolução e contra-revolução no Brasil (1530-2018)*. Porto Alegre: Clube de Autores.

MARINI, Ruy M. (2021) – *Estado e Crise no Brasil*, São Paulo. Disponível em: www.lavrapalavra.com/2021/07/07/estado-e-crise-no-brasil

MARQUES, Adriana A. (2001) – *Concepções de Defesa Nacional no Brasil: 1950-1996*. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2005) – *Manifesto Comunista*, 1ª Edição, São Paulo: Boitempo.

NAVES, Márcio B. (2000) - *Marxismo e Direito, Um estudo sobre Pachukanis*, São Paulo: Boitempo.

NETO, Manuel D. (2023) – *O que fazer com os militares?* – Entrevista – “Programa 20 minutos” - Opera Mundi - <https://www.youtube.com/watch?v=WQ-IHRaLTHCc>

NETTO, José P. (2014) – *Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez.

OURIQUES, Nildo D. (2018) - *O segredo de Bolsonaro (reflexão sobre a ameaça fascista no Brasil)*. In: Blog “O Real Não se Vê – Análise da Conjuntura e Crítica das Ideias na América Latina”. Florianópolis. <http://nildouriques.blogspot.com/2018/09/o-segredo-de-bolsonaro-reflexao-sobre.html>

SILVA, Lígia O. (2018) – *Projeto Nacional e Politização das Forças Armadas, 1944-1964*. In: BARBOSA, Jefferson R. et al. (org.). *Militares e Política no Brasil*. 1ª edição, São Paulo: Expressão Popular.

60 ANOS DE LUTA EM DEFESA DE UMA SOCIEDADE JUSTA E DEMOCRÁTICA.

Clair da Flora Martins¹

Já se passaram 60 anos. Em janeiro de 1964, deixei a minha pequena cidade de Caçador (SC), com destino a Curitiba para ingressar na Universidade, optando por Direito (PUC) e Letras (UFPR), tinha então 18 anos. Meu pai acompanhava as notícias do Presidente Goulart e do Brizola através das rádios, o que influenciou a minha caminhada política.

Em Curitiba, inicialmente eu morava num pensionato e já no início das aulas foi dado o golpe civil militar de 1964. Eu ainda não tinha uma compreensão do que aquilo significava, mas, aos poucos, fui adquirindo consciência. Os diretórios acadêmicos e a União Paranaense convocavam assembleias, passeatas, pichações contra a ditadura e contra o ensino pago e o acordo Mec-Usaid. Fui morar na Casa da Estudante Universitária, próximo à Reitoria, ao Restaurante Universitário, ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) e à Faculdade de Letras e Filosofia, um dos centros de efervescência política de Curitiba na época. À medida que as manifestações estudantis cresciam, a repressão também aumentava. Meu engajamento político se ampliou quando passei a integrar o Diretório Acadêmico de Direito na PUC e com a minha filiação à uma organização partidária: a Ação Popular, que objetivava não só a derrubada da ditadura como a tomada do poder e a construção de um governo democrático- popular. O movimento bancário também se somava à resistência e à militância da Ação Popular, levava os panfletos aos bairros e às portas das fábricas para incentivar o movimento operário em Curitiba.

Uma das manifestações mais importantes de Curitiba, em 14 de maio de 1968, foi a ocupação da Reitoria da UFPR, com a derrubada do busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda, em Curitiba, que simbolizava a posição do governo na época em relação às medidas de reforma do ensino que visava à implementação do ensino pago nas universidades. Esse protesto, que foi vitorioso, com a suspensão do pagamento das mensalidades, foi de fundamental importância para ampliar a luta de resistência contra o sistema.

Um marco histórico nacional, que muito impactou toda a sociedade, foi o assassinato, pelos órgãos da repressão, do estudante Edson Luiz, no restau-

1 Advogada, ex-deputada Federal.

rante do calabouço do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. A chama da luta contra a ditadura se espalhou por todos os cantos do país e o governo se obrigou a lançar mão do ato institucional nº5, em 13.12.1968 endurecendo o regime, com consequências para toda a sociedade.

Diante desse quadro, a Ação Popular decidiu que era necessário deslocar seus quadros para o trabalho no movimento operário-camponês para fortalecer a luta contra a ditadura. Assim, após a cerimônia da minha formatura em Direito, na Reitoria, quando fui intimada a comparecer no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), fui transferida para São Paulo, onde assumi o cargo de direção do partido, juntamente com outros dois companheiros.

A repressão aumentava cada vez mais, e o número de militantes torturados, presos e assassinados crescia assustadoramente, sendo que em 1971 fui presa pelos agentes do DOPS/SP, sob o comando do chefe do esquadrão da morte, delegado Fleury.

Fui violentamente torturada, fiquei na solitária por 40 dias e após alguns meses fui transferida para Curitiba de camburão para uma cela no quartel do exército na praça Ruy Barbosa, para prestar depoimento em outro processo. O juiz auditor Ramiro Teixeira Motta acatou o pedido do meu advogado René Ariel Dotty e me soltou, posto que apesar de estar presa já há alguns meses, não tinha ordem de prisão.

Fiquei foragida após essa data, até o julgamento da minha ação, pois logo em seguida, foi decretada minha prisão preventiva.

Muitos anos se passaram, nos quais exerci minhas atividades profissionais de professora, advogada, além de ocupar mandatos eletivos de vereadora (Curitiba), Deputada Federal pelo PT (no início do governo Lula). Na minha caminhada política ajudei a organizar Associações de Moradores de Bairros, Sindicatos, participando das lutas pela Anistia, pelas Diretas-Já, pela Constituinte, na mobilização da sociedade para construir e inserir dispositivos na Constituição Federal de 1988. Também participei de muitas campanhas contra as privatizações (entre as quais, a Vale do Rio Doce e a Copel), pela auditoria cidadã da dívida pública brasileira e contra os juros altos, contra o sistema de endividamento do país e pela sua soberania.

Foi um processo de luta pela redemocratização do país e o início de políticas sociais voltadas para a população mais pobre, com o governo Lula/Dilma, mas teve retrocessos no governo Bolsonaro.

O Brasil, hoje é a 9ª economia do mundo, mas os problemas econômicos e sociais são gritantes, com uma concentração de renda em mãos de poucos, sendo que grande parte da população tem uma renda reduzida e milhões vivem na pobreza, vivendo de programas sociais, muitos desempregados e ainda milhões de brasileiros com trabalho precário.

O neoliberalismo se aprofundou. O sistema financeiro avançou e muitos países se endividaram, não conseguindo pagar suas dívidas, face às altas taxas de juros, impossibilitando o cumprimento de metas para mudanças estruturais de desenvolvimento econômico e social do país.

O Brasil é muito rico em riquezas naturais e minerais, no entanto estas não beneficiam o conjunto da população brasileira.

Nos últimos anos, vivenciamos uma pandemia que impactou todos os países. O Brasil enfrentou ainda posturas governamentais negacionistas, inflamando a sociedade contra a vacina e retardando seu acesso a ela mesma.

Não bastasse isso, o governo Bolsonaro incentivou manifestações contra o sistema eleitoral vigente no país, questionando a validade das urnas eletrônicas, o resultado eleitoral e apoiando manifestações que resultaram numa tentativa de golpe de estado, no dia 08 de janeiro de 2023, com a invasão e depredação do palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

As redes sociais foram usadas para disseminar fake news, subvertendo a verdade em diversos temas, ideias, pautas, ocasionando conflitos, gerando um clima de ódio e intolerância entre pessoas, grupos, resultando numa divisão da sociedade brasileira, com o crescimento da ultra direita e disputas políticas e ideológicas.

O resultado do processo eleitoral entre Lula e Bolsonaro refletiu a divisão existente na sociedade.

Hoje, apesar de Lula ser o Presidente, ele enfrenta muitas dificuldades.

O Congresso reflete o nível de organização da sociedade e não há organização popular e a consciência necessária para defender um programa que possa implementar as mudanças estruturais que o Brasil precisa.

Eu, que integro a geração 68, continuo com uma atuação na área da defesa dos direitos trabalhistas, como advogada e com uma militância política em várias áreas, participando da luta em defesa da soberania nacional, contra as privatizações, contra os juros altos, em defesa da democracia, organizando palestras e manifestações nas ruas, em escolas e em diversos núcleos da sociedade.

Temos que ampliar o debate sobre os principais problemas do Brasil, com uma imprensa independente, discutir e construir com a sociedade um programa de governo para ampliar as conquistas democráticas e sociais.

A luta por uma sociedade mais justa e democrática continua!

60 ANOS DO GOLPE. GERAÇÕES EM LUTA

Claudio Fonteles¹

1964. O fatídico e tenebroso ano do golpe militar que dilacerou gerações.

Nos primeiros três anos dessa década de 1960, continuava-se a viver tempos tão propícios à construção do Brasil desenvolvimentista em todos os setores: na educação, na literatura, na saúde, na música, na agricultura, na indústria e no comércio, no esporte, nas relações internacionais.

Eu, nos meus 18 anos, iniciando o 3º ano do curso Clássico, voltado à área de concentração das ciências humanas, arrebatado, em meio a tantas amigas e tantos amigos, colegas, propondo-nos contribuir, ativamente, na construção da sociedade brasileira que arrostasse os desequilíbrios sociais, que franqueasse, sem limites, o acesso de todas e de todos, nas peculiaridades de cada qual, ao banquete da vida em plenitude.

Hoje, em 2024, valho-me de texto da advogada Izadora Gama Brito, intitulado “Teto, Pão e Renda”, posto no livro “Realmar a economia – a Economia de Francisco e Clara”, assim escrito:

É preciso disseminar a informação e travar a batalha de ideias, disputando mentes e corações, resgatando a utopia das cidades como lugar do bem viver, do viver comunitário, solidário, onde as cidades sirvam às pessoas e não a coisas e à especulação imobiliária, grande aliada do capital financeiro.

A cidade pela qual lutamos é aquela em que todas e todos possam ser iguais socialmente, humanamente diferentes e livres de opressões, explorações e discriminações. Esse horizonte de cidades é utópico, mas também realista e necessário; é urgente! Nas palavras do Papa Francisco, nossa luta é por **“nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos.** (artigo citado – pg.214).

1965. Ingressando na Universidade de Brasília para cursar a Faculdade de Direito, na esperança juvenil de que se poderia, de algum modo, mantê-la firme nos seus propósitos de pesquisa, docência e aprendizado inseridos em perene diálogo com a Sociedade.

1 Procurador-geral da República no biênio 2003-2005 e Coordenador da Comissão Nacional da Verdade.

Frustração e tristeza

O quadro, a tanto causar, bem o traça o Professor Roberto Salmeron no livro que escreveu: “A Universidade interrompida: Brasília 1964-1965”:

Em outubro de 1965, um ano e meio depois das primeiras expulsões, um outro reitor foi designado pelo presidente da República, também por injunções políticas, os docentes sendo colocados diante de um fato consumado. Recém-chegado, em função que havia cinco semanas apenas e ignorando tudo, realmente tudo sobre a universidade, chamou o Exército e a Polícia Militar para novamente a invadirem. E demitiu, arbitrariamente, mais dezesseis professores, sem acusação e sem possibilidade de defesa, como tinha feito o seu antecessor. O pretexto apresentado a posteriori, foi o de que eram indisciplinados, e indisciplina deveria ser considerada um aspecto da subversão (livro citado – pg. 25/26).

Essa demissão coletiva, caso único na história de universidades no mundo, foi espontânea, não foi programada, nem dirigida do exterior, como alguns ridiculamente pretenderam. Devido à determinação e à união dos docentes houve quem duvidasse da espontaneidade. Por que tal atitude de 223 pessoas? Que fatos levaram tantos, conscientes e responsáveis, a se convencer de que não era mais possível continuar trabalhando nas condições que lhe eram impostas? A situação podia ser resumida numa frase em termos simples: seria possível manter a dignidade de cidadãos e de professores construindo uma universidade cujo corpo docente deveria estar sujeito às arbitrariedades de um reitor e de um ministro da Educação que julgavam normal receber instruções do Serviço Nacional de Informações e de outros serviços policiais? O ministro da Educação dizendo em entrevistas que educação é assunto de segurança nacional? (livro citado – pg. 27/28).

1973 a 2008 atuando no Ministério Público federal e de 1971 até hoje dedicado ao ensino superior, por muitos anos lecionando Direito Processual Penal e, a partir de 2009, Doutrina Social da Igreja.

A oportunidade desafiadora e valiosa de configurar o Ministério Público federal, a partir da redemocratização, não mais como o advogado do Estado-Administração, mas o defensor da cidadania plena na afirmação dos direitos coletivos e pessoais indisponíveis. Servir à Sociedade brasileira no

primado da Democracia, que defende as minorias; o meio-ambiente; a cultura; a saúde; o patrimônio histórico; o patrimônio público, e o agente promotor do zelo à paz pública, fundamentalmente na persecução criminal à macrocriminalidade.

O magistério porque o professor é o artífice da esperança. Promove e estimula a reflexão; o debate respeitoso e fundamentado; vive os valores pelos quais vale a pena viver: a fraternidade – o outro como o “meu outro eu” – e o empenho no compromisso cotidiano à afirmação do bem comum.

Retrocessos e avanços

Retrocessos no ambiente político. A política afunda-se no jogo do compadrio; do “toma lá, dá cá”; do poder pelo poder, travestido em jogadas de “marketing”, alimentadas, inescrupulosamente, pelo uso das “fake news”.

Quão distantes estamos dessas palavras, tão exatas do Papa Francisco, sobre o real significado do ser político:

Por isso, “a vida política autêntica, que se funda no direito e em um diálogo leal entre os sujeitos, renova-se com a convicção de que cada mulher, cada homem e cada geração carregam em si uma promessa que pode irradiar novas energias relacionais, intelectuais, culturais e espirituais”.

197. Vista dessa maneira, a política é mais nobre do que a aparência, o “marketing”, as diferentes formas de disfarce da mídia. Tudo isso semeia apenas divisão, inimizade e um ceticismo desolador incapaz de apelar para um projeto comum. Ao pensar no futuro, alguns dias as perguntas devem ser: “Para quê? Para onde estou realmente indo? ”. Passados alguns anos, ao refletir sobre o próprio passado, a pergunta não será: “Quantos me aprovaram, quantos votaram em mim, quantos tiveram uma imagem positiva de mim? ”. As perguntas, talvez dolorosas, serão: “Quanto amor coloquei no meu trabalho? Em que fiz progredir o meu povo? Que marcas deixei na vida da sociedade? Que laços reais construí? Que forças positivas desencadeei? Que paz social semeiei? O que produzi no lugar que me foi confiado? (Carta Encíclica Fratelli Tutti nº 196/197 – pg. 103/104 – edições CNBB).

A propósito, fechando meu livro de poemas – “Percurso” -, escrevi esse poemeto:

Brevíssimas

I

Ser presidente,
qualquer presidente,
é ser refém das circunstâncias.

II

O parlamento é o palco do faz-de-conta,
salvo,
salve a militância.

III

A justiça é a arte de tornar crível
o incrível,
no vai-e-vem das instâncias.

Por favor, não me tomem como anarquista. Simplesmente, observador crítico do aparato estatal, confiando que mudança possa haver nesse cenário.

Então, é propício apresentar os avanços.

Tenho-os nos movimentos sociais.

Movimentos sociais que, congregando os esquecidos, os marginalizados, os invisíveis no tecido social estabelecido e discriminatório, promovem a cidadania ativa, o protagonismo reivindicatório, a afirmação de espaço próprio, não excludente do “stablishment”, mas incorporando-o, abrindo-o, de sorte que a sociedade não se componha de camadas verticalizadas de pessoas, mas signifique e expresse a colegialidade e a circularidade de todas as suas atrizes, de todos os seus atores, mulheres e homens construindo, diuturnamente, a unidade na diversidade.

Mais uma vez, o Papa Francisco:

Em determinadas visões econômicas fechadas e monocromáticas, parece que não tem lugar, por exemplo, os Movimentos Populares que reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos. Na realidade, criam variadas formas

de economia popular e de produção comunitária. É necessário pensar a participação social, política e econômica segundo modalidades tais “que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governos locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum” e, por sua vez, incentivar para que “estes movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem”. Mas fazê-lo sem trair o seu estilo característico, porque são “semeadores da mudança, promotores de um processo para o qual convergem milhões de pequenas e grandes ações interligadas de modo criativo, como em uma poesia”. Nesse sentido são poetas sociais que, à sua maneira, trabalham, propõem, promovem e libertam. Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar “a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida em um projeto que reúna os povos”. (Carta Encíclica Fratelli Tutti – nº 169 – pg. 90/91 – edições CNBB – grifos do original).

Sejamos poetas sociais!

Paz e Bem!

OS COMUNISTAS

Cristina Capistrano¹

Chegamos a Recife, capital do Estado de Pernambuco, Brasil em 1957.

A família composta de David Capistrano, Maria Augusta de Oliveira e os três filhos do casal, David Filho com 9 anos, Cristina com 7 anos e Carolina aos 4 anos. A família embarca em avião no Rio de Janeiro com destino ao aeroporto de Guararapes.

David tinha experiência de atuação política clandestina desde 1935, quando participou do Levante Comunista no Regimento de Aviação de Realengo. Derrotado o Levante foi preso e fugiu do presídio de Ilha Grande para integrar as Brigadas Internacionais. Lutou na batalha do Ebro na Revolução Espanhola, e se refugiou na França com a desmobilização das Brigadas Internacionais. Foi preso no campo de concentração de Gurs e depois da libertação participa da Resistência Francesa. Voltando ao Brasil em 1942, foi novamente preso e solto na Anistia de 1945, ano em que também foi legalizado o Partido Comunista do Brasil.

Em 1946, David integra o Comitê Central do PCB e vai para Pernambuco. É eleito deputado estadual pelo PCB em 1947. Casado com Maria Augusta - militante comunista da Paraíba desde 1946 - teve o mandato eletivo cassado em janeiro de 1948 que decretou novamente a ilegalidade do PCB.

Entre 1948 e 1952, quando nasceram David Filho e Cristina, David morou em Sorocaba e, ainda 1948, Maria Augusta foi juntar-se a ele, em Santos. Em 1950 nasce Cristina, a segunda filha. Preso por participação nas agitações decorrentes das greves no porto de Santos em 1952, teve sua identidade ilegal descoberta. Após a libertação, quatro meses depois, volta a militância clandestina no Rio de Janeiro e a filha caçula Carolina nasce em 1954.

David foi para a União Soviética participar da Escola de Quadros em 1955 e retorna em 1957. Nos dois anos de ausência de David, Maria Augusta vai morar em João Pessoa, terra de seus familiares e amigos.

Durante a ausência de David, parentes e amigos de Maria Augusta duvidavam da decisão do casal de voltar a viver juntos. Parecia uma promessa que não se realizaria. Quando Maria Augusta recebeu a comunicação de que David estava no Brasil, fez questão de mostrar a todos a passagem de avião que os uniria.

No retorno de David, voltaram a morar no Rio de Janeiro.

1 Educadora e filha de David Capistrano.

O casal voltou ao Recife com os filhos dez anos depois do decreto que tornou o PCB ilegal.

A decisão de se estabelecer no Recife foi tomada pelo Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, ao qual David Capistrano pertencia desde 1946. Estava baseada na suposição de que o governo de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 com apoio dos comunistas não faria uma prisão pública, mesmo diante da continuidade da ilegalidade do PCB. Confiavam também na popularidade de David Capistrano que havia sido eleito em 1947, após a legalização do PCB, sendo o segundo deputado estadual mais votado em Pernambuco naquele ano.

A decisão mostrou-se acertada. Entre 1958 a 1964, David Capistrano participou ativamente nas eleições para os governos estaduais e municipais representando as posições do PCB, apoiando as candidaturas de Cid Sampaio e Miguel Arraes e atuou nas lutas pela reforma agrária. Passou a dirigir o jornal “A Hora”, imprensa relacionada ao PCB.

Foi preso temporariamente duas vezes nas crises nacionais, após a renúncia do presidente Janio Quadros, e na “campanha da legalidade” quando o vice presidente João Goulart lutava para assumir a presidência e era apoiado pelos comunistas.

Em 1964, a classe dominante brasileira se une aos militares golpistas de direita para derrubar o governo de Jango e mais uma vez interromper a possibilidade de eleições democráticas no Brasil. David volta a atuar clandestinamente. Maria Augusta e o filho David - agora com 16 anos - são presos. Após a soltura, Maria Augusta viaja com os três filhos para encontrar David e voltam a viver ilegalmente no Rio de Janeiro.

Em 1972, com a aprofundamento da repressão política na ditadura civil militar, David se exila em Praga, capital da atual República Tcheca. Ainda ilegal, volta dois anos depois, mas é preso na fronteira, em Uruguaiana. A repressão ditatorial não reconhece sua prisão e ele é dado como desaparecido.

Entre 1974 e 1992, Maria Augusta, juntamente com outras vítimas de desaparecidos no período ditatorial, e mesmo após a Anistia de 1979, continua lutando para obter notícias do paradeiro de seu companheiro David.

Em 1992, David Filho recebe a notícia de ter sido eleito Prefeito da cidade de Santos/SP. Neste mesmo dia, um dos torturadores confessa que seu pai foi preso, torturado, morto, esquartejado na Casa da Morte em Petrópolis e teve os restos mortais jogados em um rio. Em 2011, outro torturador afirma que David foi incinerado na Usina de Cambahyba, no município de Campos de Goytacases, no Rio de Janeiro, juntamente com outras onze vítimas da ditadura.

Em 2023 o Movimento dos Sem Terra-MST, as entidades de defesa dos direitos humanos e os familiares dos desaparecidos promovem uma homenagem no local da Usina Cambahyba. É um reconhecimento de que aqueles que tiveram seus corpos ali incinerados foram também lutadores em prol da Reforma Agrária.

O filho David falece em 2000 e Maria Augusta, em 2020, aos 102 anos.

Lembramos o poema de Pablo Neruda

Os Comunistas

Os que colocam a alma na pedra,
no ferro, na dura disciplina,
ali vivemos só por amor
e já se sabe que nos dessangramos
quando a estrela foi tergiversada
pela lua sombria do eclipse.
Agora vereis que somos e pensamos.
Agora vereis que somos e seremos.
Somos a prata pura da terra,
o verdadeiro mineral do homem,
a fortificação da esperança;
um minuto de sombra não nos cega:
com nenhuma agonia morremos.

DA RUA MARIA ANTÔNIA, O RETORNO A ELA E A RETROSPECTIVA HISTÓRICA DE 60 ANOS.

Cristina Moura¹

Era difícil à época entender, analisar, compreender por que nos mudávamos da capital de São Paulo, da rua Maria Antônia, para o interior de Minas Gerais, mais precisamente para a roça. Nos rincões do triângulo mineiro, à beira do rio da Prata, ainda criança fui afastada da possibilidade de entrar na escola e lá ser alfabetizada. Isso acabou acontecendo em casa. E só consegui frequentar a escola a partir do segundo semestre de 1964 aos sete anos, longe do resto dos familiares com quem convivia anteriormente. Ficava na memória a rua Maria Antônia até o retorno para lá morar ainda no início de 1970. Nesses anos, aos treze de idade, fui adestrada à escuta de que seis anos antes houvera a ‘revolução de 64’. Frequentava então o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientiae* (GAFFSS) da PUC de São Paulo, que funcionava à rua Caio Prado. Ali tinha aulas no terceiro ano ginásial, com professores, jovens estudantes daquela faculdade, onde podia conviver com o D.A. (diretório acadêmico) universitário a poucos metros da famigerada Maria Antônia, além de frequentar a ampla biblioteca da PUC. A ingenuidade de uma adolescente não me permitia perceber a razão que levava jovens professores repentinamente a se afastarem nos idos de 1971 sob justificativas pueris. Tanques de guerra transitavam pela Maria Antônia com passagens assíduas. Logo tivemos que “aprender” pelos alertas, que não deveríamos formar nas esquinas, rodinhas de conversas compostas por mais que três colegas, pois poderia ser caracterizado como subversão.

No GAFFSS, professores do departamento de psicologia da PUC aplicavam testes vocacionais dirigidos aos futuros alunos do colegial (equivalente ao nível médio nos dias de hoje) para ciências humanas, biológicas ou exatas. Os testes eram de diferentes ordens e vertentes, acompanhados de recursos de imagens ao longo de todo o quarto ano no final do ginásio. Isso trazia mais interação com a escola e com os professores. Ao resultado final: medicina e teatro, me era um desafio tamanho. Ademais, desfrutávamos do prazer e do privilégio de ter aulas de teatro com o professor Pascoal no próprio teatro da

1 Mestranda em Literatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Licenciada em Língua e Literatura inglesa (Ufes, 2020). Intérprete simultânea e consecutiva PUC-Rio (2014). Doutora e mestre em Imunologia USP. Professora aposentada (UERJ). Tradutora e revisora de textos técnico-científicos e literários em inglês (eng), francês (fr.) e versão.

PUC à rua Marques de Paranaguá contíguo à escola. Uma ocasião o professor organizou para que fôssemos assistir *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto, encenada por um grupo de teatro noutra palco, experiência inescusável. Tínhamos aulas de francês e inglês ministradas nas próprias línguas e os catedráticos da PUC vinham por vezes visitar as salas. Fazíamos muitos jograis e leituras revezadas. Ali também ouvi e li pela primeira vez, no início da década de setenta, sobre a importância da reforma agrária. Reitero aqui, por força da narrativa e pelas inquietações que me causaram, que nos dois últimos anos ginasiais ocorriam, com certa frequência, ausências alternadas de alguns jovens professores. Essas ausências nos eram justificadas por evasivas que acatávamos sem maldade como adolescentes que éramos, sem a devida percepção do que estava acontecendo.

Muito me impressiona saber atualmente da relação do ginásio de aplicação *Sedes Sapientiae*, e por conseguinte do futuro Instituto *Sedes Sapientiae*, com a militância política: a importância da continuidade do instituto que nasceu na rua Caio Prado, ali mesmo onde cursei o ginásio, e se expandiu pela ação da madre Cristina (Célia Sodré Dória) de quem vim saber por coincidência somente há pouco, quando da escrita desse texto. O instituto tinha forte conexão com os militantes reprimidos e lhes dava guarida funcionando como um “aparelho”, como relata José Genoíno, além de oferecer terapia psicanalítica gratuita a refugiados políticos e seus filhos.

Nos anos de 1973 e 1974, me deslocava da rua Maria Antônia a pé para a praça da República no centro de São Paulo, onde se situava o Instituto Caetano de Campos do qual era aluna no colegial. Paralelamente, crescia a ocupação no cemitério de Perus, apenas revelado muitos anos mais tarde como um local de desova de corpos durante a ditadura. O primeiro corpo ali encontrado em 1979 foi o do jovem poeta gaúcho guerrilheiro, militante Luiz Eurico Tejera Lisbôa, sete anos após sua morte. Ico Lisbôa aos vinte e quatro anos fora assassinado pela ditadura militar em 1972 e enterrado como Nelson Bueno. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apenas em 2007 revela que a *causa mortis* não foi suicídio como reza os autos. Ico foi executado na pensão onde morava no bairro da Liberdade em São Paulo, pertinho da Maria Antônia, e por várias vezes fora detido e interrogado no DOPS. A revista *Cult* aos cinquenta anos de seu desaparecimento em 2022 traz uma reportagem abrangente da sua atuação. Poeta percuciente, seus versos inusitados e contundentes, imbricados pela política, receberam por décadas variadas homenagens de seu irmão onze anos mais jovem, o músico e compositor Nei Lisboa. Desde o final de 2023, Nei se apresenta em vários shows em Porto Alegre, sem deixar de se colocar politicamente em estilo desconcertante, jocoso e doce, especialmente com seu EP Pandora. Essa ambiência e esses acontecimentos tão próximos dos lugares que eu frequentava, voltam à tona nessas memórias, e percebo o quanto eles estão inscritos em mim.

Aos dezoito anos, em 1975, quando eu cursava o primeiro ano da universidade, numa cena domiciliar noturna, chega na sala um amigo íntimo da família, que era locutor da TV Cultura, e interrompe meus estudos pedindo para ligar a televisão. Iriam divulgar a morte de Vlado, Vladimir Herzog, então seu chefe. Em seguida, anuncia ele: não foi suicídio como devem dizer, ele foi assassinado. O caso ganhou grande repercussão: tratava-se de um diretor de TV que havia sido na véspera levado ao DOPS para ser interrogado, investigado pelo regime ditatorial nos anos 70. No momento em que escrevo esse artigo, início de 2024, coincidente e ocasionalmente tive a oportunidade única de conversar entre amigos com José Genoíno. Mencionou a morte de Herzog e que ele mesmo se encontrava preso desde 1972 pela luta na guerrilha do Araguaia. Genoíno conta do protesto realizado pelos presos políticos na cadeia ao se inteirarem do assassinato de Vlado pelos militares. Relata que, ao sair da prisão cinco anos mais tarde, em 1977, passa a lecionar História, o que o ajudou a redimensionar esses duros anos de vivências e lutas políticas.

O país carece da divulgação ostensiva de relatos, depoimentos, testemunhos que tragam à tona as barbáries e atrocidades ocorridas durante a ditadura de 1964-1985 para que não possam ser esquecidas, repetidas. Acima de tudo, para que as novas gerações vislumbrem e sejam alertadas irrestritamente do que se deve, sob quaisquer condições, ser evitado. Acredito que, após 60 anos, estejamos vivendo um “resgate” das resistências e dos sofrimentos ocorridos durante os penosos e dolorosos 21 anos da ditadura após o golpe de 1964 no Brasil. No XVIII Congresso Internacional de Literatura Comparada da ABRALIC: A Invenção de um Mundo Comum, realizado em Salvador em julho de 2023 e no XXV Congresso de Estudos Literários: Literatura e Cultura no Brasil de 1964-1985, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, Ufes, no final de 2023, ocorreram vários debates, palestras, presenças significativas que trazem à baila percursos históricos expondo o que foi, por muitas vezes, tratado de maneira acanhada e, sobretudo, como sendo passado.

Ainda na ditadura e sem me dar conta dela, trabalhei na CETESB em São Paulo de 1979 a 1982. Ao final de três anos, dediquei as férias a estudar para a prova de mestrado em imunologia na USP e fui aprovada. Naquela época, praticamente não havia bolsas de mestrado nem para as *hard sciences* mesmo na USP, assim lutei e logrei ser demitida para levantar o fundo de garantia e poder me manter. Nos anos subsequentes, o movimento pelas Diretas Já cresce em todo o país e os palanques ganham força em praças públicas para a eleição do presidente do Brasil por voto direto. Participei de várias passeatas e comícios dentre os quais os da Praça da Sé, do Viaduto do Chá e da avenida Paulista eram os mais significativos em São Paulo, onde a massa populacional mais se concentrava e se manifestava. Em 1985 no mestrado, fui por conta própria para um estágio no laboratório de imunologia da universidade de Marburg e não me esqueço que nesse primeiro voo para a Alemanha anunciaram a morte de Tancredo Neves,

o primeiro presidente eleito que não assumiu e que havia sido transferido para o hospital militar em Brasília: uma tristeza e desconfiança tomou conta de mim.

Neste ano de 2024, completo dez anos em Vitória, Espírito Santo, e me dedico às letras, línguas e literatura. Neste momento ter a chance de estar com José Genoíno em São Paulo junto com Ênio Squeff e, antes, de ter sido convidada por Francisco Calmon para estar aqui nesse livro é uma lisonja. Para mim, o intuito de representar, chamar a atenção sobre o golpe militar que se desenrolou há 60 anos nesse país, é de extrema importância e muito significativo. Tive a oportunidade de conhecer Calmon quando do lançamento na Ufes do livro *A resistência ao golpe de 2016* em meados daquele ano do golpe (mais um outro). Em 2023, pós pandemia Covid 19, me engajei no mestrado em literatura pela Ufes e pude cursar uma disciplina com o professor Wilberth Sagueiro sobre literatura de testemunho e também conhecer Bernardo Kucinski num evento sobre a ditadura (XXV Congresso de Estudos Literários na Ufes no final de 2023). Kucinski participa também dos encontros com Genoíno, Squeff e outros camaradas, onde várias das questões aqui assinaladas são discutidas. Essas atitudes devem servir para dirimir a ignorância histórica, o esquecimento, ou a tentativa de esquecimento sobre o golpe de 1964 e suas consequências para a vida dos brasileiros e para o país.

Muitos entre nós brasileiros não sabem, entretanto, dos percalços, sofrimentos, prisões e torturas vividos por pessoas com as quais ainda convivemos, quando lutaram, apesar dos malogros, pela democracia. Personalidades conhecidas entre artistas e políticos narram essas passagens que de maneira nenhuma devem ser consideradas como algo que passou e que não pertençam ao presente. O bem-estar do povo e do país dependem disso. Pessoas ainda entre nós que passaram por prisões e torturas devem ser ouvidas, destacadas, para que a população tome ciência das agruras e dos absurdos por elas vividas. Duas situações distintas que vivi, por coincidência em praias do Rio de Janeiro, talvez sirvam de exemplos como sinais para o que tento aclamar. Numa ocasião (por volta de 1985) tomando sol nas areias do Rio com amigos de longa data perguntei ingenuamente (ou desavisadamente) a um deles o que eram as marcas, como cicatrizes, em sua canela. Tranquilamente me respondeu: pau-de-arara. Chocada com a marca da tortura do meu amigo Daniel Aarão Reis, emudeci. Noutra oportunidade, conversando com amigos na praia, e dentre eles uma senhora tomando sol, uma amiga polonesa muito próxima, quando um avião passava lá no alto ela de repente se levanta nervosa e pede para ir embora. Depois nos explicou se tratar de lembranças traumáticas: quando ainda jovem, no campo de concentração, sofrera torturas ao sol com um balde de lata na cabeça, onde batiam com metal e ao mesmo tempo aviões sobrevoavam o local. Infelizmente acontecimentos como esses não podem ser apagados, por isso devem ser lembrados, divulgados para que possam ser processados, entendidos como crimes políticos contra a humanidade e que nunca mais deveriam ser repetidos.

AS LIÇÕES DA HISTÓRIA E OS LIMITES DO AGIR HUMANO

Cunca Bocayuva¹

Em 1964 os Bocayuva estavam, (minha família paterna) no pequeno grupo das elites que se alinhavam com João Goulart – O Jango. Tudo foi meteórico. Meu pai (membro do Ministério Público Estadual) estava armado para nos defender de possíveis ataques do tipo protagonizado pelas Marchas da Família, pelo Comando de Caça aos Comunistas e pelas lides lacerdistas.

Os tanques da legalidade do esquema militar de Jango estavam a postos. Pude me alegrar no Parque Guinle, como qualquer menino, subindo nos tanques das forças da legalidade, que acabaram recuando, pois Jango decidiu não travar uma guerra civil. Lacerda, no Palácio Laranjeiras, e a turma do Forte Copacabana ganharam, como pudemos ver na TV em preto e branco.

Na semana seguinte ao golpe, visitamos meu tio Luiz Fernando Bocayuva Cunha, deputado do PTB, líder do governo Jango no Congresso Nacional, na embaixada da Iugoslávia, onde buscou sua saída para o exílio. Não seria mais possível contrapor a espada à vassoura, a espada deixava de ser empunhada pelo Marechal Lott e Castelo Branco afastava os civis do poder, até mesmo o Lacerda iria gradualmente para a oposição.

Não vou fazer o balanço das lutas culturais, da luta armada, das greves ou da frente ampla, o fato é que tudo foi experimentado, mas o regime só seria implodido e a transição democrática só viria quando a modernidade capitalista autoritária colocou em cena uma nova classe média tecnocrática, uma classe operária da grande indústria e as pastorais populares, oposições sindicais, movimentos intelectuais, lutas dos presos políticos, retorno do movimento estudantil e a virada da teologia da libertação.

A ação legal dentro do MDB, a imprensa alternativa e o quadro internacional que tinha chegado ao seu ápice no golpe militar no Chile, puderam contar com a virada do nacionalismo árabe, da vitória do povo vietnamita, da luta por direitos civis nos EUA, além das ondas e sopros que mudavam abalando as ditaduras, o que também acabou com lutas como a Revolução de Abril de 1974, em Portugal.

A ditadura insistiu em estratégias de refluxo e reciclagem da contrarrevolução mantendo a República Institucional. Florestan Fernandes acertou no diagnóstico, a nossa transição até a Constituinte teria resultados trunca-

1 Pedro Cláudio Cunha Bocayuva, Professor do NEPP-DH da UFRJ.

dos. A ambivalência marca a nossa democratização. A Constituição Cidadã mantinha privilégios e monopólios, terra, comunicação e as Forças Armadas continuavam com poder de controle, tutela e patrimônio. A virada democrática mundial se combinava com o declínio do socialismo soviético e o pragmatismo chinês. O primeiro ciclo pós-ditaduras foi marcadamente de centro conservador, ou acomodado em quase toda América do Sul. A guerra fria se transformou em guerra às drogas e criminalização de movimentos sociais. Mas de forma desigual, os novos movimentos e partidos de massas entraram em cena configurando este quadro que abriu a nova onda de governos democráticos e de centro esquerda, com os recuos e os desgastes que cresceram por imposição de formas econômicas de destruição do social e do público.

Entre 1964 com dez anos e 1966 com doze anos, meus interesses deixaram de ser os romances de capa e espada, foram substituídos pelo ideal das Revoluções que se apresentavam nos livros, desde o interesse pela Revolução Francesa até as misturas de referências liberais norte americanas e o início de uma leitura sobre o socialismo. Em 1968, já me sentia sintonizado com o “meu amigo Che” e acompanhei o pessoal do Cinema Novo no enterro de Edson Luís e nas primeiras passeatas. Daí, segui no filão das necessidades e das formas de militância que foram possíveis depois de 1969. Entre 1972 e 1973, trabalhei com o método Paulo Freire: a pedagogia do oprimido como educação popular nas favelas e Igrejas. Militei em 1974 no PCB, com o qual rompi. Entrei para Ação Popular Marxista Leninista – a APML – de 1977 a 1983. Participei do PT entre 1982 e 1985 e apoiei o PDT de 1985 a 1986 e depois retornei ao leito do PT, o que não me impede, porém, de fazer escolhas que se afinam, por vezes, com o PSOL.

Ao longo dos anos me fiz Professor de segundo grau em história geral, técnico em educação popular e depois segui o filão da formação que combina licenciatura em História, mestrado em Relações Internacionais e doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Militei em movimentos estudantis, de professores, pela Anistia e pelas Diretas. Fui salvo pela sorte e pela solidariedade diversas vezes, posto que só sofri com escaramuças e detenções de poucas horas, embora diversas vezes. Na realidade, dei muito de mim para o imaginário que ora se orientava na direção do papel orgânico da dedicação idealizada, ora não passava do limite do intelectual pequeno burguês. De todo modo, podemos dizer que a chave do período foi a formulação do entendimento de que o Brasil era um país capitalista dependente, que a crise da ditadura abria para uma possibilidade de transição em que teríamos de forçar ao máximo os limites para impedir o controle e a conciliação. Na Federação para Assistência Social e Educacional – FASE, a primeira ONG do Brasil, tive um importante aprendizado sobre o Brasil.

No Brasil, tivemos experimentos de centro, de populismo de direita e golpista, tivemos alguns momentos de resistência e mudança, sobretudo, no interregno Itamar Franco e nas administrações do PT. O legado colonial e da ditadura se projeta sempre como sombra que impede o avanço das reformas sociais de base e da democratização de novo tipo que se esboçou com o modo petista de governar. O Centrão sempre definiu as cartas, o centro-liberal abriu as portas do golpe e as formas mórbidas da política se impuseram com a perda da força transformadora das políticas públicas. No plano internacional a cultura do medo e da guerra e a cultura cínica competitiva se somaram através de uma convergência ideológica de neofascismo de massas.

Avançamos, mas não conseguimos fazer a cisão. Entretanto, a democratização por baixo gerou um dos mais vivos movimentos de lutas do trabalho e da cidadania, com novas organizações, partidos e sindicatos. Lideranças antigas e novas foram se lançando na cena pública e a democracia brasileira gerou um efeito importante na cena mundial. Mas o fato é que, no Brasil e no mundo, o capital se mundializou, ganhou corações e impôs suas formas de consumo e gestão, mantendo seu poder de guerra e exclusão.

A transição pelo alto impôs as suas políticas de ajuste estrutural, de privatização e de destruição de direitos. Apesar disso, tivemos momentos de resistência, de combate à pobreza e de afirmação de direitos. A política neoliberal, a necropolítica racista e o patriarcado se impuseram na economia e fomentaram uma enorme regressão intelectual e moral com respaldo no pentecostalismo e nos negacionismos militarista e individualistas. Vivemos num mundo de incertezas, de recuos, de catástrofes e massacres, mas também de muito heroísmo e de belas experiências que envolvem a participação democrática: o ensino, as lutas dos sem-terra, dos sem-teto, das mulheres, dos povos originários, do movimento negro, da juventude, dos grupos e movimentos LGBTQI+.

O mundo do trabalho passou pelo tsunami da mudança tecnológica e da contrarrevolução que destruiu direitos sociais, trabalhistas e previdenciário. Mas o Nordeste reagiu, as mulheres disseram “Ele Não”, a favela e a periferia começaram a ganhar força, a esquerda e as forças democráticas se uniram e a América do Sul ainda tem sido palco de uma luta contra a colonialidade na sua face globalista neoliberal. O lavajatismo e o bolsonarismo se dividiram. O Judiciário teve que se defender dos erros durante a pandemia e o desgaste dos intentos golpistas acabaram nos dando uma oportunidade de disputar com as formas da guerra híbrida em todos os espaços.

Vencer o cerco do lawfare, das fakenews e das milícias não está sendo fácil. A destruição é grande e a desmedida liberou a crueldade e a passagem ao ato, apesar da derrota do 08 de janeiro. Ganhamos um tempo para evitar o pior, mas ainda trabalhamos sob as regras perversas do recuo do Estado de

Direito e do apelo ao punitivismo populista do direito penal midiático e do encarceramento em massa.

Como libertar e afirmar a centralidade da favela e da periferia? Como garantir o pacto da cidadania com governos subnacionais que sustentam programas com base nas três ecologias: social, mental e ambiental?

No processo de agir sobre o mundo, as gerações da segunda metade do século XX acompanharam algumas grandes mudanças: a revolução feminista, a consciência do poder de autodestruição da humanidade, a rebelião da juventude, a potência antirracista popular e periférica da multidão, o deslocamento geopolítico para o Sul Global e o “oriente”. Mas ao lado dessas lutas, tivemos a crise das utopias, o colapso da URSS, os fundamentalismos e a força do Estado e do Capital se combinando em guerras e destruindo direitos conquistados. O mundo unificado pelas redes é “líquido” e precário para as grandes majorias que vivem sobre regimes de Exceção em cenários traumáticos e com o aprofundamento do desenvolvimento social e espacial desigual.

O materialismo histórico é geográfico: a psicanálise, os saberes dos povos originários e as novas lutas sociais mudaram a revolução dentro de um horizonte complexo que vem ganhando os contornos de plataformas do comum, tendo em conta a unidade na diversidade.

Mas em termos sistêmicos, o quadro de trauma, colapso e catástrofe marca os riscos cotidianos e provoca uma atmosfera em que o capitalismo de vigilância e a guerra híbrida se alimentam de uma psicologia de massas perversa, onde os fenômenos mórbidos e a banalização da crueldade ganharam a face sem véus do “bolsomilicianismo” submisso a uma identificação perversa com o trumpismo, o que banaliza a crueldade e reforça o elo entre globalização neoliberal e o estado difuso de guerra contra às populações. No Brasil essa experiência busca se alimentar de uma combinação da nostalgia imperial-escravista, do negacionismo, do pentecostalismo de negócios e do autoritarismo que demanda a militarização e “banhos de sangue”.

Os desafios são tremendos e mais do que nunca uma pedagogia da autonomia se faz necessária. Mais do que nunca a combinação de valores que articulem a centralidade social da periferia, o horizonte ético da democratização radical e a busca de uma economia e formas de vida centradas no valor de uso, no público e no comum, exigem um tipo de trabalho político que dependerá do quanto as novas gerações poderão trabalhar com a memória crítica e as lições da história, sem deixar de lado as muitas experiências das lutas libertárias, da afirmação do nacional-popular e da busca de um paradigma de direitos que consiga recolocar a centralidade ética de um tipo de humanismo integral, laico e plural, que possa trabalhar a exigência de defender a vida e dar materialidade a uma noção potente de dignidade humana.

Esse processo exige relacionar a luta pela reforma intelectual e moral com a agenda dos direitos na sua integralidade, transversalidade e interdependência nos termos do que Milton Santos denominou de modelo cívico político, desdobrando o direito humano à saúde ampliado, como definiu Sérgio Arouca, dentro da pequena utopia de Darcy Ribeiro e com a eticidade e o método da cartografia da ação das subjetividades coletivas corporificadas como sugeriu Ana Clara Torres Ribeiro.

A combinação entre unidade de propósitos emancipatórios com o espírito de cisão deve ajudar na catarse de Justiça em sentido interseccional que este país precisa, como uma contribuição para um novo internacionalismo que parta de nosso devir alinhado diretamente com os povos da África e da América Latina, como um bom ponto de partida da emancipação social em escala mundial.

Hoje, depois de 25 anos de trabalho na FASE e 13 anos na PUC-Rio, venho tendo o privilégio de poder me dedicar ao trabalho na educação superior na UFRJ, onde entrei por concurso em 2013, atuando nas áreas de direitos humanos e relações internacionais, sustentando meus engajamentos existenciais, o projeto que marca a minha vida desde 1968, quando participei das primeiras manifestações contra a ditadura e me aproximei das populações segregadas das favelas e periferias.

O retorno dos desafios é a marca de uma história em que o peso da estrutura incide sobre a forma perversa das desigualdades que acabam por nos levar a uma decisão ética incontornável de luta por direitos que se renova 60 anos depois, quando as lições da história não nos deixam esquecer o tanto que precisamos tentar fazer.

Uma nova geração de sujeitos políticos se forja na luta por cotas para enfrentar o racismo, na luta por renda básica, nas lutas do feminismo negro, do MST, do MTST, das juventudes das periferias, dos povos originários, na ciência, nas artes e na cultura. Resta saber se essas forças em luta molecular conseguirão fazer uma ação unificada por uma nova hegemonia em consonância com outras forças, redes e nações que, especialmente na África e na América Latina podem fazer diferença para o futuro do planeta. Questões como a do mundo em rede e do meio ambiente serão tão decisivas quanto a questão urbana e a agrária, a renda da cidadania, o tempo livre e a unidade entre precariado, proletariado e cognariado terá de se somar com as lutas contra o racismo, o sexismo, o patriarcado e o capitalismo globalizado.

O resgate da democracia tem sido a ferramenta da nossa eticidade, mas existe uma exigência de bloquear o poder das armas e as formas de controle da informação, somente uma grande virada intelectual e moral e ações como a greve mundial das mulheres poderá vir a dobrar as forças brutais da bar-

bária. Considerações sobre a cena necropolítica têm exigido um repensar do lugar da política e provavelmente exige uma reformulação e ampliação da noção de Bloco Histórico e de uma pedagogia de hegemonia para colocar em questão o primado da acumulação ilimitada de capital e a tragédia da servidão voluntária do fascismo e do fetichismo que ainda habitam a cena mundial, especialmente no Brasil.

Existe um jogo de alianças institucionais no plano internacional e um jogo de cooperação entre os povos na sociedade civil internacional que precisam ser ativados. Esse é um dado decisivo para a solidariedade internacional e um avanço na direção dos comuns pela retomada de uma agenda dos direitos reconstruída na chave da pluralidade e da diferença.

OS “SESSENTINHAS” DE HOJE E OS 60 ANOS DO GOLPE DE 1964

Denise Carvalho Tatim¹

Ao receber o convite do organizador desse livro, Francisco Celso Calmon, militante histórico da geração 68, para contribuir com um capítulo, me foi apresentada como provocação a questão: “Onde você estava em 1964?”

Compreendi o sentido metafórico da pergunta, mas, ao mesmo tempo, me veio à mente a resposta mais óbvia: “Eu era bebê...”, o que inicialmente me fez questionar a relevância da minha participação, especialmente tendo em vista a trajetória de luta pela democracia e enfrentamento da ditadura civil-militar de 1964 dos companheiros e companheiras de uma geração anterior à minha cujos textos compõem essa obra e que certamente têm uma grande contribuição a aportar para o resgate da memória e da verdade sobre os fatos ocorridos no país durante o regime militar.

Entretanto, a reflexão sobre a temática do livro me encorajou a escrever sob a perspectiva dos nascidos nos anos iniciais da década de 1960, hoje na faixa dos 60 anos de idade, os quais viveram cerca de um terço de suas vidas em uma ditadura e, de diferentes maneiras, sofreram os seus impactos. Enquanto aqueles que se lançaram à resistência ao regime ditatorial foram alvo da perseguição, da violência e da criminalização, a minha geração foi objeto de um projeto de produção de sujeitos alienados, desconhecedores da própria história, acrílicos e despolitizados, em grande parte bem-sucedido.

A época era analógica e não existiam os *influencers* digitais, as redes sociais e o submundo dos grupos de WhatsApp, tão utilizados pela extrema direita atualmente para a disseminação de informações. Assim, o trabalho de convencimento, as estratégias de legitimação da ditadura, era realizado por meio das empresas de comunicação e da grande imprensa, em sua maioria apoiadores entusiastas do regime. Tão importante quanto foi o modelo de educação implementado, sobre o qual não irei me aprofundar aqui, visto a riqueza de estudos acadêmicos que abordam o tema com propriedade, porém vale a pena destacar como exemplo entre os programas de cooperação para o desenvolvimento da educação brasileira os acordos entre o Ministério da

1 Psicóloga e Professora Universitária. Doutora em Psicologia (PUCRS), Mestre em Administração (UFSC), Graduada em Psicologia (UPF).

Educação e Cultura e a *United States Agency International for Development* (MEC-USAID) que atingiram de alto abaixo o sistema de ensino: níveis primário, médio e superior e ramos acadêmico e profissional, com ênfase no primeiro.

O discurso ideológico se utilizava de poderosas representações sociais. De um lado, aquelas que visavam a legitimação do regime da ditadura, entre as quais se destacam os valores cristãos, a família, a propriedade, a ordem, o ufanismo patriótico. De outro, aquelas que visavam desacreditar os movimentos de resistência e as críticas, apelando para o fantasma do comunismo e qualificando todos aqueles que se insurgiam como bandidos, criminosos, comunistas, destituídos de valores familiares e patrióticos, sendo que tal discurso foi bem recebido, assimilado e reproduzido pela maioria da população de mentalidade burguesa e conservadora.

Na pequena cidade do interior onde vivi da infância à adolescência, o clima era de normalidade. As pessoas, em sua maioria, se dividiam entre aqueles que aprovavam o regime e os muitos que sequer tinham consciência de estar vivendo em uma ditadura. Eram tempos de comemoração do “milagre econômico”, da Copa do Mundo, do enaltecimento da pátria, em que se cantava aos quatro ventos a música dos Incríveis “Eu te amo meu Brasil, eu te amo, meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil, eu te amo, meu Brasil, eu te amo, ninguém segura a juventude do Brasil...”

Na escola, desde as séries iniciais, aprendíamos sobre a “revolução pacífica” de 1964, que havia livrado o País da ameaça comunista sem derramar uma gota de sangue. Todos os anos participávamos das comemorações de 7 de setembro, nos tradicionais desfiles das escolas, marchando ao som das bandas ao estilo militar. O autêntico movimento estudantil, foco de resistência, era perseguido e lançado à clandestinidade, mas não tínhamos consciência disso. Eram incentivados os Grêmios estudantis sob controle estrito das direções das escolas, os quais se resumiam à promoção de atividades culturais, artísticas e esportivas, com a devida censura de livros, músicas e peças teatrais.

Felizmente um movimento hegemônico dificilmente atinge o seu alicerce por completo. Mesmo em uma cidadezinha de interior de mentalidade conservadora havia aqueles dentre nós que na adolescência começavam a questionar esse estado de coisas. Uma minoria que afortunadamente vinha de famílias progressistas como a minha, que nos proporcionavam o acesso a outras informações, tais como livros censurados e publicações como *O Pasquim*. Floresciam pequenos núcleos de resistência entre os estudantes secundaristas da minha época, cujas iniciativas podem ser consideradas singelas, tais como o nosso jornalzinho clandestino, reproduzido em mimeógrafo, denominado *O Periscópio*. Dessa época a ação mais ousada da qual me lembro foi a realização de um congresso dos estudantes secundaristas do Rio Grande do Sul em Cruz

Alta. Presente como conferencista convidado, o escritor, ator, jornalista e diretor de teatro Plínio Marcos, que impactou a todos, como também agentes infiltrados do regime realizando a costumeira monitoração de “atos subversivos”.

Foi por volta do final da década de 1970, que aqueles da minha geração com possibilidade de acesso ao ensino superior ingressaram nas universidades. Nesse período, pós os denominados Anos de Chumbo, ressurgem os movimentos estudantis e sindicais, no entanto o ambiente universitário ainda era pautado majoritariamente pelos ditames do regime. Nas salas de aula ainda havia os agentes infiltrados, os “estudantes profissionais” que jamais concluíam um curso e eram facilmente reconhecidos. As organizações estudantis existiam, Diretório Central de Estudantes (DCE), Diretórios Acadêmicos (DA), porém os seus dirigentes eram “biônicos”, indicados pela reitoria entre aqueles que nós, identificados com o campo da esquerda, classificávamos como “pelego”. O restabelecimento do movimento estudantil foi um dos desafios da minha geração, o qual não ocorreu sem dificuldades. Lembro que na primeira oportunidade em que foi possível finalmente aos estudantes elegerem os seus representantes, destarte os nossos esforços, os eleitos foram do campo conservador simpático à ditadura.

Daí seguiu-se para a abertura política, com diversos movimentos importantes tais como de professores, metalúrgicos, estudantes, Movimento das Diretas Já e finalmente a possibilidade de criação de novos partidos políticos, entre os quais se destaca no campo da esquerda o Partido dos Trabalhadores (PT), com cujo programa muitos de nós nos identificamos, apesar das pressões dentro do próprio campo progressista para que fôssemos compor as fileiras do MDB. Finalmente tinha utilidade o Título de Eleitor, algo estranho para nós até então. As propostas progressistas ganharam seu espaço no cenário político, porém ainda por anos iríamos assistir à manutenção da influência no cenário político dos partidos de direita e, na história recente, de extrema direita. Parafraseando com uma adaptação o meu amigo e colega, também participante desse livro, Professor Astor Antônio Diehl, “você sai da ditadura, mas a ditadura não sai de você”.

Feita essa breve retrospectiva, cabe retornar às considerações iniciais sobre os impactos da ditadura civil-militar de 1964 sobre os hoje “sessentinhas” da minha geração. Não tenho elementos de pesquisa para afirmar em que medida essa influência foi nefasta para a minha geração e para os jovens que foram educados por ela. Entretanto, à luz dos fatos que se desenrolaram nos últimos anos, iniciando pelo *impeachment* da Presidenta Dilma, o ódio e a criminalização dos movimentos sociais, a perseguição e prisão do Presidente Lula, a representação social dos integrantes do PT como “petralhas”, a eleição do inominável cujo teor do discurso não vale a pena ser mencionado, até o aparecimento dessas figuras bizarras enroladas na bandeira do Brasil

apelando para a volta da ditadura, culminando na tentativa de golpe e ataque aos três poderes, que no próximo 8 de janeiro completa um ano, é possível reafirmar como dito no início que o projeto de formação de toda uma geração de mentalidade conservadora, elitista, burguesa e sem consciência de classe foi em parte bem-sucedido. Vide a reedição nesse movimento aos mesmos argumentos que justificaram o apoio à ditadura de 1964: a ameaça do comunismo, a defesa da “família tradicional”, os valores cristãos...

Nos vimos diante do impensável, e aqui cabe outro trecho de música, do nosso brilhante Chico Buarque: “Dormia, a nossa pátria-mãe tão distraída, sem perceber que era subtraída, em tenebrosas transações...” Estivemos distraídos, confiantes de termos uma democracia consolidada. O “ovo da serpente” estava lá e dormíamos distraídos. Não pode mais acontecer. Acima das divergências existentes no interior do campo progressista, que são bem-vindas, afinal somos democratas, é preciso que estejamos de olhos bem abertos, unidos e articulados na defesa incansável da nossa democracia, a exemplo da bela iniciativa desse livro que congrega diferentes gerações com esse ideal em comum.

1964-2024: ONDE EU ESTAVA? COMO A DITADURA ME IMPACTOU?

Eugênia Augusta Gonzaga¹

Nasci no auge da ditadura militar, em 1969, em uma cidade do interior de Minas Gerais. Meus pais eram pessoas simples, sem nenhuma formação política, como a grande maioria da população local. Quase ninguém por ali sabia que os “terroristas” eram, na verdade, os mocinhos e mocinhas da história; que eles eram torturados e mortos barbaramente por aqueles que eram tidos como heróis, os militares.

Nas escolas onde frequentei o ensino básico (dos 06 aos 17 anos), nunca houve menção aos fatos acima ou qualquer contextualização sobre a gravidade do momento político que atravessávamos. Na faculdade de direito, também do interior, a situação não mudou muito, apesar de estarmos no período pós-ditadura, em pleno nascimento da Constituição de 1988.

Fui servidora pública no Estado de São Paulo, advoguei, lecionei e mergulhei nos estudos para concursos jurídicos. Mas a temática da ditadura era apenas uma sombra de algo muito distante. Mesmo quando fui aprovada no concurso para o Ministério Público Federal (MPF), em 1997, assuntos como a responsabilização de agentes da repressão, busca de corpos de desaparecidos políticos e abertura de arquivos sigilosos, que hoje estão inseridos no que chamamos de Justiça de Transição, estavam totalmente fora de pauta.

Em 2002, assumi a função de Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo e herdei um procedimento administrativo sobre a busca de corpos no cemitério de Perus, instaurado em 1999, de titularidade do colega Marlon Weichert. Confesso que não tinha noção da importância e do ineditismo daquele trabalho.

Porém, à medida que fui me reunindo com representantes das famílias Molina, Cunha, Grabois, Seixas, entre tantas outras, constatei o tamanho da omissão das autoridades brasileiras sobre os seus direitos (aos corpos, à verdade, à justiça...). Senti vergonha por isso e foi um choque saber que algo urgente tinha que ser feito e parte dessa imensa responsabilidade estava em minhas mãos. Era inaceitável que as dores daquelas famílias seguissem sendo ignoradas.

1 Procuradora Regional da República, ex-presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, umas das pioneiras no Ministério Público Federal na atuação pela Justiça de Transição.

A sombra da ditadura deixou de ser distante e entrou na minha vida. Abracei o trabalho por Justiça de Transição como gostaria de abraçar cada uma das pessoas tão sofridas que conheci. Alguns outros colegas fizeram o mesmo e conseguimos contribuir para promover uma mudança – ainda que ínfima perto do que seria necessário – no triste cenário brasileiro de omissão e de esquecimento.

Assim, para atender à solicitação da coordenação desta obra, vou resumir aqui parte do trabalho em Justiça de Transição que pude realizar nestes últimos 20 anos, tanto no MPF, como à frente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

Em um primeiro momento, no MPF, dei andamento ao procedimento já aberto em 1999, e que tinha por objeto principal a identificação dos despojos de Flávio de Carvalho Molina, cujo corpo havia sido ocultado na vala clandestina do Cemitério de Perus, em São Paulo/SP, com centenas de outras pessoas não identificadas.

Naquele ano de 2002, as ossadas exumadas da vala já haviam sido transferidas da Unicamp para o Cemitério do Araçá, em São Paulo. Algumas (em torno de 10), tinham sido transferidas para o Instituto Médico Legal (IML), de São Paulo/SP, onde os trabalhos de identificação deveriam ter sequência. Depois de 03 (três) anos, participando de reuniões em que o avanço era mínimo, a CEMDP finalmente aceitou custear a realização de exames de DNA e chegou-se à identificação de Flávio de Carvalho Molina. Seus despojos foram entregues à família em cerimônia realizada no auditório da Procuradoria da República em São Paulo, no dia 10 de outubro de 2005.

Foi quando falei pela primeira vez na possibilidade de responsabilização criminal de agentes da ditadura, ainda que fosse apenas pela ocultação de cadáver porque sobre essa não se podia falar em prescrição e nem em anistia, já que se trata de um crime permanente. O jornal Consultor Jurídico registrou:

Embora já tenha alcançado seu objetivo inicial, o inquérito do Ministério Público Federal em São Paulo que apura fatos relacionados à identificação de mortos e desaparecidos políticos na ditadura não será arquivado. A declaração é da procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga, nesta segunda-feira (10/10), durante a cerimônia de entrega aos familiares dos restos mortais de Flávio Carvalho Molina, assassinado pelo regime militar. [...]

A procuradora também ressaltou que o MPF deve se empenhar em buscar a punição aos responsáveis pelas torturas e mortes durante a ditadura. “O certo é que, no mínimo, persiste o crime relativo à ocultação de cadáveres. Trata-se de crime cuja prescrição só terá início quando se tornar conhecido o local do sepultamento de forma a identificar o corpo ocultado”, afirmou.

Segundo a procuradora, enquanto houver a possibilidade de identificação dos presos enterrados como indigentes na vala clandestina de Perus, o MPF deve se manter atuante.²

Assim foi feito e chegamos à identificação dos corpos de Luiz José da Cunha, em 1º de setembro de 2006, e de Miguel Sabat Nuet, em 1º de abril de 2008.

Nesse período, a minha atuação se dava em conjunto com o procurador Marlon Weichert. Ele foi o primeiro de nós a atentar para o pleito dos familiares. Mesmo estando em outras áreas da procuradoria, foi se aprofundando no estudo da Justiça de Transição e nunca deixou de estar nas novas frentes de trabalho. Sou muito grata a ele pela parceria de anos a fio.

Por nos faltar atribuição criminal, tivemos que representar a colegas da área penal para que fossem abertos procedimentos criminais em relação às mortes de Flávio Molina, de Luiz José da Cunha, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, entre outras. Mas essas representações não foram aceitas de imediato. Partimos então para a responsabilização do âmbito cível.

Com base no Direito Internacional e, principalmente na decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso “Almonacid Arellano e outros contra o Chile”, entramos na Justiça Federal Cível em São Paulo/SP com ações de responsabilização de autoridades e cúmplices como Paulo Maluf, Romeu Tuma e Harry Shibata; bem assim de agentes envolvidos diretamente nas sessões de tortura como Carlos Alberto Brillhante Ustra e dezenas de outros.

Essa iniciativa de propor ações, mesmo no âmbito cível, fez o debate sobre a necessidade de responsabilização de agentes da ditadura voltar com força na cena brasileira, em especial porque, em tais ações, colocamos propositalmente a possibilidade de a União Federal não apresentar contestação, mas vir atuar como autora, ao lado do MPF.

Para tomar essa decisão, o presidente da República à época (2008), Luiz Inácio Lula da Silva, ouviu seus ministros da Defesa, de Direitos Humanos e

2 Cf. https://www.conjur.com.br/2005-out-10/mpf_promete_seguir_identificacao_mortos_ditadura/. Acesso em 03.01.2024.

da Justiça, porém eles tinham posições contrárias. A Comissão de Anistia realizou então uma audiência pública no Salão Negro do Ministério da Justiça, em 31 de julho de 2008, com a participação desses ministros e de vários juristas. Eu era uma das debatedoras. Apesar de a tese jurídica aparentemente vencedora ter sido a possibilidade e necessidade de responsabilização, a decisão política (sempre *política* e em prejuízo das famílias de mortos e desaparecidos políticos, como outras tomadas até o momento presente) foi pela contestação. O Advogado-Geral da União de então era José Antonio Dias Toffoli.

Logo em seguida, ainda em 2008, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o apoio de juristas como Fábio Konder Comparato, entrou com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), que recebeu o número 153. Ela tinha por objetivo provocar uma mudança na interpretação corrente de que a Lei de Anistia teria perdoado todos os crimes cometidos pelos agentes da ditadura. Tal medida, a despeito de ser extremamente louvável, foi açodada. Nossa estratégia jurídica era ir propondo as ações necessárias para que o debate fosse amadurecendo aos poucos, enquanto se aprofundava na produção de provas, mas isto não ocorreu. Com a propositura da ADPF 153, os juízes que tinham ações desse tipo para julgar, sentiram-se à vontade para suspender o andamento dos processos, para aguardar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esse posicionamento foi o pior possível para a Justiça de Transição. Por 7 votos a 2, ficou decidido, em 2010, que a Lei de Anistia não autorizava a punição dos agentes da repressão política, pela justiça brasileira. Foi mais uma decisão de caráter político e não jurídico.

Poucos meses depois, a CIDH proferiu decisão no caso “Gomes Lund e outros contra o Brasil”, em que, da mesma maneira que no caso chileno, determinou a responsabilização dos autores de graves lesões a direitos humanos. A decisão na ADPF 153 voltou a ser questionada e o tema foi mantido em aberto no STF.

Apesar disso, prosseguimos com as ações, réplicas e recursos (intermináveis). A partir de 2010, com a decisão da CIDH, o tema da Justiça de Transição também foi abraçado pela cúpula do MPF e as ações criminais ganharam força. Foram abertos mais de 100 inquéritos e propostas mais de 50 ações criminais, nas mais diversas procuradorias.

Porém, da parte do Judiciário a receptividade foi, e ainda é, mínima. Em duas décadas de atuação, somente uma das ações cíveis propostas foi julgada procedente. Essa sentença acolheu apenas parcialmente nossos pedidos, mas serviu para condenar os ex-delegados Aparecido Calandra, David Araújo e Dirceu Gravina ao pagamento de um milhão de reais (cada um) por danos morais coletivos, por terem sido responsáveis pela morte e tortura de pelo menos 25 pessoas. Também na área criminal, até o momento, apenas uma

das ações propostas chegou em uma sentença condenatória. Ela foi para Carlos Alberto Augusto, conhecido como “Carlinhos Metralha”. Nenhuma dessas decisões é definitiva. Estão pendentes de recursos.

Essas e outras informações sobre as ações cíveis e criminais propostas pelo MPF podem ser conferidas na página eletrônica “Justiça de Transição”, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Eu nunca entendi bem os motivos de tamanha resistência à Justiça de Transição por parte das instituições do País, dos primeiros escalões e instâncias, até nossas Corte Suprema e presidência(s) da República. Apenas fui percebendo que a sombra da ditadura era mais pesada e poderosa do que eu jamais supus.

Em 2012, fui promovida no MPF e os casos que eu acompanhava, especialmente os judiciais, passaram para a titularidade de outros/as colegas. Entretanto, não me afastei do tema. Sempre participei do Grupo de Trabalho Memória e Verdade (GTMV), instituído em setembro de 2010, no âmbito da PFDC. Atualmente sou a sua coordenadora. As atividades do GTMV podem ser consultadas na mesma página eletrônica da PFDC, item “Grupos de Trabalhos”.

Em 2014, recebi um presente: um convite da presidenta da República Dilma Rousseff para presidir a CEMDP. Todavia, quando assumi essa função, em julho de 2014, a CEMDP, instituída pela Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, passava por um longo período de desmobilização. Foi preciso aprovar regimentos internos e resoluções, buscar verbas e, entre inúmeras outras atividades, dar início, pela comissão, a buscas de corpos em campo, audiências públicas, eventos de memória, como a Caminhada do Silêncio em São Paulo/SP, e às tão solicitadas – pelas famílias – retificações de assentos de óbito. Para quem se interessar, vale acessar o Relatório Final que produzi das minhas atividades na CEMDP, disponível em <https://theintercept.com/document/relatorio-final/>.

E por que tive que fazer esse relatório? No íterim em que presidi a CEMDP (2014/2019), aconteceu mais um duro golpe na democracia brasileira: a queda inconstitucional da mandatária do País, em 2016.

Mas a CEMDP continuou atuando, a despeito do ocorrido, por ser uma comissão de Estado, e não de governo. Por isso, apesar da grave ruptura, a comissão manteve-se constituída, diferentemente dos ministérios e seus integrantes, que são automaticamente destituídos em caso de mudança (constitucional ou não) na presidência da República.

Todavia, essa noção escapou à compreensão do governo encabeçado por Jair Bolsonaro. Em julho de 2019, o então presidente me destituiu da presidência da Comissão, ao lado de mais 03 de seus integrantes. Com isso, numa comissão de 07 membros, ele nomeou 04 com posição notoriamente contrária à Justiça de Transição e aos direitos dos familiares. Seu ato não foi obstado pelo Poder Judiciário, apesar da atuação do MPF, em Porto Alegre/RS, que propôs, sem sucesso, uma ação civil pública alegando que as demissões ocorreram com desvio de finalidade.

Desde então, a CEMDP foi voltando à situação de desmobilização e, como se não bastasse, no dia 31 de dezembro de 2022, um dos últimos atos daquela presidência da República foi a extinção do órgão.

Eu permaneci atuando no MPF e no GT Memória e Verdade, em favor dos objetivos da Justiça de Transição. Recebi homenagens de organizações sociais e outras entidades por esse trabalho. Uma dessas homenagens foi o convite para participar deste livro, com o desafio de contar como foi minha história no que diz respeito à ditadura militar brasileira, após 60 anos do golpe militar de 1964.

Concluí que a ditadura foi e ainda é para mim uma sombra. Num primeiro momento, muito distante, mas depois ela me tocou profundamente. E é assim que ainda a sinto: como uma nuvem pesada incrivelmente presente em nossas vidas e na vida do País, porque ele vive uma democracia tolerante com ela e seus adeptos. Exemplos disso são a inexplicável demora na reconstituição da CEMDP e a maneira como seguidamente pessoas que ocupam a presidência da República e outros poderes teimam em prestigiar a impunidade de autores de graves lesões a direitos humanos, em prejuízo do sofrimento e dos direitos das vítimas e seus familiares.

Por elas, lamento que todo o trabalho relatado não tenha alcançado mais frutos, mas faria tudo de novo. Afinal, parafraseando Hemingway, mais do que a própria guerra, o que importa é quem está em sua trincheira.

Tenho muito orgulho do lado que escolhi ficar.

O SONHO ACABOU. VIVA O SONHO!

Fernando Achiamé¹

*O sonho acabou
Foi pesado o sono pra quem não sonhou
O sonho acabou
Quem não dormiu no sleeping bag nem sequer
sonhou
Gilberto Gil*

O sonho acabou. Muitos deles. Em 1964.

Por esse tempo, eu já lia jornais regularmente. Claro, depois que meu pai os tivesse lido – *Jornal do Brasil*, *A Gazeta*, por vezes *O Globo* e *Correio da Manhã*. E também revistas – *O Cruzeiro* e *Manchete*. Assim, acompanhei a escalada no país de clima propício para desfechar o golpe de Estado protagonizado por civis e militares. Se naquela época senti o ambiente social tenso, pesado, somente bem depois tomei conhecimento das reais motivações internas e externas ao país para fabricarem justificativas visando derrubar o governo, e executarem o atentado à democracia, em parte financiado por dólares.

A partir de então, passei a acompanhar com mais interesse o noticiário e formar minha consciência política acerca das conjunturas nacionais e internacionais que influenciam a vida do Brasil e de seus habitantes. Analisando aquelas situações com certo distanciamento que o tempo permite, constato que um sonho de Brasil foi interrompido. Que sonho seria esse? O país se desenvolver, avançar para a modernidade nas esferas econômica, social e política, mantendo seus interesses nacionais como prioridade. Parcela das forças conservadoras e das lideranças militares concebiam o desenvolvimento e o nacionalismo de maneira algo ultrapassada e canhestra, quando não interesseira. Já as posições progressistas e nacionalistas mais independentes eram tachadas como esquerdistas, comunistas e execradas pelos da direita.

Até o golpe civil-militar de 1964, o país viveu alguns anos no que se denomina de democracia burguesa. As liberdades proporcionadas pelo sistema político davam margem a que diversas correntes de pensamento se manifestassem e atuassem, lutando por suas reivindicações. Os EUA, potência hegemônica do período, estavam em pleno embate com a URSS no contexto da

1 Fernando Antônio de Moraes Achiamé nasceu em Colatina (ES), em 1950. Poeta e historiador. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e membro da Academia Espírito-santense de Letras.

Guerra Fria. Que, no dizer de Eric Hobsbawn, foi bem “quente” em alguns lugares, como na Coreia e no Vietnã. O governo americano não admitiria uma nova Cuba no continente em que seu domínio era incontestável. Tanto é assim que promoveu diversas políticas para minimizar nos países da América Latina as gritantes desigualdades sociais, em especial no maior deles, o Brasil. Caso da “Aliança para o Progresso”, para citar apenas uma dessas iniciativas. As interferências americanas diretas ou indiretas nos assuntos internos do nosso país já vinham de algum tempo, mas recrudesceram no final da década de 1950 e início da seguinte.

O velho “fantasma” do comunismo foi invocado desde os anos de 1930 para atemorizar a população em geral e justificar intervenções autoritárias no governo – o episódio mais emblemático se constituiu no golpe de 10 de novembro de 1937 que instituiu a ditadura do Estado Novo. O pretexto de se evitar a implantação do comunismo no país também foi usado em 1964 e no período ditatorial que se seguiu, na tentativa de legitimar ações de exceção. “Fantasma” presente na decretação do AI-5 em dezembro de 1968, considerado um “golpe dentro do golpe”, que radicalizou a repressão política e a perda das garantias individuais. Sofri na pele essa situação – o decreto-lei 477, de fevereiro de 1969, foi editado com o objetivo de reprimir ferozmente o movimento estudantil, e professores, servidores e alunos de estabelecimentos de ensino público ou particular que desafiassem o regime. De forma inteiramente arbitrária. Mesmo sem pertencer a qualquer partido ou movimento político, e apenas por participar de assembleias estudantis, fui expulso em 1969 do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, onde cursava Ciências Sociais. E, retornando a Vitória, fui novamente expulso de uma universidade federal, desta vez da UFES, por ser representante estudantil e estar quase me formando no curso de História em 1973, sem ter cumprido o interstício de três anos que aquele instrumento de exceção prescrevia para um novo ingresso em unidade de ensino. Nessa última ocasião, recorri ao MEC, fui reintegrado e consegui terminar meus estudos superiores. A ditadura realmente é de dar nojo. Nos dias atuais, persiste em amplos círculos sociais reacionários o costume de rotular de “comunista”, palavra considerada por muitos como uma pecha, quem discorda do ideário fascista e delirante da extrema direita. Historiadores, à semelhança de Rodrigo Patto Sá Motta, pesquisam há alguns anos as razões que estão por trás do uso indevido e recorrente desse “perigo vermelho” na história do Brasil nas últimas décadas para coonestar práticas extremistas da direita na política.

* * *

E o sonho, ou melhor, os sonhos que existiam no imaginário, na consciência coletiva e nas práticas sociais dos brasileiros antes de 1964? Abortados ou distorcidos um a um pela ditadura. Que, como sabemos, não possuiu a mesma face no decorrer dos seus longos 21 anos – modificou-se de acordo com as conjunturas e com as vantagens que os detentores dos poderes políticos e econômicos podiam auferir. Seria longo, e não haveria espaço aqui nem eu teria competência para tanto, analisar e contextualizar cada um de tais sonhos. Basta citar certas áreas em que eles estavam presentes – na educação popular e no combate ao analfabetismo; no uso social das propriedades rurais improdutivas; na modernização e diversificação agrícolas; na integração nacional pelos transportes e comunicações; no aumento e melhoria do parque industrial e do fornecimento de energia elétrica; na saúde pública e no sanitarismo; na defesa dos interesses nacionais por meio de política externa independente...

As realidades econômicas e sociais se impuseram de tal ordem aos destinos do Brasil que muitos daqueles sonhos e anseios acabaram por ser realizados pelo regime militar, mas de forma canhestra, atrasada, com poucas exceções. No caso específico do estado do Espírito Santo, considera-se que houve alguns ganhos. Proporcionados pelos governos discricionários e seus tecnocratas, que de certo modo contrabalançavam as interferências políticas de estados mais poderosos. A presença nos altos escalões do Governo Federal de capixabas influentes, a exemplo de Ernane Galvêas e Marcos Pereira Viana, certamente contribuiu para que o estado recebesse os chamados “Grandes Projetos” e fosse contemplado com incentivos fiscais exclusivos – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres), Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e outros. Contudo, se o território capixaba assistiu à rápida industrialização com financiamentos estatais e externos, ela se deu contemplando produtos semiacabados e, portanto, com pouco valor agregado – pelotas feitas com finos de minério de ferro, placas de celulose de fibra curta, chapas de aço plano. Ao mesmo tempo, fomos “aquinhoados” com graves problemas sociais ligados ao êxodo rural, urbanização desordenada, destruição massiva de nichos ecológicos preciosos, emprego intensivo de mão de obra pouco qualificada, fornecimento precário de serviços públicos essenciais.

A situação internacional nas décadas de 60 a 90 se desenvolveu delimitada pela Guerra Fria, como já referido. Também nesse período ocorreu pronunciada descolonização na África e na Ásia com a independência de diversos países antes dominados por potências europeias. Da mesma forma, movimentos reivindicatórios por parte das classes trabalhadoras marcaram esses anos ao redor do mundo. Bem como se consolidaram profundas mudanças em diferentes setores sociais, sendo bastante significativas as

conquistas obtidas pelas lutas ocorridas em diversos países para a libertação das mulheres. Nem se deve esquecer a renovação da Igreja católica a partir do Concílio Vaticano II (1961-1965). Com avanços e recuos, ela nunca mais deixou de dirigir seus olhares e suas ações para os segmentos mais pobres e sofridos dos povos sobre a face da Terra. E, evidentemente, aconteceram intensas transformações no capitalismo, que se aceleraram no século XXI. O “sistema-mundo” capitalista, estudado e analisado por Immanuel Wallerstein, experimentou enorme incremento, tornou-se mais complexo e abrangente. Ele caminha, tudo indica, para seu esgotamento e para ser superado.

No Brasil, a redemocratização se deu de forma bem controlada pelos dois últimos governos militares. Consagrou-se até mesmo a expressão “abertura lenta, gradual e segura”. Se, por um lado, as Forças Armadas queriam se livrar das graves questões econômicas, sociais e políticas, por outro, elas foram pressionadas pelas lutas e mobilizações populares, predominantemente oposicionistas, que tomaram conta do país, como a campanha das Diretas Já. No entanto, houve vasta conciliação no interior das elites políticas. Lideranças civis que já existiam antes de 1964 (Ulisses Guimarães, Franco Montoro, Leonel Brizola, Tancredo Neves) e algumas surgidas no regime militar (José Sarney, Antonio Carlos Magalhães) conduziram o processo de redemocratização, conformando-o aos limites impostos por setores militares e, com isso, ao que era possível fazer para mudar aos poucos o regime.

A redemocratização fez muito bem ao país, sobretudo a partir dos efeitos da Constituição Federal de 1988. O Ministério Público assumiu um protagonismo jamais visto na história brasileira, deixando de ser mero acusador de crimes pessoais para se tornar o guardião da lei perante o conjunto da população nos seus diversos interesses – difusos, ambientais, culturais, de consumidor e muitos outros. Conquistaram-se, muito embora num ritmo aquém do desejável, novos e melhores patamares na educação pública – criação e ampliação de universidades e institutos federais de ensino, incentivo à educação no nível médio em tempo integral, maior oferta de creches. A inflação, que durante a ditadura atingiu níveis alarmantes, foi finalmente controlada a partir de 1994 com o Plano Real, que valorizou nossa moeda. O Sistema Único de Saúde, exemplo para o mundo, também começou a ser construído e aperfeiçoado a partir dos anos em que o país passou a gozar de liberdade política.

* * *

As conjunturas após o término da ditadura precisam ser apreciadas sob ângulos diversos. Aos trancos e barrancos, o Brasil se desenvolveu, a renda “per capita” subiu, as classes médias aumentaram numericamente, a econo-

mia se abriu para maiores intercâmbios com o exterior, as instabilidades políticas não impediram que houvesse avanços na educação, na saúde, na habitação popular, no sistema financeiro, na agropecuária e em muitos outros setores. Contudo, políticas formuladas no período ditatorial e sopradas do exterior marcam a nação até hoje, quando não continuam a ser implementadas sob novas roupagens. Basta citar o controle da natalidade patrocinado pela Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil (BEMFAM) e que, entre outras ações, popularizou entre nós a laqueadura de trompas. Lembremos que, há algumas décadas, a taxa brasileira de crescimento populacional encontra-se em acentuado declínio... Convém citar também o projeto de fazer do país uma espécie de “celeiro do mundo” – ainda no regime militar começaram os incentivos para cultivar soja em larga escala a fim de ser exportada “in natura”, ou para compor rações de suínos, frangos e bovinos, cujas carnes também se destinam ao mercado externo. Outro produto de origem agrícola que então recebeu incentivos: o suco de laranja, do qual o Brasil é hoje o maior produtor mundial.

Devido a sucessivos fracassos das lutas anti-imperialistas, ainda somos pautados por países poderosos, sobretudo no que se refere à esfera econômica. Nem o advento de nova potência, a China, e a multipolarização no mundo modificaram tal realidade. O grande, rico e poderoso país do Extremo Oriente é agora o nosso maior parceiro comercial, importando soja, carnes, minérios; e nos vendendo produtos acabados, muitos com alto valor agregado como os carros elétricos. As “perdas internacionais”, sempre lembradas por Leonel Brizola e, antes dele já citadas por Adam Smith, explicam esse crônico atraso brasileiro – altos volumes de recursos financeiros constantemente drenados para fora do país em direção às matrizes das empresas multinacionais. E, com isso, mantêm-se entre nós severas desigualdades sociais, alta concentração de renda, baixo poder aquisitivo da população, poupança nacional insuficiente. As citadas “perdas internacionais” e as políticas econômicas para que elas prossigam estão na origem da circunstância de um país continental como o nosso privilegiar ferrovias para escoamento da produção rumo ao exterior, em detrimento do maciço transporte ferroviário interestadual de pessoas, seja por composições convencionais, seja por trens-bala ou trens de alta velocidade – TAV. Aquelas “perdas” explicam o fato de não termos um sistema de navegação por cabotagem atendendo nosso extenso litoral, ou uma indústria naval pujante. Nem possuímos fabricantes de veículos autenticamente nacionais, pois os que aqui existem são representantes de empresas estrangeiras – americanas, italianas, alemãs, francesas, japonesas, coreanas e, agora, chinesas. Nem, tampouco, conseguiremos fornecer ao mercado interno, ou seja à população em geral, produtos alimentícios mais baratos, já que muitos deles têm seus preços determinados por cotações internacionais, geralmente em dólar americano.

A predominância de interesses externos na nossa economia acaba extrapolando para a sociedade e para a vida política. Modernamente, manipulações e dirigismos feitos pelos que detém ou aspiram a deter o poder são mais facilitados pela presença da Internet e suas redes sociais. Agora, muitos de nós permanecem distraídos e anestesiados por propostas, palavras de ordem, ideias, diversões e movimentos ideológicos que colocam para a sociedade brasileira questões diversionistas, velha tática burguesa para evitar maiores avanços sociais. Enquanto os cidadãos discutem, gastam energia e até brigam por temas, sem dúvida relevantes, como os de gênero, identitários, religiosos, de costumes e outros, são deixadas de lado ou esquecidas as lutas essenciais entre as classes subordinadas e as dominantes. O sonho da revolução também acabou? Parece que sim. De reforma em reforma pretende-se mudar o “sistema-mundo”, muito embora não se saiba bem o que irá substituí-lo. Viramos todos reformistas?

Não se deram por acaso as mobilizações de grandes grupos de indivíduos que acorreram às ruas brasileiras a partir de 2013. Elas foram induzidas e tiveram como propósito, encoberto para os desavisados, desestabilizar o Governo Federal. Culminaram com o golpe de Estado parlamentar que, por meio de impeachment baseado em premissas e manobras sem fundamento legal, destituiu do poder a governante legitimamente eleita e que não tinha praticado atos que motivassem seu impedimento. Outras ações de desestabilização foram incentivadas, distinguindo-se na esfera jurídica a Operação Lava Jato, de forma a conturbar a política do país, prejudicar muitas de suas grandes empresas e afastar do acesso ao poder lideranças não alinhadas ao conservadorismo extremista. E, sofrendo grandes e pequenos golpes, caímos no desgoverno bolsonarista, que cometeu diversos crimes de lesa-pátria e lesa-humanidade, a maioria ainda impune. Os atrasos e estragos que atingiram todos os setores da vida nacional foram de tal ordem que a própria centro-direita mais esclarecida se indignou e reagiu, contribuindo para não reeleger o “mito” de pés de barro. Ele e seus simpatizantes mais extremados queriam destruir a democracia e implantar um regime de força, utilizando de modo sub-reptício conceitos e mecanismos democráticos. E apostavam no caos social. Ditadores e candidatos a autocrata sempre fomentam distúrbios sociais e provocam guerras para tomarem o poder ou nele se manterem. Felizmente os atrapalhados bolsonaristas não conseguiram o seu pérfido intento. A história da República brasileira está repleta de golpes e tentativas golpistas. O Oito de Janeiro passará à historiografia pátria como uma tentativa frustrada de golpear a democracia, que resistiu muito bem a esse crime e saiu fortalecida do episódio.

O trabalho dos direitistas radicais de voltar ao poder e de conservá-lo não arrefece. Ao contrário, entranha-se em muitas instâncias da existência brasileira. Ele é levado a efeito com financiamentos internos e externos, uso

de redes sociais, manipulação das massas, campanhas publicitárias abertas ou subliminares. E envolve camadas conservadoras e extremistas inseridas em diversas classes sociais, segmentos de igrejas cristãs, meios de comunicação, mandatos políticos, cargos públicos; enfim, tudo de que se pode lançar mão numa permanente “guerra cultural”. Devem ter aprendido algo com os escritos de Antonio Gramsci, somente que com o sinal trocado. Por isso que a luta contra a direita atrasada e fascista e seus desmandos e destruições deve prosseguir e ser constante. Sem esmorecimentos. A luta continua! Precisa continuar sempre. Mas combatendo também o esquerdismo extremista, há muito considerado como uma “doença infantil”. Assim, nos dias que correm, os que militam e torcem no espectro político da centro-esquerda são os que guardam a “boa tradição” e defendem as preciosas causas que interessam à humanidade – a valorização da vida das pessoas em sua mais ampla diversidade; os direitos, deveres e liberdades dos cidadãos; a garantia de empregos dignos; a inclusão social dos despossuídos; o combate à fome e à miséria; a preservação da Mãe natureza; a educação e saúde públicas de qualidade; a democracia; a paz entre os povos e tantos outros princípios humanos fundamentais.

Se o sonho desenvolvimentista de 60 anos atrás acabou, torna-se imprescindível mobilizar o país para outros sonhos ainda mais ousados – eliminar as desigualdades sociais; ampliar os benefícios de uma economia moderna e avançada para a maioria da população; explorar racionalmente os recursos que a natureza nos oferece; preservar e valorizar nosso patrimônio ambiental, cultural e artístico; modernizar a infraestrutura do país, colocando-a a serviço dos brasileiros; defender os interesses nacionais; e, sobretudo, garantir para todos as prerrogativas do Estado de direito no âmbito do regime democrático. A concretização dessa utopia não pode esperar.

O sonho acabou? Viva o sonho!

Vitória, verão de 2024.

ONDE ESTÁVAMOS EM 1964 E ONDE ESTAMOS 60 ANOS DEPOIS.

Francisco (Xico) Celso Calmon¹

Há 60 anos o Brasil sofria o maior atentado à história de sua florescente democracia, o golpe de Estado de primeiro de abril de 1964, em que as elites militares, civis e religiosas, respaldadas e incentivadas pelos EUA, manipulando parcelas da classe média conservadora, usurparam pelas armas o poder do governo João Goulart, legitimamente eleito pelo povo.

A Ditadura Militar cometeu monstruosa ilegalidade, multiplicada com o tempo, sobretudo quando começou a usar amiúde a violência para calar a oposição. Era rotina sequestrar, torturar, assassinar, banir e apropriar-se dos bens dos que tiveram a coragem de resistir àquela gigantesca árvore podre de barbáries, que se entranhou por 21 anos, sem que tivesse sido extirpada totalmente, e, tal qual um câncer, suas metástases persistem desafiando a construção da democracia brasileira.

O golpe de 1964 pegou-me quase que literalmente de calças curtas. Faço parte de uma geração que até aos 12/13 anos tinha por costume e obrigação o uso de calças curtas. Tinha 16 anos. Atuava no movimento estudantil desde os 14 e aos 16 estava como diretor do grêmio do colégio estadual e como secretário da UESES – União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo. Era o redator-chefe do jornal da entidade, escrevia num encarte quinzenal de um dos jornais da cidade e falava semanalmente numa rádio local.

A militância estudantil custou o meu fichamento e monitoramento (1965 a 1988) pelos órgãos de informação e, em meados de 1965, aos 17 anos, por orientação da Ação Católica, fui para o Rio de Janeiro, onde assumi a direção regional da JEC – Juventude Estudantil Católica – em lugar de Ives Lesbaupin.

No Rio, fui eleito vice-presidente da AMES - Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, e assumi a presidência no ano seguinte, 1966, por conta da renúncia do presidente, que já havia sido detido três vezes, uma delas comigo, pelo DOPS, e, como tinha residência conhecida, tornou-se alvo fácil da intimidação dos agentes da ditadura. A cada ano a repressão exponenciava.

1 Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva, analista de TI, advogado, administrador, colunista do GGN e do Brasil247, organizador da RBMVJ, escritor, coordenador do Canal Pororoca, membro da coordenação do Movimento Geração 68 Sempre na luta, foi dirigente regional da AP, do NML - Núcleo Marxista-leninista e do Colina/VAR-Palmares.

O AI5 colocou o Brasil num imenso pau de arara!

O Ato institucional de nº 5 de 13/12/1968 não foi um golpe dentro do golpe, não existe essa figura, fora a troca de comando entre os grupos militares, que variou, conforme a correlação de forças entre eles, desde antes e durante a ditadura. Esse ato institucional deu licença para calar, caçar, matar, emparedar, censurar, aprisionar, e acabou com a réstia das liberdades democráticas e colocou a resistência no caminho da luta armada, corrente da qual participei.

O ano de 1968 começa com o assassinato do estudante secundarista Edson Luiz pela PM do RJ. Comoção, revolta e indignação desembocam numa grande passeata e manifestações pelos estados brasileiros. **“Podia ser seu filho!”**

No final de 1968 a casa de minha mãe foi invadida, sem mandado algum, por agentes da PF, e ela, viúva, humilhada em frente a três filhos, dois menores. Em janeiro de 1969, tentam me prender no trabalho. Em fevereiro, no casamento de minha irmã, invadiram a igreja à minha caça, permaneceram durante a cerimônia, intimidaram a confraternização no salão anexo, cercaram o prédio de minha mãe e a rodoviária. Para sobreviver, escapei no carro dos noivos e a lua de mel foi sacrificada. Foi a contramarcha nupcial.

Escapei de quatro tentativas de sequestro, não da quinta: fui preso com mais duas companheiras, sendo uma a minha namorada de 16 anos, no RJ em 4 de novembro de 1969, mesmo dia em que Carlos Marighela, comandante da ALN, foi assassinado em SP.

A tortura que mais senti foi o terrorismo psicológico: ameaçavam esturpar a minha namorada e colocar a minha mãe nua na minha frente; a tortura moral consistiu na visita de um primo-irmão, ex-tenente do Exército, que em lugar da solidariedade saudou-me com estas palavras: *“...aqui você está conhecido como rebelde, não quer colaborar, aqui é na porrada mesmo, é a lei do cão...”*; a tortura física foi ficar 59 dias, nu ou de cueca, numa solitária de 1,50 por 2 m, aproximadamente, além dos choques elétricos, coronhadas, chutes, e a negativa de atendimento dentário tornando insuportável a dor, ocasião em que proferi xingamentos que resultaram na volta à solitária. Fui à clínica depois, dentro da própria Vila Militar, algemado e a pé. Na volta, o sargento Rangel dizia para eu fugir, enquanto segurava o coldre da 45. Quando fui libertado precisei retirar dois dentes e havia uma costela quebrada.

A promiscuidade de uma unidade do Exército brasileiro, PE, com o Esquadrão da Morte foi algo que me chocou. Sou testemunha de presos comuns saírem de lá, semanalmente, para a morte, e os recrutas diziam no dia seguinte que saíra no jornal que “fulano havia virado presunto”. Não só com as milícias, como também com a contravenção de armas, pelo ex-capitão e bicheiro Ailton Guimarães e o tenente Ailton Joaquim.

Fazia apenas duas semanas que eu estava na PE da Vila Militar quando o companheiro Chael Charles, da VAR-Palmares, foi assassinado, eu ouvi seus gritos e estertores até o silêncio completo da sua voz. No mesmo tempo a companheira Maria Auxiliadora de Lara Barcellos era barbarizada. Cometeu suicídio em Berlim.

No Hospital Central do Exército, para o qual fui levado, presenciei alguns casos de como uma unidade de saúde fora também utilizada para a barbárie.

Após onze meses de cárcere, fiquei em liberdade condicional, em casa de minha mãe, transformada numa espécie de prisão domiciliar (não havia tornozeleira eletrônica). O Exército do ES enviava semanalmente um capitão médico para ver se eu já estava curado da hepatite medicamentosa (tudo indica inoculado no HCE) e suspeita de tuberculose. E os mesmos que me sequestraram, cel. Paulo Malhães (o senhor da Casa da Morte de Petrópolis), e equipe foram à casa de minha mãe fazer terrorismo, dizendo *“que, se eu achava que os tinha enganado, não tinha, não, que eu iria voltar pra lá, que era bom falar logo, que eles já sabiam quem eu era...”*. A permanência de minha mãe, mesmo sendo insistentemente dispensada pelos agentes, ajudou a não terem extrapolado, penso.

De sementes venenosas adubadas pela traição à democracia e ao Brasil, o golpe fez nascer uma árvore do mal. Seus galhos produziram frutos igualmente nocivos: extinção das liberdades democráticas; arrocho salarial, salários mínimos raquíticos; inflação a 242,7% quando José Sarney assumiu o governo de transição; corrupção nas empresas, na política e nas famílias dos ditadores; subversão nas Forças Armadas, com os desmandos dos membros do Doi-Codi, independente de patentes, tal qual as SS de Hitler; 6.952 militares atingidos pela ditadura; cultura asfíxiada, imprensa manietada; violação de correspondências, sigilos bancários quebrados, grampos telefônicos, ódio e delação estimulados até entre familiares; duas gerações ceifadas da participação política.

O Brasil de 64 vivia uma efervescência cultural jamais vista antes e depois, no teatro, no cinema, na literatura, nas músicas e carnavais. Os movimentos organizados, sindicais, populares, culturais, estudantis, tinham grande participação na vida política e social do país. O projeto de alfabetização de adultos de Paulo Freire era um verdadeiro mutirão em que nós jovens participávamos, íamos às comunidades. As reformas de base do governo Jango, agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária, eram demandas das forças políticas democráticas com muita participação popular, e não eram para nós uma quimera, um sonho, mas algo realizável num horizonte de curto prazo. Aquele Brasil nunca mais voltou a existir, e apesar da miséria e das dificuldades era um Brasil mais feliz do que o da atualidade, cuja sociedade sofre um processo de fascitização, notadamente na polícia e na política. Entidades atuavam com muito mais vigor, tanto na atividade de formação

quanto na de mobilização. A militância tinha sede de saber, lia, debatia, as vezes nos bares *faziam* a revolução imaginada, mas não era cosmética. Havia um projeto de nação!

Existiam condições de resistência militar e civil ao golpe, Jango não as acolheu para evitar derramamento de sangue, segundo declarou à época. Entretanto, isso não foi evitado, porque nós da resistência, armada ou não, tivemos nosso sangue derramado.

Segundo pesquisadores, o legado da ditadura é este: 4.862 mandatos de parlamentares cassados, 245 estudantes expulsos das Universidades pelo Decreto 477; Congresso Nacional fechado 3 vezes, 500 mil brasileiros colocados sob suspeição, 200 mil investigados, 20 mil torturados, entre eles 95 crianças/adolescentes (uma delas a que veio ser mãe dos meus três filhos), 19 crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares; em torno de 9.540 indígenas e camponeses mortos; 210 brasileiros ainda desaparecidos entre os 434 mortos/desaparecidos registrados pela Comissão Nacional da Verdade; 536 intervenções em sindicatos; extinção e colocação na ilegalidade de entidades estudantis, UNE, UBES, Ames e demais. (Todos os números sujeitos a atualização com o tempo).

A Lei de Anistia de 1979, promulgada pelo último ditador, o gal. Figueiredo, não foi ampla, geral e irrestrita, como pugnada pela sociedade, através dos comitês brasileiros pela anistia – CBA, porém, foi ela que trouxe os nossos irmãos exilados e banidos da pátria. Foi aprovada em condições precárias, pois uma das partes tinha os fuzis e a outra estava sob suas miras. Não fora fruto de nenhum pacto. Teve como eixo a reparação profissional dos prejuízos causados pela ditadura e o eixo da memória e da verdade levaria 33 anos para começar a configurar o início da justiça de transição no Brasil.

A lei, capciosamente interpretada pelos juristas pró-ditadura como sendo recíproca aos criminosos de lesa-humanidade, ainda no presente carece de verdadeira interpretação, à luz da história e da doutrina jurídica.

Nas eleições de 1974, o partido da ditadura, Arena, sofreu uma derrota esmagadora, o regime estava em franca decadência, política, social e econômica. Também neste ano a guerrilha no Araguaia é derrotada, após infligir muitas baixas no Exército, que utilizou até napalm contra os guerrilheiros. Este é um capítulo à parte.

De 1983 a 1985, desenvolve-se um forte movimento massivo pelas eleições diretas. Inobstante a imensa participação popular, não foi vitorioso. A globo venceu!

Depois da anistia em 1979, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída em 1995 e a Comissão de Anistia em 2002, ambas no governo Fernando Henrique Cardoso. Somente em 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela presidenta Dilma Rousseff.

Aos 60 anos da implantação da ditadura militar, neste terceiro governo Lula, que retira o Brasil do nefasto comando militar, com claras cores fascistas, a Comissão de Anistia está com poucos recursos financeiros e a Comissão de Mortos e Desaparecidos ainda não foi reestabelecida.

Com a súmula 647 do STJ de 10/3/2021, todos os que foram atingidos física e moralmente têm o direito de pleitear indenização e o Estado o dever de reparar.

Os inderrogáveis crimes de lesa-humanidade não foram fruto de excessos dos agentes e nem da ação isolada de alguns psicopatas. Foram consequência de uma política de Estado, como comprovam os documentos dos arquivos dos EUA, e num deles o gal. Geisel autorizou o assassinato dos combatentes da ditadura que fossem considerados perigosos. Não apenas ele, Costa e Silva, Médici e o ditador Figueiredo sabiam de tudo e anuíram. São provas de um Estado terrorista em coautoria dos EUA e parceria com as ditaduras da Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, que organizaram a operação Condor.

A CNV comprovou de modo inequívoco a sistemática ação de militares e a utilização de instalações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pagas com dinheiro público, na prática das graves violações dos direitos humanos, detenções ilegais, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres, a partir de cadeias de comando que operaram no interior do Estado.

O Brasil não puniu os criminosos da ditadura, sequer os processou, assim, está condenado a carregar em seu ventre as sementes da violência do Estado e a impunidade como DNA da história do país.

A polícia militarizada é produto da ditadura, e se antes o alvo éramos nós, os resistentes, nesta democracia são os pobres, negros, LGBTQI. Democracia não pode tolerar a tortura e a insegurança dos mais vulneráveis socialmente.

Foram os herdeiros da ditadura que golpearam em 2016 o governo Dilma, colocaram traidores e neonazifascistas no poder, cujo resultado foi o retrocesso político, econômico, social, e o mais atroz genocídio.

A prisão de 580 dias do Lula significou a falência do Judiciário, a vitória do lawfare. A justiça ainda não se fez!

Como ontem, o golpe foi planejado e contemplou a direita conservadora, os militares golpistas e também aos interesses geopolíticos dos EUA, que não se conformam com o BRICS, Mercosul e a reorganização internacional do poder.

O pragmatismo republicanista é a nova cara do reformismo e da conciliação de classes. Mesmo produzindo algumas políticas necessárias ao bem-estar do povo, não impediu boicotes na política econômica e nem evitou

golpes. O pragmatismo vem gerando uma militância do “sim, senhor”, sem mobilizar ou fomentar a consciência de classe, sem as quais não haverá transformações estruturais, como não houve nesses anos de uma democracia submetida a um fio de alta tensão desencapado.

As mãos que golpearam ontem e afagaram na eleição de 2022 são as mesmas que trairão no futuro. A democracia foi rompida em 2016, violentada em 2018, corrompida entre 2019 e 2022, pisoteada na intentona de 8 de janeiro de 2023, e segue na corda bamba. Não sobreviverá por muito tempo, se mantiver em seu ventre a impunidade dos seus inimigos.

Entre tentativas e realizações de golpes foram 11 desde a Proclamação da República. A derrota da intentona bolsonarista servirá como exemplo de uma resistência vitoriosa. Acovardar-se, não mais! Entretanto, é necessário registrar: foi urdida por chefes militares e policias, políticos e populares, e a resistência foi institucional dos três poderes atingidos.

A GLO (Garantia da Lei e da Ordem) é uma tentação para golpistas. Para a sustentação da democracia, o art. 142 da Constituição deve ser excluído.

É má fé ou ingenuidade prometer governo acima das classes, outrossim, é moralmente criminoso anistiar os que atentaram contra a democracia e cometeram genocídio contra um povo sem defesa.

Toda sociedade dividida em classes nutre interesses contrários. Em última instância, quando uma política favorece ao capital, prejudica o trabalho, o inverso não.

A guerra híbrida para golpes, utilizando das armas, das interpretações capciosas das leis e do lawfare, está a pleno vapor no Brasil e alhures, como foi o lavajatismo, o atual presidencialismo castrado e como é o veto na ONU.

O mundo caminha para a sua autodestruição, seja pela terceira guerra mundial ou pela ação predatória do sistema à natureza.

Nesse quadro, a contradição principal é entre o fascismo e a democracia, entre o barbarismo e o humanismo. Por isso, é necessária a união das forças democráticas, sem, entretanto, anatemizar a contradição estrutural do sistema capitalista e a luta ideológica. Pois, capitalismo e democracia coexistem por um tempo, mas não por todo tempo, haverá inexoravelmente o momento de ruptura ou retrocesso. A utopia comunista prevê uma sociedade sem classes e sem estado. O capitalismo social-democrata pressupõe um estado robusto para dar norte a uma economia com crescimento voltado para a distribuição de renda. O neoliberalismo extremado necessita do fascismo.

O governo Lula 3 está cercado pelos três êmes – mercado, mídia, militares, e sua continuidade e posteridade dependerá cada vez mais da disputa eleitoral para o Legislativo e da organização do povo em comitês populares

de defesa da democracia. No cenário internacional o protagonismo cresce na mesma medida em que atrai inimigos poderosos. O xadrez é pesado, e eles jogam com as brancas. Detêm a tecnologia que escraviza as pessoas.

Não alcançamos paridade de armas, é uma luta muito desigual.

Concebemos na atualidade a justiça de transição compreendendo todos os períodos traumáticos do Brasil: colonização, escravidão, ditaduras e o bolsonarismo.

Os movimentos engajados nessa luta não olvidarão esforços para que o governo Lula dê seguimento ao que se iniciou no governo Dilma, fazendo o Estado cumprir as 29 Recomendações da CNV, como ponto de partida e não de chegada.

Não temos hoje um movimento pela anistia, mas um movimento “Sem Anistia!”.

Em 64, estávamos numa democracia participativa, foi golpeada e implantada uma ditadura feroz; em 2024, estamos recém saídos de uma feroz intentona da extrema-direita e reconstruindo o Estado democrático de direito.

Com a criminalização dos militares, policiais e políticos envolvidos na intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023, inicia-se o que denominei de justiça de transição reversa.

Rompido o lacre da histórica impunidade dos militares golpistas, mais uma barreira será rompida, restará a do STF com a pendente (12 anos) reinterpretada da lei da anistia, e, então, as condições estarão livres para escancarar a verdade do golpe de 64, da feroz ditadura militar, e responsabilizar os agentes das gravíssimas violações dos direitos humanos, reparar os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, aos atingidos diretamente e aos afetados pelos efeitos transgeracionais.

Levar memória e verdade às ruas e ouvi-las é o processo dialógico para ser produzido um projeto de nação.

Este livro é parte desse processo!

Janeiro de 2024

<https://www.holofotenoticias.com.br/politica/entidades-de-direitos-humanos-querem-que-governo-lula-instale-comissao-permanente-por-memoria-e-reparacao;>

AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E A VIOLÊNCIA “CONFIDENCIAL” DOS ANOS DE CHUMBO

Gaspar Paz¹

*Da vez primeira em que me assassinaram / Perdi um jeito de
sorrir que eu tinha... / Depois, de cada vez que me mataram. /
Foram levando qualquer coisa minha... (Mário Quintana)*

Nasci em 1975, três dias antes do assassinato de Vladimir Herzog, época de torturas, assassinatos, desaparecimentos políticos e violência militar explícita contra a população em geral e a classe trabalhadora no Brasil e na América Latina. Minha primeira percepção política consciente, aos 8 anos de idade, se deu a partir da música, quando aprendi (ao violão) – com um professor uruguaio radicado no interior do estado do Rio Grande do Sul – a melodia de “Gracias a la vida” (de Violeta Parra) e, em seguida, um solo mais elaborado melódica e harmonicamente da música “Horizontes” (trilha sonora da peça teatral *Bailei na curva*, cuja temática tratava dos tempos fraturados da ditadura militar brasileira). A partir daí, as músicas brasileiras e latino-americanas costuraram minhas leituras de mundo e meus anseios futuros. Nos anos que se seguiram, emergiram as manifestações por eleições diretas, e eu via minha mãe, pedagoga paulofreiriana, emocionada em meio às tarefas da escola estadual e às leituras literárias e de jornais, num misto de esperança e medo com o que viria pela frente. Meu pai, bancário e professor de português, participava de todo esse processo, mas de forma mais silenciosa. Meu irmão, que nasceu em 1968, já rumava para estudos em Santa Maria e, posteriormente, em Porto Alegre, com uma percepção interessada pelos acontecimentos históricos e políticos. Foi com ele e sua companheira que fui morar em Porto Alegre (em 1992), para estudar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos e depois na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Me interessava por tudo que havia de cultural na cidade e participava das manifestações, comícios e campanhas eleitorais. Os 9 anos que vivi em Porto Alegre, antes de me mudar para o

1 Professor adjunto do Departamento de Teoria da Arte e Música e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor do livro *Interpretações de linguagens artísticas em Gerd Bornheim* (Vitória: Edufes, 2019).

Rio de Janeiro, foram anos de administração do Partido dos Trabalhadores na prefeitura e no estado, anos de orçamento participativo e de discussões políticas acaloradas.

Tracei esse pequeno preâmbulo, pois entendo que o golpe de 1964 incidu diretamente nos rumos políticos que vivenciei e impactou minha compreensão sobre a universidade brasileira. Quando ingressei no curso de Filosofia da UFRGS, em 1993, as universidades brasileiras repercutiam de forma paradoxal os dissabores dos anos de chumbo. Ora se viam os ímpetos do espírito crítico (em cursos de filosofia da arte, estética e política), ora o silenciar desse contexto nefasto (em cursos de filosofia analítica e medieval em nada convidativos). Foi esse tensionamento que me impeliu a procurar entender como nos formávamos na universidade e, portanto, como eram constituídos, pelas vias culturais e educacionais, os rumos do país. Nos anfiteatros acadêmicos havia um certo pudor e nada se falava sobre exílios, cassações de professores, censuras e perseguições de intelectuais e artistas, ou da violência crua deflagrada contra a população. Era através de contrainformações e resistências políticas que percebíamos como nossas memórias tinham sido violentadas e abafadas, e como essa violência perpetrada exercia influência nos malogros e misérias cotidianas. Paulo Freire, que foi preso nesse contexto ditatorial, em 1964, dizia que quando um povo “se apodera de sua história, tomar a palavra escrita é quase uma consequência óbvia. A partir da reescrita da história, muito mais difícil, é fácil aprender a escrita da palavra” (FREIRE, 2011, p. 51). Ou seja, se a educação for emancipatória, ela transforma a sociedade, mas se for obliterante e ocultadora será, conseqüentemente, opressora, dogmática e autoritária. Nessa mesma perspectiva, a filósofa Marilena Chaui sublinha que o direito à informação é imprescindível para a instauração da vida democrática. A ausência de informação “nos torna politicamente incompetentes” (2016, p. 196). Nesse sentido, esse cerceamento e controle de informação, que não se abolira tampouco com o que André Queiroz chamou de “reabertura política lenta, tolhida e comportada”, eram signos da tomada de poder pelo golpe empresarial-midiático-militar. Sabe-se que arapongas ou agentes secretos, infiltrados em instituições, organizavam dossiês sobre professores, escritores, intelectuais, artistas, sindicalistas e forjavam narrativas de transgressão da ordem pública. Havia, além do treinamento militar sob a batuta norte-americana, uma série de documentos que tutelavam a conduta, como o Orvil (título em palíndromo com a palavra *livro* escrita de trás para frente, e que era um documento secreto de mais de mil páginas da ditadura, usado para reprimir o que chamavam de “inimigo interno”, conforme analisou o professor João César de Castro Rocha). Essa pecha de subversão atingiu, por exemplo, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Luiz Roberto Salinas Fortes, Gerd Borneim, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Zé Celso Martinez Corrêa, entre outros.

Me chamou atenção, quando procurei informações mais detalhadas sobre a cassação, o exílio, a perseguição e a perda de direitos políticos do filósofo Gerd Bornheim, que todos os documentos e dossiês que encontrei nos arquivos *Memórias reveladas*, abertos no Governo Dilma Rousseff por meio da Comissão Nacional da Verdade, continham um carimbo oficial que dizia que aquelas informações eram “confidenciais”. Confidências forjadas sob interrogatórios, confissões forçadas sob tortura, silenciamentos induzidos pelo terror das violações e interpretações ilógicas de fatos, com o intuito de segregar crueldades e violências explícitas. No caso de Bornheim, por exemplo, alegava-se que o filósofo havia ministrado curso sobre Jean-Paul Sartre para estudantes do curso de Artes dramáticas a partir de perspectivas marxistas e psicanalíticas; que havia assinado manifesto repudiando a apreensão de livros considerados subversivos, entre outras coisas que eram descritas em detalhes estapafúrdios nas várias páginas de documentos de monitoramento e espionagem. Bornheim sentia o peso da violência da década de 1960, pois era chamado, segundo relata em entrevistas e cartas, a cada três meses para prestar depoimentos na Polícia Federal. Aquela violência gerava medo e era amplificada com mais violência no próprio seio universitário. Muitas professoras e professores passaram por essa violência inquisitorial inaceitável. O escritor Bernardo Kucinski no livro *K.: relato de uma busca*, conta a história do desaparecimento político de sua irmã, que era professora da USP. No capítulo sobre “A reunião da congregação” – ambiência que deixa seu lastro nas atuais reuniões *online* (e de câmeras fechadas) dos departamentos de nossas universidades –, discutiu-se a exoneração da professora por abandono de emprego. O estado cobrava, com o beneplácito da congregação, que aquele corpo que todos sabiam desaparecido, fosse mais uma vez violado pela própria instituição universitária. E a instituição assim procedeu.

Esses fatos põem a nu as mazelas que assolam nosso dia a dia: a violência, o desamparo, o racismo, as exclusões e injustiças socioeconômicas, mas também, no caso de nossas universidades e da educação pública em geral, expõem abertamente o nascedouro de nosso déficit geral, desde a ausência atual de fóruns de discussões presenciais nas universidades (urdidas que estão pela trama da eadização e dos conglomerados de tecnologia) até a hierarquização de tomadas de decisões (que tolhe a participação efetiva de estudantes, docentes e técnicos na vida universitária), assim como o rescaldo das comunicações extorquidas, que alimentam um fatalismo avesso a críticas, empedredor dos rumos políticos e segregador daqueles que divergem.

Nos exemplos acima, percebe-se que a universidade da época se fazia alheia a seus próprios problemas e essa violência, que se espraiava em seu âmago, era signo do autoritarismo que perdura até hoje. No livro *Conformismo e resistência*, Marilena Chauí, ao analisar a cultura popular e o autoritaris-

mo, descreve as características autoritárias e violentas da sociedade brasileira. Ela ressalta que, frequentemente, estudos culturalistas atribuem tais características à colonização ibérica e enfatiza que a explicação que lhe parece mais viável é aquela “na qual o liberalismo político se instala sobre uma economia escravista” (CHAUI, 2014, p. 45). E ela sublinha que os traços do autoritarismo foram “reforçados com o golpe de estado de 1964”. Segundo ela:

Com a autodenominação de Nacionalismo Responsável (isto é, sem movimentos sociais e políticos), Pragmático (isto é, baseado no modelo econômico de endividamento externo e do tripé Estado-multinacionais-indústrias nacionais) e Moderno (isto é, tecnocrático), instala-se no Brasil, desde meados dos anos 1960, um poder centralizado pelo Executivo, apoiado em leis de exceção (Atos Institucionais e Atos Complementares) e na militarização da vida cotidiana, inicialmente com o nome de “guerra permanente ao inimigo interno” e, ao término das ações subversivas e de guerrilha, com a transferência do aparato militar-repressivo para o tratamento comum da população, em especial trabalhadores do campo e da cidade (particularmente sindicalistas de oposição), desempregados, negros, menores infratores, presos comuns e delinquentes em geral (aí incluídos travestis e prostitutas). (CHAUI, 2014, p. 47)

Esse olhar político-cultural sobre a universidade exige um trabalho constante de sobrevoos e de conexões sobre a história da universidade e da educação brasileiras e suas buscas incessantes de novos modelos, num tempo de malogro democrático, de intervenções nas reitorias das universidades (como tivemos nos quatro anos de Bolsonaro, analisadas no livro *A invenção da balbúrdia*, publicado por Adufes e Andes Sindicato Nacional), de propostas de “escola sem partido” ou de reinvestimento em escolas cívico-militares e *homeschooling*. Esse quadro que se alastra com o golpe de 2016, reedição reelaborada do golpe de 1964, ainda não foi totalmente estancado. Em realidade, essa desestruturação vem de anos de insistência em políticas insidiosas e sub-reptícias que deflagram um estado de indignação geral nas universidades brasileiras. São políticas de reforço à pobreza, à falta de assistência, ao desemprego, à retirada de direitos... E que fortalecem, em plena luz do dia, políticas abjetas de incentivo às violências neoliberais. A obviedade dessas colocações, no entanto, não comove a lógica de indiferença capital, mesmo em face das muitas famílias que perderam tudo e que ainda se encontram nas ruas, praças, pontes e becos sem saídas das capitais brasileiras, vítimas de violências sem precedentes. Essa pobreza e esse tormento se refletem, como ressalta Ma-

rilena Chaui, no que ela chamou de “universidade funcional” (implementada na época da ditadura), na “universidade de resultados” (aquela que nos 1980 adotou a ideia de produtividade) e na “universidade operacional” (dos anos 1990, que assume o papel de “empresa de si mesma”). Eu me pergunto até que ponto as nossas universidades e a própria sociedade brasileira têm consciência desses espectros que nos rondam?

Gostaria de insistir um pouco mais e deixar reverberar a lúcida leitura de Chaui. Ela explica que a ditadura agia reprimindo “a classe trabalhadora, a esquerda e a classe média, que, entretanto, é a sua base de sustentação ideológica e política”, criando assim o mote para a “funcionalidade” da educação. Segundo a filósofa, a ditadura

introduz, então, várias formas de compensação para a classe média, e uma das coisas que ela introduziu como compensação foi a promessa de abertura da universidade como forma de ascensão social e prestígio. Por que ela faz essa promessa, e por que ela cumpre? Por que o Conselho Federal de Educação, durante todo o período da ditadura, foi dirigido pelos donos das escolas particulares. O primeiro ato foi destruir a escola pública de primeiro e segundo graus, sob o argumento de que os professores eram subversivos. Na verdade, isso foi feito porque garantiu a ampliação da rede das escolas particulares, cujos proprietários eram membros do Conselho. A seguir, é introduzida a ideia da universidade aberta para a classe média (CHAUI, 2016, p. 42)

É nesse período que surge também, segundo a autora, a ideia de que a universidade pública

começasse a ser indiretamente subvencionada por empresas privadas, porque a função da universidade seria a de formar mão de obra para o mercado. Com isso, não só os governantes destroçaram a universidade crítica dos anos 1960, como destroçaram as universidades clássicas que havia no Brasil... Quer dizer, ela cumpre duas funções: pacifica a classe média e funciona para o mercado de trabalho (CHAUI, 2016, p. 43)

É a partir daí que se estrutura a “universidade de resultados”, baseada na “produtividade” e na “excelência”, índices e garantias necessárias para a distribuição dos recursos. Esse processo é ainda vigente em nossas univer-

sidades, mas agora com um investimento maciço na “operacionalidade”. “A universidade operacional é aquela que realiza ou concretiza as virtualidades da universidade funcional e da universidade de resultados... ou seja, ela é operacional para as empresas privadas. E, portanto, são as empresas privadas que vão julgar a qualidade e a produtividade universitárias porque elas vão despejar recursos através de convênios e de fundações privadas” (CHAUI, 2016, p. 44 e 45). Para completar, segundo Marilena Chaui, todo esse arranjo se dá pela consonância do MEC com os ideais e as medidas de produtividade do BID e do Banco Mundial. Essas interpretações de Chaui têm mais de 20 anos e possuem uma atualidade marcante. Acrescente-se a esse processo a uberização do trabalho e a avalanche tecnológica e comunicacional e veremos a quantas andamos. A leitura acrítica desse cenário, signo cada vez mais frequente em nossos quadros, torna ainda mais delicada a situação em que vivemos. É por isso que é urgente pensar, 60 anos depois, as reverberações do golpe militar de 1964 no Brasil.

Referências

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*. Organização Homero Santiago. São Paulo: Autêntica, 2014.

_____. *A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

NÃO VIVO NUM PAÍS LIVRE; VIVA O PAÍS LIVRE! DA DITADURA DE 1964 AO FASCISMO DE 2024.

Gisele Silva Araujo¹

Dedicado, com amor,
a Luiz Jorge Werneck Vianna.

*Vivo en un país libre
Cuál solamente puede ser libre
En esta tierra en este instante
Y soy feliz porque soy gigante
Amo una mujer clara
Que a mi me ama
Sin pedir nada
O casi nada
Que no es lo mismo pero es igual
Y si eso fuera poco
Tengo mis cantos de poco a poco
Muelo y rehago habitando el tiempo
Como le cuadra a un hombre despierto
Soy feliz
Soy un hombre feliz
Y quiero que me perdonen
Por este día
Los muertos de mi felicidad*

*Pequeña Serenata Diurna
Silvio Rodriguez*

Era 1959, quando *los muertos de mi felicidad* liderados por Fidel Castro e Che Guevara libertaram a ilha de Cuba da pilhagem do imperialismo estadunidense. Já se iam 14 anos do fim do nazifascismo e parecia então obsoleta a

¹ Gisele Silva Araujo é Psicanalista e Socióloga; bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, em Direito pela UERJ e Psicologia pelo IBMR. Mestre e Doutora em Ciências Humanas pelo IUPERJ (IESP-UERJ), Pós-Doutora pela PUC-Rio e pela Universidad de Buenos Aires (UBA), e professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

concepção da política como o confronto amigo x inimigo, da lavra do jurista do nazismo alemão Carl Schmitt. O *político*, teorizava ele, consistia precisamente em tomar como amálgama da nação aquela identidade – racial, ideológica, de classe, ou qualquer outra – capaz de se alçar ao status de questão existencial. O *outro* figurado no polo inimigo seria então a motivação *política* necessária para a própria higidez da nação e para o deslanche do extermínio. No fascismo, cria-se o inimigo para existir; o *outro* é coisa sub-humana ameaçadora e sua destruição dá sentido à vida. Já em 1921, em *a psicologia das massas e análise do eu*, Freud desvendava os mecanismos psíquicos do fascismo.

O fim da 2ª Grande Guerra em 1945 foi tido como o início de um período de paz e triunfo da civilização. De fato, foram formados organismos internacionais de negociação, com a participação dos EUA e da então URSS, e firmou-se vitorioso o constitucionalismo democrático de Hans Kelsen contra Schmitt, visando limitar o poder de maiorias eventuais na violação dos direitos humanos. O fascismo parecia sair do horizonte, não obstante as continuadas advertências de Adorno, Horkheimer e Umberto Eco, entre outros, nos anos subsequentes. Entretanto, não se ouviu em todo seu potencial o alerta de Hiroshima e Nagasaki, quiçá do continente africano, ou da violação imperialista na Ásia ocidental. O colonialismo – forma política da dominação econômica moderna – não arrefece e a guerra fria não admitiria que uma ilha minúscula, antigo quintal, rechaçasse seu colonizador.

Quando o grito de liberdade de Cuba ecoou aos quatro cantos, o Brasil se via subjugado pelos EUA, potência dominadora que substituíra a Inglaterra na virada do século XIX para o XX. A primeira república no Brasil (1889-1930), instituída por um golpe militar sob o patrocínio do latifúndio cafeeiro, organiza o liberalismo oligárquico antidemocrático e agroexportador alinhado ao imperialismo estadunidense, embora um nascente proletariado, movimentos civis e militares, anarquistas e comunistas, se levantassem. *A luta pela industrialização do Brasil*, título de Nícia Vilella Luz, nasce defronte ao obstáculo de um capitalismo agrário liberal, autoritário e dependente. Que se modernize a colônia, sem no entanto afetar suas estruturas sociais: fazia-se a continuidade do *arcaísmo como projeto*, da lavra de João Fragoso e Manolo Florentino.

A ambiguidade – como advertia Guerreiro Ramos – talvez seja o traço mais persistente da trajetória do Brasil, além da violência: no período monárquico (1822-1889), instituições liberais conviveram com o mais duradouro escravismo. A ascensão de Getúlio Vargas em 1930 também subsidiava a tese, e alimentou o que a literatura acadêmica conceituou como *modernização conservadora*, via Barrington Moore, ou, em linha gramsciana e com sentido diverso, *revolução pelo alto*, como na análise de Luiz Werneck Vianna. O trabalho de conter o desenvolvimento, a soberania e a mobilização popular no país será contínuo e brutal, as armas e a propaganda somando-se na labuta.

Vitorioso contra a ditadura czarista e a burguesa em Outubro de 1917, o comunismo será o “fantasma” usado em todo ocidente como mote propagandístico secular para justificar golpes, como o do Estado Novo e seguintes. No entanto, diz a historiografia que as simpatias de Vargas pelo fascismo italiano – materializadas na Constituição de 1937, mas confrontadas por seu rechaço ao integralismo – serviriam como barganha geopolítica: Vargas aderiria aos Aliados (EUA, Inglaterra e França) contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) para criar empresas nacionais de infraestrutura sem o sistemático bloqueio estadunidense. A oligarquia liberal, a mídia comercial e certa literatura acadêmica vaticinariam pejorativamente: “populista”! Entretanto, é o populismo varguista que, na esteira de Oliveira Vianna, ambigualmente confronta o atraso: enquanto mantém o latifúndio intocado, ele racionaliza e moderniza o Estado, cria a Justiça Eleitoral, a Justiça do Trabalho, a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Em 1954, cinco anos antes da rebeldia cubana, Vargas denunciava com sua vida a impossibilidade do Brasil soberano, cercado por forças internas cúmplices da subserviência. O método de destruição se repetirá ao longo da história: em nome da democracia (sic), os liberais farão ditaduras, acusando Juscelino Kubitschek, João Goulart e Luis Inácio Lula da Silva de corrupção, forjando todo tipo de denúncia falsa. Nos casos de JK e Lula, a mentira chega a carecer de criatividade: a manchete é literalmente a mesma, a (falsa) propriedade de um imóvel. Há, entretanto, um entrave: mantidas as eleições, o povo vota, e somente “forças ocultas” poderão sabotar JK e Jango. Também se visou a destruição de Lula desde 1980, mas ele se elege, reelege, e faz a sucessão. A democracia se contrapõe ao liberalismo, esclarecerá Norberto Bobbio. Incapaz de ser democrático, o capitalismo liberal colonial virá com fuzis e canhões em 1964; em 2016, como farsa, caricaturado como Operação Lava-Jato e pedalada fiscal; e em 2018, como tragédia: o capitalismo liberal se despe no fascismo.

1964 desmente a tese de um país pacífico e afeito à conciliação que, de resto, em nada combina com 300 anos de escravidão e domínio senhorial. Os ataques ao povo e à libertação nacional são milionários, contínuos, brutais e perversos. No ano da derrota para Cuba, os EUA iniciam a guerra contra o Vietnã (1959-1973) e uma ofensiva radical contra a América Latina, a Operação Pan-Americana. O Brasil cai em 1964; Chile e Uruguai, em 1973; Argentina, em 1976; Nicarágua, 1980; 1989, Panamá, e a lista não é taxativa. Colaboracionistas, as burguesias nacionais conferem às forças militares poder de vida e morte, treinados nos EUA nos métodos de tortura, com arroubos de autonomização corporativa. Sob os militares, a teoria nazista do amigo x inimigo forja a nação, cuja identidade se despede do Brasil. Sob alegação anticomunista, 1964 trancou a pulsação e a vida, e caiu melancolicamente em 1985 com os militares batendo em retirada, incompetentes econômica e

socialmente, mas anistiados. Disseram uns que retornava a velha fórmula da conciliação. Tinha conciliação porque tinha ameaça.

Foi sob a espada da ameaça que a luta contra a violência de Estado da ditadura de 1964 fez passar a retorcida Lei de 1979 que anistiou as vítimas (!), não puniu os criminosos, mas repatriou os exilados. Derrotado o imenso movimento pelas Diretas em 1984, assumindo a Presidência não mais um general, mas um civil partícipe da ditadura, o Brasil vive no fio da meada: tanto na nova Constituição de 1987 como nas eleições diretas em 1989, a redemocratização viverá atravancos, a ditadura deixando suas garras à espreita. Haverá intervenção armada doravante para pobres e pretos, submetidos diuturnamente à matança liberada e deliberada. Em 1989, com os velhos métodos de mentiras e acusações falsas, as mesmas forças do regresso derrotam Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva. Segue-se a época de ouro do capitalismo neoliberal, iniciada com Fernando Collor e consolidada com o “desmonte da nação” de Fernando Henrique Cardoso, como bem batizou Ivo Lesbaupin.

Sem os fuzis e os canhões, o império e seus capatazes vão repetir diante da eleição de Lula em 2002 a sanha golpista. A 23 anos de sua criação, a partir das corajosas greves do ABC de 1978-1980, o Partido dos Trabalhadores assume o governo em 2003 com um líder operário, retirante do massacre do nordeste, tipo ideal do preconceito das classes médias e altas no Brasil. Sem reação à altura, o PT torna-se alvo do *lawfare*, o golpe político-jurídico em que Ministério Público, Judiciário e mídia comercial criam processos fraudulentos. Lideranças de esquerda, como José Dirceu e José Genoíno, dois jovens sobreviventes da ditadura de 1964, são arrancados da vida pública. Mesmo sob intenso ataque, Lula se reelege em 2006 e faz sua sucessora em 2010: a ex-presa política Dilma Rousseff assume a presidência em 2011 e, em novembro deste ano cria a Comissão Nacional da Verdade. Trazer à luz o Estado torturador da ditadura militar de 1964-1985, no entanto, pareceu ser ousadia demais.

Em meados de 2013, um pequeno protesto regional contra o aumento de tarifas de transporte torna-se oportunidade para a aglutinação da direita liberal. Com formas fascistas e o brado de “sem partido!”, forte empenho da mídia comercial e a manipulação da opinião via redes sociais, a esquerda perde as grandes manifestações de rua, e a aprovação de Dilma Rousseff cai de 63%, em março de 2013, para 31% em julho do mesmo ano. “Contra a corrupção” – velho jargão –, o saldo das ruas foi a PEC 37/2013, acumulando no Ministério Público a função de investigar, antes exclusiva da polícia federal, com a de acusar, criando um super poder essencial para a continuação do golpe por meio da Operação Lava-Jato. Entre 2010 e 2015, formas semelhantes de protesto invadiram países árabes, o norte da África, a Ucrânia do Euromaidan, com documentada interferência dos EUA. Ainda assim, Dilma se reelege em 2014, quando seu adversário, membro tradicional da direita liberal, não reconhece a

derrota. Não se percebia como tudo estava conectado: os militares, com a CNV em 2011; o fascismo emergente em 2013; a recusa da derrota de 2014.

Empossada, Dilma Rousseff será impedida de governar. Sob o carcomido pretexto do combate à corrupção, a corrupta Lava-Jato, idealizada com treinamento estadunidense desde os idos de 2009, inicia em 2014 para destruir empresas nacionais de óleo e gás e construção civil, e ferir de morte o PT. Quietos, *ma non troppo*, os militares estão ávidos pelo golpe, inclusive vociferando ameaças nas redes sociais. Em 2016, o golpe parlamentar disfarçado de *impeachment* destituiu a Presidenta. Com o beneplácito do Supremo Tribunal Federal, a Lava-Jato prende ilegalmente Lula em 7 de abril de 2018; ele é ilegalmente destituído de seus direitos políticos e, em eleições assim fraudadas, os militares tomam o executivo do país. A sociedade está fascistizada, com invasões a escolas, perseguições, bonecos enforcados em praça pública. Lula fica 580 dias em cárcere ilegal, em plena “democracia”.

O *lawfare* na América Latina tem, tal como os golpes militares do século XX, um espectro regional: foram alvos recentes, associados ou não à violência de forças armadas, Paraguai, Honduras, Equador, Bolívia, Venezuela e Argentina. Sob uma renovada Doutrina Monroe, corroem-se as organizações da integração latinoamericana, tais como Unasul, Celac, Mercosul, que vinham vicejando com a “onda” de governos progressistas. Aqui e alhures, a fórmula golpista do direito como arma de guerra política recorre à lógica fascista do amigo x inimigo, à psicopolítica alimentada pelas redes sociais, e à produção do Estado de Exceção por dentro das instituições democráticas. A (re)emergência do fascismo é fenômeno global, de vínculo visível com a crise geopolítica do capitalismo. Por essas bandas, entretanto, tal como todo autoritarismo pretérito, tem caráter antinacional, associado ao liberalismo econômico a favor do projeto colonial. Milton Friedman *loves* Augusto Pinochet; os *Chicago boys* se regozijam nos Estados de Exceção.

O fascismo liberal antinacional – e militar – que ocupou o Brasil de 2019 a 2022 está parcial e temporariamente derrotado; na Argentina ele acaba de ascender. Bravo, gigante Lula! O golpe de 08 de janeiro de 2023 testemunha a infâmia dos criminosos e coniventes do genocídio. Quando o capitalismo expõe sua verdade neoliberal, zombando do interregno socialdemocrata, a direita mostra sua verdade fascista, e ficam evidentes os limites e a transitoriedade da conciliação, desmentida pela carne dos torturados, mortos e sobreviventes de 1964. Persiste em gozo perverso uma gente escravocrata, sádica da hierarquia social, racista e misógina, capatazes coloniais espumando o lucro sangrento que o ódio proporciona. Talvez seja certo parafrasear o filósofo alemão: “O fascismo é a verdade da sociedade moderna” e “quem não quer falar de capitalismo deveria se calar também sobre o fascismo”. Não vivemos num país livre; e a luta que ainda se travará precisa lembrar, como aqui, os *mortos de sua felicidade*.

Referências

- ADORNO, Theodor. **A Teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda**. Publicado originalmente em *Psychoanalysis and the Social Sciences* 3 (408-433) 1951. Reproduzido em *Gesammelte Schriften* Vol. 8, T. I [Soziologische Schriften] Frankfurt : Surhkamp Verlag, 1975, p. 408-433. Traduzido por Francisco Rüdiger. Disponível em: [Theodor Adorno - A Teoria freudiana e o modelo fascista de propaganda \[1951\]* \(ufg.br\)](#); Acesso em 06/01/2024.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FREUD, Sigmund. **A Psicologia das massas e análise do eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 15.
- HORKHEIMER, Max. **The jews and Europe**. 1990 [1939]. Disponível em: [The Jews and Europe | 9 | Critical Theory and Society | Max Horkheimer \(taylorfrancis.com\)](#). Acesso em 06/01/2024.
- KELSEN, Hans. **A democracia**. Tradução de Vera Barkow et al. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LUZ, Nícia Villela. **A luta pela industrialização do país**. São Paulo: Alfa ômega, 1960.
- MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.
- PAXTON, Robert. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.
- RIBOCOM, Gisele. [Lawfare e a desintegração latino-americana \(diplomatique.org.br\)](#). Acesso em 06/01/2024.
- SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Tradução de Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1992.
- WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. Editora Revan, Rio de Janeiro, 1997.

POEMAS DE HAMILTON FARIA PARA O LIVRO 60 ANOS DO GOLPE MILITAR

Hamilton Faria¹

Abril

Era uma noite de abril

Eu lembro - era pequeno

Os salvadores do país

ditavam ordens do dia

que engolfamos como drágeas

Tanques desfilavam verdes

e bonitos

pelos bairros da cidade

Soldados eram crianças alegres

Naquele dia meu pai se calou:

Era um túmulo medroso

Minha mãe não cantou no tanque

como de costume

Rezamos também o terço em família

-“Meu pai e salvador

Não quero mais pecar”

“Perdoai-me senhor

Perdoai-me senhor...”

O pai era homem sisudo

Nunca beijou as botas de Lott

1 Hamilton Faria é poeta, com 15 livros publicados e participação em 30 antologias, no Brasil e no Exterior. Publica por várias editoras, participa de saraus, bienais, festivais de poesia, no Brasil e em outros países. Foi professor na PUC- SP, FAAP e Universidade Metodista/ São Bernardo. Coordenou, com o poeta Pedro García, a Rede Mundial de Artistas e presidiu o Instituto Pólis (95/99). Depois de duas prisões, em 1968 e 1969, foi preso pelo DOI-CODI no Rio de Janeiro; torturado, esteve preso durante um ano na Ilha das Flores, Rio de Janeiro. Os poemas acima pertencem a um livro inédito intitulado Poemas Quando Exílio. Em 2006 recebeu prêmio da Academia de Artes, Ciências e Letras da França, como poeta e pela sua importância na cultura. Os poemas publicados nesta edição foram escritos durante a ditadura.

Odiava Lacerda como a um satanás
Lançava ovos podres sobre Getúlio
Que minha mãe pegava debaixo da casa
Plínio desfilava com anauês
sobre sua dignidade

Abril: o pai engoliu saliva
A mãe não cantou:
Crianças - todos para a cama!

depois de abril

então a gente lembra
dos tanques verdes
soldados sorridentes
com uma vitória
que não era a deles
sorrindo rindo-se
um vidro quebrado
o sol da manhã
então a gente lembra
o que se passou depois
daquele março triste
as frutas do quintal
continuavam nascendo
o pai apertava os bolsos
junto à perna
mãe dizia que era pecado
sobrar comida no prato
meninos brincavam
de matar bandidos
como se fazia
fora do cinema

então a gente pensa
que a memória é força
e que a gente passa
como ameaça
e que a gente nasce
do passado em chamas
e que a gente lembra
da infância toda
o pai grudado no rádio
esperando a notícia
que não veio
a mãe cantando no tanque
La Paloma - aquela voz
que vem das raízes
como se existissem
apenas a tarde
a roupa suja
e crianças comendo
macarrão

Um homem sem rosto resiste

Um homem sem unhas
De rosto sangrado
A cara vermelha
De tapas e cortes
O dente extraído
A perna partida
Um corpo-ferida
Sem sono sem morte
Um homem não cede
Escreve palavras

Vermelhas palavras
Em muro encardido
Um homem sem horas
Sem dia sem sol
Respira? Nem sei
Habita em que espaço?
Cuspiu numa estrela?
Feriu algum cão?
Girou uma bola?
Falou de ser livre?
Mordeu algum braço
Que aperta sufoca
Cem anos de apertos
Suplícios sem fim?
Habita em que mundo?
Que fala secreta
Teceu nesta noite?
O rosto de um homem sorri
Acima do ombro do algoz
Um homem não morre e sorri
Mas pode sorrir um homem sem rosto?
Sorri
E cresce ainda mais
Seu número dobra triplica
Milhões
Na sombra que tece
Esconde uma força
Resiste
Resiste
Resiste

a Lourenço Diaféria

Outubro

(Outubro 1970, terror dos horizontes)

O espaço estreito e frio: a nossa vida.

Descíamos sem escrúpulos ao fundo, ao mais calado chão.

Dia e noite tinham pouca importância.

Qual o dia? Qual a noite? Confundiam-se na geografia do espaço, no sepulcro das horas que nos tirava a sensação de tempo.

Memória, infância, presente, futuro, medo, morte, entrecruzavam-se de forma imprecisa; confusa.

Eletrodos bombardeando genitálias de guerreiros tristes; a mulher grávida caindo aos pés de sorriso cínico; seres apinhados no corredor gelado; sentados, - dias a fio, semanas a fio.

- “Recolham as pernas”, dizia o catarina, soldado de dois metros de altura, da Polícia do Exército (PE). E dava golpes nos pés dos prisioneiros para que se alinhassem. Com capuz não se via nada. Era escuro, muito escuro. Era dia; mas era noite.

Palmas na sala da inquisição, quando alguém não resistia. Música de fundo compunha o cenário da dança macabra para esconder gritos.

Uma colher pesava mais que uma montanha. Quatro dias de tortura, não havia forças para levantar uma colher. De costas para outro prisioneiro, comíamos na sala de tortura.

Quantas coisas não fiquei sabendo.

Ó Deus!

Disseram-me que Jorge escreveu com seu próprio sangue na parede encardida:

“O que me sustenta é que existem companheiros
sofrendo mais do que eu.”

Quando o interrogatório começava, torturadores ligavam os carros no pátio para abafar gritos.

A noite se partia em horizontes

A cabeça entorpecida, o ventre apunhalava-se.

Outubro.

A louca do túnel de março

Peço a palavra

Na plenária do teu coração

Sou um homem pequeno

Na tua multidão

Curva século !

Assim

Com os teus ossos de agonia

E de esperança

Com os teus quartéis de ódio

Curva século !

Neste outubro

Está passando uma mulher em teu tempo

Século

Em teu tempo que trata e que maltrata

Em teu tempo que chora e que devora

Em teu tempo que segue e que persegue

Em teu tempo que volta e que revolta

Curva século !

Está passando uma mulher

Uma simples mulher

Que devastou os teus subterrâneos

Permanece na tua carne

na tua saliva

no teu ventre

A ensinar a grande vida que precisamos

É uma mulher

Loca de la Plaza de Mayo

Louca do Túnel de Março

do meu país

para Julíbia, mãe

Diavirá

Lindo como o dente branco
Ferindo a polpa macia
Como notícia alegre
Que a distância principia
Como prato feito
Na mesa então vazia
Como a mão que agarra
Outra mão de valentia
Como nojo e ódio
No homem que se inicia
Como fruto doce
Que se fabrica no outono
Como orgasmo lento
Quando o corpo se arrepia
Como punho forte
Inaugurando a ousadia
Como gengiva vermelha
De uma criança sadia
Como uma descoberta
Que se aprende diadia
Como sonho ameno
Que a infância fantasia
Lindo como pássaro
Na trajetória do voo
Como animal selvagem
Que se defende e ataca
Como fogo agreste
Que anoitece na mata

Lindo como o barco
No aprendizado da água
Como água
No aprendizado das pedras
Como pedra
No aprendizado dos anos
Como os anos
No aprendizado da espera
Lindo como o peixe
Avançando contra o curso
Como animal
Em salto seguro e oblíquo
Como a ave
Engolindo o grão na praça
Como o pão
Amanhecendo nas portas
Como a morte
Em que a vida persiste
Como o homem
Que é caído e resiste

O DIA DA MENTIRA QUE VIROU UM PESADELO

Isaque Fonseca¹

Meu pai chegou do trabalho às 8:30 da manhã. Tinha feito o turno de zero hora até às 8, na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. A primeira siderúrgica do Brasil e a maior da América Latina até hoje. Marco do início da industrialização do país. Ele estava zangado. Falou: “Aqueles militares, aqueles filhos da puta, deram o golpe”.

Eu não entendi do que ele estava falando, era uma criança. E uma criança em 1964 não sabia de quase nada se comparada a uma criança de hoje depois do advento da internet.

Eu sempre ouvia meu pai falar de política, pois baseado de onde ele veio até que era bastante politizado. Era Varguista do saco roxo, até pelas circunstâncias da vida dele que saiu da roça de Minas Gerais onde trabalhava sob o jugo de um fazendeiro, sem dia de folga, de sol a sol, sem nenhum direito. Já tinha presenciado a morte de 3 filhos por sarampo quando deu um basta naquela vida e veio trabalhar em Volta Redonda na construção da usina. Passou a ter carteira assinada, dia de folga, férias remuneradas e vários direitos. Getúlio para ele era como um pai.

No dia seguinte, fui à Avenida Amaral Peixoto, próxima da minha casa. Morávamos, meu pai, minha mãe, quatro irmãs e três irmãos, em um apartamento grande que a Siderúrgica cedia para seus funcionários por um aluguel ínfimo, realmente simbólico. Vi da janela da minha casa uns tanques de guerra passando e atrás deles uns caminhões cheios de soldados. Fui correndo para ver os tanques que até então só tinha visto em histórias em quadrinhos ou brinquedos. Alcancei os outros moleques que também estavam correndo para ver os tanques.

De repente, os tanques pararam em frente à antiga sede do Sindicato dos Metalúrgicos, viraram o canhão em direção ao sindicato. Os soldados começaram a retirar pessoas de dentro do sindicato. Em seguida, vi o presidente do Sindicato com as mãos amarradas por uma corda. Era o Lima Neto, nosso vizinho que meu pai elogiava muito dizendo que ele era muito combativo, que lutava pelos direitos dos trabalhadores e pela democracia. Foi preso porque eles disseram que ele era comunista. Sempre a mesma história.

1 Fundador da CUT e do PT. Anistiado Político. Escritor. Pintor naif. Dirigente Sindical dos Metalúrgicos do Sul Fluminense na década de 80. Especialista em formação de cooperativas e associações populares.

Os militantes e a direção do Sindicato estavam fazendo uma vigília para não deixar que o Sindicato caísse nas mãos dos militares. Agora eles estavam apanhando dos soldados para entrarem nos caminhões do Exército do 1º Batalhão do BIB – Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa. Vários ficaram presos e foram torturados.

Este foi o meu primeiro contato com o golpe militar no dia 1º de abril de 1964. O Dia da Mentira que virou um pesadelo.

Minha mãe e as amigas se reuniam e viviam metendo o pau na carestia e dizendo para a gente não sair de casa porque era perigoso. Em Volta Redonda havia toque de recolher e quem fazia a ronda ao anoitecer era a guarda militar junto com a guarda patrimonial da CSN, que participou ativamente do golpe e da repressão, principalmente, aos trabalhadores metalúrgicos. Ninguém podia sair de casa praticamente, especialmente à noite. Não tinha festa, não podia fazer aniversário com muita gente. Nós vivemos em Volta Redonda, que era área de Segurança Nacional, um estado de sítio.

Um dia eu saí de casa, fui levar o almoço do meu pai, não havia então refeitório na Siderúrgica, e, na entrada da usina, havia muitos soldados do Exército paramentados para ir à guerra, inclusive com as caras pintadas de preto. Avistei o Pingo, um amigo mais velho. Chamei por ele e perguntei por que ele estava com a cara pintada e ele disse que ninguém podia entrar na usina. Eu contra-argUMENTEI que estava trazendo o almoço do meu pai. Ele me deixou entrar. Na saída perguntei se ele havia prendido alguém e ele disse que tinha ajudado na prisão de 3 trabalhadores. Mas na realidade naquele dia eles prenderam aproximadamente 80 metalúrgicos, vários dos quais foram muito torturados no BIB.

A CSN tinha vigias dentro da usina, que os trabalhadores chamavam de A Gestapo. Eles escreviam relatórios com as atividades e nomes dos trabalhadores que estavam entrando para a resistência contra a ditadura que começava a se organizar.

Anos de Chumbo

Foram 21 anos de terror, mas 21 anos de muita luta contra a ditadura e a explosão de muitas organizações e movimentos populares, várias organizações, como a Ação Popular Marxista Leninista, saíram da clandestinidade e ajudaram a fundar o PT - Partido dos Trabalhadores e a CUT – Central Única dos Trabalhadores. Teve a luta pelas Diretas e a formação dos Comitês pela Anistia, a volta dos exilados e uma diversidade de novos talentos no teatro, na música. Novas lideranças e dirigentes, ou seja, novas vozes surgiram conformando um período de muita esperança e militância política. Entretanto, toda a chamada Transição para a democracia, que vai de 74 a 84, foi realizada pelo

alto, por cima, mas eles nunca conseguiram tudo que queriam. A dinâmica da chamada Abertura teve que se submeter em parte à pressão real da luta política, o que explica as contradições e os zigue zagues do seu percurso.

Mas teve uma coisa que eles ganharam: não houve uma Justiça de Transição e isso cobra seu preço até hoje quando sofremos o impeachment da Dilma e, este ano, a tentativa de golpe no 8 de janeiro.

Estávamos no período da Constituinte que foi, talvez, o maior movimento popular organizativo do Brasil com a formação de núcleos pela Constituinte nos locais de trabalho, nas universidades, nas instituições, nos bairros, em todas as cidades.

Em 1983 a esquerda ganha a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense com Juarez Antunes na cabeça da chapa. Eu era militante de base. Um ano depois fizemos a primeira greve da história da CSN. Não vigorava mais o direito de greve que fora extinguido da Constituição através do AI5 de 1968 e que só foi retomado na Constituição de 1988. Os batalhões do Exército e a Polícia Militar vieram para “garantir a ordem”, proteger o patrimônio. A CSN era estatal, pertencia ao governo federal.

Estávamos na segunda República e Sarney era presidente porque, apesar de termos lutado tanto, por tanto tempo, não conseguimos ter eleições diretas para presidente. Só a presença dos militares já era uma enorme agressão para os trabalhadores. Todos os anos fizemos greve. Agora eu tinha entrado para a chapa do sindicato e era liderança de base, eu já era dirigente no sindicato. Eu não gosto de dizer Diretor. Isso é coisa das empresas, eu fui dirigente, liderança.

Chegamos a 1988, Promulgação da Constituição Cidadã. Um mês depois, no dia 7 de novembro, entramos em greve de ocupação. Dessa vez não foi só o 1º BIB e a polícia militar que vieram reprimir a greve. Veio batalhão de Petrópolis, de Juiz de Fora, tropas da Vila Militar do Rio, Batalhão de Valência e junto também a Polícia Militar e a Polícia Federal. Entraram jogando bombas na cidade e na usina.

No dia 9 de novembro, os militares começaram a usar munição de verdade e assassinaram 3 trabalhadores (William, Valmir e Barroso) e feriram mais de 80 pessoas, inclusive na cidade. O Manual de Controle de Distúrbios, elaborado pelo Estado Maior, orientava a tropa nas ações, nos equipamentos a serem utilizados no conflito, etc. Os militares agrediram a cidade e aí a greve passou a ser dos moradores da cidade que passaram a participar das assembleias. Por exemplo, de cima do caminhão de som do sindicato eu podia ver várias meninas com uniforme da Loja Americana. Eram assembleias com 40 mil pessoas.

Os discursos e ameaças de então são similares aos que a extrema direita usa até hoje, só que agora eles têm a velocidade das redes sociais para

espalharem suas mentiras e fazem as cabeças dos que não têm senso crítico e daí, misturando com falsas religiões, até rezam para pneus e colocam seus celulares para mandarem mensagens para OVNI's. E são tomados pelo ódio incentivado por suas lideranças e se tornam perigosos aos que divergem deles e à democracia e às instituições.

Nessa greve, durante 10 dias, houve uma certa dualidade de poder e Volta Redonda, era como se fosse uma República Sindicalista. O Prefeito sumiu, o juiz que autorizou a invasão do Exército fugiu de Volta Redonda e a Câmara fechou as portas. Nós fazíamos assembleias em frente à Prefeitura e o povo vinha e a gente, junto com o CONAM – Conselho das Associações de Moradores, resolvia o que dava como, por exemplo, limpeza de ruas, retirada de lixo, circulação dos ônibus e anotava o resto e, quando os funcionários da Prefeitura voltaram a trabalhar, encaminhamos tudo e a Prefeitura, com a volta do Prefeito Marino Clinger, que era do PDT, ia resolvendo os problemas.

As eleições para prefeito e vereadores chegaram. Agora nós tínhamos que votar e fazer greve. Fazer greve e votar. Eu estava tenso porque era candidato a vereador e, com a greve, minha campanha, que já não tinha recursos, se dissolveu.

Uma assembleia decidiu que a greve só pararia quando as nossas reivindicações fossem atendidas e depois do Exército sair de Volta Redonda.

Juarez, junto com o Bispo Dom Waldyr Calheiros, que estava sempre presente nas lutas e desempenhou um papel muito relevante para a democratização – era o tempo da Teologia da Libertação -, e mais outros dirigentes do sindicato foram para a mesa de negociação. Mas não acertaram nada nessa primeira conversa.

Juarez, que era deputado Constituinte, ganhou para prefeito com 60% dos votos e eu fui o vereador mais votado. Podíamos sonhar que iríamos fazer o melhor governo e os melhores projetos de lei de todos os tempos.

A greve continuou após os enterros dos companheiros e a missa de sétimo dia, ambos com a presença de milhares de pessoas. No sindicato, não paravam de chegar telegramas de todos os sindicatos, intelectuais, movimentos sociais de diferentes países e da OIT – Organização Internacional do Trabalho.

Eu estava exaurido. Era muita responsabilidade. Não tínhamos comida dentro da usina e eu não conseguia dormir quase. A greve continuou. Sarney convocou uma reunião e ameaçou dizendo que poderia fechar total ou parcialmente a CSN; autorizou a importação de folhas de flandres (essas bobinas de flandres servem para fazer as embalagens de produtos alimentícios e de bebidas). Seu ministro Roberto Cardoso afirmou que ia demitir os grevistas caso não retornássemos ao trabalho imediatamente. Em seguida, Robertão, cujo slogan preferido era: “é dando que se recebe”, declarou que o maior com-

prometimento de recursos do governo com Volta Redonda era com a folha salarial dos funcionários da CSN. O sindicato levantou os dados da empresa com ajuda do DIEESE e divulgou que, no ano anterior, a CSN tinha gastado Cz\$ 10,8 bilhões com a folha, incluindo os encargos sociais, e que no mesmo período, gastara Cz\$ 15,7 bilhões com juros bancários, portanto, em comparação com o faturamento total, os gastos com salários representavam 13,5%. Esse valor era baixíssimo em relação ao resto do mundo Ocidental. O governo continuava mentindo. Enquanto isso, Cirilo, o superintendente no alto forno, enviava bilhetes com a assinatura falsificada do sindicalista responsável pelos altos fornos, Vagner Barcelos, que depois foi eleito presidente do sindicato.

Na primeira assembleia depois das eleições, foi debatida a proposta da CSN e deliberado que a greve ia continuar. Já estava garantido que os dias parados não seriam descontados, mas faltava aprovar vários outros pontos da pauta de reivindicações dos trabalhadores, inclusive o do recebimento do dinheiro relativo ao Plano Bresser, o turno de 6 horas e outros. Havia mais de 35 mil pessoas. Contando os funcionários da FEM – Fábrica de Estruturas Metálicas, as empreiteiras terceirizadas e a CSN eram 28 mil funcionários que trabalhavam na CSN. G-R-R-R-E-V-E-E-E! G-R-R-R-E-V-E-E-E-!!

O Exército estava sob o comando do General José Luiz Lopes da Silva, posteriormente indicado pelo presidente Fernando Henrique e aprovado pelo Senado, para o Superior Tribunal Militar. Instituição esta que já devia ter desaparecido há muito tempo.

Fizemos inúmeras assembleias sempre com milhares de pessoas. A greve chegou a um impasse quando recebemos o relatório dos fornos 1 e 3. Uma parada de alto forno entre 11 e 12 dias é extremamente problemática. Nós já estávamos no décimo primeiro dia da greve e os fornos 1 e 3 tinham chegado ao seu limite de tempo parado. Era urgente fazermos o reparo nos fornos para que não houvesse dano irreversível. Mas como fazer com a greve total dentro da usina?

Foi construída coletivamente, ali na praça, toda uma estratégia com chamamento dos trabalhadores de todas as especializações necessárias para executar o trabalho de reparo. Resolveram que esses trabalhadores entrariam com dois ônibus acompanhados pela direção do sindicato e com crachás específicos. Era fundamental que não houvesse nenhuma interpretação de que estavam indo trabalhar furando a greve. Tiraram pessoas para irem avisar às famílias que eles iam passar a noite na usina até acabar o reparo. Foi uma assembleia tensa, mas foi bonito ver os trabalhadores salvando a usina. E a greve continuou. A praça ficou lotada de gente cuidando de quem estava fazendo o reparo a noite inteira e a manhã do dia seguinte. Colocamos música no caminhão de som e dançamos.

Dom Waldyr celebrou uma missa na praça em homenagem aos três companheiros e foi muito emocionante. Dom Waldyr avaliava corretamente que o nível de repressão nesta greve foi a porta de entrada do neoliberalismo no Brasil. De fato, o Ministro da Indústria e Comércio havia se deslocado para Volta Redonda e começou a falar sobre a privatização da CSN.

Alguns dias depois, demos um abraço na usina. Eram 16 kms cobertos pelas pessoas abraçando a usina e gritando palavras de ordem de “Fora, Sarney”, “Fora a Rede Globo que o povo não é bobo”, “trabalhadores unidos jamais serão vencidos” e outras. E os militares estavam achando que nós íamos atacar a usina para quebrar tudo. Não entenderam nada. Fomos nós que salvamos os altos fornos e não a empresa.

Depois de 17 dias de greve nossas reivindicações foram todas atendidas, inclusive a readmissão dos trabalhadores que haviam sido demitidos na última greve geral da qual o sindicato participara. Juarez com um sorriso, no fim de sua falação no final da greve, gritou: “Pagou para ver e viu!”. Se duvidar tem mais”!

Os batalhões começaram a sair da usina com seus tanques e caminhões e seus soldados. No retorno ao trabalho, era bonito ver os operários entrando na companhia com o adesivo grande, em preto e branco, onde se lia: “A greve é a nossa arma”, colado ao peito e a cabeça erguida. Logo após a greve, o sindicato e o prefeito ligaram para Oscar Niemeyer pedindo que ele projetasse um memorial em homenagem aos três companheiros assassinados pelo Exército. Ele se prontificou imediatamente e disse que se sentia honrado pelo convite e que o projeto dele seria um presente.

No dia 1º de maio, o sindicato e a CUT inauguraram o monumento. À 3:15 da manhã uma bomba de grande porte da IMBEL, portanto de uso exclusivo das FFAA, destruiu nosso memorial e outra igual ficou intacta dentro de uma mochila, também das FFAA. O sindicato e a prefeitura concordaram que o memorial não deveria ser reconstruído, deveria permanecer com os danos causados pela bomba para que pudéssemos dizer sempre: Ditadura Nunca Mais!!

Aqui, em Volta Redonda, dizemos que a ditadura continuou até esse dia. Quando peguei o meu habeas data havia informações de Volta Redonda para a ABIN de uma reunião que eu fiz com os trabalhadores da CSN em 1992.

Eu e minha companheira Sandra Mayrink Veiga escrevemos um livro sobre essa greve e uma introdução à terceira edição que retomava a história vinte anos depois. VOLTA REDONDA ENTRE O AÇO E AS ARMAS” editado no governo de Luiz Inácio da Silva, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, quando era Ministro dos Direitos Humanos, Paulo Tarso Vannuchi e contou também com o apoio do PNUD.

O que aconteceu para transformar uma cidade onde se teve uma década de greves com um sindicato cidadão que participava e fortalecia as lutas dos movimentos sociais nos bairros, na vida dos cidadãos, que trouxe ganhos reais e melhoria da qualidade de vida, hoje ter uma maioria bolsonarista negacionista, cheia de ódio e ignorância política?

Uma coisa é certa. No túnel da História não vimos que o trem que vinha em alta velocidade era dirigido pela conservadora Margaret Thatcher trazendo para as estações o neoliberalismo e depois a Guerra Híbrida com todo seu instrumental e toda sua perversidade. E aí tivemos Bolsonaro, a pandemia e o pandemônio. Estamos agora lutando ainda contra o pandemônio e não podemos baixar a guarda nem por um dia porque eles estão organizados e atuantes, infiltrados que estão em todo o tecido social e nas instituições.

Penso que o que escrevemos ao fim do nosso livro serve para os dias de hoje: A consciência política de um povo avança e reflui dentro do processo político porque “enquanto existir contradição entre a ação e a concepção do mundo que o guia, a ação não pode ser realmente consciente e não poderá se tornar coerente. Será sempre uma ação, por assim dizer, fragmentada; teremos sempre ações espasmódicas e depois estagnações, rebeliões desesperadas e depois passividade, extremismos e oportunismo.

A ação consciente exige ser guiada por uma concepção de mundo, por uma visão unitária e crítica dos processos sociais. O problema é tornar explícita aquela filosofia implícita na ação de cada um e na ação dos grupos sociais. Para conseguir isso, é preciso criticar a concepção imposta às classes trabalhadoras subalternas, superá-la, tendo em vista construir uma concepção nova, na qual se estabeleça a unidade entre a teoria e a prática, entre a política e a filosofia” Gruppi, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci.

A hegemonia, portanto, não é apenas política ou econômica, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo, supõe uma unidade intelectual e uma ética. E cada vez que a cultura e a moral são rebaixadas, como no governo de Bolsonaro, mais a violência, o ódio e a barbárie crescem na sociedade. Um bloco histórico de alianças de interesses é dominante e dirigente do futuro de uma nação quando consegue deter, através da sua ação política, mas também ideológica e cultural, que essas forças heterogêneas que compõem o bloco se mantenham coesas porque quando as contradições internas ao bloco explodem, há uma crise na ideologia que irá coincidir com a crise política de dentro dessa aliança.

É nesse sentido que temos que trabalhar na formação de novas lideranças, de forma a se tornarem dirigentes e termos uma nova narrativa de visão de mundo e podermos vislumbrar um futuro de maior igualdade, solidariedade e bem viver para todos e todas.

UM GOLPE ANTICOMUNISTA, ANTINACIONAL E ANTIPOVO

Ivan Seixas¹

A conspiração que levou ao golpe de Estado de 1964 foi guiada por uma suposta pretensão do Presidente da República, João Goulart, de implantar uma “República Anarco-sindicalista”. Como era impossível dizer que a democracia pretenderia reimplantar a monarquia no país, os golpistas diziam que seria implantada uma República, mas que teria como centro o binômio “Anarco-sindicalismo”. Traduzindo isso em termos mais diretos e objetivos, os conspiradores viam o Comunismo como ameaça aos seus interesses e davam o nome de “anarquia”. Quem dirigiria esse processo ameaçador seriam os sindicalistas. Em outras palavras, o inimigo dos golpistas era a Classe Trabalhadora consciente e organizada em sindicatos combativos.

Toda a retórica de que o Brasil seria transformado em uma “Nova Cuba” ou em uma “Nova China” servia apenas para indicar o caminho ideológico do anticomunismo, ensinado nas escolas de formação dos militares, desde o início da chamada “Guerra Fria”, na década de 1940. Esse anticomunismo se traduzia no medo da Classe Trabalhadora consciente e organizada em sindicatos fortes. Não por acaso, as primeiras ações dos golpistas e fascistas foram contra os sindicatos de trabalhadores. Nas cidades, praticamente todos os sindicatos foram invadidos, saqueados e sofreram intervenção da ditadura. Lideranças sindicais tiveram que se esconder para não serem presas e torturadas. Na zona rural, o alvo eram as “Ligas Camponesas”, forma de organização básica dos camponeses, que não podiam organizar sindicatos de trabalhadores rurais. Todas as sedes dessas “Ligas Camponesas” foram invadidas, saqueadas e muitas lideranças foram presas por tropas do exército a serviço do latifúndio. Não raro eram as milícias do próprio latifúndio que fizeram esse serviço de repressão, como se fossem o próprio Estado.

Assim que assaltaram o poder e os cofres públicos, os golpistas foram reconhecidos pelo governo dos EUA, que apoiava abertamente a conspiração com dinheiro e “assessores especiais”. Hoje, é possível o acesso a documentos daquele país que mostram que as tropas yanques iriam entrar em solo brasileiro para apoiar os golpistas, em caso de impasse numa suposta guerra civil. Os EUA foram o primeiro país a reconhecer a ditadura como poder legal, depois de dado o golpe.

1 Ivan Seixas, jornalista e escritor. Militante do MRT- Movimento Revolucionário Tiradentes, organização de luta contra a ditadura. Coordenador da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo e Assessor especial da Comissão Nacional da Verdade.

Não por acaso, o governo de João Goulart tinha como grande marca as chamadas Reformas de Base, entre as quais estava a Lei de Remessa de Lucros ao exterior, que obrigava as multinacionais a deixarem no Brasil 10% dos seus lucros como reinvestimento e geração de empregos. As outras reformas de base eram a que tentava fazer a Reforma Agrária (distribuição de terras aos camponeses), Reforma Urbana (programas habitacionais para a construção de casas para a população pobre morar), Reforma Educacional (programas educacionais para os filhos de trabalhadores estudarem e cursarem universidades), Reforma Fiscal (para fazer os ricos pagarem impostos e não apenas as camadas médias e trabalhadores). Como se vê, o governo de João Goulart tinha um projeto de país nacionalista, com preocupações populares e democráticas. Por causa disso, contrariou os interesses dos poderosos nacionais e também do imperialismo dos EUA.

A chamada burguesia nacional aliada aos EUA e interessada na instalação de um governo que tirasse os direitos trabalhistas, a liberdade sindical, a liberdade de opinião e expressão se colocou prontamente a favor do golpe de Estado, que por sua vez arregimentou a chamada classe média, iludida pela propaganda conservadora, moralista e anticomunista da campanha de desestabilização do governo, feita pelos grupos criados pelos golpistas para criar o clima de caos no país.

Houve uma intensa campanha de desestabilização do governo, com abundante uso de mentiras propagadas largamente, as empresas passaram a esconder alimentos para deixar a população apavorada, os serviços públicos passaram a sofrer com problemas técnicos inexplicáveis e o país parecia estar em um caos completo. Era um caos provocado pela elite burguesa e seus parceiros.

Com esse clima aterrorizante, as camadas médias da população foram facilmente mobilizadas a irem à frente de quartéis pedir a intervenção das Forças Armadas para o assalto ao poder. Começava a destruição da Democracia e começava a ser implantada a mais longa ditadura que o país já viu.

O centro da campanha de desestabilização da democracia era uma grande mentira que afirmava que o país estava à beira do caos, com a economia em frangalhos, com uma dívida externa impagável, que havia uma corrupção desenfreada e que haveria também o perigo da implantação de uma ditadura comunista. Essa mesma alegação golpista foi usada para a derrubada do Presidente Getúlio Vargas, em 1954, que interrompeu a marcha para o golpe tirando a própria vida. Foi também usada para tentar impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubistcheck, pelo simples fato de que o vice-presidente eleito era João Goulart, ex-ministro de Getúlio, que se notabilizou pela proposta de aumento de salário mínimo em 100%.

O terrorismo de Estado implantado no país

Em junho de 1964, foi criado o SNI – Serviço Nacional de Informações - e seu criador foi o general Golbery do Couto e Silva, também criador do IPES e membro ativo da Escola Superior de Guerra, que eram baseados na chamada Doutrina de Segurança Nacional, importada dos EUA e França, dentro da paranoia de Guerra Fria.

Toda a estrutura do Estado foi usada como parte de uma grande máquina de guerra contra os movimentos populares e as organizações políticas de oposição. Cada repartição pública passou a ter um espião, que observava todos os movimentos dos funcionários e apontava os que eram suspeitos de serem opositores. Ser opositor nada mais era do que ser simpatizante da democracia. Nas Universidades, foram criadas as ASI - Assessorias de Segurança e Informação, que monitoravam os estudantes e professores suspeitos de não serem simpatizantes da ditadura. O Decreto Lei 477 expulsava estudantes e os impedia de estudar em qualquer lugar, enquanto que os professores eram demitidos e impedidos de lecionar.

Dentro das fábricas de empresas privadas, em geral, os empresários montaram serviços secretos particulares para espionar seus empregados e entregar seus nomes para a repressão oficial prender, torturar e ameaçar de morte aqueles que reivindicassem melhores salários ou condições de trabalho dignas. Depois da prisão, os patrões demitiam os empregados sob a desculpa que eram inimigos do regime e tinham problemas com a polícia.

A estrutura militar mais conhecida da repressão foram os chamados DOI-CODI – Destacamento de Operação de Informação dos Centros de Operações de Defesa Interna, temidos pelas torturas e assassinatos até os dias de hoje como sinônimo de violência militar. Depois de algum tempo de repressão oficial e ostensiva, a ditadura criou uma rede de locais secretos onde torturava, matava os militantes políticos e escondia seus corpos em locais até hoje não descobertos. São os desaparecidos políticos. O mais famoso local de tortura conhecido foi a chamada Casa da Morte de Petrópolis, de propriedade de um antigo espião nazista, que colaborava com a ditadura militar brasileira.

Os primeiros instrutores de torturas aos militares foram os policiais dos Esquadrões da Morte. Depois vieram os instrutores estrangeiros. Em São Paulo, o grande instrutor foi o delegado Sérgio Fleury, chefe do Esquadrão da Morte de São Paulo, que fazia chacinas de dezenas de pessoas, sob a alegação de combate a criminosos. Na realidade, esses bandos de criminosos matavam pessoas do povo para levar o terrorismo de Estado ao cidadão comum.

Os sindicatos sofreram feroz repressão, suas diretorias foram cassadas, perseguidas e presas. Os militantes sindicais lutavam para tirar os interven-

tores ou trabalhadores que traíam a sua classe e serviam ao governo ditatorial. Nas assembleias sindicais, os agentes da repressão da ditadura infiltrados anotavam os nomes dos ativistas para que a perseguição ocorresse. Portanto, essas atividades aconteciam com medo de prisão, torturas e mortes.

A ditadura censurou peças de teatro, filmes e músicas. Os artistas tentavam fazer seu trabalho e, ao mesmo tempo, passar mensagens de esperança e de luta para a população. Muitos cantores e artistas de teatro chegaram a ser presos e torturados como forma de intimidação, na tentativa de calar a expressão artística. As ditaduras têm preocupação com manifestações artísticas e culturais, pois fazem refletir, pensar e colocar em dúvida a ordem estabelecida.

Grande parte das pessoas que lutaram contra a ditadura optou pela luta armada contra a violência dos militares. Muitas organizações lutaram de armas na mão e fizeram a guerrilha urbana e rural. Foram realizados ataques contra quartéis, delegacias de polícia e contra agentes da repressão. Quatro diplomatas foram sequestrados para serem trocados por 137 pessoas que estavam presas e sendo muito torturadas. Como não eram ações de criminosos, mas sim de uma luta política contra a ditadura, a vida do diplomata era trocada pela vida de pessoas que corriam o risco de serem assassinadas em longas sessões de tortura. Essas ações serviam também para denunciar os crimes da ditadura.

A operação de guerra contra o povo feita pela ditadura deixou marcas que até os dias de hoje estão presentes e se reproduzem nas práticas autoritárias do Estado Democrático de Direito. A luta das pessoas que não concordam com a cultura da violência e com o autoritarismo é desmontar as armadilhas deixadas pela ditadura, presentes na cabeça de muitos responsáveis pelo Estado de hoje.

Conclusão lógica

Por tudo o que foi dito acima, só se pode concluir que a ditadura militar não foi uma quartelada, fruto de maquinações de um punhado de militares alucinados. Muito mais do que isso, foi o instrumento escolhido pela burguesia brasileira para explorar a Classe Trabalhadora de forma mais exacerbada e destruir suas organizações. E as Forças Armadas, formadas dentro da lógica anticomunista e pró-EUA, se dedicaram com total afinco à tarefa de golpear a democracia, prender, torturar e matar aquelas pessoas que os militares entendem ser contra o projeto de poder deles.

Para se entender isso de forma mais objetiva, basta ver o período recente em que os militares serviram ao fascismo bolsonarista e se adequaram muito bem ao pantanal de corrupção implantado por ele. A retórica anticomunista foi a mesma da ditadura militar e a prática violenta também foi a mesma daquele período. Só não tiveram tempo para implantar o terrorismo de Estado como na ditadura militar.

Eu e minha família

Quando houve o golpe militar de 1964 e foi implantada a ditadura militar, os comunistas continuaram a lutar pelos direitos da Classe Trabalhadora e passaram a lutar também contra a ditadura e o imperialismo. Minha família comunista também.

Meu pai, o operário Joaquim Alencar de Seixas, e minha mãe, a professora Fanny Akselrud de Seixas, eram militantes comunistas desde a juventude. Eu, minhas irmãs Ieda e Iara, mais o meu irmão Irineu, nascemos dentro da luta, pois partilhamos e participamos das lutas de nossos pais por melhores condições de vida da Classe Trabalhadora desde a mais tenra idade. Para se opor à ditadura, a maioria da militância de esquerda optou pelo único caminho disponível naquele momento, que foi a luta armada. Minha família também fez essa opção.

Por causa disso, fomos capturados pelo DOI-Codi do Exército, em São Paulo, em abril de 1971, fomos torturados, meu pai foi assassinado em torturas, minha mãe e irmãs foram também presas, uma delas sofreu violência sexual, elas passaram um ano e meio presas e eu passei quase seis anos preso, sem processo e sem condenação, portanto. Eu tinha 16 anos e minhas irmãs tinham 21 e 23 anos de idade. Óbvio que não fomos capturados pelo exército por mero acaso. Pagamos o preço de lutar contra uma ditadura anti-comunista, antipovo e antinacional.

Muito longe de nos arrepender, temos muito orgulho de termos participado dessa luta da Classe Trabalhadora e dos democratas brasileiros.

A transição negociada para a democracia

A grande característica da transição da ditadura para a democracia no Brasil é que tudo foi feito de modo a ignorar a vontade da população. Apenas a visão da ditadura e dos seus colaboradores, abrigados dentro da oposição consentida, é que tiveram voz. Por ser uma transição feita pela elite, os interesses e anseios da população trabalhadora e dos militantes de oposição foram ignorados totalmente.

As Forças Armadas se comportaram e se comportam até hoje como uma organização ameaçadora à democracia. Na transição, alegavam que não poderia haver punição para os torturadores, pois haveria como resposta um suposto “retrocesso político”, nome codificado para a ameaça de que voltariam a torturar e matar opositores. Por causa disso, não são cobrados os crimes de lesa-humanidade, nem tampouco os crimes de lesa-pátria, visto que a ditadura serviu aos interesses contrários ao país e a nosso povo.

MILITÂNCIA EM ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DESDE OS ANOS 70

Ivanisa Teitelroït Martins¹

Nos anos 70, encontrei Franklin Martins em um “aparelho” de uma organização revolucionária. Conversamos e constatamos que havia entre nós muitas afinidades. Não fazia perguntas, era discreta e guardava sigilo quando necessário, o que não era incomum. Passamos a conviver e ingressei na organização revolucionária clandestina. Participava intensamente do movimento sindical e do movimento de mulheres.

Na clandestinidade, prestava assessoria ao movimento de mulheres operárias em três sindicatos: dos metalúrgicos, dos gráficos e dos bancários. Participava da redação e edição do jornal clandestino, órgão de conscientização popular.

Era uma militância que exigia disciplina, leitura de textos marxistas, para que fosse redigido, desde a base militante à direção, um programa nacional que se traduzisse em ação política de conscientização, mobilização e reorganização da sociedade nos bairros da periferia, dos trabalhadores nos sindicatos e dos estudantes secundaristas e universitários em escolas e universidades, tal o nosso compromisso em derrubar a ditadura cívico-militar que se instalou definitivamente após o AI-5. Uma ditadura que dispunha de um forte aparato repressivo de opressão às manifestações populares e cometeu crimes contra a vida daqueles que, em organizações clandestinas, lutavam com bravura pelo resgate de direitos e pela plena democracia. Foram cometidos crimes, torturas e assassinatos por ordem do Estado brasileiro, o que causou o exílio, desaparecimento e morte de centenas de companheiros de luta. Viviam uma vida legal e outra ‘ilegal’. Fazíamos campanha pela anistia e finanças para companheiros que continuavam no exílio. Formávamos a retaguarda da organização que tinha vínculos internacionais. Antes da promulgação da Anistia, Franklin e eu fomos perseguidos por um forte aparato da repressão. Devido à rede de contatos clandestinos, tivemos a chance de sobreviver. Ao sairmos da clandestinidade, casamos em 9 de fevereiro de 1980.

Ao conhecer Franklin, em um aparelho na rua Prado Júnior, no Rio de Janeiro, desconhecia seu nome e história. Havia nele algo de familiar de tem-

1 *Gestora do Ministério do Planejamento, cientista social, psicanalista, ex-assessora especial da Presidência da República no governo Lula.*

pos anteriores, possivelmente da passeata dos cem mil. Em meio ao burburinho da sala, houve algo entre nós que nos atraiu, talvez os sorrisos ou as palavras trocadas, a simpatia, um olhar de timidez, um ar desengonçado, talvez a falta das manifestações em tempos passados, um olhar acobruçado, perdido na distância do tempo. Éramos jovens, sonhadores e destemidos. Nosso des-temor se mantinha velado. Aqueles que se conhecem se reconhecem em poucas palavras, gestos, alguns meneios de cabeça, um sorriso. E em meio ao burburinho, ficamos sós no desconforto de um encontro inesperado. De quinze em quinze dias, Beto, Adalberto, nome que constava em seus documentos vinha ao Rio e nos encontrávamos para conversar. Conversas sobre política, arte e psicanálise, marxismo, epistemologia e modelos de pensamento. Ao marcarmos um encontro no antigo prédio da UNE, saímos e assumimos um namoro. Cada um seguiu seu caminho e o convite para ficarmos juntos partiu de Franklin. Receei a princípio.

Viajei para São Paulo. Marcamos um encontro na esquina da Avenida São João. Franklin cantarolou a música de Caetano Veloso. Vestia um suéter branco de gola rolê. Trazia um presente, um espelhinho oval com o símbolo do Flamengo. Fomos para sua casa em Vila Maria. Não me surpreendi quando cheguei: era um pequeno quarto com cozinha, móveis usados e muitos papéis e livros bem organizados. Havia outros em torno de um banheiro coletivo em que o chuveiro era um cano estendido com uma lata furada de óleo de cozinha. Sobre o fogão havia uma frigideira de ferro encardida. Ele mesmo preparou a refeição: steak au poivre, dois bifes bem cortados que comprou no mercado. De um cortiço fomos para um pequeno apartamento. Somente eu conhecia seu endereço e paradeiro. Ao me contar um sonho e diante de minha interpretação, contou-me sua história e me pediu para não o chamar por esse nome. Mantinha entre seus documentos o processo em que foi condenado à revelia por crime de sangue por ter participado do sequestro do embaixador Charles Elbrick. Era procurado. Sua família desconhecia que ele se encontrava de volta ao Brasil. Aos poucos, fui intermediando alguns encontros entre ele e sua mãe e duas de suas irmãs em locais de pouco movimento. Era preciso evitar qualquer contato que pudesse levantar indícios sobre seu paradeiro.

A militância era exaustiva, havia treinamento de segurança com regras muito severas, prontamente obedecidas face o propósito de combate à ditadura militar e garantir a redemocratização do país. Fazíamos leituras e debates de textos marxistas cuidadosamente bem selecionados pela direção. Não havia vida social, somente reuniões em que eram discutidas a estratégia e a tática políticas. As reuniões se alongavam pela madrugada, quando então era possível voltar caminhando e propositalmente se perder para despistar os agentes da ditadura. Nenhum de nós podia conhecer o endereço dos outros, mesmo os locais de reuniões aprendemos a esquecer. Meu nome permaneceu sendo Nisa.

O que nos atraiu? A chispa da ruptura, a luta de classes, a revolução socialista, a práxis, o materialismo dialético e a ruptura epistêmica. Nossas anotações em livros convergiam. Hoje comparo essas anotações em letras miúdas nas margens dos livros que dissecávamos em reflexões. Toda uma coleção de livros de Marx, Lenin e o bolchevismo de um lado e toda uma coleção de livros desde a correspondência entre Althusser e Lacan sobre Freud e a psicanálise e as análises dos riscos de revisionismo. E debatíamos em pleno processo de lutas, um dirigente e uma militante.

Em “duas táticas da social democracia na revolução democrática” de Lenin, encontro: “As revoluções são a festa dos oprimidos e explorados. Não há melhor momento para a massa do povo do que em novos regimes sociais, em que há uma revolução. Em tais períodos o povo é capaz de fazer milagres”.

Em escritos sobre psicanálise de Althusser encontro a correspondência entre Lacan e Althusser, quando Lacan foi obrigado oficialmente a se afastar da IPA e ingressou na Escola Normal Superior. Chama a atenção de Althusser a resposta de Lacan sobre o desejo do analista: “O que lhes digo lhes diz algo, os modifica, transforma sua atitude, seu reconhecimento da realidade, sua maneira de abordar a realidade analítica”. “Seus ouvintes ainda viviam na rede das palavras. Eram seus, mas também deles: peixes multiplicados e todos comungavam desta multiplicação. Você subia à superfície diante desses seres mudos e vivos, sem se dar conta de que em uma rede se pode capturar tudo, salvo o mar. Você os alertava aos gritos, denunciando o que havia de ilusório em sua paz, todas as ilusões que levam os nomes de nossos inimigos: gritos amargos de suspeita que para eles muitas vezes não eram mais do que uma mania de tolerá-lo, ao preço de sua liberdade, não forçosamente a condição da liberdade deles. O estilo do dizer, em que alguns veem a articulação primordial, na estranheza de um instantâneo em que por um lampejo os praticantes da psicanálise ficam diante de uma verdade que não os devolve seu olhar, quando seu próprio olhar encontra o vazio em suas palavras. Tratava-se de algo totalmente diferente de uma ruptura teórica e não da alegoria do silêncio”.

Diante da perseguição por agentes da ditadura, Franklin por um lado e eu por outro, soubemos escapar. Ele por sua confiança inabalável e eu por já ter feito rupturas, soubemos nos disfarçar e confundir o inimigo, aqueles que nos procuravam, fazendo-os cair no vazio das palavras, no desatino da procura sem fim.

A perseguição ao Franklin ocorreu antes da promulgação da Anistia. Ele passou a ser seguido e calmamente foi arrancando páginas de sua agenda de notas, colocando-as na boca e as mastigando. Parava em um bar para tomar um gole de água para poder engolir. Em um dado momento, os agentes da repressão que o seguiam passaram um pacote de um para o outro. Franklin teve

a nítida impressão de que se tratava de uma arma de fogo. Atravessou as duas pistas da Brigadeiro Luís Antônio com agilidade. Tomou um taxi, dirigiu-se à Assembleia Legislativa de São Paulo, quando o presidente era Robson Marinho. Ao entrar, seguiu para o gabinete do presidente que ordenou o fechamento da Assembleia para proibir a entrada de agentes da ditadura. Voltando à minha situação em paralelo: dias depois de o Franklin não voltar, procurei ter informações junto ao Comitê Brasileiro de Anistia em São Paulo quando me foi entregue um número de telefone com orientações de não voltar ao meu endereço e fazer a ligação de uma central telefônica. Logo ao sair e passar por um tapume, percebi um movimento estranho de dois homens que cruzaram o meu caminho.

Tomei um táxi e pedi que fôssemos para a central telefônica mais próxima. Ao chegar, percebi que se tratava de uma rua sem saída. Prestes a descer, virei para trás e consegui visualizar dois carros parados à distância com as luzes acesas. Dei-me conta de que havia quatro homens em cada carro apesar do escuro da noite e da pouca iluminação pública. Garoava. Voltei para dentro do carro e disse ao taxista que estava sendo seguida por motivos políticos. O taxista, sem olhar para mim, disse somente: “Deixa comigo, vamos dar um chapéu neles”.

Voltamos à avenida principal e durante duas horas eu o orientei sobre a estratégia a ser adotada com a firmeza de propósitos para a qual fui treinada. Corríamos pelas avenidas para entrarmos nas travessas de modo mais lento. Parávamos e checávamos se eles continuavam nos seguindo. Na primeira parada, percebemos que somente um carro continuava atrás de nós e parara a uma distância em que tanto eles como nós podíamos nos ver. Continuamos com a mesma estratégia até a zona sul da cidade. No meio do trânsito, decidimos que eu devia saltar e procurar ajuda porque, com certeza, eles já tinham o número da placa do carro. Desci e fui até a central telefônica mais próxima. Tinha o número de telefone de Luiz Eduardo Greenhalgh. Liguei para ele, que me atendeu com serenidade. Marcamos um ponto na zona norte da cidade, em Santana. Entrei em seu carro e ele me levou à sua casa, onde estavam algumas pessoas reunidas. No dia seguinte, Greenhalgh me levou ao aeroporto e me colocou em um voo pela pista para não ser identificada.

Ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, me dirigi à sede do Jornal do Brasil. Entrei pelos fundos do prédio para não me identificar. Fui encaminhada, na companhia de dois advogados, a um endereço na zona sul do Rio de Janeiro que me serviu de esconderijo.

No dia da promulgação da Anistia, dia 28 de agosto de 1979, ouvia a notícia pelo rádio. Continuei escondida. Meu companheiro seria anistiado somente três meses depois devido ao processo em que já havia sido condenado.

Duas semanas depois foi montado um esquema para que eu pudesse rever meu companheiro. Tomei o carro com mais três companheiros e subimos a serra. Ao nos aproximarmos do local, fui vendada para não saber onde me levavam.

A volta do exílio foi muito comemorada, mas aqueles, como nós, que continuavam clandestinos, precisaram esperar mais algum tempo para se rever e continuar na luta contra a ditadura que não havia arrefecido.

Casamos e engravidei de nossa primeira filha. Em certa ocasião, a poucos metros do jornal Hora do Povo, houve a explosão de uma bomba lançada por agentes da repressão. Mais dois meses nossa filha Anita nasceu, mas não sobreviveu. Foi enterrada no cemitério de Perus com todos aqueles que foram vítimas das atrocidades cometidas pelo regime militar.

Continuei a militar e fui eleita representante do movimento de mulheres de São Paulo, representando as correntes de esquerda. Em 1984, fui convidada pelo governo cubano a participar da delegação de mulheres de esquerda no Brasil. Éramos 300 mulheres de diferentes países que debateram durante uma semana o cenário político da América Latina e do Caribe. Ao final, Fidel convidou a delegação brasileira para debater sobre o movimento das diretas-já.

A 60 ANOS DO GOLPE

Ivete Caribé da Rocha¹

Antecedentes

Desde a infância, fui despertada para os temas da política por meu pai, um gaúcho petebista/getulista e depois brizolista. Seu Jornal de leitura diária era o ‘Última Hora’, e, em muitas ocasiões, ele me pedia para ler as matérias políticas. Aprendi a gostar dessas leituras e já esperava ansiosa, ao final da tarde, a chegada do jornal que meu pai trazia embaixo do braço quando voltava do trabalho. Não tínhamos aparelho de TV, mas ouvíamos na Rádio Guayba de Porto Alegre os discursos inflamados do governador do Rio Grande do Sul - Leonel Brizola. Era por volta do ano de 1961 e o governador Brizola lançara a Campanha da Legalidade, visando dar posse a João Goulart na presidência da República, após a renúncia de Janio Quadros, em agosto de 1961 João Goulart era seu vice presidente, cargo para o qual fora eleito, mas encontrava forte resistência das forças armadas e setores da burguesia nacional. Só após um plebiscito chamado de referendo, em janeiro de 1963, João Goulart conseguiu assumir o cargo de presidente da República.

Voltando às minhas leituras do jornal Última Hora e Revistas da época, nos meus 11/12 anos, me recordo que já tinha adquirido algum conhecimento sobre a campanha do “Petróleo é Nosso” e a relevância desse recurso, que as grandes petroleiras internacionais não queriam perder, sendo este um dos motivos da morte de Getúlio Vargas desde que sancionou a Lei de Monopólio do Petróleo, aprovando o Estatuto de criação da Petrobás, em outubro de 1953.

João Goulart era o herdeiro do velho PTB de Vargas e, assim também, foi o alvo de intensa perseguição e calúnias devido às suas políticas nacionalistas. Já nos últimos meses de 1963, o seu governo enfrentava grandes convulsões sociais tanto da parte dos apoiadores do governo, como da direita e dos conservadores em geral. Os apoiadores descontentes em virtude da rejeição das reformas de base propostas por João Goulart, especialmente a Reforma Agrária, aumentaram as tensões no campo e cidade. Ao mesmo tempo, o empresariado nacional estava contrariado pelo aumento substancial do salário mínimo e a criação do 13º salário, entre outros. Por sua vez, as corporações internacionais se organizavam na preparação do golpe, em razão da assinatura da Lei de Remessa de Lucros pelo presidente João Goulart.

1 Coordenadora do Comitê Estadual da Memória, Verdade e Justiça do Paraná. Componente do Movimento Geração 68

Importante lembrar que os anos 1960 foram marcados por uma grande tensão internacional, ainda sob os efeitos da Guerra Fria. A vitoriosa Revolução Cubana instaurando um regime socialista, causou forte temor no chamado bloco ocidental dominado pelos EUA, pois o exemplo cubano poderia “contaminar” toda a América Latina.

Ao par desse clima, a partir de 1962, os Estados Unidos passaram a financiar ativamente grupos e políticos conservadores no Brasil. Dois grupos que recebiam amplo financiamento americano ficaram conhecidos como “complexo Ipes-Ibad”, sendo Ipes o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, e o Ibad - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

O Ibad, inclusive, foi alvo de uma CPI em 1962, porque recebeu milhões do governo americano para financiar a campanha de mais de 800 políticos durante as eleições daquele ano. Os políticos apoiados eram os conservadores, e o objetivo era criar uma frente parlamentar que barrasse o governo de João Goulart de todas as formas. Esse tipo de financiamento era ilegal, mas permaneceu até o golpe na madrugada de 31 de março de 1964.

Já o Ipes era um grupo que atuou decisivamente no sucesso do golpe civil-militar em 1964. A propaganda do Ipes contra Goulart consistia na pregação anticomunista, com o que se preparava a execução de um bem orquestrado esforço de desestabilização do governo, mediante uma maciça campanha anticomunista, manifestações públicas antigovernistas e a busca de apoio financeiro, junto a grupos e associações de oposição ou de extrema-direita.

A desestabilização do governo de Jango contou também, em grande parte com a imprensa brasileira. Os jornais de grande circulação do Brasil uniram-se em uma articulação golpista que recebeu o nome de “Rede da Democracia”. A grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão no coração do poder.

A repulsa ao comunismo fabricada pela mídia conservadora e financiada pelo grande capital foi pregada como justificativa para inúmeros golpes na América Latina. No Brasil, ora foi utilizado o pavor ao comunismo ora a corrupção para a execução de golpes, tendo sempre o apoio das Forças Armadas, de mãos dadas com as grandes corporações nacionais e internacionais e agentes financeiros. E o golpe civil-militar se concretizou na manhã de 1º de abril de 1964, perdurando por mais de 21 anos.

A vida de estudante

Em 1965, fui aprovada no exame de admissão para continuar meus estudos no Colégio Estadual do Paraná, em Curitiba, que abrigava mais de 3.000 alunos nos cursos do antigo ginásial até o ciclo colegial. Havia uma grande

efervescência dos movimentos estudantis e muitos passaram a ser perseguidos, não mais frequentaram o colégio, soubemos depois que foram presos, outros foram para o exílio.

Fui ter conhecimento de todo o terror que o regime ditatorial vinha praticando no país, quando, já casada, fui morar em São Paulo, no ano de 1974. Em São Paulo, ainda cursando Direito e frequentando alguns círculos de advogados e jornalistas de esquerda, amigos de familiares de meu companheiro, comecei a ter a dimensão do que de fato estava acontecendo no Brasil. Amigos próximos foram presos e as notícias eram de muita tortura e mortes. O simples fato de ser encontrado um número de telefone nas agendas dessas pessoas presas era motivo para novas prisões e sessões de torturas até que fosse explicado porque seu contato estava naquela agenda.

Tempos de medo

Havia uma ameaça constante a todos nós, na medida que amigos caíam nas garras da repressão. A irmã de meu companheiro tinha acolhido o ator Gianfrancesco Guarnieri e sua família numa casa de praia no litoral paulista por alguns meses, na tentativa de livrá-los da perseguição do delegado Fleury e sua equipe de matadores. O temor da nossa família era, naturalmente, o de ser descoberto esse acolhimento que frustrou a prisão de Guarnieri e sua família. Em outra situação, um casal de amigos que contribuía para o Jornal “A Voz Operária” foi preso na Operação Oban, barbaramente torturados, sendo uma vez na presença de duas filhas de idades entre 5 e 7 anos. Não foram mortos, segundo nos contaram outros amigos, porque familiares desse casal preso teriam “doado” alguns imóveis aos repressores, entre eles o delegado Fleury.

Após a prisão de Herzog e outros jornalistas, o clima era de muita insegurança, e pavor e, num final de tarde, um amigo veio a nossa casa pedindo que avisássemos seu colega de trabalho, o cineasta João Batista de Andrade, que ele seria preso naquela madrugada. João Batista morava num Sítio, na zona rural do Embu e foi muito difícil encontrar sua casa naquela noite. Me recordo que nos convidou a entrar, sem entender o motivo da inesperada visita. Pedimos para falar também com sua companheira. A princípio, ele relutou em sair de casa, dizendo que não praticara nenhum ato ilegal e que tinha dois filhos pequenos e não poderia sair de casa àquela hora. Foi uma longa conversa até convencer João Batista e sua esposa para a saírem de casa e traçarem planos para onde deveriam viajar. Finalmente, decidiram que a esposa e as crianças iriam para a casa de parentes numa cidade do interior de SP e João Batista ficaria em algum local da periferia da Capital. A conclusão é que tivemos de passar a noite toda em um rodízio de bares e lanchonetes,

porque o ônibus que a mulher e as crianças iriam tomar só tinha horários pela manhã. Felizmente, a estratégia deu certo. Mais de 10 anos após esse fato, já no período democrático, eu vinha num voo do Espírito Santo, com escala em BH, quando de repente entrou no avião o amigo João Batista, que estava rodando um documentário sobre Tancredo Neves – A Céu Aberto, conforme me contou enquanto conversávamos e recordávamos o episódio de 1975.

O meio acadêmico, advogados/juristas, sindicalistas e jornalistas viviam sob constantes ameaças à liberdade e à própria vida durante o regime da ditadura civil-militar.

Na Faculdade de Direito, eu tinha um professor de direito penal que todos os dias nos aconselhava a não ficar em grupos pelos corredores, dizia, com um misto de seriedade e brincadeira: “mais de um brasileiro reunido, é subversão”. Bem mais tarde, vim a saber que ele defendera muitos presos políticos na ditadura civil militar e sofrera muitas perseguições, sabendo também que, em todas as salas de aula havia um agente infiltrado, a serviço da repressão.

A nova operação condor

Em 2012, fui indicada para compor a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, um Estado onde a ditadura foi muito atuante contra os movimentos estudantis, trabalhadores do campo e das cidades, contra os povos originários da região de Foz do Iguaçu, especialmente na construção da Itaipu Binacional, que expulsou milhares de indígenas e pequenos agricultores de suas terras, além da sua atuação e monitoramento na Tríplice Fronteira, por onde militantes de países fronteiriços e do Brasil, em fuga para o exílio transitavam, e por isso mesmo foi palco de inúmeros crimes da chamada Operação Condor, que foi o meu grupo de trabalho na Comissão da Verdade. As pesquisas para obter documentos, depoimentos e informações da Operação Condor se estenderam por alguns países do Cone Sul – Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. Nessas tarefas, conheci pessoas extraordinárias, como a Jornalista argentina Stella Calloni, Jair Kriscke, Martin Almada (Paraguai) Ivan Seixas, Aluizio Palmar, além do amigo de longa data – Adolfo Pérez Esquivel, pessoas que muito contribuíram para os trabalhos e a quem devo imensa gratidão.

Os métodos utilizados pela Operação Condor e sobre os quais me aprofundi razoavelmente me permitiram antever o golpe que se avizinhava nas ações da chamada “Operação Lava Jato”. A proximidade dos atores dessa Operação em Curitiba onde vivo, me fizeram ver que estávamos em um “novo Condor”, sem as torturas físicas, mas com métodos tão cruéis quanto o primeiro na tortura psicológica, destruição de reputações, extorsão e ameaças de prisões de familiares, quando as delações forçadas não eram aceitas, destruições de empresas públicas

e grandes empreiteiras nacionais, provocando uma onda de desemprego jamais vista. Os vilões/repressores não foram diretamente os militares desta vez, mas o poder judiciário, especialmente a justiça federal e o ministério público federal, com o amplo apoio da mídia e as forças conservadoras, terminando por dominar a própria Suprema Corte (STF), que escreveu a sua mais covarde passagem ao permitir as graves violações judiciais, constitucionais e de direitos humanos, praticadas por um grupo de jovens presunçosos e ignorantes, que assaltaram todos os poderes e passaram a dominar a vida política e econômica do Brasil, com tentáculos por outros países da América Latina. Esse mesmo STF, poucos anos antes, havia permitido a prática de graves injustiças contra diversos políticos e agentes públicos, ante os arroubos de um falso herói – Ministro Joaquim Barbosa, condenando e mandando para a prisão esses agentes por crimes apontados por um raivoso adversário político, crimes jamais comprovados, no chamado “Mensalão”, inaugurando uma prática hoje denominada de Lawfare.

É imperioso relembra-los esses fatos, porque eles se repetiram no golpe de 2016 que retirou da presidência Dilma Rousseff e continuaram até a prisão do presidente Lula em 2018, em outro formato, porque sem a presença de tanques e armas, mas novamente com a substancial participação da velha mídia conservadora, aliada ao poder judiciário, ministério público federal e outras instituições da República, sob um novo modelo de golpe, cujo ensaio no Brasil fora o caso do “Mensalão”, agora chamado de Guerra Híbrida e Lawfare (uso das instituições públicas e das leis, mal interpretadas, para perseguir e acusar adversários).

Os militares estiveram na retaguarda desse novo modelo de golpe, ameaçando algumas instituições e participando da campanha de ódio ao principal partido de esquerda e a seu líder maior – o presidente Lula, preso por ordem do ex juiz Sérgio Moro, em 05 de abril de 2018 e impedido de participar das eleições presidenciais do mesmo ano, fato que possibilitou a chegada de um político inexpressivo, apoiador da ditadura militar e dos métodos de tortura do Coronel Brillhante Ustra, seu declarado “herói”.

A propagação de mentiras, infâmias e ódio no método lavajatista trouxe à memória os fatos que antecederam o Golpe Civil Militar de 1964, quando eu tinha 11 a 12 anos de idade. Toda a campanha difamatória da mídia em geral e o ódio disseminado contra aqueles que defendiam os direitos dos vulneráveis e a soberania do Brasil eram os mesmos métodos que derrubaram João Goulart. Parecia uma cartilha com regras semelhantes, em que apenas as cores das capas se distinguiam: Em 1964, eram as capas verde oliva e a partir da Operação Lava Jato, em 2014, eram as capas pretas.

E o novo Golpe se consolidou em 2016, muito pelos avanços econômicos e a descoberta dos blocos de petróleo do pré-sal no Brasil, objeto da cobiça das petroleiras internacionais. Essa descoberta tornaria o país inde-

pendente em relação ao petróleo e o refino. A presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo, sem a prova de que tivesse cometido qualquer crime.

Apesar das investigações das Comissões estaduais e da Comissão Nacional da Verdade, sob o lema: “Que se conheça, para que nunca mais aconteça”, o golpe aconteceu. Novamente os trabalhadores e aposentados sofreram a crueldade das reformas que reduziram substancialmente seus direitos. A privatização das refinarias, empresas e ativos públicos passou a acontecer em ritmo acelerado, aliada à mais desigual distribuição de renda das últimas décadas, sob a frenética aprovação de leis ditadas pelo velho FMI de contenção de despesas para projetos e serviços sociais essenciais, como os das áreas da saúde e da educação, provocando situações de extrema gravidade, inclusive, quase um colapso nas universidades públicas.

Em 2018, sofremos a grande derrota, com a eleição de um presidente de extrema direita, sem projetos de desenvolvimento do País, rodeado de militares, que, em verdade, eram os que exerciam o poder. Vimos crescerem as tentativas de dominação e desestabilização do Poder Judiciário, em especial da Justiça Eleitoral, com a clara indicação de que novamente pretendiam perpetuar-se no poder.

A resistência

Contudo, é preciso ressaltar a resistência, através de importantes movimentos que se levantaram para a defesa dos direitos violados. No meio jurídico, tivemos a formação de Coletivos de Advogadas e Advogados (CAAD), Juristas pela Democracia. Atuaram o Movimento de Geração 68 assim como a Associação Brasileira de Juristas (ABJD), a dos Juízes pela Democracia, o Movimento da Geração 68, o Movimento Sem Terra (MST) e os movimentos de mulheres e indígenas, entre outros. Foram esses movimentos que impediram o avanço da nefasta atuação da Operação Lava Jato e os projetos destruidores do governo encerrado em 2022.

Em Curitiba, mesmo sob ameaças a nossa integridade física, realizamos eventos em universidades, aulas de cidadania em praças públicas, o Tribunal Popular do Julgamento da Lava Jato, com a presença de juristas de renome nacional, sem falar das inúmeras ações que os vários coletivos de advogados ajuizaram pelo país afora.

A 60 anos do Golpe de 1964 a completar-se em 2024, a memória daquele 1º de abril nos instiga a retomar as nossas pautas de lutas, porque a democracia continua sob ameaça e os agentes que atuaram nos golpes da última década persistem na escalada da tentativa de desestabilizar o novo governo do presidente Lula e, mais ainda, alguns governos estaduais têm como projeto a entrega ao capital privado de empresas públicas essenciais.

Os predadores da nossa frágil democracia no passado recente precisam ser investigados e punidos exemplarmente, em especial, os integrantes das Forças Armadas, Polícia Federal e Rodoviária Federal, que participaram de crimes contra a democracia e a vida da população, como ocorreu no final de 2022 e em 08 de janeiro de 2023. O tempo é agora, como diz a famosa canção: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

O Brasil, infelizmente, deixou de cumprir a sua tarefa na chamada Justiça de Transição da ditadura para a democracia. Não investigou os graves crimes cometidos durante o período mais obscuro de nossa história e nem puniu os seus responsáveis, como fizeram outros países da América do Sul, destacando-se a Argentina, o Uruguai e o Chile, países que mantêm viva, para as gerações atuais e futuras, a memória do período de um verdadeiro terrorismo de Estado.

A omissão do Brasil na efetivação da Justiça de Transição permitiu que novamente acontecesse um golpe em 2016 e uma tentativa no dia 08 de janeiro de 2023, além da persistência da censura e dos métodos de torturas nas prisões, iguais ou piores do que aqueles praticados pela repressão no período ditatorial e a população sofre os efeitos cruéis desse passado de terror. Foi exatamente esse descumprimento da obrigação do Estado brasileiro ao “perdoar” os repressores que praticaram os graves crimes de lesa humanidade que permitiu também a chegada de um político desqualificado à presidência da república em 2018, gerando prejuízos incalculáveis para a política externa e imagem do povo brasileiro, abrindo as portas para os mais nefastos e terríveis crimes, como aqueles praticados nos últimos meses do ano de 2022 e em 08 de janeiro de 2023 em Brasília, mostrando que sobre a impunidade não se constrói uma democracia verdadeira.

<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/golpe-militar.htm>

ENTRE GOLPES: BRASIL E ARGENTINA 60 ANOS DEPOIS

Javier Lifschitz ¹

Quando vim ao Brasil para fazer o curso de pós-graduação, era o início do governo de Alfonsín na Argentina e havia muita expectativa sobre o que iria acontecer no campo dos direitos humanos. Já no Brasil, se vivia um clima de euforia das esquerdas. Lula era candidato e as ruas do Rio pareciam acolher toda a força do PT e do líder metalúrgico. Estava participando de uma potência afetiva e festiva muito difícil de acontecer. Diria que nas sucessivas eleições houve muita militância, mas nada parecido com essas jornadas que antecederam as eleições em que Lula perderia para Collor.

Já se passaram quase quarenta anos desses acontecimentos, mas, sem dúvida, esse trânsito constante, ao longo dos anos, entre Brasil e Argentina marcou a forma como passei a enxergar a política. Pude perceber os fluxos das práticas políticas entre ambos os países, ver um país com o olhar do outro e constatar a evidência das sincronias, que sempre houve, em distintos momentos e que são próprias da situação geopolítica em que historicamente se constituíram nossos países. Há muitos paralelismos em termos de experiências de políticas econômicas e sociais, e sincronias também quanto aos golpes militares e, inclusive, um pacto de aliança militar para regionalizar o extermínio político, como foi o Plano Condor.

Os golpes militares de 64 e de 76 aconteceram, então, com uma década de diferença. Contudo, como fizeram parte do mesmo projeto político de sujeição, propomos pontuar alguns de seus efeitos quanto aos termos das formas de dominação que instituíram e sua continuidade, ainda que transformada, durante os governos de ultradireita de Bolsonaro, Macri e Milei. O que nos dizem esses golpes militares sobre as formas de dominação política e com relação a essas modalidades híbridas e inéditas, que se deram especialmente nos países da América Latina e com efeitos notáveis?

A pontuação não pretende ser exaustiva. Escrevo de um lugar de experiência e, de alguma maneira, isso tensiona o interesse por alguns aspectos quando pensamos o período retrospectivamente.

Primeiramente, os golpes militares de 1964, no Brasil, e de 1976 na Argentina foram os mais radicais que se viveram em nossos países. Foram golpes

1 Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da UNIRIO.

que visavam transformar a estrutura social dos respectivos países, **refundar a ordem social**, tal como indicava sua autodenominação: “Revolução de 64”, no Brasil, e “Processo de reorganização nacional”, na Argentina. Os militares e as classes dominantes se propuseram a de fato mudar as estruturas sociais, transformar a sociedade latino-americana de forma a atingir fortemente qualquer possibilidade de construção de forças populares, e os métodos utilizados foram os mais sinistros já executados na região em escala nacional. As formas repressivas que se exerceram foram tão indescritivelmente violentas que pensar sobre as ditaduras é pensar no extermínio de praticamente uma geração, e contando com o apoio geopolítico de hegemonia imperial estadunidense.

O *Nunca mais* parecia ser um ponto de basta com relação a essa maneira de um agir político baseado no extermínio, mas o impeachment contra a presidenta Dilma colocou de forma explícita que os golpes podem agora prescindir – em parte, vide os assassinatos de Marielle Franco, no Brasil, e de Santiago Maldonado e Rafael Nahuel na Argentina, para nomear os mais emblemáticos – do extermínio de corpos. Contudo, continuaram a ser tão radicais quanto a tentativa de refundar novas ordens sociais avançando sobre a legitimidade das instituições republicanas. Nas primeiras décadas deste século XXI, vivenciamos algo de emergente quanto às formas de dominação. Como dissemos no livro “Política e Vertigem”, configuraram-se verdadeiras *máquinas semióticas de guerra* que operam na dimensão simbólica para atingir e destituir líderes e partidos de esquerda. Uma máquina de discursos interconectados, da mídia, da justiça e do parlamento, operando a deslegitimação do poder popular.

Portanto, podemos dizer que, embora os regimes sejam democráticos, desde o golpe parlamentar contra Dilma, a prisão de Lula e a consolidação de Bolsonaro se instaura uma forma de dominação que recoloca a questão da “refundação” de uma nova ordem social, agora com base na busca do “extermínio” de uma ordem simbólica que ancora as instituições republicanas.

É um processo de manipulação jurídica e midiática em grande escala que se instaurou também na Argentina, com a perseguição à Cristina Kirchner e a líderes populares. Cabe destacar que os mais de 300 decretos do novo governo de Milei pretendendo acabar com a regulação estatal visam, segundo ele mesmo explicitou, “refundar a nação”.

Em segundo lugar, os golpes militares se enquadraram no conceito de Terrorismo de Estado, que se refere a ações militares estruturadas sistematicamente para o aniquilamento das lutas populares e sociais. Sob o pretexto de intervir na luta contra o “terrorismo”, abandonou-se a normatividade do Estado de Direito para adquirir formas excepcionais à margem da legalidade institucional. Portanto, houve uma mudança profunda na concepção de Estado que privilegiou a **clandestinidade** como forma de inoculação do terror.

O golpe militar na Argentina teve como característica marcante o uso de formas de ação clandestinas, como foram as desapareções forçadas, os campos de concentração espalhados pelo país e a organização de “grupos de tarefas” operando através dos centros clandestinos de detenção e extermínio. Já no Brasil, foram priorizados os modos de repressão com várias instâncias e dispositivos para garantir a seletividade da morte dos considerados dissidentes.

Porém, o terrorismo de Estado foi se institucionalizando quatro anos após o golpe de 1964, com o AI-5, com a repressão e o extermínio de opositores do regime militar e a perseguição de organizações políticas da forma mais atroz. Em suma, os golpes militares na Argentina e no Brasil usaram de formas clandestinas do poder de acordo com a arbitrária vontade militar que se introduziram também nas grandes fábricas para exercer o controle dos trabalhadores.

Dentre os casos que foram julgados na Argentina podemos citar o da empresa Ford. Em 2018, foram julgados ex-diretores da empresa automobilística e condenados por terem participado de sequestro e repressão aos trabalhadores, e a empresa também foi responsabilizada pelo sequestro de 24 operários – alguns deles torturados no interior da fábrica. Casos similares aconteceram nas plantas industriais da Mercedes Benz, Renault e Fiat. No Brasil, segundo consta no Relatório da Comissão da Verdade, ao menos setenta empresas colaboraram com a ditadura, dentre elas a empresa Volkswagen, onde se constatou detenção e tortura de operários nas dependências da fábrica de São Bernardo do Campo, em São Paulo. A empresa também produzia fichas e relatórios sobre as atividades políticas dos operários e encaminhava os documentos ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

Com o retorno das democracias, essas formas clandestinas de desapareção e tortura foram conjuradas. Mas com os golpes híbridos emergiram novas formas de clandestinidade de uso extensivo, como as práticas de *lawfare* e *fake news*, que são, de fato, formas clandestinas do exercer a justiça e fazer circular informações e notícias nos âmbitos público e privado. A Operação Lava Jato, no Brasil, e as reuniões clandestinas de responsáveis jurídicos com altos mandatários do governo durante o governo de Macri mostram efetivamente que a clandestinidade jurídica e midiática foi central para a extrema-direita se consolidar em nossos países. O próprio significante *lawfare* já indica a raiz colonial dessas formas clandestinas de dominação.

O terceiro aspecto diz respeito ao suporte capitalista desses golpes militares, reforçando modos de dominação que facilitaram uma **exploração intensificada**. Os golpes militares foram executados com o apoio de grupos sociais, empresários e entidades religiosas. A própria expansão que foi ganhando o termo ditadura militar para ditadura cívico-militar, primeiro, e depois ditadura cívico-militar-empresarial indica esses laços de ação conjun-

ta, que tiveram como principais beneficiários, no plano econômico, grandes grupos empresariais que sustentaram os regimes ditatoriais até as últimas consequências.

Na Argentina, o golpe militar esteve associado à instauração autoritária do neoliberalismo, como acontecera no Chile. Um golpe que, pelo uso da força militar, abriu a economia, destruindo as bases nacionais de desenvolvimento, e realizou as reformas das leis trabalhistas e as privatizações que beneficiaram a classe dominante empresarial. A ditadura militar foi o período da sangria neoliberal de Martínez de Hoz. Pesquisadores observaram que se tratava não de empresas isoladas, mas de grandes grupos econômicos integrados e altamente transnacionalizados, e as ditaduras militares os favoreceram de muitas maneiras, entre elas absorvendo suas dívidas privadas.

No Brasil, o golpe militar aconteceu ainda durante o ciclo desenvolvimentista, portanto, sem a abertura econômica neoliberal que viria posteriormente, no governo Fernando Henrique Cardoso. Contudo, os setores mais concentrados também foram os grandes beneficiados dessas políticas de militarização em escala social. Como observaram diversos autores, o termo “milagre econômico”, pautado no investimento público em infraestrutura e que trouxe as empreiteiras para o centro da dinâmica social e econômica, na realidade camuflava o fato de que havia uma distribuição regressiva do ingresso da população trabalhadora. Houve também a expansão da indústria da mineração ao longo da ditadura brasileira, com a implementação de grandes projetos nacionais e uma classe dominante agroindustrial que estabeleceu uma ligação orgânica com o governo militar, consolidando um modelo de dominação conhecido como *modernização autoritária*.

No golpe contra Dilma, já haviam se passado mais de cinquenta anos desse período militar, e o retorno dos militares com Bolsonaro tem como marco um modelo de dominação muito diferente. É um outro modelo de dominação, agora de caráter ultraliberal e que passou a ser o cavalo de troia da ultradireita brasileira e argentina. Ele se inicia com uma profunda reforma trabalhista, altamente regressiva – e covarde, diria –, porque fragiliza os já mais pobres. Uma reforma que potencializa os ganhos econômicos extraordinários e que se aprofunda com Guedes no Ministério de Economia de Bolsonaro – o único ministro que “ninguém pode mexer”, dizia o ex-presidente.

Os agentes que articulam o golpe parlamentar foram os mesmos do golpe de 64: FIESP, agroindústria, bancos, Câmara Americana de Comércio e o governo americano. Porém, a forma de dominação era outra e interessava atingir as empreiteiras e as grandes empresas de engenharia civil, que foram diretamente atingidas pela Operação Lava Jato, dentre outras coisas, com a intenção de estrangular alternativas desenvolvimentistas. Em contraposição, houve um favorecimento da ganância extraordinária do garimpo ilegal na

Amazônia e do avanço na fronteira de terras indígenas para favorecer grupos transnacionais de mineração.

Na Argentina, os governos de ultradireita que se passaram a impor, de maneira inédita, pela via eleitoral são os que abrem um novo ciclo neoliberal radical que chega ao paroxismo no atual governo de Milei. Durante o governo de Macri se avança novamente nas privatizações e nas ganâncias extraordinárias, ainda em termos de benefícios especiais para empresários “amigos”.

Mas houve uma outra fonte de ganâncias extraordinárias, mais extensivas, que foram as transferências de renda dos trabalhadores para os grupos econômicos. Dentre outras, um empréstimo junto ao FMI, também extraordinário conforme os padrões internacionais e que ironicamente irá beneficiar empresários que transferiram esses recursos para o exterior. E esse é o último tópico das sincronias da ultradireita do Brasil e da Argentina com seus mandatos por **refundar a ordem social, agir na clandestinidade e promover lucros extraordinários para grupos empresariais**. Essas sincronias persistem nos golpes híbridos e nos governos de ultradireita do Brasil e da Argentina, porém há desencaixes, e estamos vivendo um momento político desses, em que há uma disjunção das trajetórias políticas, com Lula e o povo brasileiro vencendo as eleições. Uma ultrapassagem histórica das formas de dominação da ultradireita.

SESSENTA ANOS DO GOLPE CONTRA O POVO BRASILEIRO: NADA A COMEMORAR. MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA PARA QUE NUNCA MAIS SE REPITA

João Ricardo Dornelles ¹

Madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964.

Com toda certeza, eu estava dormindo na minha casa. Tinha então 8 anos de idade, três semanas depois completei 9 anos. Uma criança de classe média do Rio de Janeiro. Assim, vivi os momentos iniciais do golpe e da ditadura que foi implantada no país.

Filho de um aviador civil e de uma “dona de casa”, como eram chamadas as mulheres casadas que não trabalhavam (ou melhor, trabalhavam muito no ambiente familiar), duas semanas antes do golpe estava com meu tio, irmão do meu pai, trabalhista até a medula. Com ele, no dia 13 de março, escutei pelo rádio o discurso do Presidente Jango no comício da Central, onde anunciou as reformas de base, que, se não fosse o golpe, diminuiria sensivelmente as históricas desigualdades sociais do Brasil.

No período do governo Jango (1961-1964), a luta por transformações sociais ganhou maior destaque e o próprio governo chegou a anunciar as Reformas de Base como políticas públicas que poderiam dar um rumo mais justo para a sociedade brasileira. Os programas de governo e as pautas econômicas e sociais que tanto enfureciam o imperialismo estadunidense, a burguesia vassala brasileira, os seus agentes da grande imprensa e as forças armadas nos anos de 1950 se repetiram durante o período do governo Jango e ainda se encontram presentes em 2024, com Lula na Presidência da República.

Na manhã do dia 1º de abril fiquei muito entusiasmado por ver tanques e carros de combate saindo do quartel do exército do Leblon dirigindo-se para o centro do Rio de Janeiro. Para o meu olhar infantil, parecia uma cena da série de guerra “Combate”, que passava na televisão, possivelmente na antiga TV Rio ou TV Tupi.

Assim, eu vivi os primeiros momentos de um longo e sombrio período da história brasileira.

1 Professor do Departamento de Direito da PUC-Rio; Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio; Membro da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2013-2016); membro do Instituto Joaquín Herrera Flores – América Latina; membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD); membro do Coletivo Fernando Santa Cruz.

Durante os vinte e um anos de ditadura fui criança, adolescente e adulto.

Pela TV assisti, um mês depois do golpe, à campanha “Ouro para o bem do Brasil”, iniciativa do grupo de mídia Diários Associados para a doação de dinheiro e de ouro com o objetivo de recuperar a economia do país. Pela televisão, assisti à classe média, que semanas antes marchava com Deus pela liberdade, animadamente fazendo filas para doar dinheiro e suas alianças e joias de ouro para salvar o país. Talvez uma das primeiras picaretagens do novo regime, possivelmente com a grande burguesia e os militares embolsando a grana. Até hoje não se tem notícia do destino dado aos recursos arrecadados.

Assisti, em 1965, ao fim da Panair do Brasil e à ascensão da Varig, ao surgimento de um novo canal, a TV Globo, e à criação de uma nova indústria cultural seduzindo corações e amortecendo mentes.

Sim, a ditadura implantada modernizava de maneira conservadora a sociedade brasileira. Reprimia, violentava, criava ilusões, desmobilizava a sociedade, usava todos os meios para ampliar a sua base de apoio social.

Mas, antes de continuarmos, é importante lembrar que o golpe que instaurou uma ditadura militar no Brasil já se anunciava desde dez anos antes, em um cenário geopolítico de guerra fria, quando a burguesia brasileira em conjunto com o grande capital internacional se contrapunha à política desenvolvimentista do governo Vargas e, com a impossibilidade de uma saída eleitoral, abraçava o golpismo para alcançar os seus objetivos em detrimento das classes populares e de um projeto de desenvolvimento autônomo e independente do país.

Um dos principais palcos dessa disputa que se desenvolvia no contexto da guerra fria foram os países da América Latina, com a derrubada de governos legítimos e a instauração de ditaduras militares financiadas e apoiadas pelos Estados Unidos. O pretexto era sempre o mesmo, o do combate ao comunismo e à corrupção. Dez anos antes do golpe no Brasil, em 1954, por exemplo, o governo estadunidense interveio apoiando golpes na Guatemala e no Paraguai, levando ao governo ditaduras pró-estadunidenses. O mesmo se passou em diferentes países da América Latina, como também na África e Ásia.

Em 1950 Vargas voltou à presidência da República, tendo sido eleito com um programa de desenvolvimento e afirmação da soberania nacional, ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, fixação do salário-mínimo, criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Os setores mais reacionários da burguesia brasileira, atrelados aos interesses do capital internacional, através dos seus agentes políticos, de parte das forças armadas e da grande mídia, formavam o bloco golpista conspirador contra o governo. O golpe pretendido contra o Presidente Vargas acabou derrotado de forma trágica. Na madrugada de 24 de agosto de 1954, sob ameaça dos golpistas, Vargas cometeu o suicídio

com um tiro no peito. A consequência foi adiamento, por dez anos, do golpe militar que colocaria no poder as forças políticas e econômicas contrárias ao desenvolvimento nacional soberano e aos interesses do povo brasileiro.

A primeira etapa da ditadura coincidiu com o final da minha infância e o início da minha adolescência, foi o período que vai daquela madrugada de abril de 1964 e a sexta-feira 13 de dezembro de 1968, quando foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), fechando ainda mais o regime e “*mandando às favas todos os escrúpulos de consciência*”, como foi dito pelo ministro Jarbas Passarinho na reunião governamental que decidiu instaurar o terror de Estado.

Ao contrário do que muitos pensam, a ditadura, em sua primeira fase, não foi menos violenta e autoritária do que após o AI-5. Apenas foi mais cautelosa, mais seletiva, talvez mais “*envergonhada*”, como indica o título do primeiro livro da coleção sobre a ditadura militar, do jornalista Elio Gaspari.² Desde o dia 1º de abril de 1964, as graves violações de direitos humanos eram praticadas pelos golpistas. Ainda nos primeiros dias do novo regime, iniciou-se a perseguição em massa dos membros do governo Jango, dos filiados e parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Comunista Brasileiro, dos outros partidos e organizações de centro-esquerda e esquerda, dos sindicatos, das Ligas Camponesas, da União Nacional dos Estudantes (UNE). O cartão de visitas do novo regime ditatorial foi a repressão dura, com a prisão em massa, as torturas, as primeiras mortes, a censura, o fechamento dos partidos políticos, as cassações de mandatos. Apenas nos primeiros meses de 1964, mais de 50 mil foram presos e torturados, muitos outros foram mortos. Uma imagem que simboliza a cara da barbárie do regime que se instaurava é a de Gregório Bezerra, velho militante das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro, sendo arrastado seminu pelas ruas do Recife.

No final de 1968, com o AI-5, a ditadura tornou-se escancarada, sem pejo, perdeu a vergonha da sua crueldade e da sua violência, não mais simulou a sua face de barbárie. E deu início à “modernização” do aparato repressivo, com a organização dos DOI-CODI, do CISA, do CENIMAR.

O golpe de 1964 trouxe uma novidade. Não se tratava mais das tradicionais quarteladas oligárquicas da América Latina. Era um movimento político que inaugurou uma nova prática que posteriormente se estendeu para a Argentina, Uruguai e Chile e que tinha como fundamento a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Um movimento que, além do contexto geopolítico da guerra fria, respondia às necessidades do processo de acumulação capitalista transnacional. A ditadura implantou um modelo de modernização

2 O jornalista Elio Gaspari escreveu uma série de livros sobre as diferentes fases da ditadura militar no Brasil. Os volumes são: “A ditadura envergonhada”; “A ditadura escancarada”; “A ditadura derrotada”; “A ditadura encurralada”; “A ditadura acabada”. A coleção foi publicada pela Editora Companhia das Letras.

conservadora, dependente, socialmente excludente, concentrador da riqueza. O AI-5 com o terror de Estado criava as condições necessárias para a execução do modelo de desenvolvimento excludente e impopular. A sua característica modernizadora e empresarial foi fundamental para a nova institucionalidade do regime, por um lado com o chamado “milagre econômico” e, por outro, com a construção do novo aparato repressivo, o aperfeiçoamento dos órgãos de inteligência, das instituições autoritárias, dos serviços de censura, de vigilância, controle, repressão e do aperfeiçoamento das técnicas de contra insurgência, de informação e de investigação, necessários para as práticas de terrorismo de Estado. Os desaparecimentos, a tortura, as execuções, os maus-tratos e a violência generalizada - práticas sempre presentes na história brasileira - passaram a fazer parte do currículo de formação dos agentes da ditadura.³

O financiamento dos órgãos de repressão vinha dos empresários, com apoio de ministros e autoridades econômicas do regime. A Operação Bandeirantes (OBAN), por exemplo, foi criada com a coleta de contribuições organizada por autoridades, ministros, grandes empresários e banqueiros. Existe um duto que liga o porão das torturas, o “pau de arara”, a “geladeira”, a “cadeira do dragão”, a criação do DOI-CODI, os centros clandestinos de tortura e execução, como a “Casa da Morte” de Petrópolis, com as suas fontes de financiamento empresariais. Afinal, o grande capital era o principal beneficiário do modelo de desenvolvimento da ditadura. E era exatamente para garantir a acumulação do capital nas mãos dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que existia uma ditadura.

O modelo da ditadura brasileira deu início a um ciclo de regimes de extrema-direita na América do Sul, possibilitando a criação de outras ditaduras no Cone Sul do continente, culminando com a organização da Operação Condor. Também levou ao aprimoramento das técnicas e práticas repressivas e políticas de exceção que continuaram sendo utilizadas pelos órgãos de controle social penal em plena ordem constitucional democrática, especialmente nas políticas de segurança pública com o alvo nas populações mais pobres e nas áreas periféricas, como também nos processos de criminalização das manifestações públicas e do protesto social. Foi durante a ditadura militar que se aprofundou a militarização das polícias e foram aperfeiçoadas as “técnicas” de tortura, execuções e desaparecimento de pessoas, realidade presente nas políticas de segurança pública e no tratamento de conflitos de natureza social.⁴

3 O filme de Costa Gavras “*Estado de Sítio*” mostra a cena com um preso político submetido a choques elétricos em uma aula sobre técnicas de tortura realizada em instituição militar no Rio de Janeiro. A aula era ministrada pelo agente da CIA Dan Mitrione (Daniel Anthony Mitrione), posteriormente sequestrado e executado pelos guerrilheiros tupamaros em Montevideo, Uruguai.

4 O modelo do eficientismo penal, adotado com as políticas de confronto e da criminalização das questões sociais, com as ações repressivas atingindo diretamente os segmentos sociais

Entrei na PUC-Rio em março de 1974, poucas semanas depois do desaparecimento dos militantes da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho. Na universidade, a luta contra a ditadura ganhou consistência e consequência com a minha militância no movimento estudantil e na APML. Foram anos de luta e aprendizado que abriram o caminho para o processo de democratização dos anos de 1980.

As tarefas da transição democrática, iniciada nos anos de 1980, continuam presentes, principalmente após a traumática experiência do golpe de 2016 e do governo de corte fascizante de Bolsonaro. E a narrativa oficial da história dos vencedores tem que ser, finalmente, desconstruída através dos processos de Justiça de Transição, com as políticas de memória, o direito à verdade e à justiça para todas as vítimas das graves violações de direitos humanos. É um processo político que exige a recuperação do olhar e da narrativa das vítimas, através do seu testemunho sobre as práticas do terror de Estado. Só assim é possível avançar para concluir o longo e inconcluso processo de transição democrática. O governo democrático do Presidente Lula tem mais uma vez a oportunidade de, juntamente com a agenda social, retomar os mecanismos da Justiça de Transição em relação às vítimas dos diferentes momentos de barbárie vividos em nossa sociedade nos últimos sessenta anos.

O Anjo da História nunca abandonou o Brasil, com os seus olhos arregalados avançando de costas para um futuro incerto em nome de uma ordem e progresso que deixa um rastro de destruição, de mortes, de dor e de sofrimento.⁵

Enfrentar os fantasmas do passado e as ameaças do presente, lutando e derrotando o neofascismo (em todas as suas versões), exige uma reflexão contemporânea sobre as violações sistemáticas dos direitos humanos em toda a nossa história, nos remetendo ao campo do direito à verdade, à memória sobre o passado de horror e à luta por justiça, reparação e não repetição. Esse processo nos mostra também que tratar o passado das violações e revelar as suas vítimas é constatar que o presente está marcado pela continuidade das violências, pela barbárie e a produção de novas vítimas. Demonstra que o sucesso das políticas de esquecimento e conciliação levou ao processo da permanente repetição das políticas de exceção e das práticas de terror. E os neofascismos contemporâneos se alimentam dessas políticas de esquecimento.

mais pobres e miseráveis, solidificou a militarização e as práticas de exceção. O anterior governo Bolsonaro aprofundou as características da necropolítica repressiva e genocida, cujo alvo principal são as populações mais pobres, trabalhadores da cidade e do campo, população pobre, indígenas e negros.

5 O Anjo da História parte da pintura de Paul Klee, *Angelus Novus*, usada metaforicamente por Walter Benjamin na sua nona tese sobre a história. BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. São Paulo: Editora Alameda, 2020.

Hoje, com quase 69 anos, nada tenho a comemorar nos dias 31 de março e 1º de abril. Não é data de celebração ou de comemoração. A democracia não comemora a dor, não exalta o terror, não celebra a barbárie, não festeja a morte e a injustiça, não glorifica os tiranos e os algozes. É uma data de luta que exige o permanente exercício da memória coletiva, lembrando a nossa história, as nossas vítimas, as nossas dores e sofrimentos, para que Nunca Mais se Repita. **Ditadura Nunca Mais!**

EU, NA DITADURA E NA ATUALIDADE:

Jorge Ricardo Santos Gonçalves¹

Bem, nasci em Aracaju, filho de pais sergipanos e viemos - com a minha falecida irmã - para o RJ quando fiz cinco anos de idade.

Meu pai era negro, funcionário do Banco do Brasil e minha mãe branca, professora, sem nunca haver exercido a profissão para cuidar da casa e dos dois filhos.

Nascido em 1952, eu estava prestes a completar 12 anos em 1/4/1964. Portanto, guardo poucas lembranças da data, a não ser uma certa tensão na televisão e junto a meus pais e professores, de escola pública estadual.

No entanto, com o passar do tempo, fui me interessando, cada vez mais, pela dinâmica da política no Brasil. Seja por leitura de jornais, pela televisão e, sobretudo, por discussões na escola entre colegas e professores, fui me envolvendo pelo anseio de liberdade de expressão dos diversos segmentos da sociedade.

Após optar, contra o desejo do meu pai e da minha mãe, por estudar sociologia na universidade, passei no vestibular da PUC-RJ, iniciando meu curso em 1970.

Durante o ano de 1971, iniciei a minha prática política em um movimento contra a construção da Estrada Lagoa-Barra por dentro do campus da PUC, que levaria a prejuízos na área de pesquisa e computação da universidade, que primava por isso à época.

Fui eleito para a diretoria do Centro Acadêmico e, logo em seguida, no início de 1972, participei da comemoração dos 50 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. Era uma clara contraposição à ortodoxia cultural conservadora do regime militar, tendo sido então deflagrada uma ação repressiva da ditadura, prendendo vários participantes, que foram torturados e alguns posteriormente assassinados.

Encontrei-me em uma situação paradoxal:

Dentre as dezenas de militantes na PUC à época, principalmente do PCB, do PCdoB, da PO/MEP, ex-POLOP, eu, recentemente recrutado pela

¹ Hoje sou filiado ao PSOL, pelas mãos de Glauber Braga, Deputado Federal e de Renata Souza, Deputada Estadual. Sou também membro eleito do Conselho de Graduação da UFRJ e participante do Coletivo de Docentes Negrxs da UFRJ, com muito orgulho.

AP, me vi sozinho redigindo manifestos de denúncia das prisões, datilografando stencils, rodando em mimeógrafo, à tinta e a álcool, até eu mesmo passar a ser seguido e ameaçado de prisão.

Transferi-me, o mais discretamente possível, para o curso de Ciências Sociais da UFMG, em Belo Horizonte.

Continuei a militância em Minas, atuando no movimento estudantil e no movimento de periferia.

Continuei filiado à Ação Popular, organização criada em 1963, com influência católica e paulofreiriana e que se converteu ao marxismo em 1967, seguindo a proposta maoísta de guerra popular e prolongada de libertação nacional. No entanto, em 1972, frente à proximidade da deflagração da Guerrilha do Araguaia, depois reprimida, o PC do B emparedou a AP, exigindo apoio orgânico à guerrilha, o que dividiu a AP. Eu me vinculei, então, à minoria que defendia uma revolução diretamente socialista, não precedida por uma revolução anti-feudal, de libertação nacional, nos moldes chineses. Nossos principais dirigentes eram Paulo Stuart Wright e Jair Ferreira de Sá. O primeiro morreu sob tortura e o segundo sobreviveu às prisões de 1969, 1971 e, sobretudo, 1973.

Após essa última leva de prisões e mortes da AP do segundo semestre de 1973, levando, entre muitos outros, além de Paulo Wright, Humberto Câmara Neto e Honestino Guimarães, eu fui preso em 21/12/1973, no Centro de Belo Horizonte. Passei 90 dias sob torturas intermitentes, que incluíram os Doi-Codis de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, conhecido como OBAN. Fui inclusive levado para uma região florestal, onde diziam que iriam me fuzilar, fato que simularam.

Ao final, na OBAN, onde também fui torturado pela equipe comandada por Carlos Alberto Brillhante Ustra, tão admirado por Bolsonazi, fui acareado com alguns companheiros que me denunciaram, o que não fiz com ninguém e finalmente, fui levado à Penitenciária Regional de Juíz de Fora, então sede da Quarta Região Militar, para cumprir pena, uma vez que fui condenado a dois anos de prisão.

Nesse período, enfrentando ordens autoritárias do diretor do presídio, às vezes éramos mandados para a solitária.

Mas a imposição de trabalho acabou sendo inspiradora para mim. Entre as alternativas de lavar celas imundas, varrer pátios enormes, trabalhar em uma cozinha fétida, escolhi alfabetizar presos comuns - não políticos com o método ditatorial do Mobral. Incorporando algumas práticas de Paulo Freire - que já conhecia - como a leitura do alfabeto ser acompanhada da leitura do mundo, por exemplo, fiz várias relações humanas de respeito e amizade com vários criminosos do presídio, o que contribuiu para a interrupção da atividade. Mas ficou a semente.

Saí do presídio ao fim da pena e voltei para o RJ, em 1976.

Concluí o meu curso em 1978, tendo sido o orador da turma com um discurso fortemente anti-ditadura e seguido de uma manifestação pública antiditatorial realizada pelos novos colegas do renovado movimento estudantil da própria PUC/RJ!

Comecei então a minha carreira de professor, sempre de Sociologia, História e correlatos, inicialmente no Ensino Fundamental e Médio, público (estadual) e particular e em 1989. Após concurso público, ingressei na UFRJ, como professor da disciplina de Sociologia da Educação, atuando sempre na área de formação de professores. O que faço até este momento, com muito orgulho.

Acrescento que muito me ajudou na vida, inclusive acadêmica, os cinco anos que escolhi morar na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, onde mantenho várias amizades, tendo lá trabalhado por dez anos. E também os dois anos que trabalhei diretamente com Darcy Ribeiro, em 1985 e 1986, no planejamento, organização e acompanhamento do projeto de CIEPs, escola pública de qualidade para o povo fluminense e brasileiro. Sonho que foi interrompido pela derrota eleitoral da Darcy para o gangster Wellington Moreira Franco, ex-maoísta em 68, ex-membro da AP histórica e transformado em líder do lacerdismo fluminense, nas eleições para governador do período 1986-1990...

MEMÓRIAS DE UM TEMPO FECHADO

José Geraldo da Costa¹

Nasci em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1965. Durante toda a ditadura, a minha vida foi no bairro Nossa Senhora das Graças. Este era um bairro genuinamente operário, destinado aos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), literalmente, um acampamento operário.

A CSN tinha um departamento próprio cuja função era vigiar, levantar informações e fazia o papel também de policiamento, dentro e fora da empresa. A sua guarda patrimonial se encarregava de patrulhar a cidade, particularmente, os bairros operários e era chamado de Rapinha ou Crush, porque o carro que usavam era cor de abóbora.

Volta Redonda foi decretada área de segurança nacional. A repressão era intensa, particularmente nos bairros operários. Os adultos evitavam conversar sobre política em locais abertos e, principalmente, próximo às crianças. Havia um grande temor, principalmente entre os metalúrgicos, de se envolver diretamente na política ou se posicionar publicamente. A categoria era vigiada de perto e com o golpe houve perseguições e demissões daqueles que desenvolviam militância política e sindical.

A CSN exercia o controle da segurança e repressão na cidade junto com o Exército e outras forças de segurança do Estado. Tudo era vigiado e controlado, nada passava despercebido do departamento de segurança da CSN. O chefe de segurança durante boa parte da ditadura e no pós-ditadura era um oficial, o Coronel Bismarck. A CSN, portanto, tinha uma estrutura repressiva à parte e, ao mesmo tempo, alinhada à política de segurança estatal orientada pela doutrina de segurança nacional.

Eu nasci e me criei nesse ambiente repressivo e, desde cedo, constatei o horror que essa estrutura repressiva causava aos meus pais e à vizinhança, posto que todos eram funcionários da CSN. Não se falava sobre o Sindicato dos Metalúrgicos e nem sobre as perseguições que ocorreram a partir da vitória do golpe. Mais à frente eu entendi que não era alienação, mas sim uma estratégia de segurança e sobrevivência. Ao mesmo tempo em que eram

1 Historiador, especialista em História da África. Educador popular. Poeta e escritor. Vice-presidente do Clube Palmares-VR. Coordenador do *Jongo di Volta* e do Coletivo Negro Minervino de Oliveira. Ex dirigente estadual do PCB/RJ.

cientes do que se passava no país, testemunhavam as perseguições aos seus companheiros metalúrgicos, as demissões, prisões e ficavam sabendo sobre as torturas, temiam por suas próprias seguranças e a de seus familiares. O temor da demissão era real porque acarretava outros problemas, pois quem era demitido por motivações políticas naquela época ficava marcado e teria muitas dificuldades de se empregar novamente. Havia as chamadas listas que eram distribuídas entre os departamentos de RH das empresas com os nomes de todos.

Esses fatores levavam a uma constante campanha de desestímulo à participação política. Em algumas situações, o horror era tão grande que, à simples menção do nome de alguém que tinha tido problemas com o governo ditatorial, a conversa era rapidamente interrompida. Nunca se sabia se havia uma armadilha de algum agente provocador e ninguém queria se complicar.

Por que as memórias do bairro Nossa Senhora das Graças para mim são importantes? Porque foi nele que ocorreram as minhas primeiras percepções sobre a ditadura e como ela se materializou em nosso cotidiano a ponto de interferir em todas nossas relações sociais e familiares. Mais do que nunca, foi nos bairros operários que a ditadura se fez presente com todo seu aparato coercitivo que tinha como objetivo identificar pessoas, organizações ou movimentos de oposição. Aqui realço um aspecto que devia ser mais bem pesquisado, pois fala-se muito da repressão dentro da empresa, o que de fato existiu e foi intensa, mas a repressão externa, a que tinha o objetivo de controlar a vida social da cidade e, particularmente nos bairros operários e dos metalúrgicos, precisa de mais atenção.

O nome do Lima Neto começou a ser mencionado com muito cuidado próximo a 1979, ou seja, o ano da anistia. Aqui retorno a um ponto, as memórias das lutas operárias não foram esquecidas pelos metalúrgicos. Elas começaram a emergir na medida em que a correlação de forças assim permitiu.

Quem foi o Lima Neto? Ele foi presidente muito atuante do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. Era apoiado diretamente pela base do Partido Comunista Brasileiro que era seu fiador na direção do sindicato. O Lima Neto foi sumariamente demitido com a implantação do golpe. Foi preso e torturado, junto com muitos outros sindicalistas e militantes.

Uma ação repressiva em particular foi desencadeada sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus simpatizantes. O Partido tinha uma atuação organizada na empresa desde o início de sua construção em 1940. O metalúrgico, Alcides Sabença, fundador do Sindicato, foi eleito Deputado Constituinte em 1946 pelo PCB. Feliciano Eugênio Neto, outra importante liderança operária, foi eleito Vereador em 1962 em Volta Redonda. Foi preso em 1975 e morreu em decorrência das torturas em 1976. Toda essa militância

política foi perseguida e pulverizada pela CSN e os órgãos de repressão instalados em Volta Redonda.

Esses militantes tinham vida social e familiares estabelecidos na cidade. Como ficaram as suas famílias, diante da tragédia que se abateu sobre elas? Conheci famílias e familiares de militantes presos e perseguidos. Eu tive duas professoras e um professor que tiveram pessoas da família perseguidos. Nunca disseram nada durante o tempo que estudei com eles. Lógico, não poderiam dizer, pois estariam em risco. Por obra do destino, soube mais tarde que eles eram todos ligados ao PCB. Mas, houve muita gente que ficou traumatizada. Não viam com bons olhos o Partido, pois achavam que era o responsável pelo sofrimento que seus pais ou outros familiares sofreram. Esse é outro componente terrível da ditadura, a sua ação repressiva se estendia a toda família e ao convívio social daqueles por ela atingidos, um sofrimento terrível.

No ano de 1972, um terror imenso se instalou no bairro Nossa Senhora das Graças. Lembro de minha mãe mencionar o ocorrido, horrorizada, e aumentar a sua vigilância para que nenhum de seus filhos viesse a se meter com política e creio não ter sido diferente em outras famílias. O soldado Geomar foi um dos soldados assassinados no quartel em Barra Mansa, junto a outros três, o Monção, o Wanderley e o Vicente. Geomar era nosso vizinho. Toda vizinhança sentiu muito o ocorrido. A ameaça, portanto, pairava no ar sobre todos e uma interrogação ficava na cabeça de todos: quem será o próximo?

Para mim, a ficha caiu de fato sobre a percepção do que era a ditadura no ano de 1979. A greve das empreiteiras da CSN. Uma greve massiva, potente e radicalizada que contou com importantes apoios na cidade, dentre eles da Igreja Católica sob a liderança do Dom Waldyr Calheiros. A repressão comeu solta. Presenciei tudo e as reações das pessoas desta vez não foi igual a outras vezes. Muita gente declarou abertamente a sua adesão e apoio ao movimento grevista. Alguma coisa estava mudando. Uma nova geração de militantes estava germinando e justamente daqueles nascidos como eu durante a ditadura, cuja infância foi muito reprimida no sentido de nos afastarmos dos assuntos políticos.

Mergulhei de cabeça, comecei a me interessar e a prestar mais atenção em algumas conversas que agora aconteciam. Comecei a ouvir falar do Bispo que apoiava as lutas operárias e que se colocou a favor dos presos políticos. Comecei a ouvir sobre as perseguições aos líderes sindicais na CSN e fiquei sabendo do que ocorria no quartel do BIB - 1º Batalhão de Infantaria Blindada da Região Sudeste, em Barra Mansa. Os tempos ainda eram difíceis e de ditadura, não podia dar bofeira, principalmente um adolescente, afrodescendente, oriundo de uma família e de um bairro operário. Na medida que as lutas, que foram várias, ocorriam na cidade, eu fui me envolvendo e participando.

Um fato que passei a observar era o carinho de como era mencionado, por antigos metalúrgicos, o nome da Rosalice Fernandes. Lembro de sua campanha à vereadora em 1974 pelo antigo MDB. Ela era filha do Othon Reis Fernandes, antigo líder sindical e diretor social da CSN. Ele fez uma boa gestão, era trabalhista, quando esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos e depois quando foi diretor da CSN. A Rosalice foi presa em 1976 e muito torturada. Eu a conheci no início dos anos 80 e chegamos a militar juntos. Ela foi muito importante no apoio às lutas estudantis de resistência à ditadura no início da década de 1980, as quais eu já estava plenamente integrado.

Foi nesse contexto de agitações, de lutas contra a carestia, de lutas pelo passe estudantil, de organização da União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) que eu fui recrutado para o PCB. O Partido estava na ilegalidade. Eu fui recrutado antes de servir o Exército. Confesso que dá um frio na espinha só de falar sobre isso. Até a pouco tempo teria horror de mencionar esta parte de minha vida. Parece que tinha razão, pois, paira sobre a sociedade um grande perigo de retrocesso e a extrema-direita está operando a pleno vapor e se isso ocorrer sei que teremos muitas retaliações, posto que os homens sabem de toda nossa militância. Garantir a democracia, as liberdades democráticas e aprofundá-las são as condições necessárias para nos resguardarmos de outra ditadura.

A orientação que tive no PCB foi a de atuar na reorganização do Partido e fui orientado a atuar mais próximo ao movimento operário na cidade. Essas tarefas, confesso, não foram nada fáceis e foram de um alto custo pessoal e emocional. Imagina, um adolescente de 17 para 18 anos, se meter com ações políticas dessa envergadura. Não sei se a gente fica mais medroso na medida que os anos passam, hoje não faria isso, ou pelo menos da forma como fiz ou como me joguei nessas lutas. Dessa forma, eu me queimei muito cedo. Fiquei marcado, um bom tempo sem poder arrumar emprego. Imagina a pressão que rolou e, ainda por cima, quando mergulhei mais na militância e até abandonei os estudos, estava em fase de conclusão do ensino médio. Depois do Exército, é lógico que os homens da inteligência acompanharam tudo isso de perto. Ainda bem que não fui identificado como sendo das fileiras do Partido durante o período que servi, se isso tivesse acontecido não estaria mais neste plano terrestre há um bom tempo. Porém, havia muita infiltração nos movimentos sociais em Volta Redonda, durante o meu período de serviço militar eu me afastei deles. Acho que isso ajudou a me resguardar. Mas havia muita infiltração interna no PCB também e eu corri sérios riscos de ser delatado.

Há outro raciocínio sobre o qual reflito constantemente: será que eu tinha sido descoberto e o serviço de inteligência do Exército me usou como isca para identificar, quem sabe, peixes maiores? Isso é uma hipótese. Mas o fato é que, seja lá os motivos, não fui descoberto e o próprio PCB foi respon-

sável por isso, pois o assistente de ligação entre a direção estadual e a célula local que estávamos reconstruindo aqui era o Jornalista Luís Carlos Azedo. Ele me orientou a não desenvolver nenhuma militância enquanto estivesse servindo, ou seja, a cumprir o tempo de serviço e após concluir então me inserir na CSN e atuar junto ao Sindicato dos Metalúrgicos. Acho que isso salvou minha vida. Só quem passou por situações semelhantes sabe o que estou falando e sinto quando trato disso.

Assim eu fiz, passei a acompanhar de perto as assembleias sindicais. Juarez Antunes era Presidente do Sindicato, ligado ao PT e à CUT. No ano de 1983, todo dia havia uma passeata em Volta Redonda. Os estudantes encarregaram-se de cumprir essas tarefas, até que começaram as grandes assembleias metalúrgicas, aí as coisas esquentaram de vez. A ditadura e seus aparatos já não controlavam mais a ascensão do movimento operário aqui na cidade que se espalhou por toda a região. Foi diante desse clima que me formei politicamente, sob o calor das greves metalúrgicas da CSN.

O trabalho junto ao movimento sindical não foi nada romântico, por várias questões. Primeiro, pelo fato das bases sindicais do PCB na CSN e na cidade terem sidas pulverizadas. Para piorar, o Partido mergulhou em dois rachas profundos que nos fragilizaram mais ainda. Um racha se deu com a saída do Luiz Carlos Prestes, cujos correligionários foram parar, em sua maioria, no PDT e o outro racha foi com o pessoal que defendia as ideias do chamado Eurocomunismo, dentre eles o Armênio Guedes. Isso tudo aumentou o grau de dificuldades de reorganização do Partido no meio operário. O que havia restado da antiga e clandestina base do PCB na cidade e na CSN ficaram com Prestes, dentre eles o metalúrgico Roberto Silva e o histórico militante comunista, o Professor Brasil Lul Diogo.

Além das adversidades internas no Partido, digamos, o território político sindical à esquerda na cidade já estava muito bem ocupado. A Igreja Católica, principalmente através das CEBES e de suas Pastorais, desenvolvia um trabalho formidável na organização popular e, de certa forma, a minha geração 80 encontrou acolhida nessa igreja liderada por Dom Waldyr Calheiros.

Olha, não foi fácil militar em Volta Redonda nesses anos. Para piorar, a minha geração conviveu com algo muito sério, além dos antigos aparatos de repressão, aqui ainda existiam os esquadrões da morte que traziam um grande risco a mais à nossa militância. Cair na malha dessa gente era algo muito perigoso. Os esquadrões da morte atuavam em íntimo alinhamento com os órgãos repressivos estatais. Nós tivemos que lidar com essa situação e não era nada confortável circular em certos horários do dia ou se deparar com essas pessoas. Não se deve menosprezar a questão democrática e o fortalecimento do campo progressista de lutas porque lutar sozinho contra essas hordas é suicídio. Não tem nada de heroísmo nisso.

A histórica greve de 1984 foi o exemplo máximo dos perigos que corremos, pois sabemos que o governo ditatorial estava desejoso por oportunidades que lhes possibilitasse impor um retrocesso político e prolongar o seu fim. A direção Sindical com o Juarez Antunes à frente, diante de uma greve super radicalizada que atraiu toda a atenção do país para Volta Redonda, entendeu os riscos que significaria a greve sair do controle e ser capitaneada por elementos aventureiros e provocadores. O PCB transferiu para a cidade uma importante estrutura que aqui permaneceu durante o período da greve. Todo nosso aparato sindical deu suporte aos metalúrgicos, dentre eles o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, cujo Presidente Arnaldo Gonçalves era do Partido. Os momentos finais da greve foram traumatizantes, o Juarez passou a ser acusado de estar seguindo a orientação política moderada do PCB e na assembleia final de decretação do fim da greve a coisa não ficou boa, devido aos enfrentamentos que nela ocorreram. Digo tudo isso como testemunha ocular de quem estava prestando o serviço militar, justamente nesse momento dessa greve que com certeza corria risco real de uma intervenção militar em 84 na CSN, assim como ocorreu anos mais tarde em 1988.

Além da Igreja católica, o PT e suas várias correntes internas já estavam estabelecidas e eram muito estridentes e radicalizadas. Tenho comigo até hoje que havia provocadores infiltrados, pois alguns apareciam e sumiam e reapareciam em momentos delicados na cidade com palavras de ordem e propostas as mais radicais possíveis e desapareciam como num passe de mágica. Os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos penaram com essa gente que tentava tomar suas assembleias de assalto. Hoje sabemos que os órgãos de inteligência infiltraram pessoas nos movimentos e partidos para cumprir esses papéis.

Havia também uma luta ferrenha travada entre o PDT e o PT pela hegemonia do movimento sindical. Juarez Antunes depois se filiou ao PDT e foi Deputado Constituinte e Prefeito por alguns dias, quando veio a falecer em um desastre automobilístico indo para Brasília devolver o apartamento a que tinha direito como deputado federal.

O PCB não estava alinhado a esse campo político, PT/PDT e nem a CUT, o que só aumentaram as dificuldades. Enquanto nos dividimos, é lógico que a direita, antevendo o fim da ditadura, explorou ao máximo a divisão do campo progressista para manter sob seu controle o processo da abertura política do país e o fim da ditadura. Tanto foi assim que em se tratando da CSN todo o antigo aparato militar ditatorial foi mantido ileso operando na empresa estatal no pós-ditadura. Eu fui vítima desse aparato, posto que fui impedido por eles de passar para os quadros da CSN e, olhe, isso foi em 1987, quando a ditadura já tinha chegado ao seu fim. Eu era metalúrgico de uma empresa terceirizada, a SERCON, trabalhava na SCZ, Zincação Contínua. Houve o concurso para admissão na CSN, passei em todas as fases, passei nos

exames médicos, mas fui impedido de ser admitido pelo serviço de segurança comandado pelo Coronel Bismark. Os aparatos repressivos da ditadura continuaram operando de forma nefasta instalados nos órgãos estatais, mesmo no pós-ditadura, vigiando, espionando à espreita de dias melhores para saírem das sombras. Isso foi muito grave. Não houve Justiça de Transição e isso sempre cobra um preço. Pudemos ver e viver o preço altíssimo que pagamos e ainda estamos ameaçados a pagar mais.

As eleições diretas para Prefeito só ocorreram a partir de 1986, em Volta Redonda, com a vitória de Marino Clinger do PDT. O PCB que havia conquistado a legalidade lançou nessas eleições a candidatura do Rafael de Carvalho a Prefeito que cumpriu um importante papel na reorganização do PCB.

Com o fim da ditadura em 1985, veio uma nova forma de atuar, agora com o PCB na legalidade, porém não muito confortável.

DITADURA NUNCA MAIS!!!

MAIS DIREITOS!!!

MAIS DEMOCRACIA!!!

1962 – 2016: DO FASCISMO AO NEOLIBERALISMO

José Luiz Quadros de Magalhães¹
Flávia Alvim de Carvalho²

O golpe empresarial-militar³ de 1964 ocorreu em meio ao cenário de Guerra Fria, construído após a Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, o poder em nível global se reestruturou. Vários novos atores ganharam diferentes protagonismos. Foi criada a Organização das Nações Unidas (1945); o Estado de Israel (1948); o Fundo Monetário Internacional⁴; o Banco Mundial⁵; a Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949) e o Pacto de Varsóvia (1955)⁶.

Vários outros fatos são importantes para entender os cenários nos quais o golpe militar empresarial aconteceu no Brasil em 1964 e sua ligação com o golpe, em novo estilo, que afastou o governo Dilma em 2016, por meio de mecanismos de guerra híbrida, especialmente o *Law Fare*⁷ e o golpe parlamentar.

- 1 Professor da graduação, mestrado e doutorado da PUC Minas e UFMG. Presidente da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz e da Sociedade Brasileira de Bioética, regional Minas Gerais.
- 2 Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Redes de Direitos Humanos da PUC Minas. Professora e coordenadora do curso de Pós-graduação em Direitos da Natureza e Ecologia Jurídica Integral-EJUSP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
- 3 Preferimos utilizar o termo “ditadura empresarial militar” para os regimes políticos implantados em vários países da América Latina a partir do golpe no Brasil de 1964, uma vez que esses movimentos contaram com o apoio aberto e determinante de empresários brasileiros que financiaram grupos paramilitares e torturas. As ditaduras do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, entre outras, foram patrocinadas por empresas capitalistas nacionais e multinacionais, de forma direta e indireta, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América.
- 4 Organização com sede em Washington criada para manter a estabilidade do sistema financeiro com a função de evitar crises como causada pela crise da bolsa de valores nos EUA em 1929.
- 5 Com sede em Washington, foi criado o BIRD, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, com a finalidade de reconstrução e financiamento do desenvolvimento dos Estados capitalistas.
- 6 Resposta do Bloco de países socialistas no leste da Europa à criação da OTAN. Lembramos que a OTAN, após o fim das experiências de socialismo real no leste europeu, avançou em direção ao leste, incorporando diversos países que pertenciam ao Pacto de Varsóvia chegando, recentemente, à fronteira russa na Finlândia.
- 7 O *Law Fare* consiste no uso do Direito e das Instituições que devem servir à democracia representativa, contra esta. Exemplos claros são o processo de crime de responsabilidade contra a Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão ilegal do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Pode-se afirmar que, no pós-guerra o Plano Marshal fundamentou o controle econômico e ideológico dos Estados Unidos na Europa Ocidental, assim como criou as bases da União Europeia, organização que garante a economia capitalista nesse espaço, com o domínio econômico do Banco Central Europeu. Este é dominado, hoje, pela Alemanha unificada e capitalista, que impede toda e qualquer tentativa dos Estados-membros – incluindo diversos Estados que foram membros do Pacto de Varsóvia – de adotarem um sistema e um regime econômico e social não aprovados pelo poder econômico privado e pelo governo dos Estados Unidos e da Alemanha. Nesse sentido, podemos citar o que ocorreu no governo de esquerda do Partido Syriza, na Grécia, inviabilizado pelo sistema financeiro privado, pelo governo de Ângela Merkel e a Troika, formada pelo FMI; a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu inviabilizaram qualquer política econômica de viés social e anti-austeridade.

Em 1964, o mundo vivia intensamente o conflito que foi nomeado como Guerra Fria. Os Estados Unidos da América do Norte lideravam os interesses do sistema capitalista em um mundo que estava em conflito contra a liderança da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no mundo socialista. Outros Estados construíram um bloco de Estados não alinhados que buscavam a construção de sistemas alternativos não subordinados aos dois grandes impérios.

No início da década de 1960, o mundo socialista tinha se expandido muito e revoluções como a chinesa, em 1949, e a cubana, em 1959, inspiravam movimentos populares de libertação nacional. As guerras de expulsão dos colonizadores ocorriam inspiradas pelo ideal socialista de construção de uma sociedade igualitária, livre da colonização e dos impérios ocidentais, populares e soberanos. Assim foram as guerras na Coreia, Vietnã, Argélia, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, Nicarágua, El Salvador, entre tantos outros movimentos e insurreições populares, entre as décadas de 1950 e 1980. É nesse cenário que ocorrem diversos golpes na América Latina, patrocinados por empresários nacionais e estrangeiros, com o apoio decisivo dos governos dos Estados Unidos.

Para entendermos a íntima relação entre 1964 e 2016, precisamos compreender a relação existente entre o fascismo e o neoliberalismo, duas faces da mesma moeda do Capital. Embora com métodos diferentes, os dois sistemas representam os mesmos interesses e se realizam como experiência radical de violência, autoritarismo, exclusão, ódio e anulação da vida, da consciência e, logo, de qualquer possibilidade de autonomia.

A análise da transição do feudalismo para a modernidade e das bases estruturantes do Estado, do direito e da economia modernas⁸ são essenciais para a compreensão da formação e da constituição do Estado moderno,

8 WOOD, Ellen Meiksins. A origem do Capitalismo. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

inicialmente absolutista e posteriormente constitucional. Por meio da figura de um triângulo, podemos, facilmente, demonstrar a aliança que marcou a modernidade e, conseqüentemente, o Estado e o direito modernos. No topo desse polígono, está o Rei (o nascente Estado moderno) e nas duas outras pontas, os nobres e os burgueses. Abaixo, no subsolo, estão os servos (os que trabalham e produzem) que se insurgiram após séculos de violenta opressão.

O Estado Moderno nasce da aliança entre o Rei, os nobres e os burgueses contra a insurreição dos que trabalham, os servos, que se tornarão súditos do nascente Estado. O interesse que move a construção do Estado é, portanto, a segurança dos nobres e burgueses. Essa segurança é garantida, por sua vez, por instituições estáveis que permitem a defesa de suas propriedades. O Estado passa a buscar, então, entre os súditos, aqueles que manterão os próprios súditos (trabalhadores) no seu devido lugar. Não à toa, uma das primeiras e mais importantes instituições modernas são os exércitos nacionais (Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Holanda), utilizados como instrumentos de invasão de territórios para, entre outros, extrair “recursos naturais”. A extração de “recursos naturais” e a exploração da mão de obra foram essenciais ao abastecimento das nascentes economias capitalistas, que não existiriam sem o Estado.

O segundo ato será marcado pelas revoluções burguesas. A burguesia, sob a proteção do Estado, acumulou riquezas e, com o poder econômico, desejou e conquistou o poder político. De novo, temos uma palavra-chave que marca a modernidade: segurança. Mas segurança de quem? Para quem o Estado e, agora, a Constituição oferecem segurança? Os textos Constitucionais da época não escondem: homens brancos, proprietários e ricos. É o tempo do voto censitário. O constitucionalismo nasceu liberal e rejeitava expressamente a democracia.

Há, até hoje, uma tensão permanente entre Constituição e Democracia. A economia liberal não poderia conviver com a democracia majoritária. O liberalismo significava liberdade individual para os homens brancos e proprietários e a lógica da concorrência exigia um sistema meritocrático. Pelo viés da meritocracia, os vitoriosos da competição econômica, ou seja, os homens brancos, proprietários e ricos, teriam mais direitos. Isso significa que esses homens poderiam votar e, segundo sua riqueza, serem votados para as funções de representação política.

No século XIX, três problemas reais desafiaram a teoria e resultaram em um conflito que está na base da compreensão do neoliberalismo: o conflito entre o capitalismo liberal e o capitalismo conservador. O capitalismo liberal tem como fundamento a “crença” na “liberdade econômica” que promete oportunidade de empreendimento, por meio da livre iniciativa e da livre concorrência, para todos (homens brancos), ao passo que o capitalismo conservador, representado pelos vitoriosos da “livre” competição, cria mecanismos de conservação do seu espaço no mercado e agrava o processo de concentra-

ção econômica em curso. Importante lembrar o óbvio: os conservadores são os grandes proprietários, aqueles que têm algo a conservar.

O primeiro grande problema foi que esse jogo não começou com igualdade de competição, alguns saíram na frente e esses são, justamente, aqueles burgueses protegidos pelo Estado moderno durante o absolutismo. As revoluções burguesas representam o momento em que os burgueses tomam o poder político. Em muitos casos, a ascensão dos burgueses marca o posterior acordo com a nobreza, que resultou em várias monarquias parlamentares até hoje vigentes na Europa.

O segundo problema é o já mencionado conservadorismo. Os que estão vencendo essa competição criam mecanismos para conservar o espaço conquistado no mercado. São vários os mecanismos de concentração e conservação. Podemos citar, entre outros estudados pelo direito econômico, a prática do *Dumping*, cada vez mais sofisticada no decorrer da história; a combinação de preços e a formação dos Cartéis; e as *Holdings*.

O terceiro problema não deveria ser um problema para o pensamento liberal: a desregulamentação. Afirmamos isso porque os liberais acreditavam que a desregulamentação da economia seria um fator que geraria mais liberdade e oportunidade. Entretanto, na realidade dos jogos de poder econômico, a desregulamentação permitiu que as grandes empresas e as corporações abusassem do poder econômico destruindo os novos competidores, destruindo a ideia de “risco” essencial ao liberalismo e, por fim, destruindo as bases do capitalismo liberal, derrotado, por sua vez, pelo capitalismo conservador.

Nesse contexto, temos a primeira chave importante para entender o neoliberalismo. Em torno do ano de 1980, o projeto ultraconservador, encampado por políticos que se apresentavam como “liberais” ou até mesmo “ultraliberais”, chegou ao poder nas principais economias do planeta à época: EUA, Alemanha, Japão e Reino Unido. Aqui está a revelação da primeira grande farsa do “neoliberalismo”. Esses políticos, que representavam interesses das grandes corporações, se elegeram sob um discurso “liberal”, mas qual “liberalismo”? Esse é o primeiro nó desatado: se elegem com discurso liberal, aplicam políticas liberais, mas não são liberais.

O liberalismo fracassou e havia sido derrotado e enterrado na Primeira Guerra Mundial pelo conservadorismo concentracionista, que aproveitou a crença liberal na desregulamentação para burlar os princípios liberais e destruí-lo. Defender, novamente, a desregulamentação da economia só poderia gerar o que já tinha ocorrido anteriormente: a liberdade das grandes empresas e das corporações de engolir os competidores e gerar concentração de riqueza em nível global, o que leva, por sua vez, ao aumento da desigualdade, da violência e acaba, por fim, negando a prometida “liberdade econômica” para todos, com exceção deles mesmos.

Finalmente, a outra chave está relacionada à compreensão da íntima relação existente entre neoliberalismo, autoritarismo, violência do Estado e nazifascismo.

A Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918) é um marco divisor de águas entre o projeto liberal individualista, derrotado pelo conservadorismo econômico, e o surgimento de um discurso social que se tornará hegemônico a partir de então, até a ascensão e expansão do projeto neoliberal que esteve no poder a partir da década de 1980. Em 1917, fruto da Revolução Mexicana, temos a primeira Constituição Social marcando a constitucionalização do intervencionismo estatal na economia e a proteção dos direitos socioeconômicos, tais como a saúde, a educação, a previdência, o trabalho, o salário justo e as políticas de redução de desigualdades.

No mesmo momento, ocorre a Revolução Bolchevique na Rússia e a seguir a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir do que era o gigantesco Império Russo. O socialismo real não tolerará o conservadorismo capitalista que será eliminado. Atacados pelos vários discursos sociais que triunfam nesse período, onde se refugiarão os conservadores? Claro, no fascismo e no nazismo. Temos, então, a chave para compreender, com facilidade, a conexão essencial entre o neoliberalismo, o autoritarismo e o totalitarismo nazifascista.

O “super” Estado fascista italiano, no período do poder de Mussolini, com uma retórica social, esteve a serviço das grandes empresas capitalistas e sua recuperação foi amparada pelo Estado, refletindo um esforço de militarização que permitiu à Itália tomar os territórios necessários à retirada dos recursos necessários para alimentar sua indústria. Da mesma forma, Hitler e os nazistas se apoderaram de um discurso social construído sobre a ideia do “nacional socialismo”, permitindo a incorporação de um discurso pseudo socialista (o nazismo é ultranacionalista e pró grandes empresas, ao passo que o socialismo é internacionalista pró operariado) que põe todo o esforço da “nação”, no comando do Estado, a favor da recuperação das grandes empresas nacionais.

Aí está um caminho inicial para entender a íntima conexão entre o neoliberalismo (o falso liberalismo) e o retorno do nazifascismo. Os interesses que sustentam esses dois projetos de violência, autoritarismo e exclusão, são os mesmos, o que muda é a estratégia: quando um não funciona, apela-se para o outro: Trump e Biden, duas faces da mesma moeda. Assim, podemos dizer que, ao analisarmos os golpes de 1964 e 2016, o inimigo continua o mesmo: o capitalismo.

OS DESAFIOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM SANTOS

José Luiz Saavedra Baeta

A cidade

A cidade de Santos tem sido palco de uma longa história de lutas pela emancipação humana, desde as lutas contra a escravidão, até as lutas contra a exploração do trabalho assalariado e as diversas formas de opressão intensificadas pela sociedade capitalista. Em nosso território, construíram-se quilombos, associações, sindicatos e partidos ligados aos interesses dos setores explorados e oprimidos.

Desde o século XVIII até o início dos anos sessenta do século passado, Santos era uma referência para a luta dos trabalhadores, muitas mobilizações ocorreram em virtude da forte organização dos trabalhadores, principalmente na organização sindical e nas ações de solidariedade de classe. Por meio dos sindicatos, foram realizadas importantes greves, com destaque para as greves das enfermeiras, do moinho santista, dos motorneiros de bonde e as diversas greves organizadas pelos portuários.

A partir da luta das diversas categorias, foi construído na cidade um instrumento de organização e consciência de luta dos trabalhadores chamado Fórum Sindical de Debates que organizou as lutas e deu ritmo à cidade entre os anos de 1960 e 1964. No mesmo período, também era muito forte a aliança do movimento sindical e operário com a luta estudantil, além de um movimento cultural intenso, que incluía os festivais de teatro amador que fez a cidade ser conhecida por alguns como a Barcelona brasileira e por outros como a Moscou brasileira, «a cidade vermelha», e foi nesse ambiente que o golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964 atingiu a cidade, que era considerada inimiga da nova ordem por seus ideais de liberdade e fraternidade.

O comando militar da região era todo legalista e seus oficiais eram conhecidos como “generais do povo”.

A cidade de Santos foi ocupada militarmente logo no primeiro dia do golpe e, no dia 24 de abril de 1964, chegava ao nosso porto o navio presídio Raul Soares, que permaneceu por aqui até o dia 23 de outubro de 1964. A cidade foi alvo do terrorismo de Estado e era comum se ouvir que os prisioneiros do navio seriam jogados ao mar ou que o navio seria afundado. Na

documentação revelada no filme “O dia que durou 21 anos”, fica bem claro que o principal destino da operação Brother Sam era a cidade de Santos, tal era o medo dos golpistas em relação à capacidade organizativa de uma contraofensiva dos trabalhadores da cidade.

No alto comando do golpe militar que se instalou na cidade, esteve o Almirante Júlio Sá Bierrembach e o então Major Erasmo Dias. A cidade de Santos, antes do golpe de 1º de abril de 1964, era uma e depois tornou-se outra, com a quebra do pacto federativo (prisão do prefeito José Gomes no navio), com a suspensão das eleições e a perda da autonomia que foram inicialmente apenas as partes mais visíveis dos ataques sofridos na história na cidade.

O navio presídio Raul Soares não foi somente um lugar de torturas físicas e psicológicas contra os seus prisioneiros, mas também contra toda a cidade, que naquela época era base social estratégica do governo João Goulart, assim como Recife e Niterói.

O Comitê Popular de Santos, por memória, verdade e justiça

O Comitê Popular de Santos, por Memória, Verdade e Justiça existe desde junho de 2013, quando realizou seu primeiro seminário de qualificação, intitulado “O que é uma Comissão da Verdade”, sendo o seu marco inicial.

A criação e concretização do Comitê só foram possíveis porque ativistas de direitos humanos, militantes e estudantes uniram-se com o objetivo de aprofundar a experiência da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Municipal da Verdade para além da atividade institucional.

O Comitê foi organizador e realizador, junto com a Comissão Nacional da Verdade, no sindicato dos Petroleiros Litoral Paulista, de um Ato Sindical Unitário e pela Reunião de Testemunhos da Verdade da Baixada Santista nos dias 27 e 28 de novembro de 2013, sendo parte também do grupo de trabalho 13 da mesma CNV.

Em seguida, em 16 de dezembro de 2013, o Comitê participou do encontro da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça com a Comissão Nacional da Verdade em Brasília. No mês de maio do ano de 2014, o Comitê participou da fundação da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça no Município de Vila Velha-ES., da qual é membro até hoje.

Na mesma época, o Comitê foi convidado a participar de reuniões junto à Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de realizar uma oitiva com o almirante Júlio Sá Bierrenbach. Em novembro de 2014, o Comitê organizou o encontro sobre Justiça de Transição com a presença da Comissária Rosa Cardoso, da Comissão Nacional da Verdade, Sueli Bellato, vice-presidenta da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e Francisco Calmon, articula-

dor da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça, em que se decidiu protocolar na sede da CNV, em Brasília, o pedido da oitiva com o almirante Júlio Sá Bierrenbach (negada) e criar em Santos um Sítio de Consciência através do modelo proposto pela Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

Realizamos, desde 2015, o sítio de consciência “Raul Soares nunca mais”, no mesmo lugar onde os familiares embarcavam para fazer visita aos prisioneiros. Essa atividade é uma referência política e cultural na cidade e um instrumento pedagógico do “lembrar para não repetir” que é a memória e a verdade dos acontecimentos no navio, a identidade dos presos e os impactos em suas vidas e na vida da cidade.

O Sítio de Consciência é um lugar de memória em um local histórico que confronta os fatos históricos ocorridos e as suas implicações contemporâneas. Trata-se de uma prática social, uma colaboração coletiva e construtiva com um eixo norteador que é o direito à memória, à verdade e à justiça, mecanismos que definem o que é a Justiça de Transição.

Os Sítios de Consciência (Lugares de Memória) integram o sistema jurídico internacional do direito à liberdade e à verdade e o Sítio de Consciência, que recebe o nome de “Raul Soares Nunca Mais”, tem como objetivo contar a história do navio presídio, das vítimas e de seus heróis, além de divulgar uma cultura de solidariedade que já foi predominante em Santos e fomentar o aprofundamento da investigação sobre a diversidade política e cultural da cidade que também é uma referência de documentação e pesquisa.

Nele, ex-prisioneiros, familiares, testemunhas ativistas e demais cidadãos compartilham suas experiências. O sítio Raul Soares Nunca Mais tem sido realizado para lembrar a chegada do navio presídio no dia 24 de abril 1964 e une a prática e a reflexão através das homenagens em microfone aberto aos sobreviventes, familiares e à comunidade sempre por meio do diálogo e do debate sobre o direito à memória, à verdade e à justiça.

A importância de se revelar a verdade do navio presídio Raul Soares é que a sua vinda e permanência no estuário de Santos enterram de vez a narrativa que afirma que a ditadura militar no Brasil só se iniciou com o combate à luta armada. O navio presídio Raul Soares foi um instrumento de tortura, intimidação e guerra psicológica contra uma população civil que foi declarada como inimiga e que vivenciou a ocupação militar.

As atividades do Sítio de Consciência cumprem um objetivo de estabelecer na cidade uma agenda que possibilita um diálogo pelo direito à memória, à verdade e à justiça, uma experiência que fortalece a cultura de paz e do “nunca mais”.

O sítio é realizado em um lugar localizado na margem esquerda do porto de Santos, de onde saíam algumas barcas com familiares e prisioneiros em direção ao navio presídio Raul Soares.

Houve o primeiro encontro em abril de 2015, com a presença de 30 pessoas, quase todos eram prisioneiros, familiares e amigos, que destacam cada ato heroico de resistência ao arbítrio, como as penas impostas nas famosas celas “Casa Blanca” (onde eram despejadas as fezes dos presidiários e era comum o preso ficar com água pelos joelhos ou na altura do colchão de dormir), “El Marroco ” (inteiramente de ferro e ao lado da caldeira do navio, onde fazia calor insuportável) e “Night and Day” (o prisioneiro ficava com água gelada até o joelho além das simulações de tiro).

E também divulgamos a lista dos militares envolvidos diretamente na repressão do navio presídio: Astolpho Migueis, Capitão de corveta e Comandante do navio; Sebastião Alvim, Tenente-coronel do Exército; Hugo Freitas, Tenente da Polícia Marítima; Jair, Cabo carcereiro da Polícia Marítima; Antônio Rodrigues, Tenente da Polícia Marítima; Djalma Brandão, Tenente da Polícia Marítima responsável pelo policiamento do navio; Ariovaldo, Polícia Marítima; Francisco Renato de Melo, Capitão da Aeronáutica; Coutinho, Tenente da Marinha, imediato do Raul Soares e José Luís, Capitão da Marinha lotado na Capitania dos portos de São Paulo.

O Sítio de Consciência é o início do caminho para aquilo que se necessita ampliar e aprofundar em pesquisa e investigação a respeito da cidade de Santos, suas lutas e seus sonhos, seus personagens e suas greves.

O Comitê Popular de Santos, por Memória, Verdade e Justiça destaca os seguintes temas como linha de pesquisa e ação para uma radiografia daquele momento e período histórico da ditadura empresarial-militar na cidade (1964-1985):

- O Partido Comunista e a cidade;
- O Fórum Sindical de Debates;
- O golpe empresarial-militar na cidade de Santos em 1964;
- O nome do comando militar da região no período;
- O desequilíbrio federativo (ocupação) e a prisão do prefeito José Gomes;
- O caso do jornalista Nelson Gato e seu livro confiscado: “Navio Presídio: a outra face da revolução”;
- As empresas que apoiaram o golpe, com destaque à companhia Docas de Santos;
- O papel do Almirante Júlio Sá Bierrembach na cadeia de comando do golpe comando militar da região em março de 1964;
- A Base Aérea de Santos como local de tortura e centro de repressão;
- Os casos envolvendo mortos e desaparecidos políticos: Rubens Paiva, David Capistrano da Costa, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sonia Angel, Eduardo Collen Leite (Bacuri);

- O caso do Prefeito Esmeraldo Tarquínio, cassado antes da posse em 1968;
- O Centro dos Estudantes de Santos. (CES) como área de segurança nacional;
- A importância de Santos nas eleições de 1974;
- O movimento de cultura popular;
- A campanha da Anistia;
- O movimento de conquista da autonomia política (1983).

O Comitê Popular de Santos, por Memória, Verdade e Justiça, nesses dez anos, realizou sequencialmente o sítio de consciência, seminários de justiça de transição e realizou junto com a Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS) um seminário de lugares de memória e outro seminário de lugares de memória com a Apeoesp, além das atividades nas associações de bairro, associações culturais e sindicatos da cidade. Toda essa atividade foi reconhecida no ano de 2018 como um bem cultural da cidade pelo conselho municipal de cultura.

Em janeiro de 2019, o Comitê foi convidado a participar e fundar a Rede Brasileira de lugares de memória, entidade que agrega universidades, movimentos, instituições de pesquisa que têm como eixo a luta pela justiça de transição.

Em outubro de 2019, entregamos o título de cidadão santista ao Presidente João Goulart “in memoriam”.

A inclusão da data no calendário oficial da cidade

A inclusão da data no calendário oficial da cidade faz parte da luta do Comitê para efetivar, em Santos, o direito à memória, à verdade e à justiça e um programa de justiça de transição. A importância do dia 24 de abril de 1964 ser incluído no calendário faz parte do processo que vem sendo construído para que a cidade se conheça e reconheça a verdade.

Faz parte da justiça como mecanismo de reparação coletiva, possibilitando o aprofundamento e uma nova etapa que queremos realizar na cidade, juntamente com a demarcação dos lugares de memória, para que estes possibilitem a criação de um programa de memória, verdade e justiça com ampla divulgação e participação de toda a cidade, pois no ano de 2024, completam-se 60 anos do golpe empresarial-militar e queremos juntos com a sociedade civil livre e organizada realizar uma agenda de atividades durante o ano sobre os temas citados.

Em dezembro de 2023, realizamos uma audiência pública com o objetivo de publicizar nossa proposta “programa municipal de memória, verdade e justiça” e a criação do “Memorial de Lutas e Resistência “ no armazém portuário número 8 que é ao lado de onde realizamos o “Sítio de Consciência”.

Juntos caminhamos até aqui nessa luta e muito mais queremos realizar. Acreditamos que a luta por memória, verdade e justiça faz parte da nossa contribuição para a consolidação da democracia em nosso país.

Nos 60 anos de 1964 gritamos “DITADURA NUNCA MAIS”!

O ASSASSINATO DE CLODOALDO E O LEVANTE DA POPULAÇÃO

Julio Francisco Caetano Ramos¹

Passo Fundo é uma cidade localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, possui grandes latifúndios (soja, trigo e milho) e um comércio tradicional. Cidade de porte médio, situada numa região estratégica cortada por muitas estradas que a ligam à Argentina, ao Uruguai e ao centro do Brasil. Essas características deram ao município dois quartéis militares, um da Brigada Militar e outro do Exército que continha um grupo de infantaria motorizada. Nos anos da ditadura militar, ambas as corporações atuaram fortemente na repressão aos movimentos sociais, sobretudo, ao movimento estudantil e ao movimento sindical. Esta era uma região onde Leonel Brizola tinha muitos companheiros de política e foi solo de resistência na Campanha da Legalidade.

A história que presenciei ocorreu em fevereiro de 1979, após um homicídio brutal de um jovem de 17 anos, Clodoaldo Teixeira (mecânico de motos), por uma patrulha policial da brigada militar que o persegue e o alvejou com um tiro pelas costas, após ele não ter parado depois da ordem dada. Clodoaldo não parou. Ele não tinha habilitação e nem os documentos da moto. Ficou assustado. Tombou da moto em frente à sua casa, diante dos pais, na Vila Annes.

Naquela época, lembro bem, a juventude se reunia nos canteiros da Avenida General Netto, em frente à Praça Central de Passo Fundo – à Praça Marechal Floriano.

Como descreveu Argeu Santarém – padrinho da minha prima Flávia e ácido jornalista odiado pela ditadura –, Passo Fundo era “onde o cotidiano se desmancha ironizando glórias e potentados, criando lendas e mitos, absolvendo ou condenando, estranho parlamento sem mandatos, curioso tribunal sem magistrado”. Essa passagem consta de um livro que fala sobre a cidade.

Naquela tarde quente de fevereiro, fomos impactados pela notícia da morte do jovem Clodoaldo. A cidade não falava de outra coisa. A imprensa local noticiava o brutal assassinato, que gerou profunda indignação e revolta social.

¹ Advogado trabalhista há 35 anos, sócio do escritório RAMOS, BROTTTO & VECCHI ADVOGADOS ASSOCIADOS. Militante dos movimentos sociais pelos Direitos Humanos – sócio e membro da coordenação da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – fundada em 17 de julho de 1984. Professor das disciplinas de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho, Especialista em Direito Público Municipal com foco no Direito do Trabalho.

Durante a noite, a cidade ficou repleta de motoqueiros, saídos de todos os cantos tanto de Passo Fundo quanto das cidades da região. Elas rondavam a cidade, seus condutores acelerando e buzinando suas motos, causando um movimento impressionante na cidade. Gritos, máquinas aceleradas e em alta velocidade, palavras de ordem proferidas contra membros da Brigada Militar, depredações em placas, postes, luminárias públicas e os estampidos das desgargas das motos alastram-se por toda a madrugada.

A aglomeração de pessoas virou a noite, provavelmente por causa do velório que aconteceu na mesma noite e, de acordo com o Jornal Diário da Manhã, foi realizado na residência de Clodoaldo Teixeira. (DIÁRIO DA MANHÃ, 07 de fevereiro de 1979, p.8).

No dia seguinte, o cortejo para o enterro passou ao cemitério da Vila Petrópolis e reuniu em torno de dez mil pessoas. Durante o enterro “houve enorme comoção”, aproximadamente 4 mil motos acompanharam o cortejo fúnebre.

Segundo diziam, tamanha comoção na cidade ocorreu em tal proporção apenas na morte do Getúlio Vargas, para referenciar a magnitude da tragédia. Após o enterro, milhares de motos invadiram a cidade, rodavam a Praça Central – onde nos pacatos finais de semana os jovens se aglutinavam, agora, naquela tarde, a revolta tomava outras proporções. Muita raiva, ódio e a indignação contra os três brigadianos que participaram do crime.

No meio da manifestação, incitavam gritos e palavras de ordem pedindo o linchamento dos militares. Muitos diziam que estavam armados e conclamavam a população a buscar armas em casa e “fazer justiça”.

Militares haviam fechado as principais ruas que davam acesso à Praça Marechal Floriano. Policiais militares e viaturas trancaram os acessos. Os motoqueiros forçaram a passagem e tomaram conta da praça e paus e pedras foram atirados contra os policiais militares e, ainda, viraram carros e atearam fogo em várias viaturas. Nesse instante, podia-se escutar palavras de ordem como: “abaixo a ditadura”, “morte aos assassinos”, “Brizola, Brizola, Brizola”, “milicos assassinos”, entre outras que acirravam cada vez mais a população a partir contra o Comando Militar (CPA3).

Ao serem informados que os militares envolvidos na morte de Clodoaldo Teixeira estavam presos no Comando de Policiamento de Área (CPA3), localizado em frente ao prédio antigo da Prefeitura, hoje Museu Histórico (centro da cidade), o confronto ficou mais violento, pois os manifestantes queriam invadir o prédio e linchar os brigadianos. Todos sabiam das impunidades que ocorriam naqueles anos de ditadura e temiam pelo acobertamento do episódio.

Era fevereiro, o comando do Exército e o contingente de militares era escasso por conta das férias, contudo, foram acionados pelo comandante da

Brigada para auxiliarem na defesa do prédio onde se encontravam custodiados os militares que praticaram o homicídio. A população enlouquecida rompeu todas as barreiras impostas e só parou frente a uma linha de artilharia do exército que apontava fuzis contra o povo e ordenava a dispersão.

De repente, tiros disparados, muitos tiros contra a população que atingiram dois jovens que estavam em meio à multidão: Adão Faustino de 19 anos de idade, que faleceu no dia seguinte, descrito como operário e Joceli Macedo com 17 anos, que ainda ficou internado alguns dias, mas acabou por falecer.

O Governo militar do general Ernesto Geisel, além de enormes contradições, ficou marcado pela forte repressão aos movimentos civis que desafiaram os limites do projeto de distensão. Esse perfil influenciou toda a repressão da época, em especial, o evento de Passo Fundo.

A cidade assistiu e sentiu naquele dia a violência da ditadura militar. Antes era assunto proibido e restrito a pequenos grupos, agora a chaga das mortes e atrocidades tinha nome e endereço: Clodoaldo Teixeira. Não se tratava de nenhum militante que enfrentou o regime, mas aglutinou todo o ódio represado de anos de “silêncio imposto”, impunidades e arbítrios que ocorreram durante aqueles anos de chumbo.

Lembro naquela tarde de fevereiro de 1979, quando começaram os sons de balas, muitos se jogavam ao chão, outros se escondiam atrás de árvores do canteiro central, outros ficaram atônitos. Peguei meus chinelos entre os dedos das mãos e corri em direção contrária à formação do exército. Quando parei, estava a três quadras da linha e continuava a escutar tiros. A população continuou a depredação no centro. O caos foi a única palavra que encontrei para descrever aquele dia.

Políticos liberais, representados pelo partido político MDB, e alguns jornalistas da grande imprensa se deslocaram até Passo Fundo para cobrar providências. Vozes liberais como a Igreja Católica (grande maioria da instituição, ressaltando corajosas exceções que enfrentaram o regime) e a Ordem dos Advogados (OAB), que apoiaram o golpe, passaram a se colocar contra o governo. Associaram a revolta da população pelo homicídio com a questão das torturas e dos desaparecidos, fato que, somado ao tantos outros, faziam com que o ambiente da ditadura se tornasse cada vez mais inconveniente; porque, mesmo com o discurso da distensão e anistia, a lista dos desaparecidos continuou a aumentar depois da posse de Geisel que mostrava a face cruel do poder imposto. Na opinião pública, mesmo com a censura e adesão da grande mídia à pauta da ditadura, a situação começava a perder o controle e o aumento da repressão premeditava uma grande comoção social pela volta da democracia.

A cidade pouco a pouco retornou a sua pacata vida de cidade do interior. Os três brigadianos foram condenados por homicídio, a notícia que foi divulgada tempos depois. Contudo, o marco do início do fim da ditadura na

cidade foi deflagrado com aquele brutal e covarde homicídio que no inconsciente daqueles que participaram representou toda a brutalidade e desumanidade que foram os anos do regime militar, em que milhares de “Clodoaldos” foram torturados, mortos e massacrados, mas jamais esquecidos.

Sobre os resquícios da ditadura e os tempos atuais

O início da década de 1980 foi o ápice da resistência social e política contra a ditadura militar que, durante praticamente um quarto de século, perseguiu, torturou, exilou e matou muitos brasileiros e brasileiras. Durante vinte e um anos, o regime militar conseguiu reprimir, através da violência física, da censura, do medo, da eliminação física e moral os seus opositores.

Em 1979, após longas lutas e desgaste do regime, conseguiu-se uma grande vitória: o ato da anistia, que permitiu o retorno dos exilados e abriu as celas de muitas prisões, mesmo sem que houvesse a responsabilização dos crimes cometidos pelos agentes do estado. A volta dos exilados representou um sopro de democracia que veio a se consubstanciar na Constituição de 1988.

Durante os “Anos de Chumbo”, a luta pelos direitos humanos baseava-se essencialmente num duplo movimento: de um lado, a reação ao regime repressivo, de outro, o aproveitamento de todas as brechas possíveis para a abertura de espaços de redemocratização. Em Passo Fundo, o contexto era muito parecido: o presídio estava lotado; o crescimento urbano, fruto do êxodo rural era grande; inúmeros eram os problemas sociais. Iniciava-se um novo ciclo pela Luta da Terra com a ocupação da Fazenda Anoni (ocupada em 29 de outubro de 1985 por mais de sete mil trabalhadores Sem Terra vindos de mais de 30 cidades gaúchas). Por outro lado, as organizações da sociedade, ainda frágeis, iniciavam sua articulação.

Foi nesse contexto de final de ditadura, de luta por direitos e liberdades, pela redemocratização do país que um grupo de pessoas com uma inserção social e em busca de um espaço aglutinador de ações e esforços por uma vida melhor, que nasce a Comissão de Direitos Humanos. Seus fundadores pertenciam à igreja, às entidades sociais, a sindicatos, universidade, entre outros, e coletivamente desejavam a soma de desejos e esforços a fim de transformar a realidade existente. Esse aglutinado de pessoas conseguiu se organizar atualmente em uma organização laica que congrega uma dimensão grande de setores sociais organizados e pessoas físicas.

Nesse período de início dos anos 80, surgem em todo o país iniciativas em vista da reafirmação dos direitos humanos. Organizam-se entidades com o objetivo de lutar pelos direitos humanos, organizar, conscientizar e assessorar grupos e pessoas. Foi inserido nesse processo mais geral de mobilização

e organização da sociedade em torno da luta pelos direitos humanos, pela reabertura política, pelo fim da repressão e pela construção de uma sociedade mais justa que surgiu a CDHPF. Ela é fruto desse processo mais amplo que mobilizou a sociedade brasileira, mas também é fruto da iniciativa e da vontade de pessoas comprometidas e imbuídas de objetivos comuns e que estavam dispostas a contribuir e realizar, de forma mais consistente, os anseios e demandas da sociedade.

A situação social do Brasil ainda é precária. Milhões de famintos, excluídos e desempregados estão largados à sorte da política neoliberal, que agora com o viés fascista, traz novos desafios para os movimentos sociais. Mesmo com um governo conciliador e aliado a setores representantes do capital, os tímidos avanços exigem uma forte atuação dos movimentos sociais no tocante à justiça social.

Passamos por uma realidade excludente, em que o governo Bolsonaro negou a ciência, perseguiu os artistas, professores, intelectuais, discriminou mulheres, atacou LGBTQIA+, aumentou o acirramento do racismo, misoginia, preconceito às religiões afros, praticou genocídio aos povos originários, aumentou o latifúndio e reprimiu os movimentos dos trabalhadores sem-terra e sem-teto, agravou exponencialmente a destruição da natureza e a entrega das riquezas nacionais a bandidos e saqueadores.

Uma tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023 comprova que as ideias que foram gestadas em março de 1964 ainda circulam nos meios militares e cabe a todos o enfrentamento dessa horda que tem como objetivo destruir a democracia e tornar o país servo do grande imperialismo mundial.

A sociedade organizada, em especial os partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos, comprometidos com o povo trabalhador, não podem esperar que a situação social mude por atos únicos do Governo Lula. A tarefa principal é organizar e enfrentar o nazicapitalismo travestido de neoliberalismo – o capital em profunda crise sempre adota medidas dessa ordem para se recompor, contudo, em contradição e crise permanente, apenas agoniza e leva à exclusão grandes contingentes humanos.

A efetivação de políticas que preconizam a organização social contra o capitalismo excludente passa, dentre várias dimensões, pela reafirmação dos direitos humanos fundamentais dentro de cada município e território.

Texto inspirado na ata de fundação da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo.

<https://cdhpf.org.br/>

PENSAR A MEMÓRIA HISTÓRICA DE 64 COMO CAMPO DE DISPUTA OU SOBRE O VALOR POLÍTICO DA MEMÓRIA

Kauê Vinícius de A. Silva¹

Neste ano em que estamos, completam-se sessenta anos do golpe de Estado empresarial-militar de 1964. Olhar para esse passado que ainda se faz presente é tarefa imperativa. Os vinte e um anos de ditadura civil-militar deixaram profundas feridas na classe trabalhadora brasileira. Feridas estas ainda abertas, em que a chamada Nova República não deu conta de estancar. Sabemos que muito resta dos anos de chumbo em nossa quadra histórica e que a disputa pela memória é parte constitutiva para uma reparação que se faz necessária.

Se há uma estratégia recorrente por parte daqueles que defendem a ditadura militar, é promover, aos quatro ventos, *falseamentos da história*. Não é difícil encontrar discursos e narrativas que intitulam o primeiro de abril de 1964 como “revolução” e que o Brasil pré-64 estava prestes a tornar-se um país comunista, até mesmo que não houve ditadura ou coisas dessa natureza. Tais discursos ideológicos ganhavam holofotes e promoção na boca de militares, de líderes políticos, empresários, religiosos, na grande imprensa e dentro de espaços escolares e universitários. Voltar nossos olhares para esse período requer, dentre outras coisas, apropriar o senso crítico às narrativas e travar um combate efetivo que coloque os termos e denominações em seus reais desenvolvimentos factuais e históricos. Requer, como já fazem muitos professores e pesquisadores, escrever a história à contrapelo.

Nesse sentido, o trabalho de ensino e formação dentro e fora das salas de aula é substancial. Aos professores de História, sobretudo, requer uma importante atenção na produção das aulas e em seus desdobramentos. Tratar o período da ditadura militar em sala de aula – discorrendo sobre a conjuntura política nacional e internacional, os mecanismos de poder e repressão do Estado, assim como os agentes envolvidos em ambos os lados da história é parte do processo, mas penso que não só. Há elementos a serem tensionados

¹ Posso graduação, pós-graduação em História (UNIBAN/PUC-SP) e graduação em Filosofia (USJT). Atualmente, atuo como professor da rede municipal em São Paulo e de escolas particulares da mesma cidade. Me dedico a estudos e pesquisas no campo da história da cultura, teoria da história e em filosofia, com ênfase em história da filosofia, filosofia moderna e contemporânea, estética e filosofia política.

no que se refere a um sistema educacional alinhado às orientações do imperialismo estadunidense que, paulatinamente, despolitizou gerações de jovens Brasil a dentro. Para efeito de exemplo, lembremos da subtração de matérias como Filosofia, Sociologia e Educação Política em detrimento da inserção da chamada Educação Moral e Cívica, assim como a aglutinação das matérias de História e Geografia, incorporadas nos chamados Estudos Sociais, a partir da Lei 5.692 de 23 de agosto de 1971. A história era ensinada de modo linearizado, pautando os feitos dos chamados “heróis nacionais” e alimentando um discurso de ordem para as camadas populares. Não havia espaço para reflexão crítica. Esta, fazia-se às espreitas do poder, por meio de movimentos organizados clandestinos de jovens, professores, artistas e intelectuais. O Movimento Estudantil que a duras penas buscava pautar oposição, mesmo que na clandestinidade, foi duramente perseguido. Membros dos movimentos presos, torturados e assassinados.

O que quero dizer com isso? Que a formação do conhecimento histórico dos jovens é política e que as gerações de estudantes que viveram os anos de chumbo ou depois do regime militar sofreram uma radical despolitização, de modo que tratar a ditadura como realmente foi trazendo à cena as ações de repressão, censura irrestrita, corrupção institucionalizada e crimes de Estado, para muitos, é tido como “doutrinação”. Ora, nada mais desonesto do que taxar um professor de “doutrinador”, pelo simples fato deste possibilitar a reflexão crítica sobre o passado próximo de nossa história. Escrevo isso, pois já passei por essa situação, ao ponto de um pai de aluna, militar, querer tirar satisfação de minhas aulas, armado dentro da escola. De fato, para boa parte das Forças Armadas, não há reconhecimento efetivo dos crimes de Estado cometidos, ou quando há, esse reconhecimento é diluído por malabarismos argumentativos de autodefesa.

A despolitização a que me refiro é, sobretudo, promovida pelo apagamento da memória e pela divulgação de falseamentos históricos. Passados quatro últimos anos sob um governo com viés autocrático e com apelos de caráter fascista, o que vemos é um agravamento desses falseamentos históricos, sendo compartilhados à revelia por grupos de direita e extrema-direita pelas redes sociais na internet e nos grupos de aparelhos celulares. Nada de novo, portanto, a não ser pelo grau de intensificação e aceleração em que esses discursos são acessados e divulgados pela rede web.

Resgatar a memória histórica desse passado próximo é, em si, uma ação de consciência crítica. Entender-se como sujeito histórico que viveu os anos de ditadura ou que sofreu seus resultados posteriores é tarefa para mais de uma geração. Efetivamente, a memória histórica é um campo de disputa que faz-se diariamente, em cada roda de conversa, em cada mesa de bar, em cada sala de aula, em cada esquina ou viela. Assim como escreveu Walter Benja-

min em suas *Teses sobre o conceito de História*, “articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo “tal como ele foi”. Significa apoderarmos-nos de uma recordação (*Erinnerung*) quando ela surge como um clarão num momento de perigo”¹. Nessa esteira, penso que podemos apropriarmos dessas recordações e externalizar seus significados mais profundos, de modo a projetar as imagens desse passado para as novas gerações. Trata-se de ver os reais conflitos inerentes ao processo histórico em questão, apresentando seu caráter de classe e expondo que o “estado de exceção” é regra.

Num país como o Brasil, em que o projeto de formação é fraturado, o apagamento da memória e o falseamento da história são estratégicos para as elites dominantes. Portanto, a disputa nas batalhas das ideias e da divulgação legítima da história faz-se urgente. Ainda citando Benjamin, é mister que possamos “atiçar no passado a centelha da esperança”, de modo que “nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer. E esse inimigo nunca deixou de vencer”.²

1 BENJAMIN, Walter. *Notas sobre o conceito de história*, In: *O anjo da história*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

2 *Ibidem*. p. 12.

GOLPE DE 1964: SESSENTA ANOS RODANDO EM CÍRCULO

Ladislau Dowbor

Sou economista. Minha principal área de interesse é a linguística, falo muitas línguas. Li a bíblia em hebraico, Dostoiévski em russo, Dante em italiano, Jorge Amado em português do Brasil, e assim por diante. Sim, e Keynes em inglês, claro. Entrei na economia porque senti a necessidade de entender a nossa bagunça. Isso foi em 1963, no Nordeste do Brasil dramaticamente desigual. Com tanto sofrimento e miséria diante de opulentos magnatas da cana-de-açúcar, não pude deixar de sentir o absurdo. Quão profunda é a nossa capacidade de fingir que não vemos? Não foi porque estudei economia que me indignei: a indignação me levou a esses estudos. Encontrei as respostas? O que encontrei foi uma mistura de justificativas, em nome do livre mercado – você pode justificar qualquer coisa com bastante matemática e modelos – e construções idealistas. Ainda estou procurando. Não estamos todos?

No final de 1963, poucos meses antes do golpe, me inscrevi no serviço militar, como devia, pela idade. Por alguma razão já tinham o meu nome, porque eu tinha colaborado com o MCP - Movimento de Cultura Popular. Era Recife, tempos de Miguel Arraes, de Ariano Suassuna, de Paulo Freire e tantos que buscavam um mundo novo. Um oficial passou, olhou minha cara, comentou “vamos pegar esse filho da puta”, e seguiu em frente. Já estavam preparando. Eu saí antes, não para fugir do golpe, mas para correr atrás de Pauline, minha paixão, cujos pais a exilaram para Israel, punição por namorar um goi. Éramos moleques apaixonados. O que nos importavam as maldições bíblicas?! Com 230 dólares no bolso, no voo entre Recife e Lisboa, e depois viajando a dedo, consegui encontrá-la em Eilat, na beira do mar Vermelho.

Que mundo é esse em que para se apaixonar você deve verificar os antecedentes religiosos? Os pais tinham mandado retirar os documentos dela, para que não pudesse sair. E eu não podia ficar, por ser não-judeu, e estar com visto de turista de três meses. E em Israel era proibido casar entre religiões diferentes. Conseguimos nos refugiar num lugar perdido à beira do Mar Morto: um experimento agrícola de condições duras, mas onde não pediam documentos. Estávamos rodeados de outros perdidos do mundo. Foi ali que ouvimos no rádio a notícia do golpe de 1964 no Brasil. Entendi então o xingamento daquele oficial: já estavam preparando. Com raras cartas, fomos acompanhando impotentes notícias das barbaridades da ditadura. No fim de

um ano, com documentos trambicados, conseguimos escapar para a Europa, onde passaríamos a viver juntos, ela estudando educação com Piaget em Genebra; eu, economia em Lausanne.

A vida não é novela. Eu vim participar da luta armada no Brasil, passei por todos os dramas: luta, prisões, tortura, exílio. Refugiado na Argélia, conheci tantos movimentos de luta da América Latina, os Black Panther dos Estados Unidos, que ali tinham representação oficial, os movimentos de independência Africanos, o MPLA de Angola, o ANC de Mandela, a representação do Vietcong. Reencontrei Miguel Arraes, agora também refugiado em Argel. O mundo à procura de civilização, lutando contra a opressão, estava representado ali. Os argelinos também tinham pago com sangue a sua independência. Pauline foi mandada para o Brasil, clandestinamente, para salvar um grupo de luta armada no Recife que tinha sido infiltrado. Chegou com o cerco fechado, morreu sob tortura. Eu sobrevivi. A vida não é novela.

Sempre fazemos um pouco de retrospectiva. Tinha feito o dever de casa, estudado com bons banqueiros na Suíça, e depois do exílio acompanhei as experiências de planejamento na Polônia socialista; no quadro da ONU, auxiliei países em diferentes continentes, trabalhei até como consultor para o Secretário-Geral. A vida longa permite olhar o mundo. Assisti à descolonização, à ascensão dos direitos das mulheres, à erosão do apartheid na África do Sul. Tantas esperanças! Atualmente, me revolto com os dramas que se aprofundam: a desigualdade, a fome, o desastre climático, a perda de biodiversidade e toda essa violência. Mas isso não são estatísticas para mim. Tenho 82 anos e ainda não suporto ver uma mãe com filhos dormindo em uma calçada de São Paulo, a cidade mais rica da América Latina, enquanto pessoas ocupadas e carros se deslocam de um lado para o outro. Que tipo de animais somos? *Humanidade?*

Assisto às notícias horripilantes sobre a calamidade Palestina/Israel. É uma questão de lados? Bem, todos os lados tentam trazer para a mídia a coisa mais horripilante que o “outro lado” fez, e temos uma escolha de ver bebês, crianças, mulheres, em um show de barbárie de ambos os lados, um torneio de notícias noturnas. Segundo quem é o dono do noticiário, teremos mais barbárie de um lado ou de outro. E depois temos os comerciais, com caras sorridentes, lindas mulheres e as oportunidades que não devemos perder. Não olhe para cima. Do que se trata?

Cada um de nós viveu a sua própria história e isso pesa. Nasci em 1941, na fronteira com a Espanha Por nascimento seria catalão. Durante essa guerra, na Europa, você não escolhia seu local de nascimento, nascia onde podia. Meus pais poloneses, um engenheiro e uma médica, escaparam da invasão alemã em 1939 pela fronteira sul e chegaram à França. Eles não eram judeus, mas se tivessem ficado na Polônia meu pai teria terminado, como

engenheiro mecânico, em trabalhos forçados em fábricas alemãs. Mas os alemães invadiram a França, então meus pais fugiram para a fronteira espanhola, que estava fechada por causa de outra guerra, a tragédia espanhola que o mundo olhou com curiosidade, discutindo que lados tomar, no final dos anos trinta. Assim, nasci na fronteira espanhola com a França, de pais poloneses. De bebê acordava com bombas. Nessa guerra, mataram 60 milhões.

Como família, estávamos presos nos Pirenéus, meus pais e quatro filhos. Lembro-me, eu provavelmente tinha quatro anos, quando íamos para os campos com minha mãe colher *pissenlit*, um tipo de grama que você poderia razoavelmente comer ou usar para fazer chá. Muitas gangues buscavam a sobrevivência na bagunça geral, meu pai foi pego por algumas milícias armadas, torturado, mas sobreviveu. É impressionante como produzimos milhares de filmes glorificando guerras, soldados heroicos, belos tanques, bombas. E como vendem bem. Os americanos adoram. Temos que fazer uma busca profunda para encontrar um filme sobre o que é para as famílias viverem em uma guerra. A miséria, o frio, a fome, a insegurança e a angústia permanentes. *Angoisse*, em francês, é uma palavra mais forte.

Não me falem em guerras. Nos mudamos para o Brasil porque meus pais, tendo vivido as duas Guerras Mundiais, haviam perdido a confiança na Europa e em sua barbárie de elevado nível cultural. *Haute culture*. Portanto, atualmente sou um economista brasileiro, morando em São Paulo, vendo as mais de 30 mil pessoas dormindo nas suas ruas, enquanto os Lemann da vida embolsam bilhões por fraude. Do meu Recife de 1963 para cá, mudou o quê?

Somos bons em pensamento mágico. Será que os dramas vão simplesmente desaparecer? Na história, sempre deixamos as coisas apodrecerem a um ponto em que a insegurança, as frustrações e a ganância evoluam para as formas ideais de liberar a pressão, por meio do ódio, da violência, dos golpes, da guerra. Acabei de ler um belo livro, *As Cruzadas Vistas pelos Árabes*, de Amin Maalouf. Não é anticristão, apenas pesquisas sólidas nos documentos do Oriente Médio desses tempos, por volta do século 13. As batalhas, a destruição, os massacres, os estupros, as humilhações realizadas por cristãos tementes a Deus, por chiitas, por sunitas ou entre si. Os dois séculos de guerras bárbaras foram seguidos pelas invasões mongóis. Mais massacres. Queimar livros não era uma invenção nazista, na época já era um esporte praticado por todos os lados. O ser humano é muito coerente.

Avancemos para 2023. Acabamos de sair da guerra do Afeganistão, com resultados trágicos para todos. E acompanhamos a guerra do Iraque, com a bagunça que vemos atualmente. Foi um engano, afinal, eles não tinham armas de destruição em massa. E o drama líbio. No momento em que escrevo, temos a Ucrânia, claro – Zelensky queixa-se de que o massacre do povo palestino nos está distraíndo do seu palco – mas a trágica guerra do Iémen está fora do no-

ticiário, não são europeus brancos a morrer. E temos ainda os massacres no Sudão, é claro, a África é tão instável! Que curiosos os golpes no Mali, Níger e Burkina Faso! Por que não respeitam os processos democráticos? Bem, eu trabalhei nessas regiões, mais de sete anos. Vi milhares morrerem de cólera ao meu lado, será que o mundo não tem recursos e tecnologia para assegurar água potável? Bem, Bezos tem que fazer uma viagem ao espaço. Ele é um idiota? Zuckerberg? Larry Fink? Prefiro considerá-los idiotas de alta tecnologia, *hightech assholes*, em inglês soa melhor. Sim, sei que não se trata de uma categoria econômica. Mas não vemos o que está acontecendo no mundo e com o mundo?

Os humanos adoram narrativas. Você pode justificar qualquer coisa, e a humanidade é impressionantemente propensa a acreditar em qualquer coisa. Se há uma narrativa da qual temos que nos livrar é a que prega que se você busca sua própria prosperidade, sem se preocupar com o que acontece com os outros, isso resultará em uma contribuição para o bem comum, pois, de certa forma, a ganância individual resultaria em prosperidade geral. Os americanos repetem isso todo dia: *We're the best, fuck the rest*, versão popular do conceito de liberalismo econômico, resumo da economia dita ortodoxa. Bem, isso não funciona.

A dura realidade é que estamos destruindo nosso mundo pelo poder e riquezas de muitos poucos. Você tem que ser um idiota em Wall Street ou na City de Londres para acreditar que *Greed is Good*, 'a ganância é boa'. Não é apenas um desastre para o meio ambiente que nos sustenta, é um desastre para a humanidade e, evidentemente, para a democracia. Bilhões de pessoas frustradas ao redor do mundo acreditarão em quem souber navegar na desinformação, na frustração e na raiva acumulada de tantos impotentes frente ao seu destino. O mundo não carece de demagogos. Franz Fanon, identificado com *Os condenados da terra*, já inspirava Paulo Freire nos meus tempos de Recife. Mudou algo?

Como acreditar na narrativa das "externalidades", ou seja, de que os que ganham dinheiro não são responsáveis pelos impactos indiretos do que fazem? Dizem: sim, produzimos armas, mas somos uma empresa, queremos segurança para as pessoas, e não puxamos o gatilho. Apenas produzimos armas e respondemos a demandas legítimas. Os resíduos de plástico estão inundando o planeta? Ora, as pessoas têm de aprender a usá-lo de maneira responsável, nós apenas produzimos e geramos empregos. Os alimentos ultraprocessados estão gerando o drama da obesidade? Bem, as pessoas deveriam ler as etiquetas. Com a pandemia da obesidade, surge outra indústria para reduzir a obesidade. Está bombando e custando os olhos da cara. Não seria mais razoável simplesmente produzir alimento saudável?

A financeirização está gerando fortunas espantosas e afogando países, empresas e famílias em dívidas abusivas. Os consultores econômicos corpo-

rativos sugerem que quem se endivida deveria ser mais responsável. Shaxson vai direto ao ponto: “Precisamos de financiamento, mas na medida em que a sua contribuição para nossa economia não seja de criar bilionários e grandes fortunas, e sim de fornecer serviços úteis para nós, a um custo razoável”.^[i] (p.12) Mas estamos diante de gigantes financeiros, e eles financiam o que quer que lhes dê mais dinheiro, quaisquer que sejam os dramas sociais ou ambientais. Eles estão seguros e são grandes demais para quebrar. E serão assegurados por nossos impostos, quando necessário. O que as corporações e os economistas do sistema chamam de ‘externalidade’ é internalizado na nossa pele. E quem financia os golpes para derrubar qualquer política voltada ao bem comum? São eles. No Brasil, as fases democráticas foram momentos de recreio entre regimes opressivos. A elite do atraso esteve sempre presente.

Marjorie Kelly, como tantos economistas hoje em dia, separa o setor financeiro (PIB do setor *financeiro*) e o crescimento do resto da economia (*PIB do setor real*), “que é a economia real de empregos e gastos com bens e serviços. E quando separamos esses dois, vemos que cerca de um terço do PIB está sendo extraído pelas finanças. E essa extração é muito maior do que no passado.”^[ii](p.147) Calculei os números correspondentes para o Brasil e cheguei mais ou menos ao mesmo número: mais de 30% do PIB é drenado pelo rentismo financeiro improdutivo.^[iii] Este deveria ser um mundo de capitalistas se esforçando para ganhar dinheiro nos servindo melhor. Estão somente se servindo. A Oxfam apresenta o quadro real: «Nos termos atuais, os países de renda baixa e média-baixa serão forçados a pagar quase meio bilhão de dólares todos os dias em pagamentos de juros e dívidas até 2029. Países inteiros estão enfrentando falência, os países mais pobres gastam agora quatro vezes mais pagando dívidas com credores ricos do que com saúde.»^[iv] Isso é mais da metade dos países mais pobres do mundo: 2,4 bilhões de pessoas.

Caso sejamos lentos em devorar as narrativas, podemos ser ajudados por think tanks, atualmente uma enorme rede de construção de opinião. Shaxson nos traz “a organização ideológica mais influente”, a Atlas Economic Research Foundation, bem como “a Fundação Templeton, financiada por Wall Street, as redes do magnata dos fundos de hedge Robert Mercer (um apoiador de Steve Bannon e *Breitbart News*), e o que alguns chamam de “Kochtopus” – o nexos tentacular de ligações políticas e financeiras financiadas pelos irmãos bilionários Charles e David Koch. Os membros da Atlas incluem o American Enterprise Institute, o igualmente influente American Legislative Exchange Council (ALEC), o Cato Institute, a Freedom Foundation, a Heritage Foundation e, no momento em que este artigo foi escrito, mais de 180 outros. Essas são apenas as redes de financiamento nos Estados Unidos: a Atlas encheu o mundo com 475 instituições parceiras – e crescendo.” (pág. 127) Uma operação cosmética planetária.

O sistema tornou-se disfuncional. Os interesses dominantes são atualmente globais, sejam as finanças, a comunicação, a informação, a apropriação de recursos naturais, o comércio de mercadorias ou o comércio privado de informações. Mas não temos capacidade de regulação global, a não ser as instituições internacionais enfraquecidas herdadas da II Guerra Mundial, há 80 anos. Bretton Woods é uma vaga memória. Ainda temos autoridades verificando nossas bagagens em aeroportos internacionais, enquanto os fluxos econômicos reais são apenas entradas virtuais em computadores. E há tantas finanças desonestas e paraísos fiscais, tantas vendas ilegais de armas, tantos oligarcas navegando na bagunça institucional legal e global. E os golpes, sempre que necessário. Necessário para quem?

Sim, sabemos o que deve ser feito, temos isso nos ODS, nos ESGs, no Global Green New Deal, no Pacto Global. Mas estamos desamparados, apenas observando o mundo descendo pelas corredeiras e se aproximando das cataratas. Um lembrete: as tecnologias que dominamos e os recursos financeiros que desperdiçamos são mais do que suficientes para garantir que tenhamos o suficiente para todos, sem destruir nosso futuro. A ganância é para idiotas. E ver como estamos nos afundando nessa catástrofe em câmera lenta é de nos deixar doentes. *Hightech assholes!*

Caminhos? Está tudo escrito: uma sociedade economicamente viável, mas também socialmente justa e ambientalmente sustentável. Eu aprendi os caminhos, tanto nos estudos de economia como nas experiências em tantos anos, inclusive na China. Em termos políticos, é assegurar o equilíbrio entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil. Frente à ditadura, em 1970, eu escrevi *Os caminhos da vanguarda*. Paguei o preço. Hoje, mais modestamente, publiquei *Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana*. Inclusive com quatro eixos de propostas para reconstruir uma economia digna deste nome. É possível.

Não somos um país pobre, como eu conheci tantos, destruídos pelos países hoje ricos. A conta é simples: o nosso PIB de 2022 foi de 10 trilhões, divididos pelos 203 milhões que somos, equivalem a 16 mil reais por mês por família de quatro pessoas. E a conta é essa mesma. O nosso problema não é econômico, de falta de recursos, e sim de organização política e social. A tragédia de ter conhecimento de economia, para mim, é que a desgraça que estão fazendo, com discursos empolados, e a bandeira nas costas, se torna transparente. E não é misterioso: se você orienta os recursos para os que mais deles necessitam, a massa da população, isso gera demanda, que estimula consumo e produção, os quais por sua vez geram tanto emprego como receitas para o Estado, fechando a conta. Funcionou no New Deal americano, no Welfare State do pós-guerra, funciona na China, que tirou 600 milhões da pobreza ao mesmo tempo que se tornava uma potência econômica. E fun-

cionou no Brasil de políticas distributivas. Será tão complexo entender que a economia deve funcionar para as pessoas?

Austeridade? Posso sugerir algo?

^[i] Nicholas Shaxson – *The Finance Curse: how global finance is making us all poorer* – Grove Press, Nova York, 2019 - <https://dowbor.org/2023/10/the-finance-curse-how-global-finance-is-making-us-all-poorer.html>

^[ii] Marjorie Kelly – *Wealth Supremacy: how the extractive economy and the biased rules of capitalism drive today's crises* – Berrett-Koehler Publishers, Oakland, 2023 - <https://dowbor.org/2023/10/wealth-supremacy-how-the-extractive-economy-and-the-biased-rules-of-capitalism-drive-todays-crises.html>

^[iii] L. Dowbor – *O Dreno Financeiro no Brasil* – 2023 - <https://dowbor.org/2023/02/o-dreno-financeiro-que-paralisa-o-pais-a-farsa-do-deficit.html> – Para uma reversão dessa tendência desastrosa, ver L. Dowbor – *Resgatando a Função Social da Economia* – Editora elefante, 2022 – <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

^[iv] Oxfam – *Países mais pobres do mundo cortam gastos públicos em mais de 220 bilhões* – Oxfam, 9 de outubro de 2023 - <https://www.oxfam.org/en/press-releases/worlds-poorest-countries-slash-public-spending-more-220-billion-face-crushing-debt>

^[i] Nicholas Shaxson – *The Finance Curse: how global finance is making us all poorer* – Grove Press, Nova York, 2019 - <https://dowbor.org/2023/10/the-finance-curse-how-global-finance-is-making-us-all-poorer.html>

^[ii] Marjorie Kelly – *Wealth Supremacy: how the extractive economy and the biased rules of capitalism drive today's crises* – Berrett-Koehler Publishers, Oakland, 2023 - <https://dowbor.org/2023/10/wealth-supremacy-how-the-extractive-economy-and-the-biased-rules-of-capitalism-drive-todays-crises.html>

^[iii] L. Dowbor – *O Dreno Financeiro no Brasil* – 2023 - <https://dowbor.org/2023/02/o-dreno-financeiro-que-paralisa-o-pais-a-farsa-do-deficit.html> – Para uma reversão dessa tendência desastrosa, ver L. Dowbor – *Resgatando a Função Social da Economia* – Editora elefante, 2022 – <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>

VENCEMOS O FASCISMO? ANÁLISE DE 60 ANOS DO GOLPE DE 1964 A PARTIR DA MANUTENÇÃO DA MENTALIDADE INQUISITÓRIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Leonardo Costa de Paula¹

1. Da indagação motivadora

Em novembro de 2023, Javier Milei foi eleito para presidência da Argentina. Este é mais um governante com discurso de extrema direita eleito no século XXI. Esse movimento ainda assusta o mundo em vista do que vários outros países também passaram e passam há pouco. Governos com discursos extremistas e de direita sendo eleitos e nós conseguimos um panorama diferente no Brasil.

Frente à indústria de reprodução de falsidades aos moldes do marketing nazista de Joseph Goebbels, em que a reprodução de uma mentira mil vezes se torna verdade, acaba por legitimar e colocar governantes com discursos fascistas no poder, tem-se a tendência de divulgar inverdades por aplicativos de mensagens instantâneas.

Tais aplicativos servem tanto para divulgar falsidades, como alentos. Como experiência pessoal, pude perceber em vários grupos de *Whatsapp* algumas pessoas confiantes em afirmar que o Brasil venceu o fascismo, ou, que nós vencemos o fascismo – em contraste com o que aconteceu aos *hermanos* nesses últimos meses.

Apesar dessas percepções individuais que parecem obnubiladas, será que, propriamente, se pode afirmar que vencemos o fascismo? Então, a partir dessa indagação e sob o manto da análise do Processo Penal no Brasil antes do golpe de 1964, durante a ditadura militar e pós ditadura militar, se analisará as possíveis respostas para a seguinte indagação: No campo do Processo Penal, no Brasil se venceu o fascismo?

1 Professor Adjunto de Direito Processual Penal da Universidade Federal Fluminense. Presidente do Observatório da Mentalidade Inquisitória. Doutor em Direito do Estado (UFPR).

2. Das premissas teóricas

Por se tratar de um texto de recorte muito curto, mas com grande complexidade para análise de assuntos complexos abordados, se dividiu este texto em premissas teóricas, que agora se cumpre e ao final poderemos apresentar uma possível conclusão.

a) Pequeno recorte histórico e da sobrevivência do nosso Código de Processo Penal

Dia 8 de setembro de 1941 foi assinada a exposição de motivos do persistente e ainda vigente Código de Processo Penal brasileiro. Seu signatário é Francisco Campos, ministro da Justiça do Estado Novo, governo autoritário em exercício.

Não fosse apenas a obra de Francisco Campos, não fosse o conteúdo da exposição de motivos e tudo o mais que representa uma clara aderência do Código de Processo Penal brasileiro ao Código de Processo Penal italiano, derivado do governo de Mussolini, Alfredo Rocco e seu código é citado textualmente por Campos na exposição do CPP.

Em um momento autoritário e fascista do governo brasileiro, 1937-1945, nosso então ministro da justiça utilizou-se da inspiração da codificação do governo declaradamente fascista. Eis uma parte do berço da formação da mentalidade do processo penal brasileiro. A vinculação ao Código fascista é tão grande que Coutinho chega a afirmar que “o CPP de 41, cópia malfeita do Codice Rocco de 30, da Itália, marcado pelo princípio inquisitivo nas duas fases da *persecutio criminis*, logo, um processo penal regido pelo Sistema Inquisitório”²

Por sua vez, também por Coutinho³, se esclarece que o próprio Código de Rocco é uma cópia ruim do Code d’Instruction Criminelle, vulgo Código Napoleão, de 17/11/1808.

Jean-Jacques-Regis de Cambacérès criou o Código de Processo Penal que inspirou Rocco e, por sua vez, inspirou Campos. Nele se instaurou um simulacro de sistema que afastaria, de alguma forma, o inquisitório, qual seja uma segunda fase que tem a presença de suposto contraditório e ampla defesa com a presença de um suposto juiz imparcial e um acusador, colocados lá para fazer a figuração formal.

Isso inspira o judiciário brasileiro, pelo menos desde 1941. Mas, a discussão deve-se pautar sobre os 60 anos do golpe militar. E, mesmo que no

2 COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Observações sobre os sistemas processuais penais. Curitiba, Editora do Observatório da Mentalidade Inquisitória, 2018, p. 138.

3 idem.

primeiro plano não pareça, é justamente sobre a manutenção dessa codificação por todo esse período que fazem parecer democráticos e acusatórios o código desde 1941, o qual permaneceu praticamente inabalado por todo o período da ditadura militar no qual a alteração de uma codificação para ser mais punitivista seria absurdamente fácil depois da unificação de um único Código operada pelo então ministro da justiça de Vargas.

É justamente Francisco Campos o elo que liga Cambacerès com um código inquisitorial travestido de garantidor de processo pseudoacusatório até os dias atuais, mas não só. Francisco Campos também foi o autor do conhecido Ato Institucional n. 1, o qual inaugurou o Golpe de Estado.

Esse é o gancho que nos leva ao próximo ponto da premissa teórica, o que é inquisitorial.

b) O que é inquisitorial?

Para falar de sistema acusatório ou inquisitório é necessário apresentar, antes, o que se entende por sistema para em seguida se pensar no substantivo que distinguem os dois sistemas entre si. Sistema é um todo complexo ligado por um princípio unificador. Esse princípio liga tudo que está no próprio sistema.⁴

Quando se pensa sistema tal qual Coutinho,⁵ a partir de ideia kantiana de sistema, sabe-se que nenhum sistema é puro. Todos os sistemas sofrem influência dos elementos e da outra estrutura. A questão central é que qualquer elemento colocado em um sistema vai operar sua racionalidade a partir de um princípio unificador, o qual é o ponto de partida do sistema é o definido do signifiante primeiro, o mito fundador.

De forma bem sintética, o princípio unificador do sistema inquisitório é o princípio inquisitivo que a seu turno quer dizer que substancialmente as três funções são realizadas por uma única pessoa. Independentemente de existir, na forma, acusação, defesa e juiz se, no fim, qualquer função das partes puder ser realizada pelo juiz este se reduz a um inquisidor.

De outro ponto, também sinteticamente, o princípio unificador do sistema acusatório é o princípio dispositivo que significa substancialmente que as três funções de julgar, acusar e defender são realizadas substancialmente por pessoas distintas.

Há que se destacar que o processo é dirigido com o fim de alcançar uma sentença, uma decisão. Essa decisão é nutrida por provas para que seja condenatória ou, no outro ponto, na ausência de provas ou presença de confrontação das provas, a absolvição. Assim, a busca e preparação de elementos

4 COUTINHO, *op. cit.*, p. 72.

5 *idem.*

para a condenação é tarefa da acusação no processo penal. A defesa pode ou não produzir provas no processo. Dado, portanto, que a lógica clara é de que o princípio unificador é direcionado para a atividade probatória. Dessa forma, a gestão da prova é o maior dos medidores do êmbolo de um sistema.

Se o juiz pode assumir a função de buscar provas, o sistema é inquisitório, independentemente se há ou não acusador, se na forma parecem ter partes distintas, ou não. Se o juiz não pode assumir a busca da prova e nem pode condenar com ou sem provas quando as partes pedirem absolvição, ele é um sistema acusatório. Só é um processo se tiver partes, se e somente se as partes que nutrem o processo de elementos e não podem ser substituídos por um inquisidor ou acusador de reserva sentado no lugar do juiz. Isso é indiscutível para a democraticidade de um sistema processual penal. Pedir é função das partes. Decidir é função do juiz. Juiz que pede e decide é inquisidor.

3. É possível afirmar que vencemos o fascismo ao olhar para o processo penal?

Em março de 2023, o STJ afirmou a legalidade do artigo 385 do CPP⁶, dispositivo legal que, além de original do Código de Francisco Campos, diz textualmente que o juiz pode condenar independente do dono da ação e processo penal pedir absolvição. Esse dispositivo retira, no mínimo, do Ministério Público a função de parte no Processo. Transforma o juiz em inquisidor nos moldes da exposição de motivos e fazendo jus à vontade de Francisco Campos, Alfredo Rocco e Cambacerès. Por força da justiça do estudo, não cabe aqui desenvolver um estudo metodológico sobre esse tipo de decisão.

Se a parte, que é dona da ação, não importa ao Estado para dizer que determinado caso penal não serve para gerar uma condenação a um indivíduo e, no final, quem fará essa análise de pedido condenatório, de ofício, para a condenação após toda a instrução processual é o juiz, será que é mesmo possível afirmarmos, pelo menos no campo do processo penal, que vencemos o fascismo?

O fascismo e fascista são autoritários. Participação coletiva em decisões é impensável para eles. Fascistas usam o subterfúgio da força da lei.⁷ Entender o fascismo para além da experiência histórica, demarcada no período da

6 CONJUR; VITAL, Danilo. *Condenar réu após pedido de absolvição do MP não viola sistema acusatório, diz STJ*. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2023-mar-14/juiz-condenar-reu-pedido-absolvicao-mp-reafirma-stj/#:~:text=Conforme%20o%20artigo%20385%20do,sistema%20acusat%C3%B3rio%20adotado%20no%20Brasil.>>, acesso em 06 de janeiro de 2024.

7 TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2016.

segunda guerra mundial, da qual nosso CPP se nutriu é indispensável para saber que existem atos fascistas e manutenção de lei fascistas no nosso ordenamento. A cada momento que a jurisdição reafirma as vontades e interesses de quem foi o redator do Ato Institucional n. 1 – com o destaque da completa e absoluta incompatibilidade com o sistema constitucional instaurado em 1988 – é o mesmo que tornar viva toda a experiência que legitimou o que o mundo viu entre fascismo e nazismo.

Casara vai dizer que “é o fascismo que permite manifestações populares antidemocráticas, com todas as contradições inerentes, e outras posturas contrárias aos interesses concretos desses próprios portadores da personalidade fascista.”⁸

Ferrajoli⁹ há muito já indicou e esclareceu que sociedades autoritárias escolhem sistemas processuais inquisitoriais. Sociedades que superaram o autoritarismo e são democráticas, propriamente, adotam e optam por um sistema acusatório, fundado em princípio dispositivo.

Se uma associação como esta, de escolha entre sistemas acusatório e inquisitório, é tão importante para demonstrar uma separação tão clara assim a indagação que motivou a presente pesquisa retorna para tentarmos compreender e, talvez, responder: No Campo do Processo Penal será que nós vencemos o fascismo?

Ora, em se tratando da formulação do vigente código em que o juiz pode, supletivamente – ou na falha/inércia das partes buscar provas que possam condenar ao arrepio da definição do *in dubio pro reo*; em se tratando de um CPP que diz que juiz pode condenar quando as partes pedirem absolvição ao arrepio da CRFB definir quem é o dono da ação, qual seria a única possível resposta à pergunta, vencemos ou não vencemos o fascismo?

Em que pese um pleito eleitoral dizer que em um determinado momento não foi eleito um fascista no Brasil, ou um governante com muitas atitudes e declarações fascistas é sempre importante lembrar que o fascismo nunca dorme. O fascismo está sempre apto a se reproduzir e se espalhar.

A questão então é bem clara: Para qualquer pessoa que estuda Direito Processual Penal, de maneira dogmática crítica, em que observa o Direito em realização no país e mundo concreto jamais se poderia pensar que o Brasil venceu o fascismo baseado em um único pleito eleitoral, próximo, e no contraste com o que estão passando neste momento *los hermanos* argentinos.

Enquanto a mentalidade inquisitória persistir em se reproduzir nos julgados para afirmar que juiz pode condenar com pedidos de absolvição, afirmar que juiz pode buscar prova na falta do promotor, que juiz pode decretar

8 CASARA, Rubens. *Sociedade sem lei*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

9 FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*. Madrid: Trotta, 2000.

prisão de ofício independente da vontade do acusador, público ou privado se manifestar neste sentido, enquanto se pensar que juiz pode decretar cautelar mais grave não requerida, então, quem realmente estuda o Direito Processual Penal deve se levantar para bradar em alto e bom tom que não vencemos o fascismo, não vencemos a mentalidade inquisitória e, aparentemente, estamos muito distantes disso acontecer.

Para quem ainda se indaga: Como explicar a manutenção do CPP durante toda a ditadura? Isso só foi possível porque a lógica e a mentalidade desde Cambacerès, desde Rocco, desde Campos é a mesma do momento autoritário que seu marco inicial completa 60 anos em 2024. Repetir e fazer valer a exposição de motivos do CPP e os artigos nunca recepcionados por absoluta inconstitucionalidade que ainda persistem em existir só fazem reforçar a mesma lógica e a mesma mentalidade inquisitória.

Infelizmente, é importante lembrar Umberto Eco, o fascismo é eterno. Infelizmente, é importante lembrar Bertolt Brecht, que o fascismo está sempre pronto para se reproduzir. Da mesma forma que o fascismo é eterno e sempre vai se reproduzir, a produção metodologicamente comprometida e crítica será resistência.

Não vencemos o fascismo. Não vencemos a mentalidade inquisitória. Mas, cada dia que passa, quem sabe, teremos menos fascismo nos tribunais e mais democracia. Quem sabe, um dia, teremos menos Francisco Campos nas decisões judiciais e mais Constituição de 1988.

O dia 31 de março, suposto dia 1º de abril de 1964, sempre será lembrado como o dia da vergonha e nunca da revolução. Este é o dia que marca o início da resistência. E todos que defendem a Constituição e a fazem valer desde seus escritos até as decisões jurisdicionais serão resistência, mas, que se enfatize: não vencemos o fascismo e quiçá isso nunca ocorrerá. Que nunca se confunda uma pequena batalha com a própria guerra. *Hasta la victoria siempre, hermanos!*

VIDA CULTURAL, ONTEM E HOJE. DO NACIONAL POPULAR AO INDIVIDUALISMO EMPREENDEDOR.

Leonardo Silva Andrada¹

Quando se pensa na resistência à ditadura burgo-militar de 1964-85, são recorrentes as referências a duas formas típicas do período: as dissidências armadas e a produção cultural. Na memória do período, preservada nos filmes, representações e relatos, as menções a sequestro de embaixadores ou universitários na região do Araguaia dividem espaço com a exaltação de manifestações como o Cinema Novo, o Teatro de Arena, a MPB e a Tropicália. São traços marcantes da memória coletiva sobre o período, com identificação quase automática, pois expressam as formas criativas fermentadas no país, que pareciam estar finalmente se apossando de um futuro há muito anunciado. A vida cultural assumiu papel de Cidadela da resistência, à medida em que o regime se despia de seus pudores institucionais e assumia caráter abertamente ditatorial, vedando ou tutelando todos os canais de atuação propriamente política. A via artística-cultural ficou marcada, para a massa sem atuação militante, como o espaço avançado da luta contra a ditadura. E pode gravar esse tipo de produção, na memória da época, porque teve receptividade na nascente cultura de massas do país.

O reconhecimento da produção artística da época como a forma de resistência por excelência pode ter contribuído para que as obras do período sempre ressurgam, quando se trata de manifestar o descontentamento com o arbítrio e a repressão. Mas não parece que essa explicação seja exaustiva. Já são quase quatro décadas do retorno oficial ao governo civil, e o país atravessou transformações profundas o bastante para reconhecermos uma configuração social distinta, que oferece elementos de outra natureza como matéria prima para a elaboração estética. O esgotamento do modelo desenvolvimentista por substituição de importações, que tem início ainda no período ditatorial, cede passo à reestruturação produtiva neoliberal e todos os seus impactos nas relações de trabalho, na estrutura de classes e na ordem social de maneira geral. A morfologia da classe trabalhadora, as relações entre as classes, suas formas organizativas, o acesso a bens e serviços, a integração subalterna ao capitalismo financeiro, os avanços na robótica, a tecnologia da informação,

¹ Doutor em Ciência Política, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora.

entre outras tantas transformações vividas pelo país, em sua incorporação ao circuito financeiro global, levam à configuração de um contexto social, em larga medida, muito diferente daquele que nos deu *Eles Não Usam Black Tie, Deus e o Diabo na Terra do Sol, Panis et Circensis* ou *Roda Viva*².

No começo dos anos 90, os estudantes que marchavam pelo impeachment de Collor cantavam *Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores*, e trinta anos depois, parte do país cantou *Apesar de Você* para Jair Bolsonaro³, nas eleições presidenciais de 2022. Em momentos históricos de intensificação do ajuste neoliberal, foram canções da resistência à ditadura que serviram como expressão estética do movimento de massas. Certamente que nem esses dois, nem qualquer outro momento histórico, apresentaram *vazio cultural* de fato, apesar do uso metafórico da expressão. O que parece ajudar a esclarecer esse descompasso cronológico é o que cada momento pode apresentar como sua expressão artística característica – o que representa, de forma mais ou menos generalizada (sempre em termos muito circunscritos) o interesse da audiência, que obras prendem a atenção do grande público, em cada conjuntura destacada. Vivemos uma quadra histórica em que as noções de luta, resistência e conquistas foram deslocadas das disputas entre projetos coletivos de transformação da ordem social, para o reconhecimento de questões individuais, com a afirmação de traços identitários como o horizonte a ser alcançado. Enquanto pairava sobre as mentes criadoras uma preocupação com a nação que gostaríamos de construir, o teatro, a música, a literatura e o cinema escoaram obras que refletiam as disputas entre correntes sobre a melhor estratégia para a superação do atraso, e os caminhos táticos para a construção da soberania nacional. A momentânea vitória ideológica dos valores de mercado desaloja essas preocupações de caráter coletivo, promovendo os louvores do indivíduo empreendedor consumidor. Se no premiado filme de 1967, o Senador Porfírio Diaz exorta o interlocutor a reconhecer sua própria classe⁴, e em 1973 cantava-se “*na arquibancada pra a qualquer momento, ver emergir o monstro da lagoa*”⁵, em 2023 louva-se que a propaganda do maior banco do país inclui um oprimido, e a cantora pop fenômeno internacional é exaltada como *libertação feminina* por dançar da forma hiper sexualizada típica dos anseios sexistas. Como foi possível esse trânsito? Que processos históricos e sociais levaram a transformações tão profundas?

Podemos começar recuperando a constatação de que *a ideologia dominante de uma época é a ideologia da classe dominante*, como disse um pensa-

2 Exemplos de música, teatro e cinema, referências constantes nos trabalhos sobre a vida cultural do período ditatorial.

3 Duas canções tornadas hinos informais da resistência à ditadura.

4 Cena do filme *Terra em Transe*, de Glauber Rocha.

5 Trecho da canção “Cálice” de Gilberto Gil e Chico Buarque.

dor alemão. Os mecanismos de socialização, responsáveis pela reprodução da ordem, são pautados pelos valores e comportamentos condizentes com os parâmetros dominantes, o que os torna responsáveis pela perpetuação da estrutura social nesse nível. É da própria lógica da socialização que seja assim, e não foi por outro motivo que Gramsci chegou às formas de reprodução da cultura popular, em sua inquietação com as razões da aquiescência. Para que haja ideologia contra hegemônica, é preciso que existam espaços de formação e disseminação com uma perspectiva crítica da ordem social, capazes de fornecer as mesmas “explicações” ideológicas dominantes, em um sentido oposto.

Acompanhando a história do capitalismo moderno, os sindicatos e outros órgãos da luta revolucionária, buscando organizar a classe trabalhadora para a alteração da ordem social, se constituíram como espaço para essa formação ideológica contra-hegemônica. Nesse sentido, podemos compreender as teses que associam a vida cultural da primeira metade da ditadura à dinâmica social vivida no país durante o período anterior. A aceleração da nossa modalidade conservadora de modernização, experimentada no período JK (1955-1960), intensificando a industrialização, teve como reverso dialético o adensamento da vida associativa de trabalhadores na cidade e no campo. Sindicatos e Ligas Camponesas se multiplicavam, complementando o fenômeno sociológico da urbanização massificada do capitalismo tardio no Brasil. Nesse período histórico, a grande referência, a orientar a apreensão da conjuntura e como responder adequadamente a suas demandas, era a esperada Revolução Brasileira. A sua precisa qualificação, como nacional-democrática ou socialista, ainda inseria cunhas entre as correntes que formavam esse grande movimento de politização da vida pública, mas de forma geral entendia-se que se tratava de uma luta pela soberania nacional associada à melhoria significativa das condições de vida da maior parte da população. O amálgama possível entre tais forças resultou no *nacional-popular*, nomenclatura algo imprecisa para uma espécie de pacote ideológico que tinha definidos um sujeito – o “povo brasileiro” – e um horizonte – a libertação nacional – mas cujo programa para promover o encontro entre ambos, era objeto de permanente disputa. Este nacional-popular equivale ao programa político-ideológico que deveria amalgamar o bloco histórico que seria o sujeito da libertação nacional, o *povo brasileiro*. A orientação para a disputa da hegemonia, portanto, se assentava numa determinada concepção de povo e de nação, e em seus termos eram explicadas as razões do atraso brasileiro, como ele seria superado, por quem, e como se ordenaria o novo Brasil que inevitavelmente adviria.

Se a segunda metade dos anos 1960 é marcada por uma produção artística com pretensões subversivas, associada a um projeto coletivo de reformulação da sociedade, contemporaneamente não são abundantes as manifestações culturais com esses traços. As obras do período recente podem ser

associadas a um *individualismo empreendedor*, marcado pela reafirmação e exaltação dos valores de mercado, em razão do declínio da participação em espaços associativos, cuja dedicação à discussão de projetos coletivos de transformação social foi o impulso para a fermentação ideológica contra-hegemônica. A partir desse contraste, podemos perceber, de maneira geral, a relação entre os espaços associativos, projetos coletivos de transformação social e a elaboração de ideologia contra-hegemônica. Nesse sentido, é proeminente a influência da proposta da *Revolução Brasileira* por organizações políticas e a expressão do *nacional-popular* na vida artística-cultural, bem como a sua substituição por valores e referências da sociedade de mercado, com o declínio da participação nesses espaços coletivos.

No Brasil dos anos 60, ocorre a intensificação das taxas de sindicalização, aparecendo nos discursos golpistas que João Goulart pretendia estabelecer uma “República Sindicalista”. Como a relação entre elaboração estética e vida política não é imediata, levando tempo para o esgotamento das referências de um período como fonte para a criação, a repressão aos sindicatos não logrou eliminar a produção cultural que florescia do substrato nacional popular, com a mesma rapidez que se livrou dos dirigentes sindicais incômodos. A primeira fase da ditadura, que vai do golpe até a imposição do AI-5 (1964-1968), ainda dá espaço à publicação de obras que refletem as expectativas da revolução brasileira, antes que a intensificação do arbítrio, a censura e a repressão conseguissem finalmente estancar esse manancial. Complementando o trabalho da censura e a repressão, a ditadura burgo-militar cria e desenvolve a estrutura institucional que dará o suporte à consolidação da indústria cultural no Brasil. O período final da ditadura, após as medidas relacionadas à *Abertura*, testemunha a retomada do impulso associativo quebrado com o golpe, e surgem tanto o *Novo Sindicalismo*, quanto associativismo de bairro, novos movimentos sociais e ONG’s, refletindo a conjuntura internacional e a nova orientação das formas de organização do movimento popular após a experiência do período de repressão mais intensa. Um revigoramento que não teria vida muito longa, em virtude dos processos de reestruturação produtiva e o pacote de ajustes institucionais, expressões do neoliberalismo que avança a partir dos anos de 1980.

Após um malsucedido ensaio com Fernando Collor, a formação neoliberal da vida econômica e da estrutura institucional avançam de forma irresistível no duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Deixadas de lado as demais consequências brutais que essa operação impôs à classe trabalhadora brasileira, houve uma que foi especialmente trágica, à medida em que compromete a capacidade para resistir às demais. O processo de *reestruturação produtiva*, incorporando tecnologia da revolução robótica e redefinindo o próprio processo produtivo, promove desemprego crescente, as alterações constitucionais eliminam direitos e garantias, precarizam os serviços públicos, e praticamente impõem a concor-

rência entre trabalhadores. Ficam solapadas as bases de qualquer solidariedade de classe, causando grande impacto na estrutura organizativa que emerge desse sentimento: os sindicatos. A combinação entre ausência de espaços de formação contra hegemônicos e uma sólida indústria cultural pautada nos valores e práticas dominantes levam à propagação do ultra individualismo e demais traços distintivos da sociedade de consumo, característicos de uma sociabilidade neoliberal. O período recente é adequado para o contraste, à medida em que os últimos governos foram dedicados à realização do programa agressivamente neoliberal do golpe que derrubou Dilma Rousseff, reforçando os traços do *individualismo empreendedor*. Se a sociedade marcada pelo ascenso das formas de associativismo produz formas estéticas que correspondem a essa dinâmica, alternativamente, uma sociedade que passou pelo dismantelamento dessa rede de associações, e tem como matriz cultural uma forma de individualismo, deve nos oferecer uma variada produção cultural pautada nesses valores. As artes só podem refletir o que se passa na sociedade em que se expressam, portanto, para uma vida cultural que não se preste ao reforço do consumismo que ameaça a existência humana no planeta é uma pré-condição que sejam criadas as bases materiais para uma produção com outro sentido. Sem recuperar o referencial de solidariedade que impulsiona projetos coletivos, e os espaços públicos para a disseminação dos valores correlatos, continuaremos cantando as maravilhas de circular pela cidade em uma caminhonete com o preço equivalente a vinte anos de salário de um trabalhador brasileiro.

Bibliografia

- GOENDER, Jacob. (2014) – “*Combate nas Trevas*”. São Paulo: Expressão Popular.
- GRAMSCI, Antonio. (2002) – “*Cadernos do Cárcere*”. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LOSURDO, Domenico. (2004) – “*Democracia ou Bonapartismo*”. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EdUNESP.
- MARX, Karl. (2010) – “*A Ideologia Alemã*”. São Paulo: Boitempo.
- NAPOLITANO, Marcos. (2017) – “*Coração Civil – A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)*”. São Paulo: Intermeios.
- RIDENTI, Marcelo. (2000) – “*Em Busca do Povo Brasileiro*”. Rio de Janeiro e São Paulo: Record
- ORTIZ, Renato. (1994) – “*A Moderna Tradição Brasileira – Cultura brasileira e indústria cultural*”. São Paulo: Brasiliense.

REGISTRO DE UMA MULHER DE 64 ANOS SOBRE OS 60 ANOS DA DITADURA (1964-1985)

Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino

Para a elaboração desse texto retomo textos de transcrição de entrevistas por mim dadas. Uma que foi o meu depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 9 de maio de 2014; a outra foi dada a Gabriela Reis para seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulada “Filhos da Ditadura – Memórias de um período repressivo”, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2014.

Refletir sobre a ditadura civil-empresarial-militar brasileira é sempre uma tarefa importante e igualmente difícil por aquilo que me afeta pessoalmente. Minha infância e juventude foram vividas durante a ditadura e sou de uma família de esquerda com muitos membros afetados diretamente pelas ações repressivas do Estado nesse período.

Em abril de 1964, eu tinha quatro para cinco anos de idade e as lembranças desse ano são fragmentadas e nebulosas. Ao participar do projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro, realizei um trabalho fundamental no processo de resgate da memória e de compreensão e ressignificação das violências vividas. Identifiquei que esse período, que não se limita a 1964, foi marcado por muita angústia e medo. Pelo silenciamento e desconfiança nos espaços públicos. Uma das primeiras lembranças é a de minha mãe, Sarah Motta Lima Leão de Aquino, dizendo “não falem nada” para mim e meus irmãos. Nessa época éramos cinco crianças de oito meses a 10 anos. Eu, uma criança tão pequena, me perguntava: o que significava “não fale nada”? Isso me marcou como algo muito forte e por toda a minha vida e sinto um silêncio enorme dentro de mim. Não fale nada para quem? Essa foi outra marca de então – em quem podemos confiar?

A orientação dada por minha mãe, que provavelmente não se deu em uma conversa apenas, veio também em outras conversas sobre o que estava acontecendo e o que ela já tinha vivido quando menina, no Estado Novo. Seu pai foi cassado e teve que se exilar, condição que durou por quase 9 anos. Minha avó e os filhos permaneceram no Brasil e sofreram várias consequências. Meu avô, Pedro Motta Lima, foi um escritor e jornalista muito combativo e integrante do Partido Comunista. Além disso, minha mãe também fora da Juventude Comunista, assim como seus irmãos. Quando se instaura o golpe

em 1964, ela já sabia muito bem o que uma ditadura pode fazer – prisões, torturas, assassinatos...

Logo nos primeiros Atos Institucionais do governo militar, os nomes de meu avô e meus tios, Luiz Viegas da Motta Lima e Afonso Cascon, constaram na lista das pessoas cassadas, sendo justificada como de “[...] interesse da paz e da honra nacional [...]” e em seguida afirma que “[...] sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos”, conforme expresso no Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

Embora meu avô não fosse fisicamente presente, ele era uma pessoa muito presente nas histórias familiares, em especial por minha mãe, que contava com muito orgulho e entusiasmo os feitos, a coragem e o bom humor de seu pai. Por conta do seu tipo de jornalismo e militância política, toda vez que os governos se tornavam mais repressivos seu jornal era empastelado, era fechado, ele era preso, detido ou tinha que fugir e se esconder. Então, minha mãe cresceu nesse ambiente acostumada a ter essa figura do pai. Era confuso, mas ele não era visto como sendo uma vítima, ele era uma pessoa valente e digna, e até, de certa forma, ele era um herói no nosso imaginário.

Meu avô Pedro, que já morava na Tchecoslováquia como membro do Partido Comunista, tinha assumido o jornalismo e a comunicação com os países de língua portuguesa e espanhola. Com a cassação em 1964, permaneceu naquele país e não voltou mais ao Brasil. Ele morreu num acidente aéreo em 1966. Em sua trajetória como jornalista, foi diretor do jornal Tribuna Popular, que existiu de 1945 a 1947, com forte vínculo com o Partido Comunista, mas tendo em seu corpo editorial e jornalístico membros do Partido como também fora do partido. De fato, a direção do jornal era coletiva e, além de meu avô, contava com Álvaro Moreira, Aydano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir e Carlos Drummond de Andrade, como relata Paulo Motta Lima em entrevista a Gilberto Negreiros, publicada na Folha de São Paulo em 7 de janeiro de 1979.

Aqui aparece mais um membro da família materna e que representa a história de luta, de resistência e de sofrimento. Paulo Motta Lima, meu tio-avô, também jornalista e integrante do Partido Comunista. Esteve preso por cinco anos durante o Estado Novo e também atuou na Tribuna Popular. Tio Paulo conseguiu permanecer no Brasil durante a ditadura de 1964-85, mas com os cuidados necessários para se proteger.

Trago essas informações tanto por sua relevância para compreender a composição e experiência de minha família materna na vida política e suas perdas e sofrimentos provocados pelos órgãos da repressão e grupos fascistas, como ocorria em ações de ataque com quebra de máquinas, de empastelamento do jornal etc.

Como já mencionei, minha mãe, seus irmãos e cunhados se filiaram ao Partido Comunista na juventude. Minha mãe, ao se casar, se afasta das atividades do partido. Contudo, isso não impediu que, em 1964, ela passasse pelo constrangimento de ser investigada no seu local de trabalho, o Instituto de Resseguros do Brasil, àquela época uma paraestatal. Foi chamada pelo representante da repressão na empresa para que esclarecesse seu vínculo com o partido. Apesar de ter sido autorizada a continuar no trabalho, ela resolveu se afastar por um período. Com apoio de seu ginecologista-obstetra, Dr. Osvaldo Nazareth, que também era do Partido Comunista, marca uma cirurgia de períneo, embora não houvesse necessidade de realizá-la com urgência.

A tensão era grande e a tristeza foi maior para nós, cinco crianças tão pequenas. Chorávamos todas as noites de saudades e medo. Meu irmão mais novo, um bebê de 8-9 meses, adoeceu e chorava o dia todo. Essa lembrança é dolorosa e uma marca para sempre. Uma lembrança que só muito mais tarde pude compreender que o sofrimento se acentuava com todo o contexto de tensão e insegurança.

Ainda nesse início de 1964, meu tio Cascon, que era do Banco do Brasil e sindicalista, foi preso e levado para o estádio Caio Martins, em Niterói. Um estádio de futebol que foi usado pelas Forças Armadas como prisão de parte dos detidos. Segundo os relatos de quem esteve lá, as condições eram precárias, de humilhação e tortura psicológica como forjar fuzilamentos. Os presos eram colocados nus e enfileirados numa parede e soldados apontavam armas para eles, simulando uma execução coletiva.

Minha tia Ruth, irmã de minha mãe e esposa do tio Cascon, também foi buscada em casa para ser presa, mas como minha avó materna morava com minha tia e tinha tido um derrame cerebral e ficara hemiplégica, dependia de auxílio e cuidados de minha tia. Além disso, um dos meus primos, ainda criança, estava muito doente, assim a detenção se converteu a prisão domiciliar. Além da tensão e tristeza que atingiu meus pais, nós ficamos privados de ter contato com eles - avó, tios e primos. Antes disso, com frequência os visitávamos. Era uma casa com quintal, muito alegre, com primos de idades aproximadas às nossas, e o contato carinhoso com nossa avó.

A outra irmã de minha mãe, tia Judith e seu marido, tio Damaso Alvarez, logo nos primeiros dias de abril, pegaram seus filhos e foram para Tere-sópolis em casa de amigos. Ficaram ali até se certificarem de não haver ordem de prisão.

Já meu tio Luiz fugiu clandestinamente para a Tchecoslováquia. Logo depois, sua esposa, tia Fanny, foi encontrá-lo e deixa os filhos na casa da avó materna. Depois de um tempo, meu tio consegue regressar para o Brasil, ainda clandestino e usando outro nome.

Esses meus dois tios que eram do Banco do Brasil, Cascon e Luiz, por conta da cassação também perderam seus empregos sem qualquer direito trabalhista. Os dois se reinventaram profissionalmente. Tio Cascon passou a trabalhar como jornalista e tio Luiz se formou em economia e foi para empresa privada.

O ano de 1964 foi muito duro e triste, com sofrimento e medo. Mas sei que mesmo minha mãe tendo vivido todo esse sofrimento e angústia, ela não deixou de ser a mulher do rosto iluminado, o sorriso radiante e de um olhar amoroso e cheio de vivacidade. Nunca deixou de narrar as tantas histórias da família e suas lutas e feitos, muitas vezes com ironia, debochando dos algozes quando eram enganados por meu avô ou outros companheiros da resistência. Uma mulher que fez teatro em praças, escolas e presídios como atividade cultural e de formação política para o povo. Era irreverente e libertária, nos criou com muito amor, camaradagem e liberdade de nos manifestarmos e buscarmos nossos sonhos e desejos. Talvez por ser uma pessoa tão vibrante e amorosa, só quando adulta compreendi o quanto nossa vida familiar também foi marcada pela crueldade da ditadura.

Apesar de até aqui ter escrito pouco menos de três páginas, me dou conta da exaustão que sinto ao lembrar e registrar esse período. A ditadura, mesmo aqueles de nós que não passaram por tortura física, marca nosso corpo para sempre. Hoje já não tremo mais, mas o corpo se retesa, a garganta apertada, a respiração fica curta. Como disse Sartre, “a guerra mata, inclusive os que sobrevivem”.

Dito isso, cabe a quem sobrevive (re)existir. Como escreveu Walter Benjamin, em seu texto O narrador, é “preciso despertar no passado as centelhas da esperança” visto que “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”. Ele completa: “E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

Ainda com Benjamin, trago um fragmento desse mesmo texto:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo.

O combate ao fascismo (que se apresenta com novas roupagens a cada época), assim como à barbárie que está presente na cultura, nos colocam a “tarefa de escovar a história a contrapelo”, também nas palavras de Benjamin.

Daqui, passo a refletir sobre esse ano de 2024, passados 60 anos do golpe, ou do “dia que durou 21 anos” – título de documentário brasileiro, de 2004, com roteiro e direção de Camilo Tavares. Nunca um título fez tanto sentido para mim.

Agora, apresento meu pai, Rubim Leão de Aquino, mais conhecido como Aquino ou professor Aquino. Quando conheceu minha mãe, ele era getulista e eleitor do PTB. Com a convivência dele com meu avô Pedro, se deu seu processo de alargamento de uma perspectiva crítica e de posicionamento à esquerda. Mais tarde, já com quatro filhos nascidos, foi fazer o curso de História na FNFfi – Faculdade Nacional de Filosofia, mais tarde incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sem me alongar, vale dizer que essa experiência foi consolidadora de sua posição de esquerda e formadora de sua condição de intelectual. Um professor e intelectual engajado, militante. Comprometido com a formação crítica de seus estudantes, apaixonado pelo conhecimento. Atuou em uma organização clandestina, Resistência Armada Nacional (RAN), na década de 1970, o que o levou a uma prisão e posterior julgamento, no qual foi inocentado. Meu pai atuava no Sindicato de Professores do Rio de Janeiro (SINPRO), participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e depois do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Participou ativamente dos Movimentos pelas Diretas Já e pela Anistia e do Grupo Tortura Nunca Mais, tendo importante atuação tanto na busca por informações sobre mortos e desaparecidos, como também de centros de tortura e torturadores.

Meu pai teve significativo papel na minha formação política e intelectual. Suas atividades eram assuntos de conversas cotidianas, tamanho o envolvimento que ele tinha com esses temas e casos. Fora as inúmeras reuniões políticas em sua casa e a participação em atos políticos. Também tive a felicidade e o privilégio de ser sua aluna, um professor de História Contemporânea, autor de livros paradidáticos e outros sobre assuntos de seu interesse, indo desde o samba e futebol à guerrilha do Araguaia e à ditadura de 1964-1985.

Em minha trajetória de vida, desde a infância aos dias de hoje, convivo em ambientes diversos, mas tendo muitas oportunidades de ter uma formação humanista, crítica, libertária, comprometida com o coletivo e com o povo, uma formação de esquerda. Meu gosto pela vida me faz resistir e lutar contra a barbárie e o fascismo. Entendo que uma luta como essa só é possível com utopia e capacidade de esperar, como dizia Paulo Freire. A utopia e o esperar são quase um estado de espírito visto que a vida, assim como a história, se dá em movimento. E numa sociedade de classes, com profundas desigualdades, marcada pelo colonialismo, o escravagismo e o patriarcado há muito o que se enfrentar. O movimento de avanços e recuos é constante e por vezes muito intenso.

Neste ano de 2024, ainda estamos buscando desarmar os movimentos reacionários, conservadores e fascistas que se fortaleceram desde o golpe de destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Tendo sua mais forte expressão no governo de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, com extensa lista de barbáries cometidas que nem cabem aqui neste relato.

Agora, janeiro de 2024, completa um ano do governo Lula, um respiro depois de quatro anos sufocados com ares fétidos. Algumas mudanças começam a dar sinais de melhora para o povo brasileiro, entretanto, precisamos garantir que os “mortos estejam em segurança”, pois o inimigo continua à espreita. Um ano também se completa da tentativa de golpe no dia oito de janeiro de 2023.

“É preciso estar atento e forte”, já cantaram os músicos-poetas Caetano e Gil. Alertam ainda para termos atenção:

Atenção ao dobrar uma esquina
Uma alegria, atenção, menina
Você vem, quantos anos você tem?
Atenção, precisa ter olhos firmes
Pra este sol, para esta escuridão

Atenção, “tudo é divino, maravilhoso”, mas há “sangue pelo chão”.

Precisamos escovar a História a contrapelo, precisamos denunciar que todo “monumento da cultura [...] [é] também um monumento de barbárie”, voltando a Benjamin, no mesmo texto citado.

Agora, apresento aqui dois campos em que atuo e que considero de relevância no “escovar a História”,

Meu campo de luta e resistência tem sido na educação. Nos últimos quase 20 anos, sou professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Uma universidade pública, popular e socialmente referenciada, fortemente comprometida com a ciência, as artes e as múltiplas formas de conhecimento e pensamento. Nela formo e me formo no encontro com estudantes, colegas e população em geral que interage com a universidade em muitas de nossas ações. A Universidade deve cumprir seu papel de democratização do conhecimento com a participação da sociedade, numa perspectiva contra opressões e toda forma de exploração, contra o racismo, o patriarcado e o colonialismo. São pautas necessárias para enfrentar o fascismo e o conservadorismo.

Outra frente em que atuo é o coletivo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, fundado em 2014, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sua

primeira atividade pública em auditório da UERJ/Maracanã. Nosso grupo se constituiu durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) e assim se define:

O grupo de Filhos e Netos MVJ é um movimento social autônomo, suprapartidário de Direitos Humanos. Realiza atos públicos, pesquisa e projetos ligados ao tema da memória, verdade e justiça e da violência estatal de ontem e hoje...

Grupo de parentes e amigos de afetados pela Ditadura Civil-Militar: filhas e filhos, netos e netas, sobrinhas e sobrinhos... a voz de uma geração silenciada tem peso muito importante no atual golpe no Brasil!

A história dessas lutas não são herança familiar isolada, mas de toda sociedade. (<https://www.facebook.com/groups/790712550969875>)

Hoje esse coletivo já abarca pessoas de todo o país para refletir e definir estratégias e ações que viabilizem a produção e difusão dessas memórias apagadas, silenciadas, não só pelo direito à justiça e reparação, mas também o direito de toda a população conhecer a História produzida por diferentes sujeitos e os distintos contextos. Acredito que esse é um trabalho necessário para derrotar o fascismo.

MOSAICO DE MEMÓRIAS

Marcia Curi¹
Gisella Consani de Speranza²

Para Mamá Noemi y Gisella.
Para minha mãe, Rina Curi e meu pai,
Araken Vaz Galvão (in memoriam)

Neste 2024 o Brasil completa 60 anos de, como disse Chico Buarque, uma página infeliz da nossa História. Como sabemos, em 1964, o país marcou um tremendo gol contra quando, sorrateiramente, na calada da noite, tropas inimigas do então governo Jango e do povo brasileiro assaltaram de pronto a democracia, condenando o país a um triste, doloroso e brutal período que se alastrou por longos 21 anos. No sentido de “descomemorar” esse aniversário fui convidada a participar da coletânea “60 Anos do Golpe – Gerações em Luta” e, para realizar essa tarefa, precisei mergulhar em memórias e desmemórias sobre um episódio histórico que acabou por delinear meu percurso de vida. Tenho dificuldade em lidar com o passado. Desenvolvi uma espécie de bloqueio pra lidar com situações que envolvam tensão e sofrimento. Contudo, acredito ser fundamental nos apropriarmos da nossa história para, a partir dessa apropriação, reconhecermos o passado, entender o presente e pensar formas criativas de construir futuros mais bonitos.

Nasci em Montevideo/Uruguay no ano de 1971. Filha de pais que não hesitaram em comprometer suas vidas na luta contra um regime opressor, tive uma infância marcada por cortes bruscos de tempos, espaços e pessoas, o que acabou produzindo em mim uma espécie de amnésia vital para sobreviver a esses mesmos cortes. Refletir sobre o marco dos 60 anos do golpe militar, implica refletir sobre as tênues linhas que teceram minha trajetória e, sobretudo, reconhecer que as memórias fragmentadas que me definem são fruto de relatos alheios, da narrativa de outros e, muito possivelmente, carregadas da ludicidade própria da infância e do universo infantil.

Sobre minha infância, soube muitas histórias, algumas que parecem ter sido inspiradas em contos de ficção. Soube, por exemplo, que quando estava com

1 Marcia Curi Vaz Galvão vive no Brasil desde 1979. Estudou Teatro, se formou como atriz e professora de Artes Cênicas, é mãe e professora atuante na Educação Pública.

2 Gisella Consani de Speranza, vive en Arpajón, Francia, y allí trabaja de Animadora de niños “Animatrice territoriale” desde hace 30 años.

1 ano e 3 meses, militares invadiram minha casa, com aquele tradicional pé na porta em plena madrugada e vasculharam a casa inteira procurando sabe-se lá o quê. Soube que permitiram que minha mãe, que era “membra” do grupo Tupamaros, trocasse minha fralda enquanto eu brincava com uma espingarda que havia sido colocada, pelos militares, ao meu lado na cama. Soube que nesse dia minha mãe, que se chamava Gladys Celina Curi Bermudez³, mas era conhecida como Rina Curi, foi levada pelos milicos, com um pano preto na cabeça e permaneceu desaparecida por uma semana. Soube que, após essa semana, minha mãe foi finalmente encontrada no “Batallón de Infantería Nº13”, em Montevideo, onde permaneceu encarcerada por quase 4 anos. Soube que visitava minha mãe na prisão, sempre levada pela minha tia Martha Rosa Curi Bermudez ou pelo meu pai Araken Vaz Galvão⁴. Soube que, durante a prisão da minha mãe, troquei de casa algumas vezes, vivendo inclusive com pessoas que eram, até bem pouco tempo, de origem desconhecida. Soube, ainda, que vivi em alguns países da Europa, quando estive exilada junto com minha mãe e que, aos 8 anos de idade, já havia aprendido a falar 5 idiomas, entre eles o sueco e o catalão. Poderia seguir páginas a fio contando sobre a chegada ao Brasil, no ano de 1979, com a pseudo Anistia implantada pelo então ditador João Figueiredo e que, aqui no Brasil, durante o início dos anos 80, precisamos nos esconder e mudar de casa algumas vezes (desta vez junto com minha mãe, seu marido Edgard José Fonseca Fialho e meu irmão Carlos Curi Fialho, que acabara de nascer) pois seguíamos sofrendo perseguições e ameaças. São tantos os fios que atam e desatam esse emaranhado de memórias que, diante da limitação editorial, escolho um episódio recente, que julgo ser digno de um conto do realismo fantástico.

No dia 22/05/21, recebi via rede social a seguinte mensagem:

“Hola, me llamo Gisella Consani, busco a una niña, que hoy debe tener unos 50 años, Marcia.

Marcia hija de Rina, uruguaya y de Jaques Araquem, brasileiro. Rina estuvo presa con mi tía Zuleica.

Tu padre te trajo a casa y viviste con nosotros casi 2 años, dormías conmigo, llorabas de noche...

Yo tenía 8 años y tú 2 más o menos no me acuerdo bien de las fechas entre los años 72 – 76

3 Gladys Celina Curi Bermudez nasceu em Tacuarembó/Uruguay. Viveu a juventude em Montevideo, onde fez parte do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, foi presa em 1972 e solta em 1976. Foi para o exílio, na Europa com sua filha. Veio para o Brasil em 1979. Trabalhou como assistente social na Prefeitura do Rio/SMDS por muitos anos. Morreu em decorrência de câncer, em 2006, aos 59 anos.

4 Araken Vaz Galvão, brasileiro, baiano, sertanejo, nasceu em 1936 em Jequié/Bahia. Entrou para o Exército e foi considerado desertor após se opor ao regime militar. Viveu na clandestinidade e no exílio por mais de 10 anos. Voltou ao Brasil nos anos 80 quando pôde se dedicar a sua maior paixão, a escrita. Tem mais de 30 livros publicados. Foi membro fundador da Academia Valenciana de Letras. Morreu em decorrência de câncer em 2023.

Durante esos dos años todas las noches te canté el arrorró mi niño y el repertorio de María Elena Walsh hasta que te dormias

Quero pan, pan quero, quero agua, agua quero, cantabas vos...

Un día te vinieron a buscar, tu mamá desde la cárcel pensó que era mejor.

Yo te lloro desde el día en que te fuiste y me gustaría saber de tí.

Pasaron muchos años y ahora vivo en Francia.

Sos vos ???”

Ocorre que, como dito anteriormente, durante a prisão da minha mãe, por questões de ordem que não cabe citar nesta “escrivência”, fui levada para a casa de uma família - a família Consani, e permaneci por lá, pelo que soube, por um período de quase 2 anos. Minha mãe nunca falou claramente sobre esse período comigo. Aliás, tenho presente na memória um certo pacto com o silêncio que, por sua vez, foi trazendo à tona verdades proibidas. Nesse sentido, não sei se é possível traduzir em palavras o tamanho do impacto que foi receber uma mensagem como essa com quase 50 anos de atraso, e estando plenamente convencida de que esse passado já havia sido suficientemente trabalhado em intermináveis sessões de análise, assim como, na sanadora luta dedicada à educação pública, ofício que escolhi para minha vida, ou que o próprio destino, através de suas delicadas tramas escolheu para mim. O caminho de reencontro com o passado aberto a partir da chegada dessa mensagem e do encontro com Gisella e sua família vem possibilitando atualizações de tempos e espaços. A fresta, obstruída pela poeira dos anos e pelo silenciamento imposto, se abriu e segue abrindo novas perspectivas a respeito de um passado que parece querer ser cimentado a qualquer custo, mas que, desobediente e faceiro, invoca e impõe sua presença engendrando assim, novos horizontes. O que posso dizer sobre o reencontro com a família Consani? Posso dizer que descobri, 46 anos depois, que durante o período que passei com eles recebi afeto, cuidado e ganhei uma irmã. Gisella, que jamais se conformou com a forma como fui retirada da família, não só procurou por aquela criança por tantos anos, como também lhe rendeu uma homenagem, quando batizou sua 1ª filha com o nome de Marcia. Rendeu, ainda, a mim e minha filha, uma viagem para a França, país onde fui alfabetizada durante os anos de exílio e lugar para onde eu sempre soube que voltaria, mas jamais imaginei que seria dessa forma. Rendeu descobrir que o acolhimento ofertado há décadas, por Nelson e Noemi, se atualiza no presente e se estende à minha filha Clara. Mas, para além de tudo isso, ter tido o presente de me conectar com o passado de uma forma tão inesperada reorganizou minha órbita, preencheu lacunas, atualizou o tempo e, sobretudo, convidou ao perdão.

Quando trago essa bela palavra à superfície, não quero dizer, de forma nenhuma, que devemos esquecer ou “deixar pra lá” todos os horrores que deram a tônica durante os 21 anos do regime militar. Como dito ao início deste texto, o Brasil chega, neste 2024, ao marco de 60 anos de um tempo de horror e esse horror não apenas se aprofunda como também se atualiza justamente na sua própria negação. É preciso lembrar, pois não há justiça sobre algo que, hipoteticamente, não aconteceu. As obscuras e covardes práticas perpetradas pelos governos militares ao longo desse período não se limitaram a sequestrar, prender, perseguir, assassinar e desaparecer com qualquer pessoa que se posicionasse contrária aos interesses do golpe, a ditadura também sequestrou a memória e a colocou em cárcere privado, aniquilou famílias, exterminou presenças, estrangulou vozes. Não há perdão possível - não há Anistia, para crimes de lesa humanidade. Portanto, o perdão aqui trata da apropriação dos tempos *passado, presente e futuro* em respeito à *Memória e História* do país. É preciso reconhecer e brindar nosso passado não para chorá-lo, mas para sabê-lo, aprender com ele, identificar seus erros e nunca mais repeti-los. Sabemos que nosso passado recente não é reconhecido por parte significativa da sociedade brasileira e não me refiro apenas ao negacionismo que se espalha pelo Brasil e pelo mundo. A referência aqui trata de contribuirmos para que o país possa se educar à luz da *verdade histórica*, e nesse caminho, erguermos nossas mangas ocupando espaços sociais, sejam eles igrejas, praças públicas, centros comunitários ou (e por que não?) dentro de escolas. Investir numa educação pensada e discutida por todos nós, sociedade civil, viabilizando formas de promover, para além dos conteúdos programáticos, o desenvolvimento do pensamento crítico, da empatia e da solidariedade. Porque acredito com convicção (desculpem o trocadilho infame) que a tarefa de educar não é exclusividade de professores dentro de escolas, pelo contrário, entendo que toda e qualquer sociedade está intrinsecamente implicada na sua própria educação. Portanto, é necessária atenção e responsabilização sobre o que desejamos colher nos próximos 60 anos, sem perdoar o imperdoável, pensemos no simbolismo do perdão e sua capacidade de conduzir à libertação, visto que essa libertação é solo fértil para plantar novos amanhãs.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

“Mosaico de una Promesa Cumplida”

Gisella Consani de Speranza



O QUE RESTA DA DITADURA?

Marco Aurélio de Passos Rodrigues¹

I

Começo com um questionamento necessário, urgente e preciso. A pergunta levantada por Tales Ab’Saber trazida por Paulo Arantes em seu livro, *Novo tempo do mundo*, em específico no texto chamado 1964, aliás, um livro de suma importância para compreensão do mundo contemporâneo. O questionamento é o seguinte: O que resta da ditadura? Paulo Arantes responde da seguinte maneira: *tudo. Menos a ditadura*. Pois bem, este é o nosso ponto de partida das reflexões.

Já adianto ao nobre leitor, acostumado com exegese de textos filosóficos, que este exercício aqui não será feito. As reflexões de Paulo Arantes são meramente um ponto de partida para desdobramentos de outras reflexões.

II

Mesmo após 21 anos, a retomada da “democracia” deixou algumas heranças, uma espécie de presente de grego aos troianos. A participação dos militares no processo democrático, suas ameaças na construção dos artigos da constituição demonstram muito bem que, desde o início da república, militares vêm “participando” na construção sociopolítica do país.

Evidente que o advento da democracia foi o resultado importante e possível diante dos desafios e circunstâncias daquele momento histórico. Mas é preciso entender de maneira profunda o questionamento colocado por Paulo Arantes no início do texto. Sem isso, não vamos compreender o processo.

Como vocês sabem, é preciso escrever novamente, nem que seja mil vezes. Diferente de nossos hermanos, nós não punimos os criminosos da ditadura. Morreram de velhice. O documentário *Em busca de Anselmo*, e *Argentina: 1985*, são exemplos cabais de como esses dois países lidaram com seus passados. E cabe dizer. A maneira como lidamos com isso, de forma descuidada, nos legou uma geração que não soube o que foram esses 21 anos.

¹ Doutor em Filosofia e Educação (PHD) pela Emil Brunner World University (EUA), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, Psicanalista pela Instituto Brasileiro de Psicanálise clínica e graduado em Filosofia e Pedagogia pela Universidade Metodista de São Paulo. Escritor. Autor dos livros: *Arquitetura do golpe*, *Linguagem e ideologia*, *Educação, cidadania e realidade nacional*, e etc... Todos publicados pelo Clube dos autores.

E isso significa dizer: a ditadura formou uma geração. Se analisarmos de maneira atenta outro filme, *Dedé Mamata*, há uma bela representação dessa juventude sequelada e sem horizontes utópicos que parece teimar estar bem presente nos tempos atuais.

III

Esse desleixo em relação ao nosso passado, não só isso, mas todo patrimônio imaterial brasileiro têm resultados significativos à resposta e pergunta colocada no início do texto. Pois a geração que se formou nesses anos de chumbo, através da televisão e, sobretudo do rádio, teve uma visão de mundo construída que olha com uma certa indiferença o passado. Alguns sequer têm noção da exata medida desse passado. Não sabem de fato o que houve e às vezes tratam esse mesmo tempo de maneira nostálgica, como se aqueles 21 anos fossem repletos de ordem e progresso.

Mas é justamente esse imaginário social que se mostrou no ano de 2013 e 2014, iniciou-se ali o processo de ressuscitação de um tempo supostamente glorioso que deveria ser, na verdade, destruído.

Mas não foi.

A direita, que nunca deixou de existir, mostrou sua cara novamente. E sem vergonha de dizer a que veio, iniciou-se ali uma ruptura com qualquer noção do estado democrático de direito. Seus discursos deixaram a entender para qualquer um a que vieram. Resgatar uma história criada em suas próprias cabeças, revisar de maneira geral tudo, as instituições, economia, moralidade, religião, era o objetivo deles. E ainda continua a ser. Pois, mesmo com uma suposta esquerda pra lá de reformista no governo que dialoga até com fascistas, eles estão organizados em suas redes sociais, e criando centros de formação a todo vapor. O resultado das manifestações de 2013 foi um giro de 90 graus que parou à direita e cinco anos depois se aprofundou e caiu no colo da extrema direita.

Cair é um modo de dizer. Na história, sabemos que as coisas não acontecem assim.

Mas, o resultado de 2013 mostrou que aqueles 21 anos de ditadura ainda estavam mais do que vivos no imaginário social daquela juventude. Significa ser uma nova utopia? Não! Mas lembremos. Trata-se de medidas organizativas de uma pequena burguesia que, em momentos de tensão, recorre-se ao fascismo para garantir seus privilégios.

E é exatamente o que vem acontecendo. O avanço de bandeiras reacionárias ao redor do mundo e à volta de um sentimento nostálgico a ditaduras.

Foi nesse momento que os pedidos de volta à ditadura, negacionismo histórico e científico começaram a se estruturar. Foi nesse momento que a esquerda perdeu completamente o horizonte utópico do momento e preferiu, - desde a retomada democrática, - fazer as coisas dentro da ordem burguesa. Foi assim que ocorreu a retomada da democracia em 85 e perdura até os dias atuais. Tentaram estabelecer uma espécie de capitalismo humano, o que é uma fantasia completa, mas não vingou. Pois as bandeiras de justiça social e sobretudo, igualdade, não foram alcançadas e tais fracassos deram margem para “novos discursos” que prometiam mundos e fundos e que, diante do aparato dos Aparelhos ideológicos do Estado, fizeram sentido completo para aquela juventude que gritava contra tudo e todos.

Quase ninguém percebeu. Mas algo estava fora dos trilhos. Aqueles protestos foram para direita. Aquela revolta que poderia ser transformada de maneira radical transformou-se numa volta a coisas que a velha guarda nunca imaginou.

Fico pensando neste contexto difícil de negacionismo e de volta ao reacionarismo. Como deve ser duro para quem viveu na pele aquele momento e vivo nos dias de hoje para ver a defesa de tempos reacionários. Como se toda aquela experiência vivida não tivesse existido e o que foi experienciado naquele fosse uma falsidade.

Mas, coloquemos a seguinte questão: porque a volta de tempos sombrios? Por que a defesa incondicional do ser em um não ser?

Como um ser que vive nas periferias de São Paulo, escuto muitas pessoas nas ruas que, diante de seus discursos, somado às leituras ao decorrer dos anos, há a possibilidade de apontar dois caminhos para entender porque ainda resta tudo da ditadura, menos, obviamente, a ditadura.

Primeiro: as pessoas anseiam mudanças. Mas o reformismo de “esquerda” somado às iniciativas dos aparelhos ideológicos do estado formaram uma geração.

Segundo: O discurso supostamente “radical” da direita, somado às iniciativas dos Aparelhos ideológicos do estado, o abandono da formação de base nas periferias formaram uma geração de “conservadores”.

Essas duas ações demonstram muito bem a resposta à pergunta que foi colocada no início deste texto. Neste “tudo” que a ditadura nos legou podemos ver seus resquícios no judiciário, entre os militares, no parlamento e em grande parte da população brasileira.

Este é o tudo.

Um tempo que estava sendo gestado desde o momento em que os culpados por torturas, assassinatos, e exílio nunca foram punidos. Morreram de velhice e recebendo suas gordas aposentadorias do estado.

Para encerrar. O grande jogo da direita em demonizar a esquerda tem um objetivo talvez não muito percebido por muitos de nós. Controlar o passado, de modo a criar uma narrativa sobre os fatos históricos. E convém dizer: quem controla o passado controla o futuro. George Orwell indica claramente o que está em jogo quando a questão é elaborar o passado. Por essa razão, é mais do que necessário e urgente uma educação que leve sistematicamente em consideração esse tempo nebuloso de nossa história, de modo que as novas gerações possam ao menos saber o que realmente aconteceu nesses 21 anos de tanta destruição.

LIVRO COLETIVO 60 ANOS DO GOLPE

Maria Aparecida Costa Cantal - Cida Costa¹

“Mas o que é isso aí na sua gaveta? pergunta minha mãe. Meu pai, que escutava música na sala ao lado - ele gostava de música e me acordava todos os dias às 6:00 hrs. (odeio acordar cedo) para ir à escola ao som de música alta e feita para acordar crianças, trabalhadores e seres humanos em suave descanso - se incorporou ao pequeno drama existencial que se desenrolava naquela casa: - Que está acontecendo? – Estou perguntando o que é isso, diz minha mãe, e apontava para a bomba contida em uma lata de leite grotescamente mal embrulhada em jornal, bem no meio de minhas roupas limpas, passadas, tão bem arrumadas naquela gaveta aberta que, escancarada, escancarava meu segredo. - Ah, nada, é só um embrulho de um presente que vou dar para uma amiga na faculdade. Eles se olharam, me olharam e ficamos parados nos olhando, aqueles momentos que duram uma eternidade. Como romper o casulo do tempo aprisionado ali, como fazer a cena congelada seguir adiante, deixar a vida seguir também adiante e fluir seu caminho?

– Bom, pelo menos embrulhe num papel mais bonito! disse meu pai, destrancando o tempo.

Em silêncio minha mãe saiu do quarto.

Como aquela bomba foi parar ali na minha cômoda de roupas, naquela casa tão simples e caprichosamente mantida por minha mãe, tudo em seu lugar, tudo brilhando, tudo organizado: eu e aquele explosivo não combinávamos em nada com as cortinas brancas rendadas, alvas e corretas, com o chão encerado, as panelas areadas, o vaso com flores feitas com arte e papel crepom, rosas vermelhas e botões, os vidros limpos, os rostos limpos e lavados. Palavras estranhas encaixadas num texto antes tão bem escrito, eu e minha bomba estávamos ali, desgarradas naquele lugar, estranhas em minha casa tão familiar.

Era o ano de 68.O golpe militar me encontrou cursando o início da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Passei a noite do dia primeiro de abril com um amigo procurando algum lugar de resistência. Não havia nenhum. Ao contrário do que se dizia e se esperava. Eu era uma jovem formada em escola de freiras. A religião me trouxe um punhado de culpas, mas

¹ Militante da ALN, fui presa em 08/12/69 e saí do Presídio Tiradentes em 23 de junho de 1973. Advogada, procuradora do Estado aposentada, mestra em Direito Constitucional.

também uma certeza: os seres humanos SÃO TODOS IGUAIS. Mas por que alguns tinham tudo e outros nada, a não ser fome, desalento, abandono? Eu na época já participava ativamente da política acadêmica e estava na Juventude Universitária Católica, no núcleo da Faculdade, que seguia os princípios sociais da Teologia da Libertação. E nas horas vagas, escrevia poesias: “Fecundaremos a terra rubra com as sementes de nossos corpos, prenhes de futuro, que o amanhã não nascerá da carne débil de palavras vãs, mas das entranhas da luta, entre os gemidos de fuzis partejando a vida/ com nosso sangue vermelho de revolta a alimentar/ o embrião do tempo de amanhã/ sem fome e lágrimas/miséria e opressão” .

Ou “Morreu sem deixar bens/ só os filhos mal-nascidos/ herdeiros de sua fome/ das mesmas mãos calosas de sua miséria tão velha/ filha bastarda das cabeças baixas/ dos passos no espaço sem escolha /morreu da vida, passou adiante o fardo da dor /e passou pela sua dor nosso caminho”.

Poesias panfletárias, mas sinceras, como se pode perceber pelos textos parciais ora transcritos.

Era inevitável que com a ditadura civil-militar e o cerceamento de quaisquer atividades políticas, principalmente a partir do AI-5, e com Fidel Castro e Che Guevara nos acenando com a vitoriosa guerra de guerrilhas em Cuba, com o maio libertário na França e com o pequeno Vietnã enfrentando a maior potência imperialista armada, na época, num cenário de Guerra Fria - que se buscasse uma forma de resistir mais efetiva. Ou seja, a via armada. No último ano da Faculdade, eu já tinha mais claro, cada vez mais claro, que o caminho realmente que se devia seguir para enfrentar a ditadura seria pela via armada. No último ano de Faculdade, em 67, vim a conhecer um jornalista e dirigente da Ação Libertadora Nacional, a ALN, de Carlos Marighella. Não tive dúvidas e entrei para essa organização e, após algum tempo, passei a atuar em um de seus grupos táticos armados.

Em setembro de 1969, era primavera na cidade de São Paulo, e nossas esperanças ainda floriam então no horizonte. Em um dia qualquer desse setembro, uma grande operação da repressão matou e feriu alguns de nossos companheiros, arrebatados todos de seus sonhos.

Os sobreviventes foram levados para um pequeno prédio na Rua Tutóia, o lugar onde o exército instalara um de seus centros de tortura e aniquilamento. Oban e DOI-Codi são também seus outros nomes. E ali, nas entranhas do inimigo, os combatentes combatiam desarmados uma luta muito mais desigual que entre suas metralhadoras contra os canhões.

Lutavam contra si mesmos, contra a dor que causava ódio, mas também desejo enlouquecido de alívio, contra um corpo supliciado que ansiava ao mesmo tempo por um fim de tudo e ao mesmo tempo por continuidade.

Um corpo que abrigava seus pensamentos, sonhos, consciência. Mas que já não era mais seu, que pertencia, como um pássaro ferido, na mão de homens cruéis, aos desejos exclusivos de outros. Não ser mais dono de seu corpo, seu corpo ser uma moeda de troca consigo mesmo. Era isso, era assim. Na noite desse setembro, deixei de ser uma militante que transitava entre seu trabalho legal e a militância armada. Tornei-me uma caça da repressão, como tantos outros militantes, independente de suas organizações de luta. A ditadura matava, prendia, torturava. O DOI-Codi competia em violência com o Deops do Del. Fleury, chefe do Esquadrão da Morte em SP. A repressão da ditadura se estendeu por todo o país.

O DOI-Codi é um prédio pequeno, de insignificante aparência. Que esconde entranhas de chumbo, caixa metálica de dor, território de tormentas, tormentos, poço onde a pedra, em vertiginosa queda, nunca bate no fundo nas noites que nunca escurecem, só amanhecem cruéis/sangrentas....É um pequeno prédio onde se caminha em silêncio por entre mortos e vivos, por entre sangue e gritos que ficam explodindo, explodindo, até que se ensurdeça de dor.

No país, a ditadura tentava reduzir as vozes discordantes ao completo silêncio. Greves eram proibidas, a censura se impunha na imprensa, na arte, na cultura; eram perseguidos professores e alunos, as pessoas comuns ou destacadas, em qualquer área, que ousassem se levantar contra o que ocorria neste país. Em que, cinicamente, a ditadura governava sob o aspecto da legalidade conferida pela Constituição de 67 e de 69. Ambas com o objetivo de acobertar o verdadeiro autoritarismo e violência impostos a este país, com a ajuda e o beneplácito dos Estados Unidos da América, que deu suporte ao golpe militar.

Uma ditadura que cobriu de nuvens escuras o futuro deste país e que durou 21 anos! Às vezes se esquece que ela durou 21 anos. Em que o interesse do povo brasileiro e de todo o país se submetia aos interesses do imperialismo americano, em detrimento de nosso futuro. O anseio por Liberdade e para retomar este país para si mesmo levou os brasileiros a começarem a participar de atos públicos e de grandes manifestações em favor da redemocratização do país. Essa só ocorre formalmente com a Constituinte mais democrática deste país, que nos deu a Constituição-cidadã de 88. Antes disso, muitos atos marcaram este país e essa busca de encontrar o nosso próprio caminho contra a ditadura. Não há como esquecer o grande ato pelas diretas já, em 84, e que vai se desdobrando e se multiplicando em outros. Depois chegamos à anistia, com a volta das nossas companheiras e companheiros que estavam no exílio ou exilados dentro do próprio país. Com a nova Constituição e a restauração da democracia passamos a ter eleições diretas livres e conseguimos, a esquerda e os setores mais progressistas, eleger o primeiro presidente vindo da classe operária, o primeiro presidente, que na longa história da chamada democracia brasileira,

conseguiu representar não o interesse das elites do capital dominante. Mas foi o primeiro que teve um olhar social, um olhar para os menos favorecidos, um olhar mais igualitário para o povo brasileiro. Este é um mérito que não se pode tirar do governo que se iniciou com Luiz Inácio Lula da Silva.

Creio, entretanto, que apesar da grande mobilização que tivemos pela volta das eleições diretas, pela nova Constituição, pelas eleições livres, não conseguimos nos organizar de forma a dar uma real e efetiva sustentação à nossa democracia. Que custou muitos sacrifícios. Tanto é fato que, em 2016, a primeira mulher eleita presidenta, a companheira Dilma Rousseff, sofreu um golpe de estado em que na votação pelo seu impeachment, um dos então deputados enalteceu o nome do comandante torturador Brilhante Ustra, do DOI-Codi de São Paulo. Abriu-se então um outro tempo, um outro cenário.

Esse deputado admirador do grande torturador e defensor da violência, da intolerância, da terra plana e militante anti-vacina e responsável direto por mais de 700.000 mortes na pandemia de Covid foi eleito presidente deste país. O que tem que nos levar a refletir sobre onde erramos, onde como foi possível acontecer a eleição desse ser abjeto e inominável, uma eleição que deu margem a que se escancarasse as portas do fascismo, sempre latente em nosso país. Quase tudo que tínhamos construído com esforço e entusiasmo, quase todas as políticas sociais ou a maior parte de nossas conquistas foram demolidas, foram destruídas pelo inominável admirador da violência, do arbítrio, das discriminações. E pelo voto da maioria de nosso povo, com a inestimável ajuda de um obscuro Juiz da Lava-Jato, de um anti-petismo calculado e construído dia a dia pela grande imprensa e TV. A verdade é que nunca houve punição pelos crimes da ditadura. Um grande e acobertador silêncio recaiu sobre nossa história recente. Povo que não tem história arrisca profundamente o seu futuro e quando o inominável é eleito há um profundo retrocesso, há uma demolição das conquistas. Sabemos o que custou termos chegado a essa democracia ainda que frágil: custou a vida de tantos e o trabalho de todos aqueles que buscam um mundo melhor. A eleição de Bolsonaro foi um período profundamente amargo. Em que os fantasmas do passado historicamente recente pareciam ter voltado todos para atormentar e destruir seus opositores, todas e todos que professam visões de mundo divergentes desse ex-presidente inominável: “ para além do poço sem fundo/ habitava uma sombra silenciada dos anos de horror/ empurrada sempre fundo e mais fundo/ soterrada pelas pedras do tempo/ para além do fundo do poço/ prisão subterrânea nas vertigens das profundezas / nunca mais a escuridão devorando a luz do Sol/ pensava./ Esta noite/ o espectro da sombra calada violando as portas do tempo/ penetrou violento em meu sono indefeso./Perverso, se vestiu de realidade e me arrastou de novo/ rindo/para além do fundo do poço.”

Em primeiro de abril deste ano de 2024, completam-se 60 anos do golpe militar, que nos fez viver todos 21 anos de ditadura. E estamos assistindo ao crescimento cada vez maior do fascismo, não só em nosso país, mas como um fenômeno mundial. Eu acredito que, antes de tudo, o ser humano tem que sonhar, o ser humano tem que ter a sua utopia para que seu caminho siga em direção da realização do sonhado. Gosto de lembrar de uma consigna que se tornou minha, ainda que eu desconheça o autor: *a utopia é um pacto com o futuro*. É o pacto para se construir juntos um mundo melhor, um mundo mais justo, um mundo onde prevaleça realmente a igualdade entre os homens, o mundo sem oprimidos e opressores. Isso não acontecerá só com nossa vontade: só é possível se alcançar com a luta diária dentro das nossas possibilidades pessoais. O sonho é o primeiro passo para se lutar pela concretização do sonhado. Mais que nunca é importante nos unirmos e participarmos, da maneira possível a cada um, da preservação daquilo que acreditamos ser justo e é neste momento que, mais que nunca, importa que passemos para as novas gerações os sonhos de nossa própria geração. Para que os de agora carreguem e lutem pelas nossas bandeiras e pelas bandeiras de sua própria geração. Eles são o futuro, mas não se pode construir o futuro sem conhecer o passado. Creio que este livro será uma contribuição para aqueles todos que levarão adiante a nossa luta.

Dizia Carlos Marighella: Só se perde a luta que se abandona.

GERAÇÕES, LUTAS E UTOPIAS

Maria Paula Araujo¹

O subtítulo deste livro “Gerações em luta” enfatiza um dos seus objetivos principais: apontar a diversidade das gerações que foram atingidas pelo golpe e lutaram contra a ditadura militar no Brasil. Gerações que foram marcadas por diferentes cenários de conjunturas políticas, correlações de força e táticas de luta.

Grosso modo podemos – de forma bem esquemática – classificar e periodizar essas diferentes gerações da seguinte forma:

A Geração 64.

A primeira geração atingida pelo golpe foi aquela que estava engajada nas lutas políticas do período e foi diretamente atingida pelo golpe militar. Eram homens e mulheres que atuavam nos sindicatos, nas lutas por reforma agrária, nas universidades, nos diretórios acadêmicos e na UNE; nos movimentos de educação popular, nos movimentos artísticos que preconizavam uma cultura popular ou uma cultura revolucionária; assim como nos dois partidos que davam sustentação ao governo de Jango: o PTB e o PCB. O golpe atingiu o conjunto dos movimentos sociais e políticos no campo e nas cidades. Ativistas, militantes e lideranças dessa geração viveram sua experiência política num contexto de radicalização democrática, de ampliação dos movimentos sociais e culturais e viram seus projetos e sonhos serem destruídos violenta e repentinamente pelo golpe militar.

Nos primeiros anos após o golpe, uma grande parte dessa geração partiu para o exílio. Muitos deles não estão mais entre nós. Podemos homenageá-la lembrando de alguns nomes que a representam, como Gregório Bezerra, Paulo Freire, Francisco Julião.

1 Professora Titular de História Contemporânea da UFRJ. É coordenadora do Núcleo de História Oral e Memória e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da UFRJ. Foi militante de APML- Ação Popular Marxista Leninista, na década de 1970.

A Geração 68.

A segunda geração que enfrentou a ditadura militar ficou conhecida como Geração de 68 e podemos situá-la entre 1966; 68 e os primeiros anos da década de 70 (1966-1974). Essa geração foi extremamente marcada pelo recrudescimento da violência da ditadura e pela experiência da luta armada. Depoimentos coletados por vários pesquisadores e armazenados em diferentes acervos, como, por exemplo, o Núcleo de História Oral e Memória do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro expressam a centralidade dessa questão.

Apesar das manifestações de rua de 1968 terem um peso enorme nos depoimentos e na lembrança dos depoentes, o marco essencial da memória de sua luta contra a ditadura militar é dado pela luta armada – mesmo por aqueles que não aderiram a ela. A discussão sobre a luta armada, aderir ou não, armar-se, preparar-se, estruturar a militância clandestina, enfrentar a morte, fugir, perder amigos, enfrentar a tortura, partir em exílio e, finalmente, fazer ou não a autocrítica da luta armada, mudar a tática – são as questões centrais vividas e compartilhadas por essa geração.

A experiência vivida por esses militantes – suas propostas, suas memórias, a radicalidade que viveram, a violência e a tortura que enfrentaram ganharam representação na expressão “anos de chumbo”.

Assim como na geração anterior, muitos não estão mais entre nós. Podemos também homenagear alguns deles como Stuart Angel, Fernando Santa Cruz, Eduardo Collier Honestino Guimarães, Ana Rosa Kucinski, Vladimir Herzog, todos mortos pela ditadura.

A Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) dedicou-se a recuperar as trajetórias de vida e a morte de muitas pessoas dessa geração.

A geração dos anos 70/80 (“Geração de 77”).

A terceira geração foi a que se desenvolveu a partir de meados da década de 70, especialmente a partir de 1974, quando começou um lento processo de distensão política no qual as esquerdas e a sociedade em geral participaram e que se prolongou ao longo dos anos 80. A historiadora Gislene de Lacerda chama esse grupo de “geração de 77” (Lacerda, 2017). E é nesse grupo que eu me incluo.

Uma geração que desenvolveu sua prática política num cenário marcado por um processo de redemocratização, pelas discussões em torno da democracia e, fundamentalmente, por uma plataforma de luta pelas liberdades democráticas. Uma geração que buscou recuperar a dimensão de práticas políticas amplas, construindo alianças com diversos setores da oposição. O

movimento estudantil voltando às ruas, a reconstrução da UNE, a retomada das lutas operárias e de movimentos rurais. Mudanças e mobilizações importantes na conjuntura política. A luta pela anistia; a refundação da UNE, revogação do AI-5; a criação do Partido dos Trabalhadores e da CUT (Central Única dos Trabalhadores) marcando a retomada do movimento sindical. Esses fatos marcaram e definiram a experiência política dessa geração.

Gostaria de falar um pouco mais sobre essa conjuntura, abordando neste relato episódios da minha experiência pessoal. Olhando agora no retrovisor da história para esses anos tenho mais do que nunca a sensação de que nos movíamos numa conjuntura fluida, cujos limites não estavam dados e que dependiam das ações das pessoas, dos movimentos, dos militantes políticos nas cidades, nas fábricas, nas favelas. Creio que isso propiciou para a nossa geração uma experiência muito rica. A luta pelas liberdades democráticas era uma plataforma ampla que nos aproximava de outros setores da sociedade e nos dava a dimensão de uma luta abrangente, com vários e numerosos aliados. A sensação de estarmos tentando empurrar os limites políticos do nosso tempo, com apoio de muitos setores da sociedade, era algo que nos mobilizava. Promover a “volta às ruas”, em manifestações na Cinelândia que eram mais corridas do que passeatas. Fazer campanhas políticas para candidatos da esquerda, como Antônio Carlos de Carvalho, o Tônico, militante do MR8, eleito vereador do Rio em 1976 e José Eudes Freitas, militante de APML, eleito deputado estadual em 1977. Participar, de diferentes formas, da Imprensa Alternativa, que foi uma forma típica de imprensa de esquerda da época, que se situava no limite entre a grande imprensa e uma imprensa mais militante. Acompanhar ou participar dos movimentos que surgiam na época como o movimento feminista, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o nascente movimento dos homossexuais, do qual o grupo “Somos” foi pioneiro.

No movimento estudantil, essa sensação de “empurrar” os limites políticos se expressou na luta pela reconstrução da UNE e, mais especificamente, na realização do III Encontro Nacional de Estudantes, em 1977. Foram feitas duas tentativas de realização do Encontro, dispersadas com violência, uma na UFMG e outra na USP. Na terceira tentativa – que conseguiu se efetivar – o Encontro foi feito clandestinamente na PUC de São Paulo e teve como resultado a criação da Comissão Pró- UNE. Mas quando foi divulgada pelo rádio a notícia da realização bem sucedida do III ENE, a resposta da ditadura foi extremamente violenta: invasão e depredação da universidade, portas derrubadas, vidros quebrados, estudantes espancados. Mas, em maio de 1979, os estudantes realizaram um novo encontro que designaram como o XXXI Congresso da UNE; marcando, assim, a reconstrução e a continuidade de sua entidade máxima.

Foi um processo de avanços e recuos, de comemorações, de conquistas, mas também de frustrações. A lei da Anistia permitiu o retorno dos exilados,

mas também garantiu a impunidade dos militares. A campanha pelas Eleições Diretas arrebatou multidões e, no entanto, não foi aprovada. Mas a Constituição de 1988 encerrou com saldo positivo esse período. A partir daí, o país iniciava um novo processo político: o fim negociado da ditadura militar, com avanços e retrocessos, esperanças e frustrações; a reconstrução da democracia

Muitos dessa geração estão entre nós e vários deles são autores deste livro. Gostaria de citar alguns que me acompanham ao longo da vida: Orlando Guilhon, Cunca Bocayuva, Sandra Mayrink Veiga, João Dornelles, Silvia Bregman, Rodrigo Bellingro, Adriana Benedict, Regina Abreu, Jorge Ricardo e, in memoria, Carlos Amaral e Ricardo Salles.

Gerações plurais

Creio que, a partir deste ponto, torna-se difícil pensar em uma geração como representante de uma época e de um sentimento político. Na verdade, é impossível hoje definir o perfil de uma geração política específica, configurada a partir de uma dada conjuntura e de um ambiente político cultural. A democracia ampliou enormemente a diversidade de “gerações” com conteúdos, práticas, perfis e experiências as mais variadas, todas coexistindo ao mesmo tempo. A partir daí, as gerações que representam o seu momento político específico serão inúmeras.

Não emprego aqui o termo “geração” como um conceito definido por balizas cronológicas e/ou biológicas. Uso esse termo tal como proposto pelo historiador francês Jean François Sirinelli que entende o termo geração num sentido mais cultural, político e social. Uma geração, para Sirinelli, se constrói em torno de um “evento fundador” – uma experiência marcante e específica para um grupo de pessoas, que cria uma identidade em torno dessa experiência (Sirinelli, 1996). Nesse sentido, podemos falar de uma Geração 64 (a que viveu o golpe e teve seus projetos desmantelados), a Geração 68 (que viveu as grandes manifestações estudantis e a luta armada) e a Geração dos anos 70/80 (marcada pelo processo de redemocratização). Exatamente por isso, muitos dos personagens aqui mencionados e homenageados atravessaram essas diferentes gerações criando vínculos entre elas.

A redemocratização inaugurou um novo tempo. As gerações marcadas pelo golpe e pelo longo período da ditadura militar brasileira envolveram-se de diferentes formas no exercício e na prática política de um país ansioso para construir a democracia.

Neste novo momento, eu passei a ocupar um outro lugar. Um lugar diferente, novo, mas derivado da minha experiência geracional. Em 1984, eu me tornei professora de História Contemporânea da UFRJ. E, neste campo,

eu construí minha identidade profissional, meus temas de pesquisa, minha metodologia de trabalho e, acredito, a forma de me relacionar com meus colegas, meus alunos e minha universidade. Há quase 40 anos venho estudando ditaduras e democracias, processos de transição política, as práticas e representações das esquerdas, as diferentes formas de ação política no Brasil, na América Latina e no mundo Ibero-americano. Nos últimos anos, me concentrei em estudar os processos de transição e as comissões da verdade, em diferentes países, tais como Brasil, Portugal, Espanha, Peru, Argentina, Uruguai, Colômbia. Esse é um campo de estudos que abre caminho para a incorporação – na pesquisa e na narrativa historiográfica – de elementos como a memória, o trauma, a subjetividade.

A História do Tempo Presente e a História Oral passaram a ser espaços de atuação importantes na UFRJ e em outras universidades do Rio de Janeiro e do Brasil. E nesse espaço eu fui constituindo o meu lugar onde estou até hoje e é por ele que passa a minha atuação política. Acredito fortemente que a universidade tem um papel fundamental na ampliação da democracia do país – na democratização do conhecimento, na ampliação das possibilidades do conhecimento, na construção de um mundo que acredita no diálogo e na troca, no combate aos preconceitos, na luta contra a desigualdade e os diferentes tipos de preconceitos que marcam a nossa sociedade.

Nessa direção, criamos – um grupo de professores e alunos – o Núcleo de História Oral e Memória no Instituto de História da UFRJ e nele organizamos um amplo acervo de depoimentos e testemunhos de vários tipos de militância política – da luta contra a ditadura militar aos diferentes movimentos sociais que atuam no cenário contemporâneo do Brasil.

É deste lugar onde estou agora que observo, nas minhas aulas, entre os meus alunos, o surgimento de uma nova geração de militantes. Jovens engajados especialmente nas lutas antirracistas. No livro “A virada testemunhal e decolonial do saber histórico” Márcio Seligmann-Silva chama atenção para essa explosão do tema nas últimas décadas, que valoriza a fala, a experiência, as lutas de afrodescendentes, indígenas e povos originários, desconstruindo a lógica violenta e arrogante de uma elite dona do poder e trazendo para o centro da sociedade e da esfera política as narrativas, memórias, visões de mundo e epistemologias desses grupos até então subalternizados.

Essa guinada decolonial das práticas políticas, da sensibilidade, das formas de expressão e da própria estética caracteriza essas novas gerações que circulam pelas cidades, pelos espaços culturais, pelas universidades, pelas arenas de debates públicos, pelas lutas políticas mais recentes, pelas formas artísticas que nos impactam. São diversos movimentos e tendências: “Vidas negras importam”; a luta de mães de vítimas de violência policial, as lutas e a arte dos povos indígenas, os diversos feminismos – o feminismo negro, o

feminismo camponês, a Marcha das Margaridas, os movimentos de jovens de favelas e comunidades que usam música, artes, poemas como forma de expressão. Não são apenas novas pautas políticas, nem novos atores políticos. É isso também. E é mais do que isso: é uma guinada que cobra espaço para outras sensibilidades, outras falas, outras memórias. Se quisermos dar um nome a essa geração eu proponho a expressão usada por Seligmann-Silva e a chamaria de Geração Decolonial.

Penso que essa geração é um elemento central na atual conjuntura. Uma presença que nos questiona, na medida em que, muitas vezes, traz em um novo vocabulário, posturas e imagens que são diferentes das formas mais tradicionais de expressão da esquerda. Mas essa postura tem no seu centro a crítica profunda a um poder massacrante – violento, colonial, racista, machista, homofóbico.

O mundo precisa que essa geração se fortaleça e que ela possa apontar para um outro futuro, mais humano, mais igualitário, mais diverso, mais plural, menos violento. E é exatamente contra essa geração que a extrema direita, no mundo inteiro, hoje se volta. Essa geração desafia a supremacia do “mundo colonial” e seus valores. Não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo, a direita se arma contra esses movimentos se sentindo ameaçada em seu poder e em seus privilégios. É falso o discurso sobre a polarização. Na verdade, polarizado é o mundo colonial, dividido entre eles, os detentores de poder e “os outros” que os ameaçam.

O governo Bolsonaro foi uma expressão desse confronto. Conseguimos ganhar a eleição para Presidente da República, mas não nos bastou apenas o apoio da base do PT. Vencemos as eleições fortemente apoiados por inúmeros representantes dessa geração decolonial. O Partido dos Trabalhadores não pode se esquecer disso. É fundamental dar as mãos para esses movimentos, estar junto de suas lideranças, prestar atenção em suas bandeiras, procurar entender essas sensibilidades, discursos, posturas... E caminhar junto.

Referências bibliográficas:

LACERDA, Gislene Edwiges de. *A História em disputa: movimento estudantil e a transição democrática brasileira*. Curitiba, Editora Prisma, 2017.

SELIGMAN – SILVA, Márcio. *Virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, Editora UNICAMP, 2022

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais IN: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.

O BRASIL PRECISA OUVIR O SURDO CLAMOR DOS MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DA DITADURA

Mariluce Moura¹

Desde algumas décadas, uma extensa produção acadêmica e cultural se desdobra para explicar, representar ou transfigurar a profunda inflexão que o golpe militar de 31 de março de 1964 e a conseqüente ditadura civil-militar que ele instaurou, por longuíssimos 21 anos, impuseram ao percurso imaginado para este país chamado Brasil e sobre nossas vidas — a vida de seu povo, na desigualdade de extrema e endêmica de suas classes, segmentos, estamentos, etnias, etc.

Em abril de 2014, sob o título “O trabalho de resgatar a história”, a muito expressiva capa da edição 218 da revista *Pesquisa Fapesp* falava nas centenas de estudos que “buscam compreender a natureza do golpe de 1964, o funcionamento da ditadura e seus impactos sobre o Brasil contemporâneo”. No editorial, na condição de diretora de redação da revista, eu observava então que o golpe de Estado e a ditadura que ele inaugurou “constituem um tema polissêmico, complexo e polêmico, provocador de paixões, e de dores, perdas e sofrimentos profundos, ainda pulsantes”. Acrescentava que, ao mesmo tempo, no que cabe aos estudos no campo das humanidades, golpe e ditadura apresentam-se como “objeto de pesquisa dos mais fundamentais e desafiadores para uma interpretação criadora e consistente do Brasil e da sociedade brasileira — de sua história recente, de seu presente e do futuro em construção (<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-golpe-de-1964-nos-marcos-da-pesquisa-cientifica/>)”.

Deixando de lado vertentes variadas da produção cultural, da literatura à música, ao cinema e ao teatro, era exatamente no âmbito desses estudos que a publicação, “fiel à sua missão de levar aos leitores a produção científica mais relevante sem se descolar da ancoragem jornalística que a mantém antenada no pulso do presente imediato”, tomava os 50 anos do golpe para oferecer, em 30 páginas, um conjunto de reportagens que entregava parte exemplar do que de mais rigoroso a academia produzira até então sobre o acontecimento.

¹ Jornalista de ciência, professora e pesquisadora em comunicação, foi militante da AP, é ex-presença política, viúva de Gildo Macedo Lacerda, estudante da UFMG, vice-presidente da UNE e dirigente da AP, assassinado em 28/10/1973. É autora de *A revolta das vísceras e outros textos*, nova edição (2023) do romance ligado à ditadura, premiado em 1981 e publicado em 1982.

Não só a reconstrução histórica, a investigação sociológica, os impactos dramáticos da ditadura de 1964-1985 na economia, no mundo do trabalho, na educação e na ciência foram tratados nessas reportagens levadas a cabo por um time de meia dúzia de jornalistas, com consultoria direta de meia dúzia de pesquisadores, além de alguns articulistas. Também os avanços nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011 e instalada em 2012 para investigar os crimes da ditadura, e o debate acadêmico sobre justiça de transição, iniciado na segunda metade dos anos 1990, estão presentes nas páginas da revista.

Entretanto, a ausência gritante nesse material, vejo hoje à distância de uma década, é a visão, ao menos o vislumbre, da ligação entre os acontecimentos políticos ainda frescos de 2013 e o retorno dos humores, da agressividade, da violência, da estética, dos discursos, do projeto, enfim, da necropolítica da ditadura de 1964-1985, na cena política nacional. Sem que nos apercebêssemos, tais acontecimentos haviam inaugurado o novo e duradouro assalto da extrema direita fascista à democracia do país e às suas instituições, num ataque que logo tomaria proporções dramáticas no golpe do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, na eleição do representante dos fascistas, em 2018, e em sua política francamente genocida na abordagem da pandemia de covid de 2020 a 2022. Foi duríssima a luta para derrotar os fascistas nas eleições de 2022 e em sua abjeta tentativa de golpe no 8 de janeiro de 2023. E, sim, essa luta continua e exigirá novas estratégias.

Curiosamente, um dos bons textos da referida edição da *Pesquisa Fapesp*, a reportagem de Eduardo Nunomura elaborada com base em estudos e entrevistas de pesquisadores a respeito dos efeitos da ditadura sobre a sociedade contemporânea (<https://revistapesquisa.fapesp.br/marcas-profundas/>), captura desde o título, “Marcas profundas”, sua inquietante persistência, mas não vê no cenário descortinado as jornadas de 2013 — por proximidade excessiva, talvez? De cara, com base no conhecimento acumulado, ele escreve: “Passaram-se cinco décadas, outras tantas se passarão e o golpe de 1964 permanecerá selando nossa realidade”. Diz também que “parte do que somos, do que poderíamos ser e do que jamais seremos está ligada à herança do regime militar no Brasil”. Constata, naquele momento que, se de um lado estávamos avançando para a sétima eleição presidencial, podendo celebrar termos tido um professor exilado, um líder sindical preso na ditadura e uma guerrilheira presa e torturada ocupando o posto máximo da República, de outro, “muito do que ainda nos falta como nação se deve a um Estado e a uma sociedade que não se desfizeram das amarras e armadilhas do passado”. E observa que, mesmo prosseguindo com afinco em seus variados estudos, os pesquisadores “talvez jamais consigam responder a uma questão crucial: seremos capazes de um dia virar a página da história?”

Repito a questão crucial e revejo, em imagens que se vão esvaecendo da memória, eu mesma, no descompromisso dos meus 13 anos, chegando naquela

manhã do golpe à minha escola, o Colégio de Aplicação da UFBA, recebendo o aviso da suspensão das aulas, voltando para casa, passando pela Praça Municipal, no centro daquela Salvador de uns 600 mil habitantes, então, ocupado por homens fardados e carros do exército, e finalmente dizendo à minha mãe, surpresa com a minha entrada, “a senhora não está sabendo ainda da situação dramática do país?”. Dias depois, eu olharia com espanto, na mesma praça, a longa fila formada em frente ao Palácio Rio Branco por pessoas simples e outras mais afetadas que deixavam suas alianças, relógios e joias em urnas postas no saguão do prédio público, atendendo ao chamado da campanha da ditadura “Doe ouro para o bem do Brasil”. Em casa, eu leria incrédula matérias nos jornais sobre as prisões de muitos e sobre o “achado” de bandeiras do Brasil e cédulas de cruzeiro ostentando a foice e o martelo, encontradas com os comunistas presos.

Mas a questão, “seremos capazes de um dia virar essa página da história?”, leva-me logo de volta a um trecho do material da publicação (<https://revistapesquisa.fapesp.br/o-passado-presente/>) em que o coordenador da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro Dallari, advogado e professor da Faculdade de Direito da USP, comentando sobre avanços importantes da Comissão, classifica como um “fato inédito, um divisor de águas”, a concordância das Forças Armadas, tornada pública no próprio mês de abril, “em investigar atos de violação dos direitos humanos ocorridos em suas dependências durante a ditadura militar”. Dallari diz, “essa é uma atitude muito boa das Forças Armadas”. Dez anos depois, sabemos à exaustão o quanto era falsa a disposição exibida ao professor Dallari pelos chefes militares, o que não impediu a CNV de concluir seu importante relatório e apresentar 29 importantes recomendações ainda carentes de aplicação.

A pergunta fundamental volta a arrastar minha memória para cenas longínquas. Vejo as primeiras e tímidas manifestações de 1965, orientadas pela noção de que em Salvador, como em tantas partes do país, seria a cultura o grande espaço de resistência, fosse nos shows de música, nas peças de teatro do Teatro Vila Velha ou nas bienais de artes plásticas do Museu de Arte Moderna; vejo as passeatas de 1966 pelas ruas centrais, puxadas pelos estudantes secundaristas em luta contra a lei orgânica do ensino, e reprimidas pela polícia. Vejo o governador nomeado na televisão apelando aos pais para tirarem seus filhos das ruas. Mas o movimento estudantil se organiza mais e cresce, as lutas operárias e camponesas, que a ditadura tenta ocultar, emergem; ancoradas nos partidos postos na clandestinidade, as manifestações de 1968 fazem-se enormes e memoráveis, explodem, nesse ano para sempre cercado de uma singular historicidade no Brasil e no mundo.

Ora, o que se passa depois, desde dezembro de 1968 até os primeiros passos da redemocratização, compõe-se como violência insana, travo difícil de vencer na vida e na memória de militantes da esquerda e democratas comprometidos com as causas da liberdade, da justiça e da democracia. Como simplesmente esquecer, apagar todas as prisões, os absurdos sequestros de

milhares de militantes, o exílio, as fugas forçada do país para evitar a morte, o alastramento da tortura mais vil como prática normatizada do Estado, as centenas de assassinatos de revolucionários sob tortura dentro dos quartéis e outros aparelhos militares, a ocultação dos corpos em covas clandestinas, a recusa em devolver os mortos aos familiares para o sepultamento, o genocídio de milhares de indígenas, as centenas de camponeses assassinados, as casas da morte em funcionamento de terror absoluto, os fornos de incineração dos corpos das jovens e dos jovens massacrados? Não, nós podemos!

Mais ainda: como fazer a democracia brasileira avançar e se consolidar baseada numa noção de respeito efetivo aos direitos humanos, num sentido verdadeiro de igualdade e justiça social, sem a desmontagem, por exemplo, dos mecanismos de eliminação em larga escala de sua população jovem, negra e pobre, herança direta das práticas e das doutrinas hediondas da ditadura, varrendo para baixo do tapete da história as atrocidades então cometidas pelo Estado e seus agentes? Como defender as instituições democráticas e evitar o eterno risco dos golpes sem expor à luz o caráter torpe das experiências totalitárias a que a extrema direita fascista historicamente recorre?

Nos 60 anos do golpe de Estado de 1964, há um surdo clamor que vem paradoxalmente do pesado silêncio dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura de 1964-1985 e precisa ser ouvido. Esse clamor precisa, finalmente, encontrar seu justo lugar de centralidade no debate e na difícil construção de uma democracia verdadeira no Brasil. Escutar esse clamor não pode ser uma prerrogativa apenas dos familiares, cuja luta por memória, verdade e justiça vem se desdobrando desde a segunda metade da década de 1980 — há que se tornar uma causa da sociedade brasileira.

A difusão sem meias palavras da natureza da ditadura e de seus feitos macabros, a responsabilização, o julgamento e a punição legal dos autores intelectuais e executores dos crimes atrozes e imprescritíveis desse trágico período constituem um imperativo de construção da democracia brasileira, assim como a extensão do mesmo tratamento aos que tentaram remontar o projeto ditatorial nos anos recentes.

As recomendações da Comissão Nacional da Verdade e as sentenças das cortes internacionais contra os crimes da ditadura brasileira precisam ser cumpridas.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, desativada em dezembro de 2022, precisa ser urgentemente reativada.

As Forças Armadas precisam ser postas em seu papel de servidores públicos submetidos às leis e ao controle do estado democrático de direito, sem se arvorar um poder que não lhes cabe.

Para que não esqueçamos!

Para que nunca mais aconteça!

GERAÇÃO 68, A UTOPIA POSSÍVEL

Mozart Noronha¹

Sou um sobrevivente. Na verdade, não sei o porquê, mas sobrevivi.

Tomei parte ativa no processo de resistência à ditadura militar que a classe dominante impôs ao país em 1964. Eu era estudante secundarista. Participava do Movimento Estudantil em Alagoas e em Pernambuco. Em Recife, conheci o Movimento Ação, Justiça e Paz que contava com a liderança de Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e de Recife. Dom Helder estava entre os destacados líderes que fizeram a opção preferencial pelos pobres, oprimidos e deserdados da terra.

A história registra nos seus anais diversos bispos, padres e leigos que foram vítimas da repressão. Entre outros, está em nossa lembrança o cruel assassinato de Padre Antônio Henrique, que, após ser preso pelos órgãos da sanguinária repressão, foi levado ao altar do sacrifício na Cidade Universitária do Recife, Bairro do Engenho do Meio, para onde fora arrastado por um jipe até expirar.

A imprensa conivente optava pela voz do silêncio e era comparsa com a tortura e a morte assumia força de lei. Os lacaios da repressão eram infiltrados nas salas de aula. Era uma época de dedurismo profissional.

A repressão não se restringia ao movimento estudantil, mas estendia-se aos espaços das fábricas e aos meios agrários.

Quais as possíveis alternativas? A organização popular e a resistência! O enfrentamento. Uma possível aliança entre o campo e a cidade. As Ligas Camponesas eram sinais de esperança. As ruas clamavam por justiça, assim como aconteceu no assassinato de Jesus. O céu emudeceu. “Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste?” Teologia da cruz. O próprio Deus também estava sendo perseguido, preso, torturado e foi crucificado.

Eu nasci lá no Nordeste. No Estado de Pernambuco.

Me senti quase um maluco.

Com a beleza do Agreste

Sonhei com o Evereste

¹ Bacharel em Teologia e em Direito. Licenciatura em Filosofia. Mestre em Teologia, é professor de Filosofia da Universidade Candido Mendes RJ, autor do livro O CORDEL PEDE PASSAGEM e membro da UBR – União Brasileira de Escritores.

E lá fiquei ancorado perto do céu estrelado que só meu pensar alcançava.

Coveiro sem esperança não sepulte o meu passado,

Este meu passado não pode ser sepultado.

Restavam-nos as ruas, as praças, os becos, as artérias da capital pernambucana por onde fluía o vento levando os poemas de Castro Alves que se unificavam com a retórica de Joaquim Nabuco e a coragem de Frei Caneca. Sim! As ruas nos desafiavam para pular o frevo revolucionário da liberdade. Não mais que de repente escutavam-se os protestos contra a repressão civil-militar que reagia com veemência desigual.

Os dias rolavam sobre os dias. No ventre do arbítrio gesta-se o golpe dentro do golpe. Nasce o famigerado AI5. Ato Institucional Número Cinco, que foi promulgado em 1968.

Migrei para São Paulo. O AI5 foi um golpe dentro do golpe que suspendeu todos os direitos individuais e o arbítrio tomou forma de lei. São Paulo! Terra de Mário de Andrade! Cidade que, conforme o poeta, “não é nem feia e nem bonita, é curiosa!”

Em São Paulo, concluí os meus cursos de Teologia e de Filosofia. Atuei como Pastor na capital e no interior. Fui professor de História e de Filosofia na rede pública e privada. Lecionei no Colégio Objetivo.

No exercício de minhas atividades, conheci pessoas engajadas em organizações de resistência ao regime. Eu me posicionei ao lado delas. Éramos todos jovens e nos sentíamos responsáveis pelas mudanças que se faziam necessárias para o resgate da dignidade humana e do Estado de Direito.

A ditadura se tornava cada vez mais cruel. O “anjo da morte” adentrava impiedosamente nos porões dos quartéis e nos órgãos oficiais da tirania como o famigerado Departamento de Ordem Política e Social e a terrível OBAM (Operação Bandeirante). Nesses organismos de Estado, a tortura era coisa de rotina e de onde muitas pessoas desapareceram.

A dor nos unia. Eu era vinculado à organização clandestina Ação Popular. Pela minha situação em particular, como sou ecumênico, entrei em contato com pessoas de diversas organizações de resistência. Na minha condição de pastor e professor, na medida do possível, procurei apoiá-las. Mas, minha principal atuação continuava junto à Igreja da Resistência.

Fui descoberto pelos agentes da repressão. Tive que abandonar a residência onde morava e as escolas públicas e privadas onde lecionava. Passei a viver ora em “vagas”, ora em “repúblicas de estudantes”.

Colaborei com a imprensa clandestina e participei de várias panfletagens de denúncias contra a sangrenta ditadura. Mas não me afastei da Igreja que para

mim era de uma grande importância. Conheci alguns padres dominicanos.

A fé me sustentava. A fé e a ideologia se consubstanciavam na esperança. Jesus Cristo e o Santo Evangelho eram as principais fontes de inspiração para mim naquela conjuntura. Aprendi que Jesus Cristo também era um clandestino. Tinha feito parte da resistência e se tornado um militante político na luta contra o poder estabelecido. Conheci pastores e leigos protestantes e anglicanos que estavam irmanados na mesma luta.

Consegui escapar da prisão por diversas vezes.

Depois de muitas lutas, a resistência esboçava sinais de cansaço. Os órgãos repressivos tinham destruído quase todos os focos de resistência. Restava, como alternativa, o exílio. Para alguns, o exílio no exterior e, para muitos, o exílio era ficar dentro do próprio país. No meu caso, com o apoio de amigos e companheiros, consegui uma bolsa de estudos em Geneva, através do Conselho Mundial de Igrejas. Na Suíça, conheci vários exilados que se tornaram meus amigos e irmãos da alma.

Em Portugal, aconteceu a Revolução dos Cravos. Fui para lá cantar Glândula Vila Morena. Eu vi crianças plantando cravos vermelhos nos canos dos fuzis.

Meu passaporte estava vencido. Fui ao consulado brasileiro e me foi negado um passaporte novo. Eu teria que ser repatriado. O consulado brasileiro se recusou a fazer a renovação.

Eu trabalhava no Alentejo. Perto de Beja onde contribuía com a educação de adultos conforme o Método Paulo Freire. Criávamos núcleos de cultura. Até que um determinado dia fui abordado pela Guarda Nacional Republicana que me pediu o passaporte. Isso aconteceu após o dia 25 de novembro.

A direita tinha conseguido uma grande vitória e tinha retomado o seu meio de comunicação: o Jornal Barricada, que tinha sido proibido com o advento da revolução que derrubou o fascismo salazarista.

— Fique em pé encostado na parede e de mãos para o alto! Tu és cubano?

O Barricada tinha publicado que de Álvaro Cunhal a Mário Soares tinham entrado vinte mil cubanos que pretendiam dar um banho de sangue em Portugal. Eu, com delicadeza, respondi:

— Não, senhores! Eu sou um pastor brasileiro! Meu passaporte está vencido e aguardo um novo.

— Tu és um alabrão! Como não és cubano, estás falando espanhol!

Eu falava com meu sotaque pernambucano cantando.

Fui levado em um camburão para o Quartel da Guarda Nacional. Estavam presos comigo alguns comunistas também acusados de terem tentado dar o golpe. Sem documentos, fui preso no camburão e conduzido para Lisboa, a fim

de ser repatriado. Felizmente, contei com o apoio da Igreja Presbiteriana de Portugal e com a interferência de um Pastor presbiteriano, deputado pelo Partido Socialista, consegui um salvo conduto e posterior residência no país.

Em Portugal, atuei como pastor presbiteriano. Servi no Alentejo, na Ilha da Madeira, onde organizei um Comitê pela Anistia. Augusto Boal e Cecília estiveram hospedados em minha residência e participaram da organização desse evento.

Também fui pastor no Arquipélago dos Açores. E no continente, além da família Boal, participei integralmente da colônia de exilados. Foi um período de muita reflexão e de solidariedade. Nessa colônia fiz grandes amizades que permanecem até hoje. Lembro-me com saudade de Thiago de Mello, Fernando Batinga, Clóvis Brigagão, Moema Santiago, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Tetê Moraes e muitos outros.

Retornei ao Brasil em 1978. Fui anistiado. Não havia processo formal contra mim. Eu não estava entre as pessoas mais perigosas, embora uma revista do Centro de Informação da Aeronáutica tenha publicado três fotos minhas me colocando entre os perigosos que voltaram do exílio.

De volta ao Brasil, vim para o Rio de Janeiro. Exerci o ministério pastoral na Igreja Cristã de Ipanema, uma comunidade de tradição presbiteriana e fui professor da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro e, posteriormente, ingressei na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB onde, além de pároco, fui Pastor Distrital e Vice Pastor Sinodal. Essa Igreja em 1978, na sua Mensagem de Natal, conclamava todos e todas a apoiarem a luta pela Anistia. Acho que esse documento teve grande significado. Foi um posicionamento corajoso e contundente que deve ser lembrado.

Com o amadurecimento do ministério pastoral, fui aprendendo a separar a fé da ideologia. Com esse espírito, fui Pastor do General Ernesto Geisel e de sua família. Oficiei o seu sepultamento. Toda a imprensa da época ressaltou o fato de um ex-exilado dar assistência espiritual a um dos líderes do regime ditatorial militar. A minha resposta aos jornalistas foi de que o pastor é de todos e que a fé está acima da ideologia.

Certo dia fui chamado para participar de um debate na Pontifícia Universidade Católica, onde cursei o Bacharelado em Direito e o Mestrado em Teologia. Alguém me fez a seguinte pergunta:

— Você vem de uma história de resistência e de luta política contra a repressão da ditadura militar e como exilado político partiu também “num rabo de foguete,” por que você fez o enterro do ditador Geisel?

Respondi:

— Eu quero que fique bem claro que oficializei o sepultamento do ex-presidente Geisel, mas não o ressuscitei!

Em outra ocasião, fui convidado por membros da família do senador Luís Carlos Prestes, para fazer uma cerimônia religiosa no sepultamento do Cavaleiro da Esperança. A esposa do falecido disse-me:

— Pastor, o senhor faz a cerimônia, mas não pode falar em Deus!

Lembrei de Fernando Pessoa: “Pensar em Deus é desobedecer a Deus, porque Deus mesmo quis que não pensássemos nele!”

A celebração foi feita no saguão da Assembleia Legislativa. Terminei a cerimônia solicitando que quem quisesse poderia, de mãos dadas, orar o Pai Nosso. Fiquei surpreso que todos os comunistas do Rio de Janeiro, que estavam presentes, oraram essa oração. Pensei comigo mesmo: não se faz mais comunistas como antigamente!

Depois de mais algum tempo, recebi um telefonema de alguns militantes do PDT.

— Pastor, o governador Leonel Brizola faleceu e vai ser levado para ser sepultado no Rio Grande do Sul. O Senhor pode vir aqui no Palácio para fazer uma cerimônia de despedida?

Claro que fui!

Tempos depois fui convidado, juntamente com um rabino e dois padres católicos, para realizar um culto de despedida em memória de Oscar Niemeyer. Acredito que pela misericórdia de Deus ninguém vai para o inferno. Ninguém!

Chega de relatos fúnebres.

Quero declarar que sobre a imprescritibilidade dos crimes de tortura, para mim, é claro: são crimes imprescritíveis. A tortura é um crime hediondo. Um crime lesa-humanidade. Injustificável em qualquer regime político. Fere a dignidade humana. Não pode ser justificada como crime político.

Para concluir, quero manifestar a minha esperança no Brasil. Evidentemente existem inúmeros problemas de ordem econômica, cultural, política, social e ecológica. Os desmatamentos são imensuráveis. As igrejas, as associações de classe organizadas continuam tendo um papel fundamental: denunciar, organizar e mobilizar pessoas para a construção de um novo.

Particularmente, tenho grande esperança na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil na qual tenho servido durante uma grande parte dos anos da minha vida. Não me refiro a esta Igreja como uma Instituição, mas como a soma de experiências vividas e sofridas através de atividades sociais e em muitas comunidades locais onde existem pessoas irmanadas nas lutas pela construção de um novo céu e uma nova Terra onde o amor sempre caminhe em parceria e de mãos dadas com a justiça.

UM ANO QUE NÃO TERMINOU PRA MIM TAMBÉM

Nilmário Miranda¹

1968 foi um ano importante para muita gente em todo o mundo e, no Brasil, polarizado pelo socialismo cubano, pelo anti-imperialismo, pelas lutas de libertação nacional, sobretudo na África e pela luta heróica dos vietcongues. E impactou minha vida.

Na madrugada de 30 de abril de 68, fui preso com dois companheiros na Cidade Industrial de Belo Horizonte, após a distribuição de boletins mimeografados, anunciando a criação do Partido Operário Comunista, fruto da fusão da Polop com as dissidências do PCB no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Deixamos, numa grade de arame, ganchos com os panfletos espetados. Não o vimos, mas fomos vistos pelo porteiro das bicicletas da Mannesmann, maior fábrica da Cidade Industrial. O Dops foi chamado e nos prendeu na linha de trem na Vila São Paulo. Íamos a pé por 5 km até BH. Os policiais forjaram um flagrante e nos conduziram ao Dops, na Av Afonso Pena. Em plena madrugada, fizemos nossos depoimentos em Cartório.

Nossas declarações negavam a participação na panfletagem e lá pelas três da manhã descemos conduzidos por uma escada para o corredor das celas. Fomos então recepcionados por uma pancadaria feita pelos bate-paus do Dops. Essa delegacia reprimia a oposição sindical, estudantil, camponesa à ditadura desde o golpe de 1964.

Após trinta e dois dias, fomos soltos por Habeas Corpus (que tinha prazo de até 30 dias para ser concedido e meses depois foi proibido para “crimes políticos.”). A partir dessa prisão, fui denunciado pela Lei de Segurança Nacional e condenado a três anos e um mês de reclusão. Com a perda de direitos políticos. Isso pela distribuição de boletim mimeografado, hoje peça de museu. As cópias ficavam manchadas de tinta, o *stencil* só permitia poucas cópias. Um exagero de pena! Estava cursando o terceiro ano de Economia na FACE.

¹ Jornalista, ex-deputado estadual e federal por Minas Gerais, esteve à frente da criação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e foi o seu primeiro presidente, integrou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão Nacional de Anistia, foi o primeiro Ministro dos Direitos Humanos do Brasil no governo Lula e é assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Quando fui preso, a FACE fez uma paralisação, articulada por Dilma Rouseff. Libertado, havia uma articulação para que eu fosse candidato à presidência do Diretório Acadêmico como desagravo e reconhecimento. A força hegemônica, Ação Popular, não concordou e lançou seu candidato, que ganhou a disputa.

O partido priorizava minha atuação na Cidade Industrial, mas não podia externar que “Gerson” era importante lá, sobretudo depois da repercussão da greve de abril. Por outro lado, o recrutamento de quadros era realizado no movimento estudantil. E o curso universitário me dava fachada legal e a bolsa de alimentação da Fundação Mendes Pimentel. O POC lançou o movimento “Universidade Crítica” e se preparava para disputar lugar ao sol no próximo Congresso da UNE.

Em junho, a greve de metalúrgicos em Osasco, nos moldes da de Contagem, incendiou no POC a ideia da greve geral - e a negociação salarial era em outubro. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, o maior do Estado, era composta pelo PCB, AP e Corrente Revolucionária. A AP tinha o apoio militante de padres, JOC, e praticava a proletarização de seus quadros, deslocados para as fábricas e bairros da Cidade Industrial.

No espírito de 1968, tomar os céus de assalto combinava bem com greve de trabalhadores, pelo menos de metalúrgicos, bancários, professores e outras categorias, como ferroviários, quem sabe.

E com a passeata dos cem mil. Estudantes universitários, secundaristas, padres, seminaristas, servidores públicos, artistas, intelectuais.

As esquerdas subestimaram, contudo, os militares que recrudesceram a “guerra interna” contra o espectro do comunismo.

A linha dura passa a dar as cartas: repressão maior às passeatas, prisão das lideranças no congresso da UNE, Exército e PM ocupam a Cidade Industrial, intervenção nos sindicatos dos metalúrgicos e bancários. 1968 vai terminar com a doutrina da segurança nacional e da guerra interna prevalecendo na ditadura.

O Ato Institucional número 5 vem com mais tortura, prisões em massa, cassações de mandatos, censura aos meios de comunicação, expurgo de militares, controle das polícias pelo Exército, fim do Habeas Corpus para “crimes políticos”, cassação de três ministros do STF, demissões em massa de lideranças de trabalhadores, com as “listas sujas”, criação de aparatos legais ou clandestinos para torturar, matar e desaparecimento de opositores.

Defrontei-me então com o dilema de milhares de militantes: exílio ou clandestinidade? Milhares foram compelidos ao exílio. Outros, como eu, fomos continuar a resistência na clandestinidade. Nos quatro anos e meio seguintes, lutei na clandestinidade até a prisão em 1972, quando a resistência continuaria nos cárceres pelos próximos três anos e um mês.

1968 foi um ano de sonhos e lutas que não acabou para mim também.

60 ANOS DE GOLPE: ONDE É O LUGAR DO POVO POBRE E PRETO

Nivia Raposo¹

Se analisarmos as temáticas que envolvem a ditadura civil - militar, o Brasil pode apresentar várias histórias. Se contadas por pessoas diferentes, em lugares distintos, as narrativas podem ser verossimilhantes, mas sempre com detalhes diferentes. Contudo, as histórias do povo preto sempre foram de resistências em qualquer contexto histórico. Mesmo num país negacionista aos fatos históricos, a luta por memória se mantém presente...

Mesmo com experiências do passado europeu, em que teóricos criticavam a interferência da igreja no poder político, divinização de figuras políticas ou concessão de um poder a um Estado autoritário (criando a falsa ideia de um contrato de acordo a vontade do povo), nosso país passou por várias fases de ditadura, até chegar à dita democracia.

A ideia de implementar uma nova política no Brasil se deu por muitos lados, entre elas ocorreu uma domesticação das culturas e dos costumes populares. Com a difusão das rádios, ficou mais fácil de levar oralmente tanto um discurso para as massas, como a cultura pré-moldada, que estava mais preocupada com a ordem social, pois dessa maneira não importava se a pessoa fosse letrada, a informação chegaria de qualquer modo.

Dessa maneira, para justificar e legitimar toda ação pedagógica em prol de uma domesticação social e cultural, o Estado busca símbolos e heróis para superar a crise de sua modernidade. Esse processo de simbiose, entre a política, cultura e educação, com o tempo, torna-se um processo de parasitismo, em que só quem se beneficia é o próprio Estado. Além disso, a violência é praticada o tempo todo ao povo negro, inclusive domesticando sua cultura, a fim de torná-la aceitável para os padrões da época.

Em outros países, embora existissem injustiças, as lutas pelos direitos contra os abusos e contra aqueles que não queriam mudanças continuavam. No Brasil, apesar da luta do povo, os governantes mantiveram-se com a mentalidade mais atrasada sem reconhecer os direitos básicos do povo pobre e preto. Consolidando uma ordem social competitiva com a inserção de imi-

1 Movimento de mães e familiares de vítimas da violência letal do Estado.

grantes nos trabalhos sem gerar uma reparação ao povo negro. Mesmo que alguns imigrantes fossem tratados como uma ameaça à segurança nacional, com o “estatuto dos estrangeiros”, criava-se no imaginário da população uma ideia pré-concebida e estigmatizada de certos imigrantes. Além de selecionar os imigrantes que entravam no país, legitimava-se o uso da força e coerção policial em certos territórios, mas sempre embasadas numa lei, criada para servir ao Estado. Divergindo com a ideia de um país receptivo, que precisava de uma grande demanda de mão de obra, já que se encontrava num processo de industrialização, tentando atrair capital estrangeiro e incentivando a formação de grandes conglomerados industriais.

O fato de algumas pessoas compartilharem de proximidades comportamentais, culturais e linguísticas, outras passarem por políticas repressoras, péssimas condições de trabalho ou migrações de maneira forçosa, o comportamento de alguns como cidadãos disciplinados só demonstra que a política de convencimento do Estado foi e ainda é eficaz. Mantiveram muitos preconceitos étnicos, gerando o que chamamos hoje de xenofobia, racismo, discriminação. Com uma política repressiva, o Estado faz um combate em nome da proteção e do bem da nação, pautadas em leis (criadas pelos próprios sujeitos patriarcais e conservadores) que atendem aos interesses de uma minoria branca, burguesa e privilegiada. Sempre contra qualquer movimento social que se coloque como opositor de ideias totalitárias. Esses movimentos sociais geralmente são descaracterizados e pulverizados, chegando a se tornar estigmatizados. Se olharmos para trás, é possível notar algumas permanências, pois as censuras e violações ainda acontecem em maior ou menor intensidade.

Entretanto, há outros tipos de mudanças, como a de um golpe de Estado, em que o poder muda quem está no comando, mas a estrutura social não apresenta mudanças, logo, somente um lado é beneficiado, ou ocorre mudanças superficiais de modo que não perca seus privilégios e mantenham-se no controle do poder. Entre o passado e o presente, os direitos em âmbitos jurídicos tiveram mais permanências que rupturas, sobretudo para as populações marginalizadas.

Portanto, as transformações na História são uma constante independente do tempo e espaço. A História possui várias interpretações e sempre é reescrita conforme a época. Dada a imensa quantidade de fontes e informações disponíveis, é preciso fazer uma reflexão, passando pelo senso crítico e verificando que até o conhecimento passa por um processo de transformação. Porém, a análise histórico-sociológica não pode ter a função de manter um distanciamento social e isolamento cultural, pois ainda há uma dificuldade de superar os padrões de relações raciais, inerentes à ordem social escravocrata e senhorial. Enquanto o país se mantiver negacionista quanto à questão do povo negro, não conseguiremos

remos sonhar com a isonomia. Não devemos esquecer que “a História não é culto aos mortos, é um conhecimento dos vivos e para os vivos.”

A partir dessa contextualização, podemos pensar como se deu a integração dos negros nessa sociedade de classes dita democrática:

Onde estamos: A partir da década 50, 60, 70, 80 e dias atuais

“Nossos passos vêm de longe” e o poder nas mãos de poucos.

O processo de asfixiamento de lutas por direitos da população preta se deu de maneira social e literal, não ganhando uma projeção nacional e sem conseguir uma comoção popular. Poderíamos estar falando de tempos atuais, mas nessa década ocorriam casos terríveis tais quais acontecem hoje, que eram invisibilizadas devido à lacuna histórica, fomentada pelo mito da democracia racial, que desestimulava uma consciência étnica. Mesmo assim, houve um aumento de negros em espaços acadêmicos comprometidos em fomentar articulações políticas, sociais e culturais. Dessa forma, muitas lideranças negras ocuparam algum campo estratégico de conhecimento e de poder, para reivindicar ações para o povo negro adquirir uma consciência racial em outras esferas, inclusive na valorização de suas manifestações culturais.

Conforme o tempo ia passando, a população negra foi se tornando mais radical contra a discriminação racial. Nesse sentido, a militância que lutava no combate ao racismo estrutural, institucional, pela promoção de igualdade racial e pelos Direitos humanos começa a gerar preocupações no Estado repressor, que considerava toda bandeira de luta defendida por esse movimento passível de punição pela Lei de Segurança nacional, com penas de reclusão que chegavam a 12 anos, assim atividades ligadas aos movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, começaram a ser vistas como subversivas. Destaca-se que a maioria das leis criadas no Brasil, desde os tempos coloniais, tinham como pano de fundo o racismo internalizado. Dessa maneira, mantinham essa população num eterno looping de desumanização. Do ventre livre, sexagenário, de terras, de educação, de vadiagem, absolutamente, todas as leis e resoluções garantiam um controle de corpos pretos. Percebe-se que a maior preocupação seria a união do povo sofrido.

Posteriormente, com o processo de redemocratização, todas as atividades que envolviam entidades negras continuavam sendo monitoradas e enquadradas, porém, as resistências continuaram a promover discussões para diminuir a brecha social entre brancos e pretos. Contudo, o pacto narcisístico da branquitude perpetuava-se e sustentavam-se as desigualdades sociais e raciais. Criando-se, sob um falso pretexto, em pessoas brancas de sempre a se eximir de responsabilidades no combate à discriminação racial. Como se o

problema do racismo fosse uma pauta restrita a pessoas pretas. Com isso, a branquitude mantém-se no poder e à frente de instituições, sempre inventando subterfúgios que não reconhecem protagonismo de negros em qualquer ação ou atividade que se propõem. Esse pacto não é verbalizado, mas a relação de cumplicidade e proteção a pessoas brancas é evidente. As consequências de todos os golpes que o Brasil vivenciou, a população empobrecida sentia literalmente na pele todas as retaliações. O poder sempre passado de mãos brancas para outras mãos brancas. Evidenciando que, mesmo seguindo resilientes, a população marginalizada era constantemente ignorada.

Parafraçando Montesquieu: “ É uma experiência eterna de que todos os homens com poder são tentados a abusar”... Esse poder nas mãos de pessoas brancas com síndrome de colonizador é pior. A relação de poder pode tomar vários formatos, se reinventar e utilizados em economia, ideologia e política, privando a população de direitos considerados básicos como os que foram violados na ditadura, escravidão e colonização. Esse regime manteve-se com aparente legalidade e em dias atuais há quem ainda defenda intervenções militares, tal qual ocorreram no processo ditatorial.

Nossa sociedade capitalista e totalmente conservadora manteve as desigualdades como se fossem um processo natural, já que estávamos em um País emergente, a renda deveria ser distribuída de forma igual, sem tantas discrepâncias salariais. Além disso, com uma imensa quantidade de terras, porque nunca foi feita uma reforma agrária, uma pergunta que se faz ao longo dos anos e que inclusive gerou a saída de presidentes. A luta cotidiana dos povos originários, seringueiros e de Movimento dos sem terras é silenciada e costuma não parecer como uma forma de resistência, pois não possuem um mártir e negam o simbólico, sendo assim não ganham as mídias hegemônicas.

Como bem podemos notar, existem várias formas que a sociedade aplica o poder: o mais comum é o modo disciplinador, que se organiza por meios institucionais. No sistema em que vivemos, precisamos seguir as regras que são impostas. A burguesia exerce esse controle que pode ser feito em qualquer lugar, sob quaisquer circunstâncias e em qualquer intensidade/tempo. Enquanto isso uma parte da população periférica e favelada desempenha um papel importantíssimo na construção do bem viver em comunidade. Sendo assim, a formação política seguem como um catalisador para um processo de transformação.

Graças aos levantes populares que tivemos pelo Brasil e pelo Mundo, hoje aprendemos, da pior maneira, os reflexos e consequências que a luta pelo poder pode levar a termos grandes representantes por todas as partes dessa imensidão global, que resistiram lutando contra todo tipo de violações, arbitrariedades, preconceitos, guerras, ditaduras, colonizações e descolonizações. Entretanto, as torturas, mortes e desaparecimentos continuam a acontecer.

Sem contar o encarceramento em massa da população negra. Na história de formação do Brasil, qualquer pessoa pode passar por violações, basta questionar o sistema.

Nesse sentido, é preciso procurar informações, aprender uns com os outros. Pois, essas trocas geram debates. E esses debates geram inquietações. Resgatar nossas referências é essencial para continuarmos a luta contra as imposições do Estado. A vida comunitária, uma forma solidária de sobrevivência e a luta cotidiana devem ser balizadores de conhecimento e vistas como forma de resistências. Entendendo que existem outras histórias para além da história única. Essas vivências do povo preto não devem ser descartadas. Essas reflexões sobre a importância das leis, sobre entender o racismo no sistema capitalista e a culpabilização dos pobres, nos faz perceber que contra colonizar o pensamento se faz necessário. Pois alguns discursos ganham o mundo, e o pensamento da classe dominante mantém as mesmas funções. A burguesia evoluiu e se moldou até atingir a soberania política, passando a representar o povo teoricamente, mas na verdade gerindo atos em seu próprio benefício.

Com isso, a questão do combate ao racismo fica num segundo plano, perdendo assim a compreensão dos princípios que fazem uma pequena oligarquia mundial se manter nas estruturas de poder e corrupção pelo mundo, sabotando o sonho de uma democracia e bem-estar social para todos. Portanto, cada dia o povo precisa se manter em alerta. Se manter organizado para continuar fazendo resistência e sempre fazendo a manutenção das memórias. Também pensar que enquanto não se criar um espaço de memória que gere um impacto social e consolide uma democracia de fato, nosso país vai precisar de tensionamentos através das lutas dos movimentos sociais. Algumas produções desses movimentos sociais em específico, os movimentos de mães e familiares que tiveram entes vitimados por violência letal do Estado, se fazem de maneira oral e estão sempre em processo de construção. Graças a esses processos de escuta afetiva, diversos profissionais já estão produzindo, junto aos movimentos sociais, políticas públicas que atendam grande parte da população, respeitando a diversidade cultural, sem deixar de considerar temas transversais que contribuem nos entendimentos das pluralidades. Promover a sociabilidade por meio de memórias, fazer trabalhos em redes, capacitar e incentivar a juventude para um desenvolvimento coletivo transcende qualquer conceito adquirido em espaços acadêmicos. A luta é coletiva. E líderes conscientes e aguerridos que estão sendo formados precisam aprender desde muito cedo o real significado de dizer que nossos passos vêm de longe, 60 anos de luta não são 60 dias.

NONÔ NOLETO - A MENINA QUE VIU A DITADURA NASCER

Nonô - Laurenice Noleto Alves¹

Apesar de morar na Fama, bairro da periferia Norte de Goiânia, eu não tinha nada de famosa. Ao contrário, era uma menina muito tímida, miúda e magricela, quase raquítica. Mas com a personalidade forte. Desde bebê, as irmãs mais velhas tentavam me ensinar a falar, pedindo-me que repetisse palavras comuns como mamãe, papai, água... E eu, sempre, lhes respondia balançando negativamente a cabeça e dizendo apenas “Non-Non”. Ganhei, assim, o apelido de “Nonom” que, fora da família, foi transformado em Nonô, tornando-se minha verdadeira identidade.

Ao completar 15 anos parecia ter no máximo 12, por isso não tive uma festinha de aniversário para comemorar a data especial como toda mocinha da época. Mentia a idade para menos um ano e, ainda assim, arrancava sempre uma exclamação de surpresa de todos que me perguntavam quantos anos tinha. Meu aniversário é em 10 de dezembro. Nasci no mesmo dia, mês e ano em que era promulgada a Declaração dos Direitos Humanos. Acredito, pois, que já nasci rebelde, contestando e com a missão de viver para defender os direitos de todos, todas e todes.

Era a quinta filha dos onze irmãos e irmãs da família Noleto. Meu pai, Louraci, um fiscal arrecadador do Estado, era muito severo na criação dos filhos. Principalmente das filhas – as cinco mais velhas. Todos tinham que cumprir normas rígidas como estar em casa e sentados à mesa nos horários das refeições, pedir benção ao pai pela manhã (à mãe, não nos obrigavam), as mais velhas não podiam cortar os cabelos, nem usar roupas de alças ou sair sozinhas com os namorados sem uma “vela”. Apanhei de meu pai por dizer “não”, desde os quatro anos de idade, por me negar a comer chuchu, e até quando já fazia faculdade, por insistir em usar saias curtas, na época do reinado das mini saias.

Alice, minha mãe, quase sempre, com um filho no colo, outro na barra da saia e mais um crescendo na barriga, gostava muito de cantar enquanto cuidava das lidas domésticas. E meu pai foi músico de uma orquestra filarmônica formada exclusivamente por garimpeiros, em Cassununga, uma pequena vila de Mato Grosso, onde sete dos filhos nasceram. Agora, como

1 Jornalista, escritora e artesã licoreira.

fiscal, trabalhava num regime de 24 horas ininterruptas por 48 horas de folga, em minúsculos abrigos, nas principais saídas da cidade. Quase nunca mais tocava o seu violão, acompanhando minha mãe nas cantorias de fins de tarde, como era de costume antes de irmos para Goiânia em busca de escolas públicas para a filharada. Televisão era a grande novidade que estava chegando nas grandes cidades, mas não na periferia.

O cinema era praticamente a única opção de entretenimento - e namoro - da juventude brasileira, principalmente nas grandes cidades do interior do Brasil. E, de acordo com o código moral da época, somente no escurinho do cinema os enamorados podiam trocar beijos e alguns toques mais “avançados”. Vez por outra, no entanto, os moradores do bairro da Fama, onde morávamos, se reuniam na praçinha da Igreja São Pio X, cada um levando o seu próprio banquinho ou cadeira, para assistir a filmes ao ar livre.

Os convites, feitos com antecedência por meio de alto falantes móveis, chamavam para filmes com histórias de algum herói popular ou de uma santa da igreja católica, totalmente hegemônica à época e copatrocinadora do evento, junto com o Instituto de Pesquisa Econômica e Social – Ipês - entidade tipo não governamental que era mantida com dinheiro de alguns poucos políticos, militares e do grande empresariado nacional e internacional. Durante meses - ou anos -, antes do filme principal, o Ipês exibia pequenos filmetos ensinando as crianças como escovar corretamente os dentes; e, como o Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy e sua linda esposa Jack, eram caridosos distribuindo roupas usadas e leite em pó para miseráveis de países do terceiro mundo, dentro do programa “Aliança para o Progresso”.

E, seja nas praças da periferia das grandes cidades ou de cidadezinhas que sequer apareciam nos mapas, nos cinemas de bairro ou de luxo das grandes cidades, em todos eles, antes do filme principal passava-se nas telas um “filme nacional”, de no máximo 15 minutos, muito bem feito, esbanjando-se técnica, roteiro, locução e imagens. Todos produzidos pelo Ipês (no total eram 14 deles, que ainda hoje podem ser encontrados no acervo do Museu Nacional), trazendo como temas dois grandes grupos: de um lado, os movimentos políticos, estudantis e sociais e, de outro, as Forças Armadas e a classe empresarial da época.

De início foram mostrados os filmes com os estudantes e sindicalistas fazendo passeatas gigantescas, correndo da polícia. Eram cenas reais de atividades da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e de entidades representativas de estudantes secundaristas e universitários, como a CGE, UBES, UNE e partidos políticos de esquerda fortalecidos e bem organizados à época, como o PCB, chamado de “Partidão” e que elegeu até deputados estaduais. Em Goiás, os comunistas conseguiram eleger, pela sigla, José Porfírio, um líder de trabalhadores rurais que há anos sustentavam uma rebelião armada para garantir uma ocupação de terra devoluta, no médio norte goiano.

Na sequência, ainda dentro do primeiro pacote do projeto, passavam filmetos com imagens de bebês se esguelando de tanto chorar quando soldados, armados, os arrancavam violentamente dos braços das mães desesperadas - todos com características orientais (lembrando que acontecia na China uma revolução comunista). Outros filmes mostravam estudantes e sindicalistas. Estes, com imagens distorcidas e apresentados como comunistas e baderneiros para esse grande público das milhares de salas de cinema do país, pracinhas das periferias das grandes, médias e pequenas cidades, além dos grotões do Brasil.

E eu, menina de uns doze anos, chorei muito vendo essas cenas, sentada em um tamborete. Minha mãe e meus irmãos, vizinhos e todos da praça também choraram de emoção com as imagens de violência contra as crianças, as mães, as famílias. O medo do comunismo estava sendo implantado na cabeça da grande massa do povo brasileiro, que sequer sabia o que era isso.

Numa segunda etapa do projeto, nas mesmas salas de cinema e nos telões das pracinhas das periferias das cidades eram apresentados, agora, os “salvadores da pátria”. E desta feita, com a mesma qualidade técnica e maravilhosa cenografia, grandiosa eloquência, trilha sonora com músicas de alta qualidade, tecnologia muito superior à da indústria cinematográfica brasileira de então, os pequenos filmes exaltavam os militares do exército, marinha e aeronáutica como os verdadeiros heróis da pátria, aqueles que promoviam a ordem e o progresso, contrapondo-se com as fortes imagens do outro lado, caricaturando-os de “baderneiros comunistas” e sugerindo desordem e terror.

O outro grupo era mostrado com belas imagens de soldados do exército abrindo estradas de rodagem e ferrovias; de um navio singrando o mar, enquanto em background um coral cantava a Canção da Marinha: “Qual cisne branco que em noite de lua, vai deslizando num lago azul. O meu navio também flutua, nos verdes mares de norte a sul...”. Inesquecível também pela pura beleza.

A narração dos filmetos era feita pelo mais famoso locutor de notícias e documentários no Brasil durante 45 anos, Luiz Jatobá. E produzidas por um cineasta trazido da França exclusivamente para essa tarefa - Jean Mazon. Somadas a outras iniciativas, com o mesmo objetivo, junto a outros segmentos da sociedade como a sensibilização e organização das mulheres católicas. Criava-se no imaginário do brasileiro uma situação preparatória positiva a uma intervenção militar no Governo Federal. E, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964 acontece o golpe de Estado militar e civil no Brasil. Derrubam a democracia e implantam uma Ditadura Militar, que vai durar 21 anos.

Alguns dias depois, os estudantes do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes, um dos maiores e mais conceituados de Goiânia, onde eu e mais duas irmãs estudávamos, eram “convidados” a participar de um desfile fora de época, para saudar o Golpe Militar e a Ditadura, que chamavam de “Revolução”. Eu

não entendia o porquê de tantos colegas repudiarem o ato, em comícios relâmpagos realizados improvisadamente no pátio do colégio, na hora do recreio. Subindo em mesas ou cadeiras, os líderes estudantis conclamavam os colegas a não participarem do desfile. Eu os aplaudia, mas não entendia nada do que acontecia. E eu adolescente tímida, da periferia da cidade, recentemente vinda do interior, participei do desfile, realizado na Alameda dos Buritis, setor central da cidade, passando em frente à Assembleia Legislativa do Estado.

Em 26 de novembro de 1964, a mesma menina magricela com 15 anos de idade e cara de doze ainda morava na Fama. Era manhã de sol e céu limpo. De repente, um forte barulho não identificado toma conta da cidade e faz os seus moradores saírem às ruas olhando para cima e para os lados, na tentativa de identificar o que acontecia. Goiânia era sobrevoada por dezenas de aviões, em baixíssima altitude e enorme velocidade (eram helicópteros e caças a jato), provocando terror na comunidade.

Milhares de pessoas, incluindo eu e algumas de minhas irmãs, amigos e vizinhos fomos a pé para a Praça Cívica, no centro da cidade, onde fica o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. A multidão, aos gritos, mesmo amedrontada, pedia ao governador que resistisse. Mas em vista da ameaça dos militares de invadirem Goiânia, Mauro Borges se rende. Saiu da sede do governo e subiu numa kombi estacionada ali em frente, fez um breve e emocionado discurso e saiu carregado nos braços do povo, indo para a casa dos pais, que ficava ali perto.

“Acho que havia uns cinco batalhões e a brigada de paraquedistas em Brasília, pronta para agir. A força aérea tinha os caça a jato. Um deles tinha o Napalm, uma gasolina gelatinosa que pegava fogo em todo mundo. Uma coisa horrível”, disse o governador de Goiás à época, o tenente coronel do Exército Mauro Borges Teixeira, em entrevista ao jornal goiano “Opção”, publicada em 1998, quando ele já estava aposentado da política.

Naquele dia, eu vi pela primeira vez, ao vivo, no jardim externo do palácio, uma equipe de rádio fazendo a transmissão ao vivo do movimento pró resistência de Mauro Borges. Era a Rádio Brasil Central, emissora estatal, com grande alcance, integrando naquele momento a chamada Rede da Legalidade, que seguia a liderança de Leonel Brizola e tentava organizar uma resistência à ditadura. Naquele dia 16 de novembro de 1964, eu fiquei completamente encantada com o trabalho dos jornalistas da RBC, mal sabendo que, anos depois, iria integrar sua equipe e até a direção geral da emissora.

No início de 1968, já com 18 anos e ainda com cara e corpo de adolescente, continuava estudando no Colégio Pedro Gomes, mas já finalizando o Curso Clássico, que correspondia ao segundo grau de ensino e era preparatório a quem quisesse seguir carreira na área de Ciências Humanas. E, em meio às aulas de Filosofia, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e Geografia

Humana do Brasil, Inglês, Francês, Latim, Português e Literatura, eu também li, às escondidas, livros censurados, que foram oferecidos por colegas de classe. Na ditadura, era totalmente proibida a leitura ou mesmo porte de livros de autores considerados de esquerda, comunistas, “subversivos”. Na enorme lista constavam, por exemplo, todos os livros de Jorge Amado.

E, já entendendo um pouco sobre o que eram os diferentes sistemas políticos e de governo, orgulhosamente, pela primeira vez segui de braços dados com meus colegas de colégio numa passeata contra a ditadura, cantando o Hino Nacional, correndo de policiais para não apanhar. E foi assim também que, numa noite quente de verão, pela primeira vez, encarei de frente uma dupla de policiais armados com fuzis, que corriam e gritavam atrás dos jovens estudantes, pelas ruas da velha Campininha.

“Corre! - gritaram pra mim que, cansada de correr rua abaixo e acima, atrevidamente decidi encará-los e, fazendo jus ao meu apelido, disse-lhes “Não! Não vou correr!” e os soldados do Exército, que desciam às dezenas de caminhões, vestidos e armados como se fossem para uma guerra, por certo me tomaram apenas como uma moleca atrevida e desistiram de continuar me ameaçando. “Ah, deixa essa menina prá lá! Vamos correr atrás dos outros e gritar alto para provocar medo” - disse um deles ao outro, seguindo correndo e aos berros como se fossem mesmo os animais irracionais que pareciam ser.

Fiz Jornalismo na Universidade Federal de Goiás, participei ativamente do movimento estudantil universitário e participei de um grupo de teatro de protesto. Vi a sede do nosso DCE ser derrubada por patrôlas; namorei Wilmar Alves, um jovem jornalista que era Diretor da Rádio Universitária da UFG e filiado ao PCB; e estava com ele numa sala da Reitoria da UFG quando foi chamado pelo nome na porta da sala da Assessoria de Imprensa. Foi sequestrado e não percebi. Esperei por sua volta até me cansar, chorei e tive medo. Era noite de 12 de julho de 1972.

Soube notícias de meu namorado somente sete dias depois de desaparecido. Estava preso no então 10º BC - Batalhão de Caçadores -, hoje 42º BIMTz - Batalhão de Infantaria Motorizada. E ali, numa cela ao lado da sua, no dia 09 de agosto do mesmo ano - 1972 -, foi assassinado sob tortura um jovem de apenas 18 anos, que se chamava Ismael Silva de Jesus, cujo codinome era Olavo. Ele foi muito torturado porque queriam que entregasse o nome de todos os seus companheiros de partido em Goiânia, considerando que os militares já sabiam que aquele menino magricelo era o bibliotecário do PCB. Ele foi entregue à família com um olho furado, unhas arrancadas e o corpo todo marcado por hematomas provocados pelos choques elétricos e queimaduras.

Me escondi na mesma noite em que por trás da fresta de uma porta, na casa de meus pais, vi um colega acompanhando policiais que me procuravam.

Me vesti de homem e, ao lado de um tio, com um cigarro na mão, passei ao lado do carro deles, estacionado debaixo de uma árvore, sem que percebessem quem eu era. Depois fiquei uns quinze dias fora de Goiânia e voltei para acompanhar a prisão do meu namorado, pois sabia que se ele não fosse encontrado e visitado, corria muito risco de sofrer ainda mais torturas e ser até morto ou “desaparecido”.

Passei mais quatro meses fazendo uma verdadeira via sacra entre possíveis presídios de Brasília, para onde foi transferido após a morte de Ismael. Minha dor e nervosismo eram tamanhos, que quando “descobria” para onde o levaram, sem dar explicações do paradeiro, minhas pernas magras batiam com os joelhos uma na outra, estalando os ossos. Eram onze jovens de Goiânia nesse mesmo processo: Abrão Marcos da Silva, Benito Damasceno, Eli Moreira Borges, João Silva Neto, Luiz Carlos Vieira, Paulo Arruda Villar, Washington Luiz Teixeira Rabelo e Wilmar Antonio Alves. Mas outros presos políticos lotavam os porões da ditadura militar.

No dia 26 de novembro de 1972, Wilmar foi solto. Nos casamos 20 dias após a sua saída desse primeiro período de prisões e torturas. Eu pesava apenas 39 quilos e ele 42. Dois anos depois, o primeiro filho - Olavo, numa homenagem nossa ao outro Olavo que havia sido morto no Quartel do Exército de Goiânia - estava com apenas três meses de idade. Mas Wilmar ficou preso novamente por mais seis meses. Agora cumprindo pena no Centro Penitenciário Agro-Industrial de Goiás - Cempaigo. E, o promotor do julgamento militar recorre, ganha e aumenta a penalidade. Tiveram que cumprir mais seis meses de prisão para que fosse solicitada a liberdade condicional. E nosso Olavo, o primeiro filho, aprendeu a andar nos corredores da prisão onde por mais nove meses, todos os domingos, visitamos seu pai. 29 anos depois, Olavo entrou para a equipe de Lula no Palácio do Planalto e só saiu junto com Dilma, já careca e com dois AVCs. Agora, ele está de volta à equipe de Lula, como secretário executivo do Ministério de Relações Institucionais, junto com o Ministro Alexandre Padilha, que também é filho do ex-presos político Anivaldo Padilha.

Hoje estou viúva. Wilmar morreu há 17 anos, de um AVC fulminante, em Brasília, onde morávamos e ele trabalhava no Correio Braziliense. Tenho mais dois filhos - Frederico e Guilherme - e duas netas - Bárbara e Ana Júlia. Junto com o Wilmar, trabalhamos pela organização do Partido dos Trabalhadores no Estado. Ele foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás e diretor da Fenaj. E sou eu quem, agora, integro a diretoria do Diretório Municipal do PT e do Sindjor Goiás, de cuja Comissão da Verdade fui secretária. Escrevi cinco livros; faço licores artesanais do cerrado junto com uma irmã; e continuo a esperar: com flores na cabeça e um sorriso no rosto, mesmo com 75 anos de idade e o dobro do peso da época da juventude, desço as ruas de Goiânia, dançando e cantando pela verdadeira libertação da mulher, como a Guardiã do Manifesto do bloco feminista carnavalesco goiano “Não é Não”.

OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER! DEMOCRACIA SEMPRE!

Orlando Guilhon¹

No dia 1º de abril de 1964 eu tinha apenas 11 anos, era um garoto pré-adolescente, vivia no Estoril, em Portugal, com minha família, desde 1961, porque meu pai era o cônsul geral do Brasil em Lisboa, desde essa época. Tenho algumas lembranças muito difusas e incompletas sobre o episódio do golpe civil e militar que se abateu sobre o Brasil, naquela ocasião, e que teve como consequência uma ditadura que se estendeu por 21 anos em nosso país. Estudava num colégio católico local, dos padres salesianos, que adotavam um sistema educacional muito rígido e conservador. Portugal vivia sob o regime ‘salazarista’, um regime autoritário e ditatorial, baseado em muita repressão e zero de debate democrático nas ruas e na sociedade, questões que eu só vim a entender mais tarde. Lembro-me de minhas irmãs mais velhas comentarem que no seu colégio existiam professores e alunos de esquerda, que eram perseguidos pelo regime de Salazar e que as conversas e comentários de caráter político eram feitos na surdina, pois o medo da repressão era enorme. Em outras palavras, em Portugal daquela época já se vivia um regime ditatorial que, em muito, se assemelharia à ditadura que seria implantada no Brasil.

Naquela época, os meios de comunicação eram limitados, ainda não havia satélites e transmissões ao vivo de notícias internacionais na TV, não existia Internet e comunicação digital. As notícias que chegavam do Brasil eram através de exemplares da mídia impressa privada, jornais como O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã, e revistas como Manchete e O Cruzeiro, que de quando em quando chegavam ao Consulado via mala diplomática, com algum atraso, e que meu pai levava pra casa pra deleite da família. Me lembro de folhear alguns desses jornais e revistas, e me espantar com as notícias da situação de ‘anormalidade’ em curso, sem entender muito bem a gravidade do que se passava, até porque a mídia brasileira estava sob forte censura e alguns órgãos da imprensa privada apoiavam claramente o golpe e a ditadura em curso.

Só alguns anos mais tarde fui ler, estudar, pesquisar e compreender o contexto geral do episódio do golpe civil e militar de 1964 e seus desdobra-

1 Ex militante da APML, militante e ex dirigente do PT RJ, membro do Coletivo Fernando Santa Cruz, do Conselho da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, do PT Militante e dos Comitês Populares de Luta de N.Friburgo.

mentos. As sucessivas crises políticas e tentativas de golpes ocorridas ao longo da chamada 4ª República. O contexto mais geral da Guerra Fria e seus reatamentos na América Latina, com inúmeros golpes de Estado nos países da região, e a narrativa do anti-comunismo usada pelos setores conservadores. O papel do imperialismo, e em particular do capitalismo norte-americano, com sua política intervencionista na região. A eleição de um presidente (Jânio) e um vice-presidente (Jango) de chapas diferentes, a renúncia de Jânio (em agosto de 61), a crise institucional, a Campanha da Legalidade, o golpe disfarçado instituindo o Parlamentarismo, as sucessivas crises institucionais ao longo de 1962, a luta pelas Reformas de Base, o ativismo político da UNE, das Ligas Camponesas, da CGT e de outros movimentos sociais pressionando por avanços e por reformas, o plebiscito que reinstituuiu o Presidencialismo (janeiro de 63), restituindo os poderes do presidente João Goulart, a reação dos grupos conservadores, via IBAD-IBES, Igreja Católica, maioria da imprensa privada, grandes empresários e classe média conservadora moralista.

E, finalmente, os episódios finais que precipitaram o golpe, que na realidade já estava em curso desde a renúncia de Jânio Quadros: o Comício da Central do Brasil (13 de março), com cerca de 200 mil pessoas clamando pelas Reformas de Base, a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com 500 mil pessoas em 19 de março em S.Paulo, resposta dos conservadores e claro sinal de apoio civil ao golpe em curso, a chamada 'Revolta dos Marinheiros' (25 a 27 de março), e o deslocamento precipitado de parte das tropas golpistas comandadas pelo general Mourão Filho, vindo de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, na noite de 31 de março e madrugada de 1º de abril de 1964, antecipando o golpe que estava sendo organizado para 10 de abril. Ali, começou a profunda e angustiante noite de autoritarismo e falta de liberdade que se estendeu por 21 anos em nosso Brasil.

Para as gerações de brasileiros que não viveram os horrores desse triste período, e que mais recentemente foram obrigados a viver com a narrativa negacionista do bolsonarismo fascista de plantão, que defendeu a ditadura e a tortura, e homenageou torturadores, nunca é demais lembrar a essência do que foi esse regime ditatorial e suas consequências para nosso país e nosso povo. Cerca de 434 casos de brasileiros e brasileiras mortos/as e desaparecidos/as, sendo 357 desses casos já reconhecidos pela Comissão Especial de Mortes e Desaparecidos. Isso sem contar inúmeros indígenas, camponeses, favelados, ribeirinhos e lideranças de outros movimentos sociais também assassinados ou 'desaparecidos' pela ditadura, e não contabilizados.

Diversos 'centros de tortura' espalhados por várias cidades e regiões do País, como a Casa da Morte (Petrópolis), o Batalhão da PM da Barão de Mesquita (Rio), a Casa dos Horrores (Fortaleza), Casa de S.Conrado (Rio), Colégio Militar (BH), Fazenda 31 de Março (Parelheiros-SP), OBAN (S.Paulo),

entre muitos outros. Os diversos tipos de tortura, muitos deles aprendidos na Escola das Américas (EUA), eram aplicados aqui no Brasil contra opositores da ditadura: pau-de-arara, choque-elétrico, pimentinha, afogamento, cadeia do dragão, geladeira, palmatória, produtos químicos, espancamentos e agressões físicas, estupro, tortura psicológica. Milhares de brasileiros e brasileiras foram submetidos a esses diversos tipos de tortura. Muitos não resistiram e perderam suas vidas nos porões da ditadura. Sabe-se hoje que a cadeia de comando das FFAA brasileiras sabia da existência dessas práticas criminosas e nada fez para impedir. Os militares envolvidos direta ou indiretamente nesses crimes nunca foram punidos. Muitos ativistas e militantes de esquerda tiveram que fugir para o exílio, principalmente em países europeus e latino-americanos, para fugir das perseguições, prisões, torturas e assassinatos, sendo obrigados a viver muitos anos longe de suas famílias, de seus amigos, de sua cultura e de seu País. Só com a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, muitos puderam voltar ao Brasil pra tentarem retomar suas vidas.

Nos meios de comunicação e imprensa, nas editoras e gravadoras, nos teatros e cinemas, nas artes e cultura em geral a censura mostrou a outra face perversa do regime. Artigos de jornais e revistas, entrevistas e reportagens de rádio e TV, peças de teatro, filmes, livros, músicas, exposições de arte e muitas outras formas de expressão cultural e artística foram censurados, cortados, proibidos e vetados. Jornais publicavam receitas de bolo ou matérias em branco, jornalistas eram coagidos dentro e fora das redações. Roteiristas e diretores de cinema, dramaturgos e escritores, compositores e músicos faziam das tripas corações para conseguirem aqui e ali driblar a censura e conseguir emplacar e divulgar suas obras quando estas tinham algum verniz de contestação ao regime. Apesar disso, a classe artística e o povo em geral resistiu e produziu belas obras culturais engajadas e de resistência.

Milhares de brasileiros foram perseguidos, assediados, vigiados em seus locais de trabalho, de moradia ou de lazer. Muitos perderam seus empregos e tiveram suas carreiras 'ceifadas' precocemente, só porque defendiam mais democracia e mais justiça social. Militares, jornalistas, artistas, estudantes, professores, intelectuais, religiosos, sindicalistas, lideranças comunitárias, políticos e cidadãos comuns sofreram na pele as consequências dessa perseguição. Milhares foram presos ou sequestrados, sem o devido processo legal. Os cidadãos e cidadãs eram sequestrados/as em suas casas, em seus locais de trabalho, de estudo ou de lazer, em lugares públicos (ruas, praças, bares), sem mandatos de prisão, e 'desapareciam' na calada da noite. O Brasil viveu durante esses 21 anos uma longa noite do medo, da angústia, da incerteza, da intimidação.

Partidos e agrupamentos políticos foram fechados e proibidos de existir. Quem fazia oposição fora do espectro legal do MDB era obrigado a sub-

-existir na clandestinidade, correndo sérios riscos de vida. Sindicatos sofreram intervenções. Entidades da sociedade civil tinham suas ações vigiadas e coibidas. Repressão dura e intensa às manifestações de rua, atos públicos e passeatas, de estudantes, trabalhadores ou cidadãos em geral. Vários casos de mortos nessas manifestações, o mais famoso o do estudante secundarista Edson Luiz, além de inúmeros feridos.

Também é importante lembrar que a ditadura civil militar de 1965-1985 foi obrigada a inventar métodos escusos para se desfazer dos corpos dos militantes de esquerda que eram assassinados ilegalmente nos porões da ditadura e considerados ‘desaparecidos’. Foram criados vários ‘cemitérios clandestinos’, muitos corpos eram jogados no alto mar, e o caso mais escabroso foi o da Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes RJ, onde os corpos de 12 companheiros assassinados foram incinerados pelo então policial do DOPS, Cláudio Guerra. Episódio que foi recentemente lembrado num ato organizado por centenas de ativistas da luta por Memória, Verdade, Justiça e Reparação, no terreno da antiga usina.

Apesar disso tudo, é importante lembrar que foi a resistência popular, a forte mobilização da sociedade brasileira em campanhas como a da ‘Anistia Ampla, Geral e Irrestrita’ e ‘Diretas, Já!’ que levou ao desgaste do regime ditatorial e ao seu próprio fim, e permitiu o resgate da democracia, mesmo que a partir de um processo lento e gradual, negociado ‘por cima’. A mesma Lei da Anistia (1979) que permitiu a libertação dos últimos presos políticos brasileiros e a volta de centenas de exilados também impediu a punição dos criminosos torturadores e assassinos envolvidos nesses crimes. Pagamos um preço alto, até hoje.

Onde eu me encontrava, nesse período? Voltei ao Brasil em 1968, aos 15 anos, e fui estudar meu ‘colegial’ no Colégio Santo Inácio, dos jesuítas, bem mais liberal que a experiência anterior com os salesianos, com vários professores de perfil progressista. Não participei do movimento estudantil secundarista que na ocasião era forte na rede de ensino público, mas quase não existia na rede de ensino privada. Acompanhei de longe as passeatas de 1968, soube que alguns padres do meu colégio participaram da famosa Passeata dos 100 Mil, e procurei me informar melhor sobre o que estava acontecendo no Brasil, já começando a despertar em mim uma certa consciência crítica sobre a realidade brasileira. Fui morar em Madrid, no final de 1970, novamente acompanhando a carreira diplomática de meu pai, e lá tive contato superficial com um militante do ETA, organização que lutava pela autonomia e independência dos Países Bascos. E esse militante me deu um exemplar do famoso ‘livrinho vermelho dos pensamentos de Mao Tsé Tung’, líder comunista chinês. Iniciei aí minha aproximação com o marxismo e minha formação política como militante da esquerda brasileira.

Voltei ao Brasil no início de 1972, formei um grupo de estudos com amigos para estudar o marxismo e suas vertentes. No ano de 1973, me aproximei da organização clandestina Ação Popular Marxista Leninista (APML), que teve sua origem em setores cristãos progressistas, e que vivia um processo de forte cerco e aniquilamento pelos órgãos de repressão. Ingressei na APML em fevereiro de 1974, uma semana depois da queda de dois dirigentes da organização, Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier Filho, os últimos de um grupo de 7 membros do nosso Comitê Central a caírem nas mãos da repressão e a perderem suas vidas nos porões do regime militar, no curto período entre setembro de 1973 e fevereiro de 1974. Os demais foram Paulo Stuart Wright, Umberto Câmara Neto, Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda e José Carlos da Mata Machado. A AP, ou APML como passou a ser conhecida a partir de 1972, já tinha perdido outros três companheiros, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Raimundo Eduardo da Silva e Luiz Hirata, assassinados pela repressão entre 1970 e 1971.

A APML (antiga AP) que já tinha se destacado no movimento estudantil secundarista (UBES) e universitário (UNE), no MEB (Movimento de Educação de Base), no movimento de trabalhadores rurais (PindaréMirim-MA), nos movimento sindical urbano (Greve de Contagem e 1º de maio de S.Paulo, em 68), na década de 60, voltou a se reorganizar a partir de 1974, depois das quedas dos nossos dirigentes, com forte inserção no movimento estudantil (reorganização da UNE, em 1977), muito trabalho de base de educação popular nas favelas e periferias de algumas capitais, em particular Rio de Janeiro e S.Paulo, na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (1978-79), nas lutas sindicais de professores, metalúrgicos e outras categorias (RJ e SP), na própria construção do PT – Partido dos Trabalhadores, com lideranças como Manoel da Conceição (MA) e Jair Ferreira de Sá (RJ), entre outras inserções em movimentos sociais. Fiz trabalho de educação popular nas favelas do Jacarezinho, Vigário Geral e Parque União, na segunda metade dos anos 70, seguindo a orientação da APML. Participamos de forma organizada das campanhas eleitorais de 1974 (Lysâneas Maciel), 1976 (Tônico, Antônio Carlos de Carvalho, ligado ao MR-8), e 1978 (José Eudes-RJ, Geraldo Siqueira-SP e Adelmo Genro-BA), todos pelo antigo MDB. Tenho muito orgulho de ter militado na AP (Ação Popular), junto com vários companheiros e companheiras de uma geração que deu os melhores anos da sua juventude pra lutar por um Brasil mais justo e mais soberano. Foi na AP que fiz minha formação política e ideológica, que viria a marcar minha trajetória como militante.

Dentro do PT, nos dissolvemos como organização clandestina em 1982 e passei a contribuir para as lutas políticas e sociais que marcaram o país, já como militante do PT, com destaque para as campanhas das Diretas, Já!, Constituinte!, Fora Collor!, todas as campanhas eleitorais do PT, as vitórias

de Lula e Dilma, Não ao Golpe!, Lula Livre!, Fora Temer!, Fora Bolsonaro!, e a volta de Lula à Presidência da República (2022). Nunca me distanciei das lutas e movimentos sociais que marcaram essa conjuntura do final do século passado e do início deste século. Militei e continuo militando no FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e seu comitê regional do RJ, a FaleRio, entidades que coordenam a luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil e no RJ. Trabalhei na Rede Globo, fui presidente do Sindicato dos Radialistas RJ (1989-95), dirigi a greve dos trabalhadores da Globo em 1990, fui dirigente da CUT RJ e do PT RJ. Fui gestor das principais rádios públicas brasileiras, durante os Governos Lula e Dilma (Rádios MEC e Nacional) e ajudei a construir a rede nacional de rádios públicas, primeiro via a ARPUB, e depois já dentro do projeto da EBC.

Fui ativista e ajudei a coordenar o coletivo Torcedores e Torcedoras pela Democracia, que organizou inúmeras atividades de politização junto com torcidas organizadas de esquerda dentro e fora dos estádios de futebol no RJ. Faço parte do coletivo Fernando Santa Cruz, composto por ex militantes e simpatizantes da AP e APMML e que se dedica às lutas por Memória, Verdade, Justiça e Reparação, e por Direitos Humanos, em nosso País, e que recentemente ajudou a organizar um ato na Usina Cambahyba. Faço parte do Conselho da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia. Hoje, ajudo a coordenar as atividades de alguns Comitês Populares de Luta em N.Friburgo RJ (S.Pedro da Serra, Lumiar e Centro), o coletivo do PT Militante e a Coordenação Lula Presidente de N.Friburgo. Ao completar mais de meio século dedicado às lutas políticas e sociais do nosso povo, me orgulho de nunca ter me afastado dos valores, princípios, ideias e propostas que marcaram a trajetória da esquerda no Brasil e no mundo.

Hoje, vejo com muitas esperanças e com certo otimismo a retomada de inúmeros projetos e programas de políticas públicas inclusivas e distributivas pelo Governo Lula III. Mas, precisamos estar alertas e vigilantes. Primeiro, precisamos compreender que a democracia e o Estado Democrático de Direito não é um ‘estado de espírito’ que paira nas nuvens, um bem garantido pelo mero exercício do processo eleitoral. O golpe de impeachment contra a presidenta Dilma, a prisão injusta e ilegal de Lula, a tentativa de criminalização do PT, da esquerda e de movimentos sociais como o MST, os anos terríveis de golpismo de Temer e de fascismo de Bolsonaro, e a tentativa de Golpe no 8 de janeiro de 2023 nos ensinaram uma bela lição: a Democracia não se constrói apenas com uma eleição após a outra. É preciso defendê-la com unhas e dentes, de baixo pra cima, com forte mobilização popular, nas ruas e nas redes, fortalecendo os comitês populares de luta e outras formas de organização autônoma e de luta do nosso povo, como frentes, movimentos sociais, partidos, sindicatos, centrais, fóruns, redes, ong’s, entidades, associações, coletivos. A

democracia deve ser construída de baixo pra cima, com forte participação popular, ou nunca será de fato uma Democracia. Aliás nossa esquerda, e isso inclui o PT e os partidos aliados, precisa deixar de ser uma esquerda excessivamente institucionalista e eleitoralista e focar mais profundamente nas lutas sociais. Derrotamos o fascismo nas urnas, com a vitória de Lula em 2022, mas estamos longe de derrotar o fascismo bolsonarista no seio da nossa sociedade e do nosso povo. Não podemos sair das ruas, não podemos parar de lutar em todos os espaços.

Em segundo lugar, precisamos defender as conquistas e avanços do governo Lula III, divulgar melhor as realizações e iniciativas deste governo, combater as fakes news e as mentiras no WhatsApp e nas redes sociais, mas também lembrar que o campo progressista precisa pressionar, de baixo pra cima pra que haja mais avanços. Precisamos avançar e muito na área de direitos humanos (cadê a Comissão Nacional de Mortos e Desaparecidos), na área de democratização da comunicação (cadê o Conselho Curador da EBC e uma EBC com foco na comunicação pública, cadê a aprovação do PL das Fake News, cadê a regulação da radiodifusão), na área ambiental (combate aos agrotóxicos, mais recursos pro IBAMA), desbolsonarizar o aparelho de Estado (muitos ministérios e estatais ainda tem gestores comprometidos com o bolsonarismo), precisamos avançar nas reformas agrária e urbana, precisamos ousar nas políticas de democratização e modernização das nossas FFAA, das nossas polícias, do nosso Judiciário. Em outras palavras, governo é governo, partido é partido, e sociedade civil é sociedade civil.

Por fim, a esquerda brasileira precisa superar seu ‘taticismo’ imediatista, que se caracteriza por uma priorização para as lutas do ‘aqui e agora’, e voltar a resgatar o debate pelas questões estratégicas e programática, debater a Utopia: que tipo de Estado, de sociedade, de poder e de nação queremos construir? Que projeto de Brasil queremos deixar de legado para as novas gerações? Precisamos retomar e aplicar o conceito gramsciano de construção de uma nova hegemonia, e priorizar nossas inúmeras ‘guerras de movimento’, travando nossas batalhas cotidianas em terrenos como o da comunicação, da cultura, da educação, da religião e do esporte. Sem isso, estaremos eternamente ‘enxugando gelo’, dando um passo à frente e dois passos atrás, vendo nosso horizonte estratégico ficar cada dia mais distante. Se não temos uma estratégia clara de aonde queremos chegar, para que nos servem as inúmeras lutas táticas que se acumulam no nosso dia a dia? Ganhar uma eleição atrás da outra não necessariamente nos levará à construção de uma outra sociedade, uma sociedade mais igualitária, justa, humana, solidária e diversa, uma sociedade socialista. Ousar lutar, ousar vencer! democracia sempre!

O GOLPISMO ESTRUTURAL E A REGULAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Paulo Calmon Nogueira da Gama¹
Edson Ribeiro Baeta²

O intervencionismo militar no Brasil, escancarado há 60 anos, traduz de fato uma longa e triste tradição antidemocrática de nossa República.

Sua origem – apontam os estudiosos – remonta à Guerra do Paraguai. Exatamente um século antes do golpe/64. Desde então, as forças armadas passaram a ter e a cobrar maior relevância política.

Esse espírito intervencionista, que o “passapanismo” da mídia corporativa brasileira fingia contido pela redemocratização e advento da Carta Cidadã de 1988, seguiu na verdade vivíssimo, tocaiado, à espera do próximo vacilo da presa e do apito de cachorro. O período 2016-22 é prova disso, cuja loquacidade plena emergiu em 08 de janeiro de 2023.

Assombrando o Brasil-República, esse tipo de ciclo ditatorial – que, de regra, flerta com ideias e propósitos fascistas – escancara a tibieza preguiçosa de nossas forças democráticas, que, agindo (ou se omitindo) sempre da mesma forma, reiterando os erros, esperam polianamente resultados diferentes. Pura insanidade, diria Einstein.

A superação do golpismo estrutural pressupõe, é óbvio, que haja reformas igualmente estruturais.

Se não for assim, o fantasma golpista antidemocrático e suas instituições, quando fora do poder, manter-se-ão à espreita para retomá-lo na marra, ao aguardo do próximo solavanco (real ou fabricado) econômico, político ou social. Contam sempre com a conivência e adesão da grande mídia, do mercado e dos mercadores da fé.

Desde a proclamação da República, jamais se encaminhou qualquer reforma estrutural democrática apta a conter as pulsões de abuso de quem detém o poderio da violência estatal legitimada (forças armadas, agências policiais, e, mediatamente, o judiciário e o ministério público). Corporações

1 Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio, membro da AJD (Associação Juizes para a Democracia).

2 Mestre em Direito Processual pela PUC-MG; membro fundador do Coletivo Transforma-MP

que seguem com cacoades pré-republicanos e que chegam por vezes a assumir feições neo-aristocráticas.

Em contexto de redemocratização, é evidente que se está a falar, aqui, de justiça de transição (ou a carência dela); em especial, de seu eixo voltado à reforma das instituições de segurança.

O 8 de janeiro de 2023, claro, vinha sendo gestado há tempos, dentro dessa ideia de ciclo antidemocrático e de golpismo estrutural.

Os insurretos, escancarando seus aliados, montaram “fronts” sob o abrigo hospitaleiro dos quintais de quartéis. Esses golpistas, títeres de um comando covarde e oculto, estiveram sob o cevo e proteção dos brasões da mesma instituição que, ironicamente, deveria prestar obediência e zelo a seus alvos, os três poderes constituídos da República.

Para ambientar o golpe, o terreno vinha sendo cuidadosamente preparado, inclusive o jurídico. O intervencionismo militar, ao que se viu, já convocara seus juristas de estimação. E não somente para rascunhar um arremedo de AI-5, com intervenção nas cortes superiores (em especial, o TSE): meses antes, lançara-se uma patética e constrangedora tese de ressurreição do Poder Moderador (abolido desde o fim do Império!), desta feita cometido às forças armadas, na torpeza de uma ridícula “reinterpretação” do artigo 142 da vigente Constituição.

Quanto ao ponto, vale um parêntese: debelado o golpe de janeiro/23, adveio rapidamente uma proposta para mudança da redação do artigo 142 (sofá) da Constituição (sala). Como se as constituições, aos olhos dos golpistas atávicos, não fossem apenas um detalhe, um pedaço de papel. Ora, é evidente que se as estruturas institucionais com potencial golpista não forem reformadas à feição da Democracia, sempre haverá um artigo a ser interpretado por “especialistas” adesistas a favor do golpe...

Essas distorções estruturais – e seu empuxo antidemocrático – que são detectáveis nas forças armadas não diferem muito na estrutura policial.

Aliás, de 1964 para cá, estruturalmente o perfil antidemocrático do Estado-policial se agudizou. Foram criados e armados policiamentos municipais semi-militares (as “Guardas”), além de “policializados” os agentes penitenciários (hoje, polícia penal). Envolvendo no mínimo um milhão de servidores, os contingentes policiais civis e militares, assim como as demandas penitenciárias e estruturas judiciais criminais, crescem em ritmo muito superior ao da população e dos mecanismos de controle interno e externo. Quanto ao aparato das forças armadas, seu corpo de pessoal segue pujante, um efetivo na casa de 400 mil militares, mesmo sem qualquer perspectiva de “guerras convencionais”.

Em paralelo, nunca os agentes dessas corporações se envolveram tanto e tão diretamente na seara política, inclusive ocupando cargos eletivos locais e nacionais.

No particular da esfera jurídica, o recente fenômeno do lavajatismo, mediante práticas de *lawfare*, mal disfarçou o arrivismo político de alguns de seus próceres, como se viu nas mensagens expostas pela inesperada e desinfectante “Vaza-Jato”. O populismo judicial, com ou sem ambição política, por óbvio, já é deletério por si só. A régua da popularidade traz medida venenosa ao magistrado ou ao membro do ministério público – e desastrosa à sociedade –, quando menos porque suas funções pressupõem o manejo de garantias e freios contramajoritários.

Os desvios e abusos do lavajatismo foram capazes de soçobrar as bases econômicas do País, implodir valores nacionais, induzir descrédito internacional, gerar desemprego e outras carências sociais. De quebra, alimentando a crise da vez (o “solavanco” de linhas acima), criou-se ambiente propício e simbiótico à emersão golpista (estrutural). O monstrengo antidemocrático de há muito já salivava dentro do armário...

A sonhada intervenção militar desabrida (com “um civil no poder”) – ensaiada desde o quadriênio 19-22 –, nessa jornada apenas não se concretizou por detalhes, erros pontuais dos golpistas, sob o olhar quase passivo das forças democráticas e de sua militância analógica, anestesiada e anacrônica. Em outubro de 22 faltaram poucos votos ao arremate do golpe com aparência de jogo nas “quatro linhas” (embora perpetrados abusos eleitorais de toda sorte, em escala e intensidade inéditas). Mesmo no período pós-eleitoral, já ao escancarar, por pouco não se consumou o intento golpista desenhado no famigerado 8 de janeiro.

Um desses “erros pontuais” – hoje assumido publicamente pelo líder máximo da intentona golpista – foi a hostilização radical a certos membros das cortes superiores.

O fato é que o nível elevado de animosidade fez emergir um instinto de autopreservação superior à tendência histórica à genuflexão: nunca se viu, em atos golpistas tentados ou consumados anteriores, tamanho apego à democracia por parte dos nossos ministros e seus colegiados. Fenômeno aproximado já vinha se desenhando, em alguma medida, na relação entre eles e a Lavajato (afinal, o neofascismo como subproduto oportunista do lavajatismo não é mera coincidência).

Além do fortalecimento das instituições do sistema de justiça e das incursões politigueiras assanharam alguns fardados, membros do ministério público e togados, o concerto golpista ainda cuidou de cooptar e fomentar outros setores dotados de força bruta. Procurou armar a população civil simpática à “intervenção” militar, proprietários rurais, caminhoneiros; estimulou

e vitaminou os clubes de tiro, colecionadores de armas, além de manter canais, pontes e compadrios com as milícias espelhadas pelo território nacional.

Ainda assim, mesmo transposto o ápice da urdidura golpista, o que se vê são estruturas policiais, do ministério público e judiciais que continuam rigorosamente as mesmas.

Nas polícias e na Procuradoria-Geral da República trocam-se as chefias, mantendo-se as arquiteturas viciadas, corroídas pelo corporativismo e corrosivas em sua falta de zelo à democracia. No Judiciário, *idem*: a aposta se resume a indicações às cúpulas aqui e acolá. Nenhum incremento nos mecanismos de controle legal e social contra novos abusos e arrivismos. Tampouco há avanços significativos, com superação de paradigmas, nos critérios de seleção, formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes dessas instituições.

Como honrosas exceções, momentaneamente contido o monstro neofascista, alguns pontuais avanços pró-democracia vêm sendo buscados. Como exemplo, a contenção à farra armamentista civil e restrições a cargos civis e eleitorais por militares da ativa.

Mas ainda é pouco, muito pouco. Há que se avançar bem mais naquilo que nunca pareceu ser de fato prioritário aos governos democráticos, pós-ditatoriais: reformar estruturalmente as forças de repressão estatais.

E esse desafio, cabe reconhecer, hoje é ainda maior do que outrora.

Além do atual ambiente parlamentar refratário, exasperado o perfil conservador do congresso nacional, os tempos são de “calcificação” da polarização política, em que os neofascistas, mitômanos, goebbelianos e outros anti-democratas dominam as redes sociais e rivalizam em tamanho com a soma de todas as forças do campo democrático, só que com muito mais agilidade, unidade e poder de mobilização.

Muito ao contrário do que sinalizam o empresariado, o mercado e a grande mídia no eterno afã de emplacar seu representante predileto (um liberal dito “civilizado”; por fim, a tal “terceira via”), não há sequer, de fato, uma polarização entre a extrema-direita e a extrema-esquerda. A contraposição abissal hoje existente se dá entre a barbárie e a civilização; entre o neofascismo e a democracia.

Nesse sentido, talvez o mesmo dispositivo que gerou a força da ultradireita neofascista mostre a chave a ser girada pelo lado democrata. A chave que, entre outras coisas tão ou mais importantes, pode propiciar mobilização popular, estofo midiático, convencimento parlamentar e, enfim, ambiente às reformas estruturais pendentes.

A cristalização do abismo político é consequência do método comunicativo dominado pela ultradireita mundial, especialmente nas redes sociais,

cujo *modus operandi*, sempre, consiste em semear o medo, emoldurar o “inimigo”, fomentar o ódio e direcionar a reação (abate ao inimigo).

O neofascismo utiliza-se do chamado “gabinete do ódio” (GDO), que atua em rede, com difusas fontes replicadoras de seus “posts”, “cards”, teorias conspiratórias, mentiras e ficções muito mais sedutoras que a realidade maçante (*fake news*). Usa mensagens concisas e semioticamente poderosas. Age sem qualquer compromisso com a verdade, com a ciência e com o bem-estar da população. Cresce com a incultura e a alimenta. Ao aparentemente refutar a política tradicional, disfarça seus reais propósitos político-eleitorais em busca do poder. O método passou a ser funcional por conta de uma coordenação sutil, quase invisível. O GDO se apresenta como se fosse um tanto amador, simula ser “romanticamente incorreto”; mimetiza o povão em seus piores instintos, com descuidos gramaticais deliberados, adágios preconceituosos e falsos moralismos. Mas nada tem de amador! Há planejamento, investimento e um complexo profissional qualificado, concreto e real como um *iceberg*, ainda que sua maior porção se mantenha submersa. E atua sem amarras ou fronteiras. Os artífices dessa nova comunicação personificam, assim como seus seguidores, a “valentia dos covardes”: escondem-se em seus teclados e se escoram em suas hostes para destruir os “inimigos” e respectivas reputações.

Nesse contexto, se é relevante que se tenha clareza quanto às medidas necessárias a alterar o quadro do golpismo estrutural, mais importante ainda é encontrar os meios para implementá-las.

É conhecida a chave usada pela ultradireita e seus GDOs para abrir a caixa de pandora. Certamente, em razão de sua falta de escrúpulos (freios morais que a intelectualidade civilizada sempre prezou), o neofascismo foi quem primeiro detectou o potencial do faroeste das redes sociais e as manipulou massiva e levemente para obtenção de dinheiro e poder, inclusive político.

Daí que é fundamental, prioritário, básico a qualquer reforma estruturante do País, que se busque, com toda energia política possível, a regulação das mídias sociais. Fazer com que o lamaçal chafurdado pelos extremistas ultraliberais se transforme num terreno minimamente sadio, com regras e responsabilizações. Aliás, como todo e qualquer ambiente que acolhe as relações humanossociais.

Paralelamente, cumpre reconhecer alguns mecanismos engenhosos (e não necessariamente deletérios) desdourados pelo GDO que podem ser usados para fins virtuosos. Atuar em rede, replicar e se retroalimentar. Na tentativa e erro, perceber e medir, como num processo de “seleção natural”, aquilo que mais sensibiliza o público-alvo, usando sempre sua linguagem. Mas concentrando-se em informações de qualidade e verazes que possam

gerar conhecimento, cultura e espírito crítico. Ou seja, o lado democrático deve montar o seu GDA, um “gabinete do amor”. Escancarado, transparente, sem disfarces.

Em suma, as forças democráticas devem se ocupar intensa e prioritariamente da regulação das *big techs* e suas redes. A utilização responsável das mídias sociais, a sua agilidade e o seu alcance embalam grande potencial para abreviar o retorno ao patamar civilizado e sadio do debate político, tendente a ressoar em nossas representações e produções parlamentares. Além de manter o monstro neofascista trancafiado em sua jaula, será possível, enfim, como prêmio, dar cabo ao golpismo estrutural entranhado nas corporações da República.

O 1º DE ABRIL DE 1964 E EU

Paulo Cannabrava Filho¹

Não te rendas jamais, nunca te entregues, foge das redes, expande teu destino.

Eduardo Alves da Costa – poeta rebelde, brasileiro

Num dia como hoje, há cinquenta e nove anos, cheguei para trabalhar, no Última Hora de São Paulo, o jornal estava cercado por tropas. Tropas do II Exército, comandadas pelo general Amauri Kruehl, compadre do presidente João Goulart que estava sendo deposto. Esse jornal nunca mais voltou a circular. Quem depois disso conheceu um jornal com esse nome sabe que nada tinha a ver com aquele que era rodado no Vale do Anhangabaú, ao lado do Viaduto Santa Efigênia. O jornal tinha edições com redação e impressão também no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Curitiba, entre outras cidades.

Eu era repórter político no Última Hora e correspondente da agência de notícias Prensa Latina desde sua fundação em La Habana, em 1960. Nesse mesmo dia foi invadida e depredada a sede da agência no Edifício Avenida Central, na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro.

Os últimos quatro ou cinco dias haviam sido de enorme tensão. São Paulo exalava cheiro de golpe. No dia 30, tentei falar com Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil do presidente João Goulart. Eu tinha informação estratégica e vital. Tampouco com Raul Riff, o secretário de Imprensa, consegui contato. Ocorreu-me então ligar para o professor San Tiago Dantas, era o ministro da Fazenda, que nunca se negara a dar-me atenção, fosse por telefone ou pessoalmente. Atendeu-me seu secretário, José Gregori. Disse-me que não conseguiria interromper o professor. Sem alternativa, dei o recado: “Diga pro professor dizer ao Jango que o Adhemar acaba de comprar o Kruehl. Estamos todos fodidos. Em São Paulo o II Exército já aderiu ao golpe”.

No dia seguinte, utilizando o deputado Sampaio Dória, como fonte, preparei matéria em que denunciava que se articulava aqui o mesmo que havia ocorrido com Mossadeg, no Irã em 1953, ou com Jacobo Arbenz na Guatemala um ano depois. Trabalho intenso da CIA e demais agências estadunidenses.

Em torno das onze da noite, deixei o jornal e fui pra casa com um travo amargo na garganta. Com dois bebês em casa, um de um ano (Iatã) outro de dois (Iberê). No dia seguinte, fiquei sem meus dois empregos. Bia logo também perderia seu na odontopediatria do Sesc.

1 Periodista, editor de Diálogos do Sul

Os primeiros dias de regime militar foram de extrema brutalidade e ilegalidade. Trataram de neutralizar qualquer tipo de reação que pudesse haver. As primeiras vítimas foram os militares democratas que não aderiram ao golpe e os políticos que conformavam a equipe mais próxima a Jango. Paralelamente intervieram nos sindicatos, queimaram a sede da UNE, expulsaram os melhores professores universitários, empastelaram a Rádio Mairink Veiga e cassaram sua frequência no ano seguinte.

Não cabia mais gente nos cárceres civis e militares, então, habilitaram um navio para amontoar presos políticos, sindicalistas, militantes comunistas, militares de alta patente. Instalaram o IPM (Inquérito Policial Militar) da imprensa comunista. Expulsaram as missões diplomáticas de Cuba e da China. Os jornalistas cubanos de Prensa Latina foram expulsos. Aroldo Wall, brasileiro, escapou pra São Paulo, ficou algum tempo em casa até organizarmos sua saída pelo Uruguai.

Nós estávamos numa casa alugada no Brooklin, endereço provisório, pouco conhecido, achei que estávamos seguros. Mas, pelas dúvidas, um amigo com uma corretora me pediu que fosse chefiando uma equipe percorrer fazendeiros no Norte do Paraná. Ninguém me procuraria, concordei.

Voltei, a situação geral já não estava tão tensa.

Um amigo boliviano mandou um emissário oferecendo uma via de fuga e asilo político. Neiva Moreira, jornalista e deputado, e José Serra, presidente da UNE, entre outros, já estavam lá. Não carecia. A Justiça estava funcionando, Habeas Corpus liberando presos, mas, em meio a isso tudo, muita perplexidade, principalmente nas esquerdas.

Nesse clima, o Correio da Manhã foi o primeiro a dar-se conta de que a intenção dos militares não era a de dar um passeio e devolver o governo para os civis, mas, sim, um projeto de longo prazo. Foi o primeiro, e, sem dúvida, o seu único grande jornal a fazer oposição ao novo regime. Mandaram um emissário me encontrar em casa para convidar-me a reassumir como repórter político.

Não demorou muito, eu estava na redação da sucursal do Correio da Manhã, recebi a visita de Dorival de Abreu, dono da Rádio Marconi. Fechada nos primeiros dias do golpe, porque ligada ao trabalhismo de Jango, Dorival conseguira reabri-la e me convidava para, junto com João Adolfo da Costa Pinto, fazer a programação jornalística da emissora.

De novo com dois empregos, os dois de alto risco.

O Correio da Manhã, apoiou a campanha pelo respeito à legalidade em agosto de 1961, que garantiu a posse de Jango e, nos primeiros anos do governo, não fez oposição. O grande tema em debate posto pelo governo eram

as reformas de base. O Correio da Manhã, em parceria com a Folha de São Paulo, organizou o I Congresso Brasileiro pelas Reformas de Base. Intelectuais e políticos de vários estados discutiram e produziram documentos sobre Reforma Agrária, Bancária, Urbana, Tributária etc., entregue como subsídio ao governo.

O Correio da Manhã tinha mais força e prestígio político que qualquer outro jornal de circulação nacional. Mas, no início de 1964, assumiu uma oposição furibunda. Seus editoriais de capa, Basta e Fora, nos estertores do governo republicano, ajudou a fazer a cabeça da classe média. Não obstante, ainda em 1964, mudaria da água pro vinho e assumiu uma linha de oposição e denúncia.

O Correio da Manhã foi o único jornal, e a Rádio Marconi a única voz de oposição ao regime. Por isso mesmo, os únicos veículos que não sobreviveram. Ambos não resistiram a fúria de uma direita comandada e financiada pelos Estados Unidos.

A Rádio Marconi, de 1964 a 1967, foi tirada do ar pela Polícia Federal, a mando de um Departamento de Telecomunicações, controlado pelos militares, pelo menos umas cinco vezes ou mais. Cada vez que tiravam os cristais levavam o Dorival, o diretor proprietário, preso. Como era cardíaco, conseguíamos que o internassem em hospital sob vigilância, mas com certa liberdade. E era solto por habeas corpus ou arreglo com juízes corruptos. Deixei a redação em 1967, a rádio ainda teve uma sobrevida, mas foi fechada irremediavelmente depois do AI-5, de dezembro de 1968. Nem o prédio sobreviveu. Situado na praça da Sé, foi implodido para o alargamento do local.

Para se ter uma ideia da força e prestígio político da Marconi, na campanha eleitoral de 1965, elegeu três deputados federais (Dorival de Abreu, David Lerer e Gastoni Righi) e um deputado estadual (Fernando Perroni). Era a emissora preferida dos trabalhadores.

Dá enjoo no estômago ver os jornalões, agora, publicando páginas e páginas rememorando o golpe, alguns, cinicamente querendo fazer crer que assumiram uma autocrítica.

Com as únicas exceções da Última Hora e A Nação, todos os jornalões fizeram oposição a Jango e apoiaram o golpe. Após 1º de abril continuaram a apoiar. Eles (os donos dos jornalões) lamentam que havia censores nas redações. A censura, que de fato existiu, era contra nós, jornalistas, que trazíamos para a redação informação que o regime não queria que fosse pública. Esse é um aspecto da realidade. Outro é que em termos de editoriais, cobertura econômica, cobertura política, todos eles lambiam as botas dos militares. Nenhum censor teve que cortar matérias sobre o fechamento do Congresso, extinção dos partidos, leis como a de Diretrizes de Base que estraçalhou com

o ensino no país. Menos ainda, nenhuma oposição ao servilismo ao FMI e entreguismo das riquezas nacionais.

O único jornal que fez oposição foi o Correio da Manhã. O Concil of America, sessão Rio de Janeiro, deu ordem para as agências de publicidade: nenhum anúncio para o Correio. O novo regime, através do SNI e os EUA através de suas agências, pressionavam por todos os meios no intuito de afogar para calar o jornal. Niomar Bettencourt Sodré, viúva de Paulo Bettencourt e herdeira do jornal, forçada a ceder, por acordo saíram os doze apóstolos, ou seja, os jornalistas que eram a alma e a raiva do jornal. Niomar ainda conseguiu uma sobrevivência para o jornal com apoio de alguns empreiteiros, mas, não tardou para fechar definitivamente. Os demais jornalões cresceram e enriqueceram apoiados pelos golpistas e o governo militar.

Rolou muito dinheiro, em moeda nacional e principalmente dólares. Jornalistas recebiam e publicavam artigos de opinião entregues pelas agências estadunidenses. A CIA tinha dinheiro a fundo perdido, sem precisar prestar contas, para corromper políticos e jornalistas e estava atuando desde 1961. Em 1962, ou 63, não me lembro bem, a Folha de São Paulo, do Otávio Frias de Oliveira, inaugurou novas rotativas na Alameda Barão de Limeira. Nas colunas laterais da grande, bela e moderna máquina, o selo metálico da famigerada Aliança para o Progresso. Mais tarde esse periódico contribuiu com os organismos da brutal repressão desencadeada contra os resistentes pela democracia.

Mário Wallace Simonsen, o rei da Bolsa de Café de Londres, ou seja, o maior comerciante de café do mundo - Fundador e dono da Panair do Brasil e de umas trinta empresas, todas dinâmicas e lucrativas. Era amigo de Juscelino Kubitschek e de João Goulart e apoiou a ambos em suas campanhas eleitorais e em seus governos. Não se pode falar de comunicação nesse período sem falar de Simonsen.

Simonsen, em meados de 1960, inaugurou em São Paulo a TV Excelsior, que funcionou no Teatro Cultura Artística, na rua Nestor Pestana, na capital de São Paulo, prédio hoje em ruínas após incêndio. Em 1962, também em São Paulo lançou o jornal diário, tabloide, A Nação, mesmo ano em que inaugurou os modernos estúdios para a TV. Mais adiante incluiria na rede o Canal II do Rio de Janeiro.

A TV Excelsior foi verdadeiramente um fato espetacular na história das comunicações brasileiras. Foi pioneira em tudo. Inventou o telejornalismo e as telenovelas, realizou os primeiros festivais de música, que teriam continuidade anos depois na Record, fez as primeiras transmissões em cores.

Eu estava no Correio da Manhã, com a cabeça pedida pela direção da Light and Power, quando me convidaram para integrar a equipe que estava

sendo formada para lançar A Nação, sob o comando do grande mestre, o maior fazedor de jornais que este país já teve, Nabor Caires de Brito. Lançou jornais para o Chateaubriand no Rio e em São Paulo, lançou a Folha da Tarde, antes de existir a Folha de São Paulo.

A Nação se destacou por fazer um jornalismo moderno, ousado (grandes campanhas, com cobertura da TV, como fazer chover em plena seca paulistana), desenvolvimentista e nacionalista, apoio ao pluralismo nas relações exteriores, assim por diante. Mas não durou muito. Em 1963, o grupo empresarial decidiu que não valia a pena o investimento sem perspectiva de retorno a curto ou médio prazo. Fechada a Nação, fui pra Última Hora onde fiquei até 1º de abril de 1964.

A TV Excelsior se manteve crescendo sempre com a melhor programação do país.

Após o golpe, os militares investiram com um ódio implacável contra o Simonsen. Cassaram a concessão da Panair, uma empresa em crescimento, a única com voos internacionais, queridíssima do público, por puro ódio pessoal. Cassaram também as concessões de televisão. Injustificável sobre todos os aspectos. A maior parte do espólio da televisão foi para a Globo e o da Panair para a Varig, empresas que enriqueceram e cresceram à sombra da ditadura. Porém essa já é uma outra história.

“A LUTA CONTINUA”

Paulo Coutinho

Em 1964 eu era criança, tinha somente dez anos. Ouvia falar que comunistas comiam criancinha.

Fiquei estarrecido quando soube que Seu Almir era comunista. Afinal, ele era meu barbeiro desde bem pequenino. Eu era muito arredo e não deixava ninguém me colocar na cadeira do barbeiro e mexer na minha cabeleira, somente ele conseguia. Que risco eu corri, afinal, Seu Almir era comunista.

Vila Velha, cidade onde eu morava na época do golpe, é o município onde estão localizados as forças armadas do Espírito Santo, Marinha e Exército. A presença de milicos era uma constante pelas ruas. Eu achava bonito. Lindos hinos. Bandas afinadas e desfiles sincronizados.

Fui, efetivamente, começar a entender o que estava acontecendo na política nacional, quando, no ano seguinte, cursando o ginásio no Colégio Estadual, convivi com alguns colegas mais velhos, integrantes de um Grêmio, entidade escolar chamada Grêmio Litero Esportivo Cassimiro de Abreu.

A ditadura tinha seus tentáculos em todo o território nacional. Nada de mobilização e nenhuma organização social. Aí, foi que convivi com a primeira mobilização reivindicatória.

Havia uma reivindicação para que fosse melhorada a estrada que dava acesso à escola, muita lama e intransitável nos dias de chuva

Foi marcada uma passeata, buscando essa melhoria. O tema foi motivo de debate na câmara e fomos para lá como forma de pressão. Um vereador, Orzete Pedro de Araújo, pegou um garoto, colega estudante, colocou no carro e sumiu. Foi o maior corre e corre pela praça. Daí, alguém gritou: “Levaram para o DOPES”. Depois ele apareceu, conversou com as lideranças e acabou aí o movimento naquele dia.

Dia seguinte, uma colega, que comandava a galera, foi de sala em sala falar que o movimento acabou e que tínhamos que tomar cuidado pois o DOPS estava aí mesmo. Morreu o assunto e ninguém mais falou nisso.

Maria Luiza, minha irmã mais velha, foi morar com Darly Santos, notório jornalista e cronista do Espírito Santo. Meu pai não aceitava, porque era normal, na época, todo pai querer a filha casada e não amigada. A coisa era ainda mais complicada porque Darly era comunista e pai então bradava: “Vou matar aquele comunista fdp”.

Minha família era toda de direita. Meu pai era também político ligado a UDN e depois chegou a ser Presidente da ARENA no município.

Conheci o Darly Santos que foi meu melhor amigo, mesmo diante de nossa diferença de idade. Foi minha referência e, a partir daí, ainda garoto, eu já me considerava comunista. Sabia que tínhamos que ter democracia e que tinha uma sociedade em que todos podiam comer, ter saúde e estudar.

Eu já lia jornal e acompanhei a morte de Guevara, a Guerra do Vietnam e as manifestações estudantis nos grandes centros brasileiros.

Ouvi de um colega, Beto Boliche: “Guevara não morreu, ele voltará para nos salvar”. Corri e fui perguntar para Darly, que me disse que, agora ele, Guevara, tinha realmente morrido.

Daí pra frente, chegando 67, acho que após o AI 5, quase nada se ouvia falar na mídia, contra o regime militar. Era só propaganda positiva do regime. Em 70, foi o ápice. O país cantando: “Noventa milhões em ação, pra frente Brasil, do meu coração”. E a seleção canarinho maravilhou o povo, com os dribles estonteantes de Pele, Jair e Tostão.

Enquanto isso, companheiros eram presos, torturados e assassinados. Mas, isso não se noticiava. Posteriormente, esses crimes vieram à tona para conhecimento da sociedade Brasileira.

Início dos anos 70, comecei a cursar direito na UFES. Mas, esse período foi muito curto, não pude concluir o curso. Fui aluno de João Batista Herkenhoff, isso foi importante. Pouca coisa se podia falar sobre o regime. Mas, o professor Herkenhoff debateu em sala a Carta das Nações Unidas: “A Proclamação Universal dos Direitos do Homem” e, em cima dela, eu fazia o debate com meus amigos no bairro e no ambiente de trabalho.

Em 77, fui para a Bahia, cidade do interior chamada Guanambi, onde tomei posse como funcionário do Banco do Brasil. Lá, recebi um manifesto comunista que guardei cuidadosamente no fundo de minha mala.

Ali, eu pude conhecer o que era o coronelismo. Conheci Nilo Coelho, poderoso produtor rural, que detinha o poder na região. Quase todo o limite de crédito agrícola da região ficava a sua disposição e às vezes até com custo zero e tive também contato com pessoas de vieis progressistas e comunistas.

A minha concepção política chamou a atenção da administração da agência e fui denunciado. Chegou um funcionário, designado pela direção geral que logo ficou meu amigo. Chegou a ficar na minha casa. Aparentemente, estava fazendo algum serviço na dependência e assim ganhava gordas diárias.

Quando, de sua partida, me falou que era do DOPS, estava ali para me inspecionar. O fato é que ficou amigo meu e de minha família e fez um relatório que me favorecia e me isentava perante o regime.

Posteriormente, em 83, pude voltar para o Estado. Fui morar em Itaparica e, no ano seguinte fui eleito presidente do Movimento Comunitário do Bairro. Daí, pude participar do Conselho Comunitário de Vila Velha.

Durante a ditadura, as associações de moradores, como sindicatos, foram perseguidas, intervenções e extinções de movimentos combativos e de luta. Sindicato era um aliado do governo, com papel assistencialista e auxiliar da patronal. As associações de moradores tinham um estatuto padrão e se chamavam APM, Associação Pro Melhoramento do Bairro Tal e não podiam tratar de política.

Vila Velha, cidade dormitório, o movimento comunitário ressurgiu numa nova concepção de organização social. Organização da classe trabalhadora a partir do local de moradia. O PT surgia e os companheiros tinham como foco a participação do movimento popular.

O Movimento de moradia eclodia de forma autêntica e combativa, lideranças populares surgiram com forte apoio das comunidades Eclesiais de Base.

Companheiros Petistas se diversificavam nas lutas sociais conforme suas expertises. Foi notória a participação de Paulo Vinha, tanto na construção do PT quanto na luta em defesa do meio ambiente, o que culminou com o seu assassinato.

Nesse momento de retomada, em Vila Velha, havia também uma forte participação dos camaradas do Partidão que, posteriormente, em sua maioria se bandearam para a direita.

Foi criado o Conselho Comunitário, englobando lideranças de quase todos os bairros. Os Estatutos foram reformulados e surgiu de fato um movimento autêntico e independente do executivo municipal. A grande discussão era o orçamento participativo.

No movimento sindical surgiu a CUT, de forma independente do estado e da patronal. A CUT soube se impor e chapas cutistas de oposição foram sendo criadas. Os sindicatos passaram a ter um papel de luta na real defesa dos interesses dos trabalhadores e se desencadeia pelo país uma série de greves. Foi um período de efervescência do novo sindicalismo que começa no governo do Sarney, depois no impeachment de Collor e segue durante os dois governos de Fernando Henrique.

Surgiu o MST, como um movimento livre e autêntico, trazendo os homens do campo para a luta de forma consciente e organizada. Surgiu também o MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores e o MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e conseqüentemente a esquerda chegou ao poder com o companheiro Lula e, posteriormente, com a companheira Dilma.

Mas, a esquerda não passou a ter o poder, passou a ter parte do poder. O poder também é do Legislativo, do judiciário, do grande capital, que detém

os meios de produção e também da mídia, notadamente a Rede Globo, que induz as pessoas a pensarem do jeito que ela quer que as pessoas pensem.

A elite ficou preocupada com as sucessivas vitórias do PT nas eleições presidenciais. E foi desencadeado um processo alinhavado por todos os detentores do poder para tirar o PT de cena. Criaram o mensalão e a mídia impulsionou o povo para as ruas e numa grande mobilização nacional criaram clima para o golpe institucional que denominaram de impeachment. Movimento orquestrado pela direita e que culminou com a eleição de Bolsonaro, representante da ultra direita que se organizou e o Brasil esteve à beira da retomada do poder pelas forças armadas.

Bolsonaro foi um caos. Até a direita ficou estarrecida com tantos desmandos e assim se aquietou quanto aos ataques contra PT e seus aliados e até se uniu para derrotar o que há de pior na política nacional e Lula novamente chega ao poder, depois de ter amargado mais de 500 dias nos cárceres, vítima dessa armação envolvendo mídia, direita e judiciário.

Agora, está tudo sendo passado a limpo e não deverá ser como foi pós golpe de 64 em que onde os golpistas, torturadores e assassinos saíram ilesos quando da redemocratização do país. Não deverá haver anistia para golpistas.

A Luta continua!

O SONHO NÃO SE REALIZOU NEM SE ESGOTOU

Perly Cipriano

Faço parte da primeira geração, nascida durante o final da Segunda Guerra Mundial. Vivi num mundo polarizado entre os EUA e a Otan e a União Soviética com o Pacto de Varsóvia. Convivi e acompanhei com grande entusiasmo o movimento de descolonização de quase todo o Continente Africano, parte da Ásia e do Oriente Médio. Acompanhei com alegria o desmanche dos impérios colonizadores.

Na década de 60, acompanhei a grande revolução que separou de maneira nítida e foi o divisor de águas, entre o que era velho e os costumes e fez a cisão entre as gerações, quando a juventude assume sua identidade e demarca seu mundo. Parecia que um novo mundo estava nascendo, tumultuado, abrupto, diferente, criando seus símbolos e suas marcas a ferro e fogo e com flores sem sabermos que frutos surgiriam daqueles terremotos que brotavam por toda parte e a cada instante.

Tudo que era sólido se desmanchava no ar. A juventude que nada tinha, agora exigia tudo. Queriam tomar o céu de assalto. O mundo cresceu para os saberes e ficou menor nas suas distâncias. Tomávamos conhecimento das partes separadas do mundo, nos seus diversos continentes. As distâncias eram vencidas rapidamente com a revolução dos transportes de coisas e de ideias.

As máquinas nas terras, nos mares e nos ares reduziam os tempos e as distâncias. Tudo era descoberto e tudo estava por descobrir. As ondas das rádios, as imagens das TVs, as mensagens transmitidas pelas folhas dos livros, dos jornais e das revistas mostravam tudo que podíamos ver, desejar e quase sempre não podíamos comprar, mas sentíamos que as devorávamos com os olhos e com a imaginação o sabor daqueles frutos proibidos.

Todos os hábitos e costumes eram demolidos, substituídos e contestados, os diferentes se encontravam na sua diversidade e na sua ânsia de viver intensamente esse novo mundo que estava sendo criado ao nosso redor, com a nossa participação ou a nossa revelia. Éramos empurrados e estávamos empurrando. Tudo parecia mudar ao mesmo tempo, sem que houvesse tempo certo de maturação e de preparação para receber a novidade que nos esbarrava por toda parte.

Iuri Gagarin, lá das alturas, declara que a terra é azul, a valente Valentina Tereshkova sobe aos cosmos. Até as cachorras Laika, Strelka e Belka fizeram viagens espaciais. Todos queriam experimentar. Os norte-americanos pou- sam na lua e ao meu lado um sertanejo, diante de uma TV preto e branco, na cidade de Floriano no Piauí, bradando “Tudo mentira. Ninguém pode com os poderes de Deus”.

Os cabelos cresceram nos homens mais que nas mulheres, John Lennon se declara mais conhecido que Jesus Cristo. “Fazer amor e não fazer a guerra”, gritavam jovens que não queriam morrer na guerra do Vietnam. No Conti- nente Africano, os povos se levantavam em armas para se livrar dos ocupantes que se diziam colonizadores; nos EUA, os Panteras Negras e Martin Luther King Jr. questionavam o poder branco; as feministas no mundo queimavam sutiãs e condenavam o machismo exigindo igualdade e liberdade. As roupas ganhavam novos feitios e coloridos. Os hypes vendiam artesanato e acampa- vam em qualquer lugar, fazendo sexo sem medo das proibições. Jovens iam para a guerrilhas. A juventude negava as religiões e a maneira de adoração dos pais e avós. Eram tempos de contestação, em que até mesmo as verdades eram contestadas a cada instante, mesmo nas universidades e nas escolas.

Uma geração irreverente, barulhenta e audaciosa estava nascendo, quando faziam silêncio era para encher o peito e protestar. Queriam tomar o céu de assalto. Era uma geração que experimentava as novidades a cada ins- tante: o mundo ficava menor e as grandes distâncias se encurtavam ao serem vencidas pelas ondas dos rádios, das imagens das TVs e do cinema. Tudo parecia ao alcance das mãos da juventude que nada tinha, mas queria tudo, queria o mundo em suas mãos ou nos sonhos.

O mundo socialista era um terço da humanidade. Era o começo de um novo mundo, saído da segunda grande guerra, onde os horrores não ficaram para trás, ficaram nas mentes e nos corpos dos sobreviventes.

Guerra moderna em que tudo era noticiado a todo momento dentro das casas pelas ondas dos rádios ou pelas bombas e tanques que destruíram cidades inteiras, mais de 55 milhões foram mortos e outros tantos mutilados, países ocupados, as bombas atômicas foram jogadas sobre Hiroshima e Na- gasaki. Mais de 250 mil foram assassinados em poucas horas.

A juventude se sentia inteira, não parte. Ela não aceitava os limites im- postos pelos mais velhos, seus caminhos ela descobria e fazia existir nos so- nhos e nos acontecimentos diários.

Vivemos à beira da terceira guerra mundial, na chamada crise dos mís- seis, quando a URSS apoiou e armou Cuba para se defender das agressões dos poderosos EUA. Dessa vez a guerra seria entre as duas maiores potências de- tentoras de imensos arsenais atômicos e de exércitos e armamentos ilimitados.

A revolução Cubana nas barbas do Tio Sam, foi vitoriosa a poucos quilômetros da maior potência militar, econômica e política do mundo. Cuba se declara socialista sob o comando dos jovens barbudos Fidel Castro, Che Guevara e Raul Castro. Cuba se torna a inspiradora das juventudes latino-americana e caribenha e mesmo depois da morte de Che Guevara na Bolívia, continuou alimentando sonhos noutros continentes. Intelectuais como Sartre e Bertrand Russell abraçam a causa da revolução Cubana. A China Popular explode sua bomba atômica contrariando os EUA e a URSS e busca liderar o terceiro mundo, onde Sukarno da Indonésia, Ben Bella na Argélia, marechal Tito na Iugoslávia, Nasser no Egito, Nehrud na Índia e até Jango no Brasil manifestam simpatia pela terceira via.

Tudo que parecia sólido se desmanchava no ar. Os impérios coloniais perdendo força, os países socialistas crescendo, a terceira via se esboçando.

De repente, mais que de repente, explodem na França, na Alemanha, no México, nos EUA, no Brasil, na Tchecoslováquia e até na China a Guarda Vermelha com o livrinho com citações do presidente Mao Tse Tung, que questiona até o sinal de trânsito vermelho que passa ser siga em frente.

As explosões de juventudes são quase sempre sem bússolas, sem uma teoria acabada e eclodem por toda parte como rebeliões motivadas por distintas inspirações. Os partidos comunistas são pegos de surpresa, os nacionalistas e os liberais não têm o que dizer. Os hippies escandalizam por toda parte com sua liberdade em relação ao sexo e o uso de drogas, renegando a classe média.

A mídia tentando interpretar o fenômeno, os filósofos sem oferecer explicações razoáveis, os revolucionários das diferentes organizações de esquerda tentando surfar na onda das juventudes rebeldes, com ou sem causas conhecidas.

Presenciei o ano de 1968, de fora do Brasil. Eu estava na antiga União Soviética, mais precisamente em Kiev-Ucrânia, estudando Direito Internacional. Abandonei o curso de Odontologia no mês da formatura. Convivia com estudantes de todos os continentes na Universidade Patrice Lumumba, nome em homenagem ao líder do Congo assassinado pela Cia.

A universidade foi criada para acolher estudantes africanos, latino-americanos e caribenhos, asiáticos. Milhares de Vietnamitas estudavam e se preparavam para regressar ao seu país e dar continuidade à guerra contra o agressor, EUA. Cubanos por toda parte, milhares de estudantes africanos vindos de diferentes regiões daquele imenso continente, oriundos dos movimentos de libertação nacional. Era uma convivência rica em experiências e contatos.

Busquei me inteirar do que se passava no mundo, especialmente no Brasil, e do que pensavam os comunistas, socialistas e nacionalistas ali vivendo.

Via de perto a experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com suas diversidades, com seus problemas, com suas angústias, com suas conquistas e com seus sonhos inacabados.

Ao revisitar esses tempos fica a possibilidade de acreditar que os sonhos da nossa geração não se esgotaram. Eles renascem sempre de maneira diferente e continuada.

Perly Cipriano – janeiro de 2024.

A PSICANÁLISE E A MEMÓRIA DO PRESENTE NOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL.

Renata Costa-Moura¹

Em memória dos brasileiros que se indignaram publicamente no Brasil ontem; em solidariedade com os de hoje, aceito e agradeço o convite de Francisco-Celso Calmon de fazermos desta publicação um ato político e reflexivo.

Aceitando a provocação, indico logo: de fevereiro a outubro de 1964, estive no ventre de minha mãe, nascendo 6 meses depois de 1º de abril de 64. Ter nascido no ano do golpe, contudo, foi só o início dessa marca em minha existência. Reserva, inclusive, essas linhas iniciais para fazer um tributo a meu primo José Rios de Moura, que participou da resistência à ditadura militar, exilou-se e tombou assassinado. Sua história, enodada assim com a de nosso país, marcou a dignidade da luta pelo Brasil em mim desde criança, e, mais velhinha, já mais consciente e em concordância com minha família, me indignou e me fez trabalhar. Retratado por livro de poesias de José Almino, *Motor da Luz*; por Caetano Veloso em *Verdade Tropical*, além de Fernando Gabeira, seu parceiro no sequestro de 1969 do embaixador americano, Charles Elbrick, em *O Que É Isso, Companheiro?* - mais recentemente, foi o filme *Meu Tio José* do cineasta Ducca Rios, que o retratou. Primeiro longa em animação do Brasil a falar explicitamente sobre a ditadura militar. Com Wagner Moura como narrador e música de Chico Buarque, *Meu tio José* foi premiado em seis festivais internacionais.

Hoje, percebo que desde meus 15 anos fui movida por uma premência descoberta em análise à época, enquanto convivia com a família de uma amiga de escola que generosamente me acolhia no seu convívio, vivendo muitas vezes ao lado de figuras públicas politicamente posicionadas, intelectuais públicos, artistas gigantes com expressão política e destaque no cenário público-

1 Psicanalista, doutora pela Sorbonne/ Paris 7, professora adjunta da UFF. Foi prof. participante da Comissão da Verdade da Ufes, 2014-15. Membro Psicanalistas Unidos pela Democracia-PUD; Coalizão BR por MVJRD. Autora da trilogia *Direitos Humanos* (ProexUfes), coordenadora na RAAVE/DPERJ, Lapso no Diretório CNPq.

-político, dentre os quais, a imensa maioria havia sido ou presa, ou exilada, e alguns torturados. Fotografias da prisão vi na época, uma hoje famosa do Mestre Zu, pai de minha amiga querida, que fora amigo muito próximo também do outro jornalista histórico, V. Herzog, e eu acompanhando tudo e crescendo. Em 81, minha amiga e eu estávamos na coxia do palco do Rio-Centro, quando ocorria o atentado do 1º de Maio; na chegada do Brizola e Darcy do exílio de helicóptero na UERJ, e nas Diretas já, também estivemos juntas... e tanto mais. A premência/causa que foi nascendo para mim desde essa idade no início da adolescência, meu *despertar da primavera* digamos, se deu então desejando um dia chegar a pensar pela práxis psicanalítica o traço de perversão na formação do povo brasileiro e assim atuar como cidadã na resistência que me cabe a esse empuxo nomeado pelo historiador Carlos Fico de *Utopia autoritária brasileira*.

Desde então esse desejo me forjou. Eu nem sabia muito à época, já nos estertores da década de 70, que também havia analistas no Brasil que estavam sendo perseguidos e exilados. Tampouco sabia que em 1983 Hélio Pellegrino, por exemplo, já escrevia em *Pacto Edípico e Pacto Social*, se questionando, sob a ditadura, acerca da possibilidade da livre associação – regra número 1 do dispositivo analítico - quando a liberdade de expressão na sociedade encontre-se cerceada, e haja suspeita de tudo e todos, faltando a liberdade de divergência de pensamento. O que sabia era que a clínica analítica tinha algo a dizer sobre esse regime de gozo à brasileira, em nosso próprio laço-social – atravessado por uma perversão normalizada, caucionada, tornada comum, para além dos militares. Sabia que a clínica teria algo a aportar de nevrálgico e bastante inédito. No segundo grau, líamos no Colégio São Vicente de Paulo/RJ, inclusive com um disciplinado filho de Luís Carlos Prestes, muitas coisas para nosso Jornalzinho estudantil, e até Freud. Lá também conheci Frei Betto, me recorde como se ontem fosse falando da dessubjetivação proposital a que a experiência da prisão levava as pessoas e como fora com ele. – Mais tarde viria a coordenar um dos Observatórios de Direitos Humanos que colaborou para a fundação da Política Pública de Saúde Prisional –PNAISP- junto aos Ministérios da Saúde, Justiça e Direitos Humanos, e hoje, pela UFF, essa trajetória nos leva a construir articulação semelhante para fundação de outra Política Pública necessária em decorrência da herança ditatorial.

Enfim, me insiro aqui como um dos relatos de *peças comuns*. Os chamados historiadores do tempo presente e da ditadura insistem na importância do registro das vidas comuns, nada emblemáticas, ou célebres que, para além dos casos da Comissão da Verdade, também se mostram atingidas pelo acontecimento do período ditatorial recente, civil-corporativo-militar. Para muitos psicanalistas unidos em defesa da democracia- PUD, de fato, esses registros de peças comuns na ditadura recente e também peças comuns

atingidas hoje são os mais capazes de galvanizar reflexões mais amplas e populares, para o trabalho de educação em direitos humanos, educação política no sentido civilizatório. De fato, face ao fascismo disseminado ainda hoje, decorridos 60 anos do golpe militar e 1 ano da tentativa de sua reedição no 8 de janeiro de 2023, o que mais fundamentalmente precisamos senão? Inútil reproduzir a relação fundamental do atentado de 8/1 com o “Brasil despedaçado” legislativa e juridicamente falando, cujos casos de impeachment da presidente Dilma, sem crime de responsabilidade e a prisão ilegal do presidente Lula, sem respeito ao devido processo legal, nem presunção de inocência; ambos são a ponta da abertura do dique institucional para tais barbáries. Podemos encontrá-lo despedaçado também literalmente nos corpos esquartejados de rebeliões como as da Penitenciária Compaj em Manaus – primeiro dia que assumia Temer, 1/1/2017, ao findar o ano do impeachment-golpe; ou um Brasil em cacos, para os familiares de mortos nas favelas.

Pois bem, a provocação aqui inclui dizer também onde estamos ou o que fazemos hoje. Hoje, pela UFF, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro- DPERJ, ouvimos *pessoas comuns* da periferia carioca que vivem os efeitos da guerra às drogas e foram atingidas pelas balas da “doutrina da segurança” de um passado que insiste em permanecer, retornar e retornar sem trégua.

A trajetória laboral que me traz aqui partiu inicialmente em pesquisa na área problemática do crime, e da criminalização, passando, naturalmente, pelas instituições de tutela do Estado. Bastante intuitivamente, portanto, desde o início, a herança da violência pretérita na atualidade era o fio de Ariadne, para a pesquisadora que me tornara, em instituições como prisões, educandários do socioeducativo, manicômios judiciários, no Brasil e na França, todas instituições que traduziam no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional da ditadura para a atualidade. Se, na ditadura, ela caucionou junto à sociedade a ideia de um inimigo interno produzindo uma extrema violência contra a sociedade ela própria, não há dúvida que a atual guerra às drogas só existe por se pautar socialmente ainda na mesmíssima ideia. A ditadura vai pegar a ideia sociológica perversa e negacionista de democracia racial e estatizá-la como política de Estado (Cf. Teles, Edson em *O que resta da ditadura?* 2010). A violência contra a população negra no Brasil e a difusão da ideia cínica de que não havia racismo no Brasil caucionava socialmente a transformação dos lugares de privação de liberdade em lugar de tortura, de forma que essas instituições nitidamente se transformaram na razão de Estado, pautando-o pela violência e tortura – ou seja, desde uma violência disseminada, do enquadre autoritário do policial junto aos jovens negros, até mesmo o fuzil, abertamente, em uso institucional contra civis, ontem e hoje. Nunca se exercitou de fato um controle externo da atividade policial para diminuir a produção de in-

justiça e de violência. Chegamos aos resultados da pesquisa do MPF iniciada com Ella Wiecko, sobre o racismo institucional na atividade policial: o controle também deixa muito a desejar. Entre 2011 e 2021, 91,7% dos processos (não sigilosos) que investigavam assassinatos por policiais foram arquivados. De 23 mil mortes por agentes, só 1.491 se tornam processos concluídos e destes unicamente 130 foram denunciados criminalmente pelo MPRJ segundo o Fórum Justiça que produz e também divulga pesquisas na área. Por certo, isso nos lembra a impunidade do terror de Estado dos anos de chumbo ainda hoje em vigor apesar de sua imprescritibilidade jurídica. E igualmente, em nenhum momento até hoje, a matriz racial, classista foi tocada e ela foi o que permitiu, junto a sociedade, a sustentação do regime autoritário.

Para o psicanalista pós-freudiano francês, Jacques Lacan, a cena perversa implica a necessidade de um terceiro na equação. O carrasco é reduzido a puro instrumento do gozo oferecido a um terceiro, que pode ser desde o Führer até qualquer cidadão, o “cidadão de bem”, podemos pensar. Em Sade, muito rigoroso em sua lógica, há o carrasco – que ouve a voz destacada que lhe dá o comando, reduzindo-o a mero instrumento; a vítima; e o outro, terceiro, que assiste e goza com isso. O mito da democracia racial tornou-se afinado com o país das emoções idílicas -- o colonizador nos viu assim, por sinal, o paraíso dizia-se --porém, sabemos, o paraíso do homem branco europeu, justamente, era o de pura extração das riquezas para o exterior – e ambos formaram esse caldo negacionista que nos preparou para *aquiescermos* ao desmentido e naturalização das violências institucionalizadas entre nós. É *preciso portanto furar essa montagem perversa*. E para isso é preciso ir onde ela se encontra consentida, no homem comum.

Se a violência da ditadura permanece hoje, atingindo a população periférica ao ponto de os movimentos negros denunciarem um genocídio da população pobre, negra, se suas técnicas se repetem com a ideia do inimigo interno, desaparecimento de corpos (cf. Araújo, Fabio Alves, ed. Lamparina/Faperj 2014), assassinatos, autos de resistência que iniciam na ditadura, é porque igualmente se mantém a forma com que o Estado - e a cultura que o cauciona - lidam com os periféricos, os negros, os pobres historicamente. As milícias nascem na ditadura e desde então só se fortaleceram. Quem vai recolher as falas dos atingidos? Muitos, melancolizados, silenciam. Outros se identificam com o discurso religioso, tendente a negação da dor e, até, quando fundamentalistas, podendo chegar a justificar o terror. No campo da saúde mental o quadro é gravíssimo e tanta dor de nada ajuda à resiliência ou a resistência, antes, respondem à tecnologia política que os isola na dor e os silencia, servindo à opressão.

Junto aos movimentos sociais, portanto, ouvimos demandas que estruturam o trabalho na Clínica do Núcleo de Psicanálise e Política da Universi-

dade Federal Fluminense: tratamento e pesquisa qualitativa. Nosso objetivo é subsidiar uma Política Pública de Reparação Psíquica como exigida pela Corte IDH, na condenação do Brasil no Caso Nova Brasília em que se lê a recomendação ao país para garantir assistência psicológica às vítimas dessa violência. Desde que acompanhamos a experiência das Clínicas do Testemunho (Cf. Brasil, V. 2023), entendemos que a reparação em questão junto a pessoas em situação de vulnerabilidade social, afetadas pela violência e ilegalismos nas ações de segurança pública do Estado, de alguma forma, também está reparando a violência pretérita – junto aos herdeiros daquela, hoje. Após a mega-chacina do Jacarezinho, em plena vigência da ADPF 635, estabelecemos uma parceria com a DPERJ pela qual fundamos uma Rede- RAAVE/DPERJ que hoje conta com 13 clínicas-políticas como a nossa, e estamos focando no atendimento de 100 mães que perderam filhos em decorrência da política de segurança pública. Com essas, algumas pioneiras do NAPAVE, que conjugam luto e luta, acolheremos as novas mães que fatalmente surgem a cada ocupação policial. Orientados pela psicanálise em um trabalho transdisciplinar e intersetorial, criamos na UFF um dispositivo clínico-político que atende individualmente, mas também alia Conversação Clínica (cf. CIEN/ EBP-AMP) a um trabalho de Escrita Colaborativa, pelo qual as mães escrevem, são então nomeadas como autoras e transmitem o que desejam falar de forma mais literária, fugindo dos testemunhos técnicos que são obrigadas a dar nos inquéritos penais. Inspiramo-nos na literatura testemunhal pós-Shoah e da América Latina; na literatura feminina negra; além de uma certa auto-etnografia americana, pois construímos escritos e registros de uma memória do presente. Teoricamente, trabalhamos o tripé a) *violência* e seus efeitos sobre a saúde mental como direito humano fundamental; b) *trauma* na clínica psicanalítica e na experiência social autoritária, racista e colonial, além do trabalho de c) *reparação* psíquica no contexto do direito internacional dos direitos humanos da Justiça de Transição e na história das estratégias de reparação no Brasil e na América Latina.

Bibliografia

BRASIL, Vera Vital, Caminhos e descaminhos do processo de reparação dos crimes de lesa-humanidade. In Psicanálise e Direito: Enfoques Interdisciplinares. Orgs.: Fuks, B.; Costa-Moura, R.; Loures, M. ed. FAPERJ, RJ-Uva, 2023.

COSTA-MOURA, R. *Le Rapport du Sujet à la Loi*. Ed. ANRT, Paris, 2001

LACAN, Jacques *Kant com Sade* – In Escritos, JZE, Rio de Janeiro, [1966] 1988

DITADURA, POSSE DA TERRA E IMPUNIDADE

Roberto Junquillo¹

Há 12 anos eles estão ali, desde 2011, em meio a contendas, dessas que já tiraram a vida de quatro companheiros, executados a tiros de fuzil quando trabalhavam na terra, no assentamento Cícero Guedes, nome de um dos assassinados, em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio. O relato me é passado por um grupo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MST, em uma ensolarada quarta-feira, 6 de dezembro de 2023, 59 anos depois do histórico discurso do então presidente João Goulart, o Jango, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, também no Rio, estopim final para a explosão do golpe militar que o tirou do poder e instalou a ditadura no Brasil. Dois cenários, uma só questão!

O grupo do MST aguarda o edital do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para tomar posse da terra; as faces enrugadas pelo tempo não conseguem esconder o temor, como milhares de assentados país afora, “porque não há nada garantido”, lamentam. A batalha é a mesma, seis décadas depois.

Para Jango, o projeto maior eram as reformas de base, programa de governo que inseria a divisão da terra, a reforma agrária com justiça social; para os trabalhadores, a posse da terra, seu único meio de sobrevivência, ainda hoje, passado tanto tempo, uma questão não resolvida.

A conversa em Campos dos Goitacazes revira memórias e, na mente, me vejo, retornado no tempo, diante de um grupo de dirigentes da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia (Fetag-Ba), no auge do golpe militar, em 1964, na cidade de Itabuna, Bahia. Eu dava os primeiros passos no jornalismo, ligado a movimentos de transformações sociais, estimulado por jornalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como novo membro do partido, tinha uma missão: escrever textos para pequenos jornais de sindicatos rurais.

Nesse cenário, dias depois do golpe militar, pude ver, um dia, o jipão do Exército, vindo do quartel em Ilhéus, a 32 quilômetros de distância, descer a Praça Adami, região central de Itabuna, entrar na rua Rui Barbosa e parar na calçada da Gráfica e Editora Panorama, a Epan, o “antro dos comunistas”,

1 Jornalista nascido em Ilhéus, Bahia, militou em Itabuna e Salvador, Teresina, Piauí, e Vitória, Espírito Santo, onde reside. É membro da Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

como o local era denominado pelos “coronéis” do cacau. Ali foram feitas as primeiras prisões, os irmãos Hélio e Célio Nunes encabeçando a lista da jornada de terror, medo, choro, mortes, acobertadas, ainda hoje, pela impunidade, apesar dos avanços de Comissões da Verdade. Foram 21 anos de embate, nas ruas, nas redações, nos sindicatos, em igrejas.

O país sobrevive, em meio a enormes desigualdades sociais, sem reforma agrária, com mais assassinatos no campo e nas cidades, leis frouxas, uma pesada e permanente borduna das Forças Armadas sobre a classe política, que a transformou em poder moderador, por imposição, no nascedouro da Constituição de 88, e o papel deletério de parte dos evangélicos, cúmplices de todo tipo de manobra fascista, contrário à doutrina do Cristo. Entre estas a de 2016, com a deposição criminosa da presidenta Dilma Rousseff, canal aberto para o desastre representado pela gestão do tresloucado Jair Bolsonaro, a tragédia maior.

Durante os quatro anos do seu governo, o clima de ódio, herança de 64, retornou à cena. Com ele, vieram homenagens aos torturadores, manifestações pedindo a volta da ditadura, a bandidagem no poder, os falsos profetas pregaram mentiras com os olhos fixados no lucro. Era o caos, para sufocar o choro pelos que morreram nos porões dos quartéis, pelos que foram jogados de aviões ao alto mar, ainda com vida e com as pernas quebradas. Nesses 60 anos, não houve reparação para os que partiram asfixiados por gás carbônico ou com a cara esfacelada por tiro de fuzil.

As lembranças mostram a dor estampada na face do amigo Juvêncio, o Dr. Juvêncio, com a morte de Mário Alves, seu irmão; o coronel Luiz Arthur de Carvalho, o chefe da tortura na Bahia, a invadir a redação do jornal Tribuna da Bahia, em Salvador nos anos 70, e esbravejar ameaças de prisão, cumpridas sem demoras. É hora de lembrar o censor sentado ao meu lado determinando o que podia ser publicado na edição do dia. Caso contrário, cadeia.

Hora de recordar Theodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro condenado à morte por um tribunal militar no Brasil, e o companheiro de codinome André, ao chegarem no finalzinho de uma tarde para serem abrigados comigo e Eli, em nossa primeira casa depois de casados, em Itabuna, na Bahia. Eles iam para não sei onde, fugindo do terror da ditadura, depois de torturados na Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador.

Nesses 60 anos, como não lembrar os pés descalços na cela, o piso molhado, livros destruídos, sonhos desfeitos, o advogado com o papel de soltura nas mãos: meu pai e o oficial do Exército, tenente Santos, ambos da “Congregação Mariana”, da Igreja Católica, a tentar acertar as coisas, para o “menino não ser perseguido”. Era a hora de dar no pé, aquietar o facho. E assim foi, por algum (pouco) tempo.

Há uma ferida aberta na história, coberta pela capa da impunidade, e isso faz muito tempo. Tem cadáveres insepultos na memória e traumas nunca superados a sufocar gritos em meio a criminosos ainda hoje nas esferas de poder. A farsa do falso patriotismo, muitas vezes em nome de Deus. É tempo de choro, mas, também, de esperança, porque, como está na Bíblia, “O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã”.

A manhã veio em 2022. O homem do mal perdeu, o Deus de Justiça permitiu a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, depois de vencidos os obstáculos das fake news, a mídia vendida, corrupção, pregação de pastores fascistas, o fanatismo religioso distanciado dos propósitos de Jesus, preso a teologias de domínio e medo.

A plenitude do dia, a partir de 2022, porém, para em barreiras erguidas em um Congresso conservador e chantagista, na pressão das classes dominantes, na mídia comercial, no “fogo amigo” do identitarismo, soterrando a necessária e imprescindível luta de classes. E ainda a ameaça das Forças Armadas, fantasma que ronda a nossa história, com o mesmo modelo de 64, a “caça aos comunistas”, estabelecido pelos Estados Unidos, para quem somos apenas um “quintal”. Então não foi assim que sedimentaram por dois meses o terreno para o ato terrorista de 8 de janeiro, a partir de concentrações em frente a quartéis do Exército?

Como nos anos que se seguiram à ditadura de 1964, os idealizadores do golpe de 8 de janeiro - comandantes militares, financiadores, líderes religiosos fascistas, políticos alienados da realidade nacional -, estão livres e atuantes para engendrar nova tentativa, porque o vírus fascista continua vivo, alimentado por castas que dominam tribunais, meios de comunicação, partidos políticos e igrejas evangélicas.

Há o que comemorar, sim, sem esquecer, no entanto, que não basta fazer festa, “é preciso estar atento e forte”, como diz a canção “Divino Maravilhoso”, de Caetano e Gil, na voz de Gal Costa, perseguidos em 1969 pelos ditadores, para resistir ao fascismo, e avançar nas reformas, a agrária uma das mais importantes. A espera está demasiadamente longa.

Resistir é de Deus, um Deus de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária, de amor e não de ódio. Ele nos deu a terra, como está no Gênesis e nos versos de Sérgio Ricardo feitos para o filme “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, de Glauber Rocha: “Que assim mal dividido/ Esse mundo anda errado/ Que a terra é do homem/ Num é de Deus nem do Diabo”. Os bravos do MST e a sociedade brasileira mais lúcida esperam que se cumpra, sem demora, essa profecia que vem do trono de Deus.

O GOLPE DE 1964, A IGREJA CATÓLICA E A DITADURA QUE SE SEGUIU: DO APOIO AO COMBATE

Romero Venâncio¹

INTRODUÇÃO

O nosso breve texto tem por objetivo apresentar dois momentos da Igreja Católica no Brasil pós-1964. De forma documentada, apresentaremos o apoio que a Igreja através de Bispos, Padres e leigos concedeu ao golpe e aos golpistas de 1964. As razões são as “clássicas”: anticomunismo, família e “desordem”. Mas, aconteceu algo novo na trajetória da Igreja Católica nos anos 60 e que mudou seu perfil de atuação pastoral e sua posição perante à ditadura. Vamos procurar explicar, a partir de uma bibliografia rigorosa, como a Igreja mudou no Brasil. Destacamos alguns acontecimentos internos e externos à Igreja que fizeram com que os prelados católicos mudassem sua posição sobre a ditadura.

O APOIO

Um fato incontornável: a Igreja Católica no Brasil apoiou o golpe de 1964 desde a primeira hora. Para quem não conhece a história da Igreja no Brasil dos anos 60 para cá, pode ficar surpreso. Desde a publicação do livro “Brasil, nunca mais” em 1984 pela Editora Vozes e patrocinado pela Arquidiocese de São Paulo e apresentado por Dom Paulo Evaristo Arns, imaginam sempre uma Igreja no campo das esquerdas e de quem combateu a ditadura. Mas, não é bem assim e precisamos apurar melhor a posição da Igreja pós-ditadura de 1964 a partir de documentos históricos e comprovados.

Em 1964, a Igreja Católica apoiou o golpe. Rondava nos setores médios brasileiros o velho anticomunismo, que foi crescendo ainda mais com o governo João Goulart. As greves, o crescimento do movimento operário organizado em várias capitais do Brasil, as ligas camponesas, o movimento estudantil e o destaque para alguns intelectuais oriundos das esquerdas preocupava a grande ala conservadora da Igreja e os movimentos reacionários de classe média. Embalada por esses discursos contra o comunismo, a “ameaça”

1 Professor da Universidade Federal de Sergipe e coordenador do Grupo de Estudos “1964 e a Memória”.

de Cuba, os movimentos de guerrilha que cresciam na América Latina levaram a Igreja Católica a tomar posições bem conservadoras.

Ainda merece destaque a divisão que vivia a Igreja Católica naquele contexto dos anos 60 por conta do Concílio Vaticano II, que estava mudando o comportamento dos católicos perante o mundo moderno. O Concílio Vaticano II (XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica) foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961 pelo Papa João XXIII através da bula papal “*Humanae salutis*”. Esse mesmo Papa inaugurou-o, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962.

O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. A Igreja vinha vivendo embates internos e que tinha consequências nos países em que o catolicismo é forte e tem presença religiosa e política na sociedade. Era o caso do Brasil.

O golpe de 1964 foi apoiado por amplos setores da classe média brasileira e, dentro dele, os católicos. Começamos pelas famosas “Marchas com Deus pela liberdade”. Um livro fundamental para o conhecimento rigoroso dessas “Marchas” é o da Solange de Deus Simões, intitulado “Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964” (Editora Vozes, 1984/1985). Trabalho pioneiro e publicado no momento em que a ditadura estava se encerrando formalmente.

Trabalho fruto de uma pesquisa de mestrado na UFF/Rio de Janeiro e sob a orientação de René Armand Dreifuss (naquele contexto dos anos 80, um dos maiores pesquisadores no tema Golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu). As “Marchas” organizadas em sua ampla maioria por mulheres católicas e de classe média arrebanharam multidões entre 1963/1964 e foram um clamor civil pela intervenção militar.

As “Marchas” femininas que contaminaram boa parte da classe média brasileira foram a face mais visível do apoio da Igreja Católica ao golpe de 1964. As mulheres católicas tinham sua formação nas paróquias e dioceses. Bispos e padres, em grande parte, clamavam pela ditadura em seus púlpitos, novenas, terços, catequeses e reuniões de paróquias. Era um movimento que crescia naqueles anos 60 no Brasil febril diante da delirante “ameaça comunista”. As “Marchas” despertaram interesse da embaixada dos EUA no Brasil e que, de imediato, empenhou seu apoio ao furor cívico das senhoras católicas. As fotos que vemos nas redes digitais não nos deixam mentir.

Um outro fato antes do golpe de 1964 que merece destaque aqui: no final de 1963, sob as bênçãos do presidente Kennedy, chegava ao Brasil o padre Patrick Peyton, um irlandês naturalizado estadunidense, conhecido como o “Padre das Estrelas”, por gostar de aparecer ao lado das celebridades de Hollywood. A associação entre a Igreja Católica e o serviço secreto americano

surgiu através da ligação do padre com J. Peter Grace, multimilionário devoto do catolicismo e bisneto do fundador da “WR Grace and Company”, uma empresa multinacional com interesses em mineração, açúcar e transportes na América do Sul, com quem Peyton tinha feito contato em 1946, durante uma viagem transatlântica. Foi público e notório que o Pe. Peyton teve uma missão não só religiosa aqui no Brasil no ano de 1963.

Com a ajuda de publicitários não católicos, Peyton popularizou o slogan: “A família que reza unida, permanece unida”. E saía Brasil afora na sua campanha do rosário. Ainda não temos uma análise das influências do Pe. Peyton e sua campanha na ajuda ao golpe que ocorreu em 1964. Mas não temos mais dúvidas de que o distinto padre colaborou na escalada anticomunista aqui no Brasil nesses anos 60.

Havia todo um clima anticomunista dentro da Igreja Católica desde os papados de Pio IX, Pio X, Pio XI e Pio XII. Toda uma ideologia contra o mundo moderno foi destilada dentro do catolicismo espalhado pelo mundo e que chegou ao Brasil desde os anos 20 e encontrou terreno fértil nas terras da Santa Cruz. Prelados e um laicato de classe média viviam imersos nessas ideias contra a modernidade e sua cultura. E o comunismo era um elemento central dessa cultura moderna, logo, deveria ser combatido. Lembremos de que quando os militares golpearam João Goulart, fazia um ano apenas do acontecimento do Concílio Vaticano II. Os ventos renovadores na Igreja ainda demorariam mais uns anos.

A Igreja Católica partilhava com um amplo setor da direita brasileira que o governo Goulart era de esquerda e favorecia os comunistas. As greves, os ministros de esquerda (lembremos que Paulo Freire, Celso Furtado, Darcy Ribeiro, San Tiago Dantas, faziam parte da linha de frente do governo Goulart) e o apoio de governadores de esquerda como Miguel Arraes e Leonel Brizola assustavam os prelados. A conclusão era óbvia: Goulart e seu governo tinham que ser detidos.

Nas missas, nos cursos de formação e na primária catequese, a derrubada do Governo Goulart era pauta. A Igreja abriu fogo contra o governo já em 1963. E entrou em 1964 ainda mais contundente na sua crítica às políticas de reformas de base de João Goulart. O resultado veio a contento: os militares atenderam aos apelos da Igreja. E deram o golpe em abril de 1964.

Ainda em 1964, mais precisamente no dia 29 de maio de 1964, a Igreja, através de um grupo de bispos da CNBB, tornava público um histórico documento “Declaração sobre os acontecimentos de abril e maio de 1964”. Os prelados católicos assumiram uma posição de apoio aberto e categórico ao golpe de 1964: “atendendo a geral e angustiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as for-

ças armadas acudiram a tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra (...)” (declaração de Bispos da CBNN na Revista Paz e Terra, 1968: 160).

O tom da declaração vai todo nessa linha que destacamos um trecho. O anticomunismo foi a tônica do texto. Percebemos que não era apenas a Igreja que respirava esse sentimento delirante de preocupações com crescimento das ideias comunistas no Brasil dos anos 60, também que havia um clima esquerdista em um setor da “classe média radicalizada” que é fato.

Vários historiadores atestam esse fenômeno. Como bem diz o crítico Roberto Schwarz, havia uma “atmosfera ideológica esquerdizante” (SCHWARZ, 2009:15). Mais uma vez a leitura certa do crítico citado: “antes de 1964, o socialismo que se difundia no Brasil era forte em anti-imperialismo e fraco na propaganda e organização na luta de classes” (SCHWARZ, 2009: 10). Mas, a atmosfera em nada indicava que havia uma marcha bolchevique se aproximando do poder no Brasil de 1963-1964. O resto era puro delírio, mas que tinha um impacto social e eficácia simbólica e conquistava corações e mentes de uma população que mal compreendia o governo Goulart.

E o golpe ocorreu sem nenhuma reação das esquerdas. O combate ao golpe viria depois, no pós-1966. Houve algumas poucas reações artísticas, como por exemplo: o show “Opinião” no Rio de Janeiro e alguns ruídos espalhados pelo Brasil, mas reação armada e direta ao golpe não tivemos nesse primeiro momento. Os militares aboletaram-se no poder e ficaram até 1985. Isso sem combate armado até 1966, com oposição parlamentar tímida, poucos livros críticos ao regime. O cinema novo combateu até onde foi possível e o teatro foi intensamente massacrado pelo regime. Mas nada que pudesse pôr abaixo os militares. Com o apoio dos EUA, os governos militares seguiram firmes na implantação de um projeto de “modernização conservadora” e de profunda concentração de renda, onde os ricos se tornaram cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

O COMBATE

A Igreja Católica continuou apoiando os militares até 1969. Mas, em 1965, era possível ver algumas poucas e raras mudanças no episcopado e no clero brasileiro. Chegava ao fim o famoso “Concílio Vaticano II” já na gestão do Papa Paulo VI no comando mundial da Igreja. Esse foi notoriamente um Papa com ares de progressista (não sem contradições, entendamos). Uma coisa deve ser registrada no que se diz a respeito ao Papa Paulo VI e sua ligação com o Brasil. Desde os anos 50, quando ainda era cardeal de Estado, Giovanni Battista Montini (nome de batismo do futuro Papa Paulo VI) manteve relações com o jovem bispo auxiliar do Rio de Janeiro Dom Helder Câmara.

Amizade que perdurará até o Papado de Montini. E isso foi relevante para o catolicismo no Brasil na segunda metade dos anos 90 e toda a década de 70. História bem registrada no livro “Paulo VI e Dom Helder Camara: Exemplo de uma amizade espiritual” de Ivanir Antonio Rampon, publicado pela Editora Paulinas em 2016.

Segundo Ivanir Antonio, Dom Helder cultivava uma profunda amizade espiritual com Paulo VI. Esse livro comenta e aprofunda alguns aspectos dessa proximidade, que, desde o primeiro encontro em 1950, cresceu cada vez mais. Às vezes, ao saber que o amigo Helder estava em Roma, o futuro Papa fazia questão de encontrá-lo e de acolitá-lo nas missas, e, durante o Concílio Vaticano II, não passou despercebida a influência de Dom Helder sobre o Papa. Essa amizade rendeu algumas mudanças significativas internamente na Igreja e que repercutiu na sociedade. Uma das mudanças será nas nomeações de Bispos novos e a substituição dos mais velhos e alinhados com a ditadura. O próprio Dom Helder foi nomeado para a Arquidiocese de Recife/Olinda, estratégicas cidades do Nordeste e redutos de uma esquerda que foi massacrada pela ditadura.

As mudanças numa instituição milenar como a Igreja Católica sempre são lentas. Estamos diante de uma instituição acostumada com a conservação da tradição. Desenvolvem um medo particular das mudanças. Mas elas acontecem. Às vezes de forma mais acelerada, outras vezes de forma mais lenta. Os anos 60 e as resoluções pastorais do “Concílio Vaticano II” foram mais aceleradas em termos de mudança cultural dentro do catolicismo romano.

Aparecia para o mundo uma Igreja disposta a dialogar com o mundo moderno sem os rancores antimodernos. Apenas parecia, pois houve reação ao Concílio e os grupos conservadores e integristas, que saíram à luz no combate à marcha do Concílio.

Mas nos anos 60 e 70, as reações ao “Concílio Vaticano II” foram controladas e avançaram a cultura pós-conciliar. Na América Latina, a Igreja Católica renovou-se extraordinariamente. Chegava os ventos da chamada “Teologia da Libertação” e a presença social das “pastorais sociais” junto às classes trabalhadoras e aos mais pobres. Sentia-se um papel renovador da Igreja.

No caso da Igreja Católica no Brasil, as mudanças vieram a partir de 1969. Depois do AI-5 e o total fechamento do regime ditatorial, a Igreja foi atingida e em cheio. Desde 1964, quando chegou em Recife, Dom Helder Câmara estava na qualidade de importante liderança da Igreja em sua ala progressista. Crítico dos desdobramentos do golpe e de como crescia o regime para uma ditadura, Dom Helder foi um dos primeiros a mudar sua posição sobre os militares. Desde 1967, vinha falando sobre a tortura nos porões da ditadura e estava “manchando” a imagem do Brasil e dos militares nos países

onde era convidado e fazia discursos. O incômodo dos militares com Dom Helder e sua influência dentro da Igreja era notório e público, inclusive alguns generais buscavam outros bispos para reclamar. Tudo isso está bem documentado no livro “Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura” do brasileiro dos EUA Kenneth Serbin. Esse é um livro fundamental para entender as relações entre os bispos e os militares do poder no Brasil pós-64. Básico em nossa pesquisa e farto em fontes e prudente nas análises, o livro tornou-se uma referência para os pesquisadores na área.

Primeiro acontecimento: em maio de 1969, o Pe. Henrique Pereira Neto foi preso, torturado, assassinado e teve o corpo jogado nas matas do bairro da Várzea em Recife. Era um alerta a Dom Helder, uma vez que Pe. Henrique era acompanhante da JEC - Juventude Estudantil Católica em Recife e João Pessoa. Atuante, progressista, jovem e carismático, matar o padre era uma questão de honra do famigerado CCC (Comando de Caça aos Comunistas) de Recife e com apoio da polícia civil local.

Era o primeiro caso de tortura e assassinato de um prelado católico que ficaria na conta da ditadura. Um sinal para a Igreja Católica nas suas relações com os ditadores. E Dom Helder Câmara não recuou, pelo contrário, passou a avançar na sua denúncia e combate à ditadura.

Segundo acontecimento: no final de 1969, em Ribeirão Preto-SP, uma freira de nome Maurina Borges é presa acusada de acobertar comunistas na casa que abrigava menores em situação de risco. Foi uma acusação injusta já que a madre Maurina nunca se ligou a nenhuma organização de esquerda. Os envolvidos foram alguns de seus auxiliares no “Lar Santana”. A irmã foi presa, barbaramente torturada e ainda estuprada. Isso gerou comoção nacional na Igreja e na imprensa e criou uma situação de separação entre a Igreja e os militares. A irmã Maurina Borges acabou exilada no México e marcada para sempre pelas torturas que sofreu. Os delegados que a prenderam foram excomungados pelo Bispo local num gesto de rompimento com os “métodos da ditadura”.

Por fim, a situação de um grupo de frades dominicanos que tinham ligação com Carlos Marighella e que foram presos e torturados entre 1969 e 1972. Um caso singular foi o do Frei Tito. Barbaramente torturado a ponto de introjetar as marcas da tortura e cometer suicídio na França onde estava exilado nos anos 70.

A partir desses fatos, a Igreja Católica mudou de posição sobre a ditadura e assumiu um lugar de combate. A CNBB e Dom Helder Câmara junto com Dom Paulo Arns da Arquidiocese de São Paulo assumiram a liderança nesse combate. Documentos, análises de conjuntura, Campanhas da Fraternidade, comissões de justiça e paz na defesa dos direitos humanos passaram a ser a linha da Igreja nos anos 70.

Um legado importante para pensarmos hoje, 2024, os 60 anos do golpe de 1964. Fundamental a memória dos acontecimentos, dos personagens, das lutas, das torturas covardes, da luta pela democracia, dos exílios, das mortes e dos corpos ainda desaparecidos. Ainda temos os nossos “mortos sem sepultura” como dizia Sartre. Que as novas gerações recobrem a memória e assumam seu lugar na história e avancem na divisa fundamental: Ditadura, nunca mais!

BIBLIOGRAFIA

CANCIAN, Renato. A Igreja Católica e a ditadura militar no Brasil. São Paulo: Editora Claridade, 2011;

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 1989;

PAZ E TERRA. Dossiê sobre a Igreja no Brasil. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1968, n. 6;

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra o Estado. São Paulo: editora Kairós, 1979;

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na sombra. Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 2009;

SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985;

VILLAÇA, Antônio Carlos. O pensamento católico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006

REAÇÕES AO GOLPE DE 64: DE 1964 A 2024

Rosa Cardoso

Considerando os temas indicados pelo organizador do presente livro como o objeto da reflexão a ser realizada pelos diferentes destinatários do convite para escrevê-lo, resolvi tratar esses temas na forma de tópicos. É o que se vê abaixo:

– Sobre a reação dos que se opuseram ao golpe de 1964, quando este ocorreu; dos que a seguir participaram da luta contra a ditadura e daqueles que se mobilizam, atualmente, para implantar no Brasil um regime democrático

Penso que em 64 **não** tivemos uma ampla resistência dos que vinham lutando para alargar os direitos da população em diferentes frentes: no campo, nas cidades, nas empresas e fábricas, entre os militares, no campo da educação, universidades, área cultural, etc. Esses grupos e, em especial, suas lideranças sabiam que enfrentavam uma direita e uma extrema direita extremamente forte, sediada em instituições e organizações da época, como o complexo IPÊS-IBAD, a grande mídia, as Forças Armadas, o Parlamento e o Governo de alguns estados como os de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. Havia também a proteção e o apoio material, incluindo o financeiro, do Governo dos Estados Unidos aos golpistas, como se viu nas eleições de 1962, quando candidatos conservadores receberam enorme ajuda em suas campanhas. Os textos de Moniz Bandeira sobre o golpe e o livro de René Dreifuss, “1964 – A conquista do Estado” expõem magníficos relatos sobre como essas forças mapearam e identificaram, previamente, instituições e agentes públicos e sociais, que desejavam banir do estado brasileiro (considerando-se seus três Poderes), do mundo do trabalho e da área da cultura. A Petrobras é um claro exemplo de como se reprimiu, processou e demitiu as lideranças sindicais mais combativas da empresa e posteriormente meros funcionários suspeitos. Novas políticas públicas, ainda antes do golpe, foram para a mesma planejadas. Entre essas políticas algumas gestaram um verdadeiro genocídio de populações indígenas. Na época, portanto, inexistia organização e força política para enfrentar com sucesso, sequer com visibilidade, uma quebra de braço com as forças contrapostas. Igreja e classe média ainda estavam intoxicadas pelas denúncias e campanhas da grande mídia contra o governo Jango e os movimentos sociais que nele se desenvolveram. Ambas eram favoráveis

ao golpe. Os EUA também demonstraram à época, colocando sua força naval em nossos mares, a disposição de apoiar, com armas, a ação dos golpistas contra eventual resistência.

Posteriormente houve um adensamento dos protestos do movimento estudantil e da oposição política no Parlamento, o qual criou inclusive no MDB o grupo dos Autênticos. No MDB, partido de oposição à ditadura, um grupo de deputados eleito em 1970 começou desde então a pressionar o moderado Ulisses Guimarães a se insubordinar contra várias normas impostas pelo governo ditatorial. Naquela época a designada luta armada brasileira já estava praticamente desmobilizada. Foi quando os Autênticos continuaram impulsionando o MDB e o movimento social a desenvolverem as campanhas pela Anistia e pelas Diretas Já.

– Visão da autora sobre o que se designou como luta armada naquele período da ditadura

Tenho ouvido de muitos intelectuais e políticos, cuja opinião acho respeitável, a avaliação de que a resistência armada não foi uma estratégia eficaz na reconquista do regime democrático. O velho MDB teria sido mais produtivo na aglutinação das forças que preparou as Diretas –Já visando a derrota da ditadura.

Repito aqui minha resposta a um destes “políticos/intelectuais orgânicos” (usando expressão de Foucault), um adorado **amigo**, que avaliou a luta política do MDB/PMDB, como decisiva para a transição de regime que vivemos para um governo civil. Sem discordar de seu “ponto”, observei-lhe em uma carta e momento posterior as questões que reproduzo aqui:

“O fato é que na história de um país os movimentos de insurgência contra um governo injusto, violento e usurpador não se medem apenas por sua capacidade imediata de arrancar do poder ditadores ou representantes do domínio colonial. Entre outros significados, a luta armada no Brasil desnudou a natureza da ditadura que sucedeu 64, baseada em sua doutrina de Segurança Nacional, isto é, no seu recurso à tortura, aos assassinatos, às prisões sem registro, aos desaparecimentos e à ocultação dos restos mortais de opositores.

A luta armada revelou à sociedade brasileira em seu conjunto e, particularmente, à sua temerosa classe média, que apoiou o golpe de 64 para garantir o império da fé, da família e de uma democracia de “fachada”, que a ditadura tinha sustentação em porões selvagens e imorais, onde seus filhos e sua juventude eram supliciados, abusados sexualmente nas torturas, empalados e muitas vezes mortos. Quantos empresários e militares não revisaram suas posições ao se confrontarem com estas evidências?

Foi no desenvolvimento da designada luta armada que se associou definitivamente a ditadura de 64 aos tanques e ao pau de arara. Sem ela milhares de trabalhadores urbanos e rurais teriam sido perseguidos e exterminados sem que as denúncias correspondentes pudessem ser vocalizadas. Versões negacionistas das atrocidades do período seriam passivamente digeridas ou inocentemente aceitas, evocando-se a ditadura como uma clareira de ordem e de progresso em nossa história, uma solução para as crises econômicas e políticas do país. Ou será que não vemos, ainda, a ressonância destas posições no discurso de alguns dos nossos políticos?

Acreditamos que os protestos de maio na França, sem virar a página do capitalismo francês, constituem um emblema da insatisfação não resolvida de seus jovens e de tantos trabalhadores frente a práticas predatórias e hipócritas do sistema capitalista. Por que acreditamos, contudo, que estes protestos valem pelo que nos revelam e não valoramos em nossa luta armada o que ela revela sobre a ditadura brutal que tivemos? Por que tentam nos fazer creditar um valor simbólico e construtivo de nossa humanidade somente a marchas em que vestimos branco ou abraçamos lagoas?”

– Acerca da luta atual para tornar o Brasil um país mais democrático e mais avesso a retomar seu veio autoritário como pretendia o governo anterior e os que planejaram e executaram a tentativa de golpe do 08 de janeiro

A luta contra um regime autoritário que pudesse regredir para uma ditadura respaldada pelas Forças Armadas, como demonstrou a eleição de Lula, teve o apoio da maioria do eleitorado, isto é, a maioria da população politicamente ativa. A reação e repulsa à tentativa do golpe de 08 de janeiro obteve também o apoio de todos os Poderes do estado brasileiro. Entretanto, essa situação é insuficiente para performar uma democracia. A possibilidade de inclusão de TODOS nos recursos de poder e nas riquezas do país é uma exigência para caracterizá-la. Refiro-me assim a assegurar à toda a sociedade brasileira bens de diferentes tipos, como moradia digna, educação, sistema de saúde, cultura etc. Não podemos considerar democrático um regime em que vemos parte da população dormindo na rua, faminta, participando de arrastões, crianças maltrapilhas e sem escola, pessoas passando mal ou morrendo em filas de hospitais.

Entre os que lutam por democracia hoje no Brasil, com a perspectiva de inclusão e não com o interesse de fazer mais um negócio, por exemplo, incluir parte dos adolescentes nas escolas mediante lucrativa privatização da educação, destacam-se, a meu juízo, dois grupos de ativistas: os que pretendem uma institucionalização mais rápida e sem contratempos no processo da democratização em curso e os que desejam essa rapidez e, ainda, a utilização dos recursos da Justiça de Transição.

- Explicando melhor em que consistem as duas posições anteriormente mencionadas na atualidade e quais as divergências entre elas

Com as suas ações, escolhas e prioridades as pessoas que lutam para construir uma democracia no Brasil denotam suas preferências sobre as melhores formas de encaminhar a questão. Quem estuda ou observa transições de um regime autoritário para um democrático, seja na América do Sul, na América Central, na Europa, Leste Europeu ou na África percebe que as transições de regime são processos com avanços, recuos, retrocessos, enfim, uma forma irregular ou assimétrica de desenvolvimento. O essencial, contudo, é que a ascensão pró democracia ocorra da forma mais rápida possível e alcance um ponto de difícil retrocessão. Nem sempre isso ocorre. Às vezes acontecem reconduções a um regime autoritário. Por esse motivo, muitos integrantes dessa luta tentam evitar durante a caminhada confrontos ou explicitação de divergências. Outros, entretanto, seguindo normas do direito internacional dos direitos humanos, que estabelece preceitos e orientações para fazer valer tais direitos, reivindicam, além de uma rápida estabilidade democrática, o uso das estratégias que aquele direito propõe para essa situação. A principal construção elaborada pelo direito internacional dos direitos humanos para as mencionadas transições de regime é a designada Justiça de Transição. Esta corresponde a um conjunto de normas e procedimentos que envolve principalmente os direitos à Memória (de fatos, autores, vítimas, testemunhas e circunstâncias); à Verdade; à Justiça; à Reparação e a Reformas Institucionais. Envolve ainda, entre outras, instituições como Memoriais, Museus, Lugares de Memória; Comissões de Verdade; Juízos para Graves Violações de Direitos; Juízos Cíveis para Pedidos de Reparação.

No Brasil, quem defende o recurso à Justiça de Transição considera que esse recurso valoriza na construção da democracia o combate à impunidade dos que violentamente impuseram uma ditadura e, em seu curso, praticaram crimes de tortura, desaparecimento forçado, execuções arbitrárias e sanguinárias, abusos sexuais de homens e mulheres, jovens e adultos. Essas pessoas não querem ceder a uma proposta de conciliação para abafar ou minimizar conflitos. Nada assegura que a leniência com os golpistas de ontem e de hoje evite as traições e quarteladas. O *08 de janeiro* ainda está muito vivo em nossas retinas. E se alguma medida freou atualmente a conspiração e a arruaça foi a punição. Sendo assim a impunidade não é a melhor receita para acelerar a pacificação e democratização do país. Se receita houver é isto e aquilo.

(para além dos posicionamentos antes referidos) iniciativas em curso como forma de luta atual

Há muitas iniciativas importantes articuladas à Justiça de Transição. Primeiro, é preciso anotar que a Justiça de Transição no Brasil, mediante suas teorias, orientações, processos e mecanismos alargou muito a cultura nacional acerca do que são os direitos humanos, como possuem um caráter internacionalizado e como recebem proteção internacional, ensinando-nos ainda como implementar sua defesa de forma civilizada. Os brasileiros e os militantes políticos no Brasil sabiam muito pouco sobre a questão. Participamos de poucas guerras, não tínhamos a experiência de recorrer ao direito.

– **Relativamente aos que não desistiram da Justiça de Transição e direito** humanitário e de evocar Tratados, Pactos e Convenções de Direitos Humanos para nos defender. A doutrina da Justiça de Transição também nos ensinou a conceituar com precisão o que ocorreu durante a ditadura de 64: a tipificar as violências praticadas pelo regime como sendo prisões ilegais, tortura, execuções, desaparecimento forçado, ocultação de cadáveres, terrorismo de estado, enfim, graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. Com a Justiça de Transição, aprendemos a fazer e aprimoramos o uso de uma Comissão da Anistia (que no Brasil foi o eixo da Reparação às vítimas da ditadura em seus primeiros tempos), o uso de uma Comissão de Mortos e Desaparecidos, a Comissão da Verdade Brasileira-CNV e mais de 100 outras que a acompanharam em todo o Brasil e, atualmente, estamos tentando “judicializar” casos ou obter acordos (TACs) relativos a Reparações, sobretudo coletivas, com empresas que foram coautoras ou cúmplices de graves violações e/ou crimes de lesa-humanidade contra trabalhadores ou funcionários. Essas empresas estavam associadas à ditadura durante seu funcionamento. A propósito já judicializamos e obtivemos reparações no caso Volkswagen. Agora estão sob análise do Ministério Público Federal os casos de mais de 10 empresas solicitando, identicamente, reparações. Quanto ao que mencionava anteriormente, ou seja, sobre a circulação de informações na sociedade brasileira e do conhecimento adquirido pela população sobre os malfeitos da ditadura que, insisto, foi muito ampliado com o funcionamento da Justiça de Transição, observou o destacado pensador e professor de História Contemporânea da UFRGS, Enrique Serra Padrós: “... com a Comissão da Verdade em 2012, e em 2014, data da lembrança dos 50 anos do golpe de Estado, vimos o país ser tomado por eventos, e uma quantidade de pesquisas significativas sobre o período (...) **Nunca falamos tanto sobre a ditadura. Entretanto, dois anos depois, temos o fenômeno Bolsonaro** (grifos nossos)”. E prossegue recordando que logo a seguir assistimos no Brasil ao império das fake news, as quais substanciaram a campanha de Bolsonaro e sucessivamente o seu governo. As fake news, mediadas por um Gabinete do

Ódio bolsonarista (a respeito leia-se o Relatório da CPI dos Atos Antidemocráticos, que explica bem o empreendimento), efetivamente levaram grande parcela da população a acolher as propostas desastrosas de Bolsonaro (compra e uso de armas, rejeição a vacinas da covid, uso de cloroquina, devastação florestal e extração de minérios na Amazônia, entre outras). Afinal, recorde-se que foi a jurisprudência da Justiça de Transição que colocou em pauta que a auto-anistia dos militares não tem valor jurídico algum, pois os crimes que cometeram durante a ditadura não prescrevem nem são anistiáveis. A mudança nos critérios de aplicação dos dispositivos concessivos de anistia aos militares que praticaram graves violações e crimes de lesa-humanidade é então uma espada que pende sobre seu pescoço, uma possibilidade que continua a ameaçá-los. Certamente as contas que os Comandantes das Forças Armadas e seu alto oficialato fizeram para não entrar na aventura proposta por Bolsonaro (segundo as investigações e Relatório da CPI feita para apurar o golpe de 08 de janeiro) têm a ver com o que ensina a Justiça de Transição sobre malfeitos que não prescrevem nem podem ser anistiados.

ANTES, DEPOIS E AGORA

Sandra Mayrink Veiga¹

Eram 8 horas quando acordei naquele 31 de março de 1964. Como há algum tempo, estava cansada. Vivíamos tensos, pois a conjuntura era de ameaça de mais um golpe. Aliás, é como me sinto hoje em dia também: à espera de uma má notícia de abrangência nacional de autoritarismo, entrega do nosso país e massacre da esquerda e dos mais pobres.

Fui tomar café na cozinha e peguei o Jornal do Brasil. No canto esquerdo, na parte superior da primeira página, havia uma previsão do tempo com prognóstico de nuvens pesadas e temporal. Foi assim que o jornal conseguiu avisar sobre o que viria a acontecer horas depois: o golpe civil-militar, midiático e empresarial fortemente associado ao capital internacional, com gerência do Império dos Estados Unidos - que impôs no Ocidente o terror com a Guerra Fria - que havia começado a ser gestado desde a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Nós tínhamos grandes expectativas que conseguiríamos levar à frente o programa das Reformas de Base proposto pelo presidente João Goulart que incluía a reforma agrária.

A PRA-9, Rádio Mayrink Veiga, foi fundada em janeiro de 1926, ficava ao lado da Casa Mayrink Veiga fundada em 1864 por meu avô. Essa rádio foi ícone da chamada Era do Rádio e líder de audiência durante a década de 30. César Ladeira foi seu diretor nesse período.

A Mayrink tinha estúdio próprio e um teatro na Rua Mayrink Veiga, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se podia ver filas que davam volta no quarteirão para assistir ao vivo diversos programas da rádio. Havia muitos programas humorísticos como, por exemplo, A Cidade se Diverte da qual fazia parte A Escolinha do Professor Raimundo do Chico Anysio que depois foi para a televisão. Tinha também Sergio Porto, o Stanislau Ponte Preta; Antônio Maria compositor do hino ao Rio “Cidade Maravilhosa” e muitos outros. Essa emissora lançou muitos compositores como Pixinguinha, Noel Rosa e cantores e cantoras: Dalva de Oliveira, Carmen Miranda, Silvio Caldas, Fran-

1 | Jornalista, educadora popular. Fundadora do Partido dos Trabalhadores. Anistiada política. Trabalhou na FASE Nacional. Foi da executiva do SOLTEC/UFRJ. Fundadora do Fórum de Cooperativismo Popular - FCP. É escritora. Fundadora do Canal Pororoca. Coordenadora de Comunicação da Oposição Metalúrgica do Sul Fluminense. Especialista na formação de Cooperativas/Associações populares; em pesquisa-ação e formação de Núcleos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS.

cisco Alves, Carlos Galhardo enfim, seus microfones estavam sempre abertos aos novos talentos.

Em 1962, a Rádio Mayrink Veiga entrou na Rede da Campanha Pela Legalidade organizada por Leonel Brizola. De 62 a 63 Brizola, já como deputado federal mais votado, ocupava quase que diariamente o microfone da rádio em defesa das Reformas de Base de Jango como era apelidado o presidente João Goulart.

Em 31 de março, a rádio foi invadida pela milícia do governador da Guanabara Carlos Lacerda. Seus membros usavam um lenço azul e branco no pescoço ou no bolso. Eles queriam fechar a rádio e prender as pessoas que estavam lá dentro: o diretor de jornalismo Saulo Gomes, mais 14 jornalistas, repórteres e os técnicos, que tiveram o apoio de um grupo de fuzileiros que lá chegou a mando do Almirante Aragão que apoiava Brizola. O diretor mandou trancar as portas todas. Os milicianos não conseguiram seu intento e foram embora. O grupo resistiu e conseguiu manter a rádio no ar de 2 da manhã até as 18 horas do dia 1º de abril transmitindo todos os comunicados de Brizola e recebendo as falas de vários líderes da esquerda, inclusive Miguel Arraes falou pela rádio nesse dia lá do palácio em Recife. Depois dessas horas de resistência, as tropas do golpe invadiram a rádio, deram vários tiros. O diretor de jornalismo conseguiu fugir e pediu asilo na embaixada do Uruguai.

Logo em seguida à tomada da rádio Mayrink Veiga, foi formada a Rede da Democracia que teve destaque na defesa do golpe de 64 com Carlos Lacerda e os deputados, Adauto Lúcio Cardoso (UDN e ARENA), Aliomar Baleeiro (UDN), Raul Brunini (UDN e MDB) e outros detentores de mandatos públicos.

Castelo Branco, através de Mandado de Segurança, fechou de vez a rádio em 1965. A maioria do acervo dessa rádio histórica foi destruída. A ditadura estava se consolidando e contava internamente com a classe média nas suas passeatas em defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP), tinha o apoio da Igreja Católica e das mídias com liderança da Globo.

Eu tenho muito orgulho de ter meu nome ligado a essa rádio que com Brizola divulgava as Reformas de Base e que tentou resistir ao golpe. E penso como seria importante termos uma rede de rádios para divulgar e debater ideias ao som também de música de qualidade.

Em um dia de fevereiro de 1971, no mandato de Garrastazu Médici, cinco carros chegaram a minha casa com vários homens. Fui presa e levada para o Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Órgão subordinado ao Exército. Esse Centro de torturas e mortes foi idealizado no National War College nos Estados Unidos e organizado no Brasil pela Escola Superior de Guerra.

Os Anos de Chumbo. A luta pela Anistia e pelas Diretas foi imensa e criativa com teatro de rua, criação de grupos de cultura, mobilização de rua, aparecimento de diferentes compositores e cantores, espetáculos de teatro com peças autorais maravilhosas, etc. Éramos a, depois denominada, geração de 68 em movimento.

Chegamos a 1985 com o fim da ditadura, mas mesmo depois de 21 anos de luta contra a ditadura não conseguimos ter eleições diretas. Realmente este país é muito autoritário e violento no seu projeto de país a serviço das elites e do capital.

OS NÚMEROS DA DITADURA APURADOS PELO ARTIGO DE FRANCISCO CALMON E PELA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE ATÉ HOJE

Os trabalhos da Comissão da Verdade que conseguiu levantar parte expressiva desses números foram interrompidos. Sabemos que há muito mais a ser esclarecido.

500 mil brasileiros e brasileiras foram colocados sob suspeição. Mais de 150 mil foram investigados. 20 mil foram torturados e entre estes 95 crianças e adolescentes. Mais de 19 crianças foram sequestradas e adotadas ilegalmente por militares.

7.670 membros das Forças Armadas e bombeiros presos, muitos torturados e expulsos das corporações. 4.862 parlamentares foram cassados. 245 estudantes expulsos das universidades pelo Decreto 477.

O Congresso Nacional foi fechado por 3 vezes. Estima-se que mais de 20 mil brasileiros e brasileiras, incluindo indígenas e camponeses, tenham sido exterminados. 434 mortos/desaparecidos até hoje foram reconhecidos pela Comissão Nacional da Verdade.

Houve 536 intervenções em sindicatos. As entidades estudantis como UNE, UBES e AMES foram colocadas na ilegalidade. Os militares violaram correspondências de todo tipo, assim como contas bancárias, e colocaram grampos telefônicos. Assim como fazem hoje, pregaram o ódio e incentivaram a delação entre familiares.

Os atores do golpe de 64 e o de 2016 foram os mesmos: Estados Unidos, os empresários, a mídia, incluindo as redes sociais, os militares, igrejas agora pentecostais e o Judiciário. O que mudou foi a ênfase nas diferentes atuações e o uso, em 2016, do Lawfare - quando há o uso da lei como instrumento de guerra para atingir e destruir o adversário e realizar um golpe. Lawfare faz parte da chamada Guerra Híbrida que mistura diferentes táticas, desde guerra irregular à ciberguerra com a criação de mecanismos de desinformação.

Com o impeachment da presidenta Dilma, contabilizamos 10 golpes de Estado e agora com o 8 de janeiro de 2023, somamos mais um chegando a 11 golpes e/ou tentativas de golpe na nossa história em exatamente 200 anos (1823 -2023).

Em 64, o Judiciário foi coadjuvante, enquanto em 2016, foi protagonista assim como as elites militares remanescentes de 64 foram protagonistas nas sombras da conspiração junto com os interesses geopolíticos dos Estados Unidos, contra os BRICS e o Mercosul - que tinham potencial para reorganizar o poder internacional – e contra o Partido dos Trabalhadores que segundo eles não poderia continuar na presidência da República e a favor do neoliberalismo e das privatizações e roubo das nossas estatais muito lucrativas e dos nossos recursos como o pré-sal, nossos minerais e terras e águas, dentre outras riquezas.

Na ditadura, havia o envolvimento dos Centros de Informação no Exterior (CIEEX), órgão do Itamaraty vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), cuja função era espionar políticos e militantes contrários ao regime ditatorial do Brasil, com graves violações aos direitos humanos de brasileiros no exterior. Para isso, houve colaboração do governo britânico e das outras ditaduras da América do Sul. Havia restrições à concessão de passaportes e à prática de outros atos de natureza consular. Houve forte atuação da ditadura brasileira nos foros internacionais através de conexões internacionais com envolvimento brasileiro na coordenação repressiva internacional anterior à Operação Condor.

A aliança repressiva no Cone Sul trouxe como resultado a implantação das ditaduras do Chile, da Argentina e Uruguai com milhares de vítimas através dos mecanismos de coordenação repressiva na América Latina. Houve a montagem de casas de tortura e “navios porões” para servir à prática de todos os tipos de horrores que seres ditos humanos podem causar a outros, fossem homens mulheres, crianças ou adolescentes.

A censura imposta às músicas, teatro, filmes, jornais e revistas se juntava a restrição do direito de reunião. Nos anos da ditadura (o Brasil quando cresceu foi às custas do aumento da dívida externa, da concentração de renda, a disparidade entre ricos e pobres aumentou assim como entre regiões também), do arrocho salarial e da explosão da inflação. Os dados têm levantado a grande corrupção que aconteceu nos governos militares do Brasil, aliás como é comum em regimes ditatoriais.

A falta de uma JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO no Brasil que retirasse todo o entulho da Ditadura tais como a Lei de Segurança Nacional que foi reutilizada pelo governo Bolsonaro contra seus opositores; a falta de punição de todos que violaram barbaramente os direitos humanos com tortura e assassinato bem

como todos os mandantes permitiu que depois da abertura setores da extrema direita se reorganizassem já que nunca aceitaram a redemocratização. Começaram a trabalhar para uma estratégia de longo prazo. O general Vilas Boas cria o Escritório de Projetos que veio a ser o celeiro onde se desenvolveu a nova estratégia com um prazo de 35 anos. Em seguida começa a aparecer militares parlamentares; em 2009, os oficiais vão fazer na FGV e na universidade Castelo Branco cursos de administração.

Em 2008, foi criado o SISFRON que era um sistema para: “incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre e produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como, apoiar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais. As operações poderiam ser isoladas, em conjunto com as outras Forças Armadas ou, ainda, em ambiente interagências, com outros órgãos governamentais”.

Criaram várias agências que se apoiaram no Judiciário e no Ministério Público.

Quero chamar a atenção para o fato de que duas semanas após a posse de Dilma ao segundo mandato, Bolsonaro vai para a Academia Militar das Agulhas Negras e em discurso aos cadetes declara que é candidato à Presidência da República. Ele só poderia dizer isso com autorização do alto comando.

Assim que houve o grampo no telefone da Presidenta Dilma, Felipe Santa Cruz, presidente da OAB/RJ se pronunciou moderadamente advertindo: “No momento em que conversas privadas da atual presidente da República e suprema mandatária da nação, Dilma Roussef, e do ex-presidente Luís Inácio da Silva são alvos de grampo por um juiz de primeira instância, com divulgação editada e seletiva em órgãos da imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ), vem a público manifestar sua preocupação com a preservação da legalidade e dos pressupostos do Estado Democrático de Direito...”.

E eles continuaram até completar mais um golpe na nossa história com o impeachment de Dilma. Os integrantes desse grupo dizem que não precisam mais de tanques, pois administram o orçamento do país. Houve mais de 17 mil militares em postos no governo do Bolsonaro. Isso é um exemplo de guerra híbrida. Já o ex-vice-presidente Morão, atual Senador, oriundo dos paraquedistas, criou as Forças Especiais.

Ele vem de um núcleo aguerrido de direita - é fundador do GSI, que na realidade é o fortalecimento do ex Serviço Nacional de Informação - SNI da Ditadura. Ele faz constantemente declarações de extrema direita e declarou que queria vender toda a Amazônia. Já homenageou por duas vezes o maior

torturador da Ditadura, o Coronel Ustra. Em 2018, em palestra numa Loja Maçônica perguntou: “Por que não derrubamos logo isso?” Referia-se ao governo.

Hoje estamos todos fazendo avaliações se vai haver outro golpe ou não. Isso não deveria fazer parte das preocupações de um país democrático de direito com instituições presumivelmente fortes. As raízes dessa situação estão na impunidade dos violadores de direitos, na não retirada dos entulhos da ditadura das nossas legislações, na brutalidade da Polícia Militar, sempre violenta. Mas, sobretudo, porque não conseguimos mexer nos problemas estruturais do Brasil.

LEMBRAR PARA NÃO REPETIR! DITADURA NUNCA MAIS!!!

Mas será que aprendemos que a comunicação é vital, pois vital é entendermos que qualquer vitória política é precedida por uma vitória das ideias? E que, por isso, demanda tempo e persistência/resiliência/projeto nacional? E que toda sociedade necessita construir imaginários que possam se converter em sentido comum das suas populações e que fundam uma nova identidade? E, pergunto, quais são os imaginários que estamos oferecendo?

As conquistas dos governos do Partido dos Trabalhadores, tendo à frente Lula e Dilma, foram muito importantes, assentaram-se em propostas políticas que conquistaram a maioria da população, mas não reverteram os consensos ideológicos conservadores. Essas vitórias não conseguiram se fixar nas mentes e corações da grande maioria, porque não conseguimos construir e consolidar novos consensos ideológicos no plano determinante da luta de ideias e das classes trabalhadoras. E, assim, o que foi conquistado em 14 anos de governo foi destruído em 4 pelo governo do Bolsonaro, que, quando foi eleito, nos deixou pasmos, sem conseguirmos entender como o fascismo tinha posto suas garras de fora no nosso país em nome da família, de Deus e da Pátria e contra a política.

Finalizo aqui com uma citação de Gramsci que abre o meu próximo livro sobre Poder Local e Democracia Participativa no sentido do “Que Fazer?”: “A tendência democrática, intrinsecamente, não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada ‘cidadão’ possa tornar-se ‘governante’ e que a sociedade o ponha, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo: a ‘democracia política’ tende a fazer coincidir governantes e governados, assegurando a cada governado o aprendizado ... da preparação ‘técnica’ geral necessária. Mas na realidade, o tipo de escola que impera na prática mostra que se trata de uma ilusão verbal”. O problema é justamente como fazer tornar-se concreto (e não apenas no plano escolástico) aquele “abstrato” direito ao autogoverno”. Gramsci (Caderno 4).

Sem estarmos presentes nos cotidianos do nosso povo, nas ruas, nas escolas, nas associações de moradores, nas organizações da sociedade civil, nas universidades, nas ONGs, nos livros, nos sindicatos e muito nas redes sociais e nas mais diversas expressões da cultura popular, nas igrejas, fazendo política, falando de um outro mundo e, com a linguagem apropriada, falando de uma utopia que toque os corações e mentes, mas que faça a formação política da população não conseguiremos mudar esse DNA perverso do nosso país.

A luta em defesa do meio ambiente e a chamada para conhecer uma outra economia com base no cooperativismo e associativismo da Economia Solidária, organização nos bairros, nos territórios onde vivem os trabalhadores e trabalhadoras, assim como a ampliação da democracia através da criação de novas instituições e espaços de debate de maneira a que a população possa definir as políticas públicas, é um caminho rico de experimentações democráticas com viabilidade também de geração de trabalho e renda.

Ter utopia é fundamental e formata a visão de outro mundo possível, mas temos que estar preparados para os reveses, sobretudo neste nosso país que carrega no seu DNA o autoritarismo, a violência, o racismo e a misoginia, e que tem uma população inserida na servidão voluntária de que nos falou Étienne de La Boétie e que é despolitizada, de baixa educação, e que, como dizia Darcy Ribeiro, isso não é por acaso, mas sim em decorrência do projeto de país imposto pelas elites. Um outro passo fundamental para reverter tudo isso é que haja Justiça de Transição para darmos um passo forte na consolidação da nossa democracia.

Nosso planeta está globalizado, portanto os desequilíbrios ambientais, sociais, econômicos e até culturais rebatem uns nos outros.

O Brasil é fundamental neste momento para a luta em favor do multilateralismo e para a formação de um novo órgão internacional de regulação financeira e mediação de conflitos com uma posição bem definida em favor do humanismo e da solidariedade com os mais pobres.

Os atuais órgãos internacionais estão esvaziados de poder como ficou demonstrado claramente no genocídio dos palestinos onde a ONU não conseguiu ter nenhuma interferência.

O fortalecimento dos BRICS e do Mercosul é fundamental no atual cenário e podemos ter certeza de que será uma luta dura contra essa tentativa de organização internacional. O Brics que era composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, agora teve a incorporação do Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã. Juntos têm 36,6 por cento, por paridade de poder de compra, do PIB mundial, enquanto o G7 tem 29 por cento, ou seja, já temos unidos, um extraordinário peso no mundo. Agora é ver o que faremos juntos com esta conquista.

VOLVER A LOS 64

Shellah Avellar¹

*Volver a los diecisiete después de vivir un siglo
Es como descifrar signos sin ser sabio competente
Volver a ser de repente tan frágil como un segundo
Volver a sentir profundo como un niño frente a Dios
Eso es lo que siento yo en este instante fecundo*
Violeta Parra, “Volver a los 17”

2014

Subindo o tom doloroso até o sublime, minha fala tem um quê de garota, quando se trata do golpe militar de 1964, que está completando agora 50 anos.

Brusca epifania que me aperta a garganta.

Na época eu tinha nove anos de idade. Não sabia do que se tratava. Somente que, de repente, minha casa virou um pandemônio. Ora militares do Exército, ora da Polícia Militar chegavam sem avisar e sem pedir licença e jogavam tudo pelos ares e nos reviravam pelo avesso.

Numa dessas vezes, eu brincava no quintal, sol a pino, e uma sombra por detrás me fez voltar a cabeça. E me deparei com uma metralhadora bem diante do meu nariz. Enquanto isso, outros invadiam minha casa.

A imagem de minha mãe desfalecendo na porta de entrada.

Meu avô trancando as portas e janelas de sua casa, que ficava no mesmo quintal.

Os livros tão amados por meu pai e por mim sendo jogados numa fogueira, sob meus protestos e prantos.

Durante alguns muitos anos, eu ainda desmaiava quando via um carro de polícia ou caminhão verde de manobras do Exército.

Não se falava no assunto. Bullying na escola, quando colegas me importunavam pedindo informações: “Por onde anda o seu pai???”. Natural-

¹ Uma eventualidade que permanece aberta. Sobrevivente e aprendiz. Escritora, Jornalista, Arquiteta. Graduada em Ciências Exatas e Pós-Graduada em Gestão de Processos Comunicacionais. Premiada nacional e internacionalmente, cria e executa Projetos Especiais de Comunicação, Cultura e Responsabilidade Social. O que a revela muito pouco.

mente orientadas pelos pais deles para que eu revelasse o paradeiro do meu e pudessem eles mesmos denunciá-lo à repressão, ou por simples mórbida curiosidade.

Naturalmente não sabia o que era ser esquerda no país.

As incoerências me avassalam hoje, tanto quanto antigamente. Via meu pai ser recriminado e eu também, por tabela, por ser a filha do comunista.

Recebi certa vez uma carta dele, por intermédio de um cadete, em que me explicava que estava preso por pensar diferente dos homens do poder e não porque havia cometido algum crime, do tipo roubar ou matar.

Na verdade, ainda nem sabia que ele estava preso, tamanha era a confusão em que nossas vidas haviam se transformado.

Silêncios. Cochichos. Mistérios. Medo.

E solidão. Muita solidão.

A arte imita a vida?

Em 1997, assisti ao filme *O que é isso, companheiro?* Dirigido por Bruno Barreto. Baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira. E dei muita risada. Coisa curiosa ver atores e atrizes, cuja característica principal era o humor (por causa das atuações em divertidas séries televisivas), em papéis de drama extremo. Luiz Fernando Guimarães, Fernanda Torres, Pedro Cardoso e Cláudia Abreu, atores que respeito muito e admiro, fazendo os revolucionários e sequestradores. Não me comovia. Não me atravessava, naquele momento.

Entretanto, num dia qualquer de 2003, aqui em São Paulo, fui assistir *Kamchatka*, sem ler sinopse, tampouco resenhas. Pelo título, achei que deveria ser algum filme com cenário oriental. Totalmente desavisada e com minha filha, que deveria ter uns nove aninhos, me sentei, com pipocas em punho. À medida que o filme foi acontecendo, pela visão de um menino de nove anos, cujos pais eram militantes na ditadura da Argentina (1976-1983), fui me vendo, não na história em si, fui me identificando com o olhar de quem vivenciou aqui no Brasil aquela solidão. A falta de informação e o medo. As cenas se sucediam e uma, em especial, em que o menino corria atrás do carro dos pais, me remeteu a um dia, quando chegava da escola e vi um jipe do Exército levando mais uma vez o meu pai. E eu correndo, gritando atrás do jipe na esperança de tentar deter mais uma vez o sumiço dele. O desespero do menino e aquela sensação de perda e de abandono me aterraram e despenquei num choro convulso e catártico dentro do Cine Lumière, no Itaim Bibi. Luzes se acenderam. Havia umas quinze pessoas. Fui até a toailete e lá continuei num pranto convulso que jorrava desapontamento, cicatrizes indeléveis

de um tempo ladrão de alegria e sequestrador de ilusões. Era o disparador de tantas mágoas contidas. De tanto desconhecimento. De tanta dor. Ainda assim voltei para ver o filme e continuei soluçando durante a projeção.

Minha filha, em sua ingenuidade, sacou: “Você tá assim porque se lembrou do vovô?”. Isso, sem nem sequer tê-lo conhecido, porque ele morreria num “acidente” de carro em 1971. E ela nasceu em 1993.

O não pertencimento

Mas, e daí? Cresci achando que meu pai morreu num acidente trágico. Hoje, cinquenta anos após sua morte, alguns insistem na hipótese de não ter sido acidente. E me vejo às voltas com a Comissão da Verdade, procurando “agulha no palheiro”.

Mais um baque num corpo emocional que acredita ter superado essa questão, que, entretanto, volta sempre a incomodar. Reverencio a revolucionária que em mim habita, defendo-a e encaro a disciplina que ela exige para se realizar. Volto à juventude que clamava por um mundo ainda possível naquele realismo utópico, de “resistência”.

Vejo tantas e tantas reportagens, artigos, pontos de vista sobre estes 50 anos do golpe. Entretanto, tem gente da minha geração que passou por ela e não sabe que ela existiu.

Mais uma vez, esse sentido de “não pertencimento” me acomete. Não se ouviam os gritos. Não se presenciavam os horrores. Tudo era minuciosamente camuflado dos sentidos dos homens comuns. Só rufavam os tambores para os “de esquerda”. Para os que se achavam inteirados de tudo e lutavam pela Liberdade. Liberdade, esta, questionável aos olhos da elite conservadora e do sectarismo da Igreja. Não me reconhecia e não me reconheço ainda nesses moldes de hipocrisia.

Hipocrisia, esta chaga que sangra e se arraiga cada vez mais nos modelos do *establishment*.

Basta!

Sei lá se escrevo bem. Sei lá se estou sendo fiel aos mártires deste holocausto brasileiro, pelo valor universal que eles merecem por uma luta à altura de sua história.

Fiz protestos. Shows em universidades. Peças de teatro e festivais de música. Muito antes de ser uma universitária. Queria que ouvissem o grito da minha dor. Era uma graça que me concedia para me suprir da minha própria perda.

Continuo hoje tentando ser solidária a meus sentimentos e a minha verdade grita: “Chega!”.

Basta de se esconder debaixo da capa burguesa que corrompe tudo que toca. Dessas amostras de barro que nos formatam, endurecem e paralisam em nome de uma vida melhor. Das etiquetas e do status que determinam nosso padrão de vida, como “bem ou malsucedido” pelas posses, pelos cargos, pelos títulos e pelas aparências.

Não me detenho mais em nome de nenhuma doutrina, partido, associação, seita ou facção. Sigo em meu próprio nome. Na verdade, vou (me) esculpindo, dia após dia, ao encarar e transmutar minhas crenças provisórias.

Me interessa “tentar”, ao menos, ser coerente com o que penso e digo. Para não dar distorção e me transformar num ser humano amorfo, cuja legenda está fora de sincronismo. Dou lugar àquela criança impetuosa.

Não sou de direita. E me recuso a ser muro. Pendo, sim, para a esquerda. Porque é na esquerda que reconheço, através dos séculos de história de exploração do homem pelo homem, que vem gritar contra as injustiças sociais, contra os preconceitos, contra as discriminações de qualquer tipo, gênero, raça, fé e poder econômico.

Não me filiei a nenhum partido nem a nenhuma facção política, a fim de continuar livre para ir e vir. As associações e instituições refletem os preconceitos e estereótipos de seus dirigentes. E cada uma, a seu modo, tenta nos incutir seu *modus vivendi*, estendendo seus tentáculos para nos transformar em seres robóticos, acomodados numa forminha de gelo, a seu bel-prazer.

À La Gauche

Volvendo à esquerda, quando ela cumpre seu papel revolucionário de ir contra a corrente, do abuso de poder e das ideias. Sejam elas quais forem. Principalmente se ela está a favor dos fracos e oprimidos, dando a eles condição de sair de sua triste condição e ensinando-os a lutar pelos seus direitos, qualificá-los pessoal, profissional e socialmente, mas sem desconhecer seus deveres.

Assim como há pobres soberbos, há ricos humildes. O homem imprime seu valor com ações e frutos. O subversivo é quem subverte o que oprime. Jesus era subversivo aos olhos do governo de Roma. Não havia outra solução a não ser eliminá-lo, por um motivo qualquer, como continuam fazendo com quem incomoda o poder vigente. Há casos em nossa própria história, como Tiradentes e mesmo o contraditório Calabar, que decidiu trocar de lado, a favor talvez de um proto-povo brasileiro. E tantos outros por aí afora.

Desaniversário

Nos 50 anos de (des)aniversário do golpe de 64, só me lembro de que perdi meu pai tantas e tantas vezes. Ora pelo desconhecimento de onde ele estava. Ora pela própria militância. Ora pela Polícia Militar. Ora pelo Exército. E, finalmente, pela própria morte, em 1971.

E me desculpem os que se consideram “de direita”. Os que se consideram os certos e bem direcionados na vida. Os formadores de opinião. E mesmo alguns acadêmicos e intelectualizados da elite da esquerda. Muitos destes nem sequer sabem o que é militância.

Só me lembro do seu olhar, na hora de irmos embora, quando íamos visitá-lo, quando finalmente soubemos onde ele estava.

E do dia em que finalmente voltou para casa e seus amigos lhe perguntaram qual o sabor da Liberdade. Ele respondeu que ainda era cedo para crescer. Com seus braços amarelos de nicotina até o cotovelo, olheiras fundas, manchas roxas e afundamentos por todo o corpo esquelético. E uma tristeza milenar, que identifico nos olhos de Che Guevara, de Mandela, de Gandhi. Tais como os olhos de Jesus em suas tantas representações pictóricas. Imagens que vêm, vez por outra, atormentar meus eternos questionamentos.

Idealismo? Endeusamento? Sei lá...

Meu pai era um pobre militante anônimo para as estrelas da luta armada em todo o país. Como centenas de outros hoje desaparecidos, sem paradeiro, sem história. Apenas um fantasma que nos assombra. Em nome de um passado sem glórias.

Mas, para mim, era, e é, um herói que me ensinou, pelo exemplo, que todos os homens são iguais, e também a não se curvar diante da ilusão de poder, seja ele qual for.

Imperfeito. Assumia suas incoerências. E ouvia com atenção minhas admoestações de menina e moça. Me dando ares de importância. Apoiava minha forma de realizar e me deixava livre para errar e acertar por minha própria conta. Parece que sabia que iria logo embora e procurou passar, desde cedo, livros e ensinamentos, em que me calco até hoje.

Simples. Direto. Uma oralidade ímpar. Carismático e amado por todos, ou quase. Naturalmente não pelos que se consideravam os baluartes da história dos supostos não pensantes. Ele, para estes, era a ovelha negra, a ser extirpada da sociedade. Mas o seu amor incondicional pelo ser humano me encantava e me comove até hoje. Guardo de 64, e dos anos de ditadura, marcas que dificilmente o tempo apagará. Assim como alfinetes esquecidos por algum alfaiate distraído. Mas não faço a apologia da necrofagia. Entretanto,

apesar das infâmias praticadas em nome da lei e da ordem, nenhuma especulação escapará da trágica realidade da história.

Mas o amor que aprendi com este amigo, irmão, companheiro e só por acaso meu pai me acompanha, e me faz não desistir cada vez que encontro muralhas de incompreensão. E, resistindo à hipocrisia, me rendo à Liberdade.

Oh! Liberdade! Liberdade! Que ela abra suas asas sobre nós.

E volto a los nueve, doce, diecisiete, dieciocho, tantas vezes quantas forem necessárias, para louvar o presente de ter tido Almir Mendes Avellar como meu pai, meu país, nesta “encadernação”.

Nota da autora

Escrevi esta matéria em 2014. No (Des)aniversário de 50 anos do Golpe Militar de 1964. Este texto despertou a atenção de vários jornalistas, e também da Comissão da Verdade. Fui entrevistada pelo Jornalista Pedro Robles para o site MEMÓRIAS DA DITADURA. ([Memórias da ditadura – Instituto Vladimir Herzog](#)) que percebeu minha agitação e me recomendou para a Clínica do Testemunho do Instituto de Projetos Terapêuticos -projeto de um grupo de Psicanalistas e Psicólogos que acolhiam em rodas de conversa e desabafos os ex-presos políticos, exilados e seus familiares. Esse projeto durou 2 anos e lá fui recebida com calor humano por todas e todos e pude falar com tranquilidade sobre o assunto depois de quase 45 anos de *silenciamento*.

Fui orientada por meus companheiros das Clínicas do Testemunho a solicitar ao Arquivo Nacional informações sobre meu pai. Descobri, em arquivos do jornal Última Hora, e outros periódicos, tais como a Luta Democrática, Correio da Manhã, O Fluminense, Novos Rumos e Tribuna da Imprensa, que ele tinha sido o criador e presidia por dois mandatos a União dos Trabalhadores de Barra do Piraí, RJ. Liderou a Criação do Pacto Intersindical do Vale do Paraíba, em apoio ao Marechal Lott, enquanto ministro da Guerra, e posterior candidato ao governo federal e era cicerone de Luiz Carlos Prestes pelo estado, dentre outras atividades. Todos os candidatos à presidência o procuravam, para articular apoio no estado do Rio de Janeiro.

Vale lembrar que, na época, **Barra do Piraí** era o “maior **entroncamento ferroviário** da América Latina”, dando acesso ao Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, portanto, local estratégico, no mapa do emaranhado político.

Almir Mendes de Avellar foi vítima de um acidente automobilístico, na estrada de Valença-Barra do Piraí, RJ em 03 de fevereiro de 1971, depois de participar de uma reunião com outros militantes, em que, conforme consta no arquivo nacional, havia um “infiltrado”. Resta a dúvida e o questionamento. E a possível impunidade. Dentre tantas outras pelo Brasil afora.

Quanto a mim, pós Clínica do Testemunho, participei do projeto Margens Clínicas e Cursos de Justiça Restaurativa, e segui, e sigo, participando de Rodas de Conversa e debates com outros afetados pela Ditadura Militar de 1964.

Posto aqui o registro da Oficina Retalhos de Memória da *designer* Camila Sipahi, que fazia parte de nosso grupo, em que bordamos sobre fotos nossas e de nossos queridos e queridas, redefinindo as memórias e reconstruindo os cacos da devastação que a Ditadura Militar deixou em nossos corpos, corações e mentes. [Retalhos da Memória \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)

“Nas Clínicas do Testemunho, através dos Projetos Terapêuticos e memórias de dores revividas como resquícios da Ditadura Militar, alinhavamos-nos uns aos outros. Aprofundamos a busca por relações mais profundas, entremeadas por emoções recortadas e bordadas no processo”.

2016

Aos berros de uma evocação à família e à igreja, destituíram a primeira mulher eleita presidenta do Brasil.

O *impeachment* de Dilma Rousseff foi um processo de afastamento da presidente da República Federativa do Brasil, iniciado em 2015 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Dilma foi acusada de crime de responsabilidade fiscal, por contratar operações de crédito com instituição financeira controlada pela União e editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional. O impeachment foi concluído em 31 de agosto de 2016, com a condenação de Dilma pelo Senado Federal, por 61 votos a 20.

Finalmente, por unanimidade, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, manteve 21 agosto de 2023, a decisão que arquivou uma ação de improbidade contra a ex-presidente Dilma Rousseff sobre o caso das “pedaladas fiscais”.

Dilma Rousseff foi oficializada no comando do Novo Banco de Desenvolvimento, também conhecido como BRICS, em Shanghai, China.

2020

A pandemia do Covid 19, e suas mutações, disparou como um raio sob o descontrole de um governo eleito pelo povo, em 2018 (pasmem) pós-novo golpe em 2016.

2021

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão do ministro Edson Fachin que, ao declarar a incompetência da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba (PR), anulou as ações penais contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não se enquadrarem no contexto da operação Lava Jato.

2022

Com mais de 702 mil brasileiros mortos pelo Covid, e outros tantos milhares internados em estado grave, e muitos, à espera de insumos, medicamentos, tratamentos, leitos e vacinas, o (des)governante tentou desesperadamente se manter no poder, desestabilizando as instituições, a economia, a educação, as ciências e as artes.

Uma arrogância cega que deixou um rastro de dor e miséria, e, ainda assim, hoje, encontra ressonância em seus vassalos, com os quais, articula constantemente perfídias contra o povo brasileiro.

2023

Após uma apertada disputa, Luiz Inácio Lula da Silva retorna à presidência, e, obstina-se em colecionar obras em prol do restauro da democracia, para manter sua promessa em grande estilo.

08 de janeiro de 2023

O Congresso Nacional, O Plenário do **Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto** são invadidos, em Brasília, com depredação do patrimônio público, tingindo de cinza, ainda que momentaneamente, a vitória de Novos Tempos para os brasileiros.

HOJE, 08 de janeiro de 2024

A Presidência convoca a nação, para que se manifeste a favor da DEMOCRACIA, em desagravo aos atos terroristas de 2023.

Embora eu considere legítimo o Ato e seus objetivos, e espero, sinceramente, que cumpra a intenção do Governo de marcar a resistência à barbárie, quero registrar aqui meu descontentamento em relação à promessa, em janeiro e reforçada em março deste ano, de Reativação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos da Ditadura Militar de 1964.

Promessa esta, que ainda não foi cumprida, em nome de um pragmatismo político, que flerta com a procrastinação milenar que se arrasta há quase 60 anos, desrespeitando os militantes, idealistas e jovens universitários, que se imolaram por um Brasil mais justo, deixando um rastro de sangue e dores que respingou em suas famílias, ascendentes e descendentes, com sequelas profundas, algumas irreparáveis.

Hoje, integro o coletivo Filhos & Netos de Ex-Presos Políticos, Mortos, Exilados e Desaparecidos, Coalizão Nacional MVJRD, Comissão de Justiça e Paz de SP, Instituto Alípio Freire, (entre outros), e testemunho as cicatrizes e chagas ainda abertas de meus pares e compartilho a sensação de impotência, em fazer ouvir nossa voz.

Apoio qualquer manifestação a favor da Democracia, porém, expresso aqui meu repúdio à afronta do descaso para com esses militantes que engrossam fileiras de resistência, nas ruas, nas redes sociais, congressos, seminários e plenárias, para que se perpetue a reedição do jogo democrático, principalmente “valorizados” em tempos de eleições.

Muitos estão partindo, sem sequer ter tido a possibilidade de Justiça e Reparação, por seus méritos, em vida.

Os que restaram, e suas sementes, ainda que claudicantes, engrossaram o Ato em Defesa da Democracia, esvaziado pelas férias ou, talvez mesmo por cansaço, em função dos arranjos que vêm sendo feitos, para manter “os mesmos” no poder, desde sempre. Abrigam em seu cerne os traidores e mantêm “eclipsados” os verdadeiros aliados, e, usam a massa ainda cega, a seu favor, para empanar o possível “desastre de não serem fiéis e éticos a si mesmos e aos seus propósitos antes deflagrados como bandeiras de reeleições.

Torço e anseio, para que a “etiqueta política” não deixe passar mais uma vez a oportunidade de se redimir com esses personagens estoicos, dos anos nefastos da história do país, no qual o horror grita até hoje por Verdade e Memória.

Deixo claro que o fato de apoiarmos as manifestações contra a tentativa de golpe do 08 de janeiro de 2024 não arrefecerá a nossa luta. E esta afirmação inquieta se fará presente e, intermitentemente, teceremos a malha que autenticará nossa oposição veemente ao esquecimento que está dando lugar ao “cerimonial”.

O PRIMEIRO ALVO E MAIS CERTEIRO TIRO DA DITADURA: OS TRABALHADORES E SUAS ORGANIZAÇÕES.

Vera Lucia Vieira (prof. dra. PUCSP)¹

Este texto tem como objetivo demonstrar o impacto da ditadura no mundo do trabalho no Brasil e, em particular, no universo sindical. O conjunto de medidas que resultaram na perda de direitos e na superexploração do trabalho foram desencadeadas logo os primeiros meses após o golpe de 1964 e foram sendo aperfeiçoadas ao longo de todo o período ditatorial. Articuladas antes do golpe através do conluio entre determinados segmentos empresariais, burocratas e forças armadas, foram aplicadas com intensa repressão às organizações sindicais atingindo, principalmente, suas lideranças.

Na lógica do capitalismo atrofico vigente no Brasil e, quiçá em outros países latino-americanos, a luta por direitos e pela proteção do trabalhador tem sido sistematicamente desqualificada, associada a comunismo e criminalizada com a justificativa de proteção ao mundo cristão. Mas naqueles idos de 1960, essa criminalização atingiu os patamares só possíveis em estados de exceção nos quais as regras da civilidade são suspensas por quem as devia garantir, ou seja, o Estado. Facilita em muito esse estado de coisas, a mentalidade de determinados segmentos da burguesia nacional, em particular, aqueles que propugnam pelo monopólio da produção e concentração da riqueza, nos moldes semelhantes aos vigentes durante o período da escravidão do trabalhador neste país. Mas, vamos aos fatos.

Naqueles idos de 1960, por imposição da própria dinâmica do capitalismo era necessário acelerar nosso desenvolvimento. Tal impulso inerente ao capitalismo já se fazia sentir, mas de forma muito perversa, pois resultando no aumento da inflação que as medidas do então governo (Juscelino Kubistchek) só fazia aumentar. Segundo o historiador Marcelo Badaró Mattos², nesse período a taxa anual de inflação que, em 1955, era de 19,1%, em 1959

1 As informações aqui contidas integram o relatório da pesquisa mencionada no texto, a qual foi desenvolvida pela equipe composta pelos profs. Drs. Elaine de Almeida Bortone, Maria Aparecida de Paula Rago, Nilo Dias de Oliveira, Milena Fonseca Fontes (doutoranda) Arthur Guilherme A. S. Almeida (mestrando), Dra. (adv.) Ana Lucia Marchiori e o sindicalista Antonio Fernandes Neto.

2 MATOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp. 90-91

atingiu 52,1%. Nos anos seguintes, apesar de uma pequena queda em 1960, a taxa inflacionária continuaria a subir, atingindo 79% em 1963. Os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades sociais não eram sinônimos, pois, em 1960 os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos.

Desde os idos de 1950, dois projetos de nação antagônicos: o nacional-popular e o dependente-associativo. Essas propostas dividiram a opinião das pessoas com acesso aos poderes de decisão sobre a coisa pública, incluindo-se aí economistas, empresários, políticos, lideranças de trabalhadores, imprensa, intelectuais diversos, segmentos do clero, estudantes, forças armadas, entre outros.

O nacional popular se concentrava em grandes propostas, as denominadas reformas de base, ou seja: a reforma agrária que visava, fundamentalmente, garantir aos pequenos produtores rurais, posseiros, donos de terras por ancestralidade o direito à propriedade, em um movimento inédito de descontração da produção e multiplicação de culturas conforme as demandas da diversificada população brasileira; a reforma educacional que propunha a universalização do ensino, desde as primeiras letras até o sistema universitário, momento em que surge Paulo Freire, com sua pedagogia do oprimido, que demonstrava como viabilizar tal universalização com poucos recursos, seguindo os parâmetros das culturas populares; a reforma tributária que visava taxar a extradição de lucros e as grandes fortunas; a reforma urbana, que visava ampliar as construções populares revertendo o movimento de favelização que já se acentuava, entre outras.

Da parte dos trabalhadores, cientes da força do mundo do trabalho, estes vinham se aglutinando em grandes centrais sindicais, inicialmente unificando categorias e, na sequência, debatendo sobre a definição de uma data base comum, assim como a unificação de suas demandas, chegando mesmo a propor uma única demanda para todas as categorias.

Mas a minoria detentora do poder econômico e político que defendia o modelo dependente-associativo, vinculada ao capital internacional da qual era subsidiária, não tardou a se articular, engendrando as estratégias que resultaram no golpe de 1964. Articulados em torno de dois grandes institutos (IPES e IBAD), definiram os parâmetros do golpe contra a democracia, como sempre faz, aliás. Suas propostas, defendidas ferrenhamente pelos economistas, Roberto Campos (ministro do planejamento no governo de Castelo Branco) e por Mário Henrique Simonsen (Ministro da Fazenda no governo Geisel- 1974-1979), propunham a reorganização do parque produtivo com o impulso ao desenvolvimento a partir de investimentos em megaempresas, concentrando-os, de forma associada (e subordinada) ao capital internacional. Tais propostas foram traduzidas muito bem por Delfim Neto, quando foi

guindado a super Ministro, o da Fazenda, em 1967, no governo do general Arthur da Costa e Silva, era necessário, primeiro, concentrar para fazer o bolo crescer, depois este seria repartido. Fase que nunca chegou a ser praticada.

Além de capitanear a reorganização do parque produtivo nos moldes preconizados pelo capital internacional e apoiados pela subordinação e dependência aos quais se mantinha atrelado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sabedores de tais medidas iriam impactar em muito os trabalhadores que reagiriam conforme sua capacidade organizativa, as medidas tomadas pelos golpistas começaram a ser tomadas ainda no primeiro semestre de 1964. E atente, o ato institucional número 5, o famigerado AI-5 que deu respaldo “legal” às barbáries praticadas nos “porões da ditadura”, só foi editado, também endossado por Delfim, em dezembro de 1968.

Assim é que, não por acaso, os primeiros atos repressivos dessa ditadura miraram os sindicatos, em cujas sedes os militares adentraram algumas semanas após o golpe. A golpes de baioneta e coturnos nas portas, mesmo que estas estivessem abertas, adentram em todos os sindicatos do país, revirando toda a documentação, destruindo patrimônio, agredindo quem ali estivesse, levando-os em camburões para as delegacias de polícia mais próxima onde passaram a ser fichados. O quão esses agentes militares estavam preparados já se mostrou aí, pois checavam os nomes dos prisioneiros com listas de nomes pré-organizadas, separando os que permaneceriam presos daqueles que seriam fichados e, talvez, liberados depois.

As pesquisas³ sobre a parceria colaborativa de 13 empresas com a dinâmica da ditadura desencadeadas a partir da comprovação das ilicitudes praticadas pela Volkswagen do Brasil, por iniciativa de trabalhadores aglutinados no IIEP, comprovou três tipos de práticas que impactaram negativamente e ilícitamente, o mundo do trabalho neste país: 1. Fragilizar o poder dos sindicatos, através do enfraquecimento do poder de suas organizações sindicais, perseguindo suas lideranças e incentivando os divisionismos; 2. Colocar nas costas dos trabalhadores os custos da reestruturação produtiva implantada naquele período, baixando medidas que levaram à superexploração do trabalhador, quais sejam: o impedimento de aumento real dos salários (separação dos índices de cálculo do reajuste do salário dos indicadores inflacionários); impondo regras para aumentar a produtividade em menor tempo de trabalho e ampliando a jornada sem pagamento das horas adicionais. 3. Aumentar o controle e a repressão, primeiro invadindo seus sindicatos e depois eliminando sua independência, por sua subordinação à burocracia estatal e pelo controle de seus dirigentes. Por último, investiu-se ainda, como sempre, na aparência da liberdade, ou seja, os trabalhadores poderiam recorrer à justiça,

3 Edital CAAF/UNIFESP para auxílio à pesquisa do projeto “a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura – outubro 2021

morosa e inoperante, principalmente na condição de subordinada aos ditames do estado de exceção.

Tanto é que uma das primeiras medidas da ditadura que nos dá a medida da finalidade do golpe bonapartista do abril de 1964 que se abate sobre as organizações dos trabalhadores foi anular a representatividade das Federações Nacionais de Trabalhadores com a promulgação do Decreto nº 54.018 de 14 de julho de 1964 que “reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), estabelece normas sobre a política salarial do Governo e dá outras providências”. Duas regras baixadas por esse decreto impactam diretamente as representações dos trabalhadores: primeiro, eles não fazem parte do CNPS. Composto pelos Ministros de Estado dos Negócios da Fazenda, da Viação de Obras Públicas, do Trabalho e Previdência Social, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia e do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica não previa representação de trabalhadores e isso foi utilizado como justificativa para fixar as regras do Decreto n.º 54.420/65, que declarou nulos os Acordos de 1962 e 1963. Além disso, para anular quaisquer conquistas obtidas através das Federações Nacionais dos trabalhadores, arrogaram, mais uma vez, o Decreto nº 54.018/64, que também definia que “Nenhum reajustamento, revisão ou acordo salarial de caráter coletivo, na área do Serviço Público Federal, inclusive nos órgãos da administração descentralizada e sociedades de economia mista sob a jurisdição do Governo Federal ou em entidades a ele vinculadas ou, ainda, em sociedades de economia mista financiadas por bancos oficiais de investimentos, poderá ser feito sem prévia audiência do Conselho Nacional de Política Salarial”⁴

Apesar do arrocho salarial, várias empresas, como, por exemplo a Cia Docas de Santos, obtiveram vantagens e benefícios sobre os “custos de serviços”, pois puderam cobrar taxas pelo trânsito das mercadorias que circulavam no porto, como compensação pelos “custos com o pagamento da manutenção das cláusulas do dissídio coletivo (Portaria nº 642 de 30 de dezembro de 1964). Com essa portaria, a CIA DOCAS obteve um adicional de 73% (setenta e três por cento) sobre as taxas da tarifa e mais adicional temporário de 10% (dez por cento) para “subsidiar” o pagamento da retroatividade devida aos empregados marítimos. Mas, como falar em custos referentes a retroatividade se o Decreto nº 54.018 de 14 de julho de 1964 declarou nulos os Acordos de 1962 e 1963?

Aqui observa-se duas questões, a primeira foi a utilização de uma interpretação da Consolidação da Legislação Trabalhista -CLT para tornar nulos acordos coletivos regularmente firmados entre as partes – representantes dos trabalhadores e representantes da empresa, sendo essa medida intervencio-

4 Relatório de Diretoria da Companhia Docas de Santos, 1965, p. 5 - Museu do Porto de Santos. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=54018&ano=1964&ato=5c7QzaU50dZRVt002>

nista do governo civil militar da época que, com apoio da empresa, retirou direitos dos trabalhadores. A segunda ação que atinge retirada de direitos dos trabalhadores é praticada na sequência com a obtenção de subsídio com adicional tarifário mais adicional para custear encargos salariais que foram na prática retirados, o que demonstra que a empresa não arcava com os custos de pessoal, mas se beneficiou com o aumento de tarifas e adicional.

Alteração das normas trabalhistas e perseguição aos trabalhadores

Através do Decreto-Lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, o Poder Executivo alterou as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo à “autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho (..) com a instalação do competente inquérito administrativo”, podendo-se alegar, para tanto, ter promovido ato “atentatório à segurança nacional, afora outros casos definidos em lei: a) Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos concedidos ou não ou de abastecimento; b) Instigar, publicamente ou não, desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública”. E isso passou a ser considerado “justa causa para dispensa de empregado, a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.”

Ou seja, a partir dessas alterações na CLT, o Decreto Lei nº 3, foi o AI5 para os trabalhadores, pois estabeleceu a perseguição aos trabalhadores, definindo-se um novo patamar “legalizado” contra o conjunto do grupo social formado pela classe trabalhadora.

Três impactos devem ser observados nessas alterações: o primeiro, o fator político para afastamento de trabalhadores para interesse da segurança nacional e dele podendo ocorrer a sua demissão por justa causa. O segundo, a possibilidade de “inquérito administrativo” que, como diz o decreto, contra atos considerados “atentatórios à segurança nacional”, ou seja, empresas poderiam investigar seus trabalhadores sobre suas ações políticas fora da empresa e, como uma comissão política, decidir sobre a vida privada dos trabalhadores.

Assim as empresas passaram a ter poder de “cassar” a liberdade política dos trabalhadores e persegui-los politicamente, impondo a pena de demissão. Tudo isso se soma à “legalização” da intervenção que já vinha sendo praticada nas entidades sindicais quando houvesse: “circunstâncias que perturbassem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional”.

Paralelamente, foram baixados vários atos normativos que consolidaram a superexploração do trabalhador. Cada empresa pode definir a jornada compulsoriamente. No caso dos portuários, a jornada de trabalho foi amplia-

da para 48 horas semanais (Portaria n.º 114 — de 7/02/ 1966), que alterou a Lei 4.860 de 26/11/65⁵ o que, somando-se esta extra jornada compulsória com o rebaixamento salarial, levando-o e à sua família à uma imensa depauperação.

Com isso, a ação intervencionista estatal com apoio do empresariado, que anulou os acordos coletivos de 1962 e 1963, teve implicações, não só de ordem social, mas também na saúde do trabalhador. Analisando-se aqui apenas o caso da Cia Docas de Santos, a implementação de 2 períodos normais de trabalho, das 7 horas às 17 horas e dando a empresa poder de decidir sobre a prorrogação até às 19hs, e duas horas para refeição, no período diurno; e das 19 hs às 4 hs, da mesma forma podendo decidir sobre a prorrogação até às 6 hs, ou em casos excepcionais até às 7 horas da manhã, com 1 hora para refeição, no período noturno.

Por último, o modelo de desenvolvimento definido pela ditadura civil militar a partir de 1964, implantado às custas da classe trabalhadora de todo o país, retroagiu suas conquistas a um período anterior ao da legislação vigente desde 1946, a considerar o que rezava o artigo 157 da Constituição Federal (IV, art. 157 da CF/1946) que, entre os preceitos constitucionais, visavam à melhoria da condição dos trabalhadores e, inclusive, sua participação obrigatória e direta nos lucros das empresas.

5 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4860.htm

60 autores, 60 anos de luta.

Fiquei impossibilitado de escrever o meu artigo, por motivos de força maior. Tenho muito orgulho de apresentar esta lista de consagrados autores em suas expertises, garantia de um livro de conteúdo de excelência literária e política. Os artigos que compõem esta obra se unem num eixo essencial: a permanente luta pela democracia de todas e todos. “60 anos do golpe: gerações em luta” é uma obra para figurar entre os grandes compêndios da história.

Eugênio Aragão

Adriana Gomes Santos - **Rodolfo Costa Machado** - Yohaisa Coromoto Guevara **Maricruz Cabeza Rodriguez** - Aluizio Palmar - **Amaury Pinto de Castro Monteiro Junior** - Ana Paula Correia Mari - **Antônio de Padova Marchi Júnior** - Antônio Pinheiro Salles - **Apolo Heringer Lisboa** - Arlindenor Pedro - **Astor Antônio Diehl** Carlos Tibúrcio - **Ceila Maria Ferreira Batista** - Cesar Antonio Alves Cordaro - **Clair da Flora Martins** - Claudio Fonteles - **Cristina Capistrano** - Cristina Moura - **Cunca Bocayuva** - Denise Carvalho Tatim - **Eugênia Augusta Gonzaga** - Fernando Achiamé - **Francisco (Xico) Celso Calmon** - Gaspar Paz - **Gisele Silva Araujo** Hamilton Faria - **Isaque Fonseca** - Ivan Seixas - **Ivanisa Teitelroit Martins** - Ivete Caribé da Rocha - **Javier Lifschitz** - João Ricardo Dornelles - **Jorge Ricardo Santos Gonçalves** - José Geraldo da Costa - **José Luiz Quadros de Magalhães** - Flávia Alvim de Carvalho - **José Luiz Saavedra Baeta** - Julio Francisco Caetano Ramos - **Kauê Vinicius de A. Silva** - Ladislau Dowbor - **Leonardo Costa de Paula** - Leonardo Silva Andrada - **Ligia Maria Motta Lima Leão de Aquino** - Marcia Curi - **Gisella Consani de Speranza** - Marco Aurélio de Passos Rodrigues - **Maria Aparecida Costa Cantal** - Cida Costa - Maria Paula Araujo - **Mariluce Moura** - Mozart Noronha - **Nilmário Miranda** - Nivia Raposo - **Nonô** - **Laurenice Noletto Alves** - Orlando Guilhon - **Paulo Calmon Nogueira da Gama** - Edson Ribeiro Baeta - **Paulo Cannabrava Filho** - Paulo Coutinho - **Perly Cipriano** - Renata Costa-Moura - **Roberto Junquillo** - Romero Venâncio - **Rosa Cardoso** - Sandra Mayrink Veiga - **Shellah Avellar** - Vera Lucia Vieira



canal POROROCA



FORMAR
GRÁFICA
grupofomar.com.br

